



Rede Social Matosinhos

Diagnóstico Social do Concelho de **Matosinhos**

novembro 2024



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



SEGURANÇA SOCIAL



Rede Social
Matosinhos



FICHA TÉCNICA

TÍTULO – DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE MATOSINHOS

COORDENAÇÃO – Ana Cardoso / CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

EQUIPA TÉCNICA – DPSS Divisão de Promoção Social e Saúde

DATA 3 novembro de 2024

ÍNDICE

1. Introdução	15
Parte 1 Dinâmicas Sociodemográficas	17
2. Dinâmicas demográficas	18
2.1. População residente no concelho.....	18
2.1.1. Densidade populacional.....	18
2.1.2. Estrutura etária	20
2.2. Evolução da população residente no concelho na última década	24
2.3. O decréscimo da natalidade.....	28
2.4. A importância dos movimentos migratórios	32
3. Imigração	34
4. Rendimentos e poder de compra	38
Parte 2 Direitos e Cidadania	40
5. Educação	41
5.1. População mais escolarizada	41
5.2. Frequência escolar e taxas de escolarização.....	45
5.3. Insucesso escolar	50
5.3.1. Ensino básico.....	50
5.3.2. Ensino secundário.....	52
5.4. O abandono escolar e o papel das respostas de segunda oportunidade.....	55
5.5. Aprendizagem ao longo da vida – a educação para pessoas adultas.....	56
6. Emprego	57
6.1. Taxas de atividade.....	58
6.2. Pessoas que trabalham por conta de outrem no concelho de Matosinhos – sua evolução e principais características	59
6.3. População com emprego no concelho de Matosinhos, setores de atividade e profissões em que se integram	63
6.4. Precariedades.....	68
6.5. Rendimentos e Desigualdades Salariais.....	71
6.6. O desemprego no concelho	75
7. Proteção social	83
7.1. Pensões e pensionistas	84
7.2. Subsídio de desemprego	85
7.3. Rendimento Social de Inserção	87
7.4. Medidas de proteção social a nível local	90
7.4.1. Apoio alimentar.....	90
7.4.2. O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento de Matosinhos.....	91
8. Habitação	93
8.1. Alojamento e condições de conforto.....	93

8.2. Custos com a habitação: uma pressão sobre as famílias.....	97
9. Saúde.....	100
9.1. Como se nasce	101
9.2. Como se morre	103
9.3. Como se vive em saúde	104
9.4. Recursos humanos na saúde.....	105
9.5. Internamentos	107
9.6. Outras questões	108
10. Integridade e segurança	109
10.1. Violência doméstica.....	109
10.2. Maus tratos na infância	112
11. (Des)Igualdade entre Mulheres e Homens em Matosinhos	114
11.1. Mulheres e homens na população residente	115
11.2. Famílias	115
11.3. Educação.....	116
11.4. Mercado de trabalho	116
11.5. Ganhos médios de mulheres e homens.....	117
11.6. Proteção social	118
11.7. Habitação	119
11.8. Saúde	119
11.9. Participação na esfera doméstica	120
11.10. Segurança.....	120
PARTE 3 GRUPOS VULNERÁVEIS	121
12. Crianças – viver a infância no concelho de Matosinhos	122
12.1. Quantas são as crianças no concelho de Matosinhos.....	122
12.2. Novos contextos familiares.....	124
12.3. Crianças e o direito à educação	127
12.3.1. Na 1ª infância.....	127
12.3.2. Ensino pré-escolar	127
12.3.3. O insucesso na escolaridade obrigatória	128
12.3.4. Alunas e alunos de nacionalidade estrangeira	129
12.3.5. Alunos/as ciganos/as	131
12.3.6. Educação inclusiva	132
12.3.7. Territórios educativos de intervenção prioritária	132
12.4. Promoção da saúde das crianças	133
12.4.1. Promoção do desporto	133
12.4.2. Alimentação de qualidade	134
12.4.3. Saúde mental.....	134
12.5. Medidas de proteção social	135

12.6. As crianças e o direito à habitação	137
12.7. As crianças e o direito à proteção de todas as formas de violência	137
12.7.1. Crianças em acolhimento residencial	145
13. Jovens de Matosinhos.....	146
13.1. Educação e formação - Expetativas	148
13.2. Jovens e mercado de trabalho.....	149
13.3. Que autonomia sem acesso à habitação?	150
13.4. Participação e consumos culturais	150
14. Envelhecer em Matosinhos	151
14.1. Feminização do envelhecimento.....	154
14.2. Viver só	155
14.3. Aprendizagem ao longo da vida.....	158
14.4. Proteção social no envelhecimento	159
15. As pessoas em situação de sem-abrigo	164
16. Pessoas com deficiência(s) e incapacidade(s).....	167
17. Pessoas imigrantes	169
17.1. Educação.....	169
17.2. Regularização e apoio	170

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 População residente em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (v.a. e %) 2021	19
Tabela 2 População residente em Matosinhos, na AMP e no Continente, por grandes grupos etários (%) 2021.....	21
Tabela 3 População residente em Matosinhos, por grupos etários e por freguesias (%) 2021	22
Tabela 4 População residente nas freguesias de Matosinhos, por sexo e grupo etário (v.a.) 2021	23
Tabela 5 População residente nas freguesias de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2021.....	24
Tabela 6 Núcleos familiares no concelho do Matosinhos (%) 2011 e 2021	31
Tabela 7 Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência no Continente, na AMP e nos concelhos da AMP (%) 2023	35
Tabela 8 População segundo o nível de escolaridade completo, por grupos de idade e sexo (%) 2021.....	43
Tabela 9 Alunos/as matriculados/as no ensino básico e secundário, público e privado, no concelho de Matosinhos 2021/2022 e 2022/2023	45

Tabela 10 Alunos/as matriculados/as no pré-escolar, ensino básico e secundário, no concelho de Matosinhos, segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento (v.a.) 2021/2022 e 2022/2023.....	46
Tabela 11 Alunos/as matriculados/as no ensino público no concelho de Matosinhos, segundo o nível de ensino ministrado (%) 2021/2022 e 2022/2023	46
Tabela 12 Taxas brutas de pré-escolarização nos concelhos da AMP 2022/2023	48
Tabela 13 Taxas de retenção e desistência no ensino básico no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) 2016/2017 - 2022/2023.....	50
Tabela 14 Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, por modalidade de ensino, nos concelhos da AMP (%) 2022/2023	53
Tabela 15 Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por atividade económica (%) 2021 e 2022.....	64
Tabela 16 Distribuição de mulheres e homens trabalhadores/as por conta de outrem, segundo a atividade económica no concelho de Matosinhos (%) 2022	66
Tabela 17 Ganho médio mensal no Continente, na AMP e nos concelhos da AMP (€) 2022...72	
Tabela 18 Ganho médio mensal no concelho do Matosinhos, por nível de qualificação, sexo e diferencial entre sexos (€) 2022	75
Tabela 19 Pensionistas no concelho de Matosinhos, por tipo de pensão (v.a.) 2016 – 2023...84	
Tabela 20 Valor médio anual das pensões, por pessoa beneficiária, no concelho de Matosinhos, por tipo de pensão (€) 2016 - 2023	85
Tabela 21 Pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, em Matosinhos, por tipo de subsídio e sexo (%) 2023	87
Tabela 22 Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, no concelho de Matosinhos, por união de freguesias e percentagem da população residente (v.a. e %)) 2016-2023	90
Tabela 23 Taxa quinquenal de mortalidade neonatal no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) 2015-2022	102
Tabela 24 Proporção de núcleos familiares monoparentais no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) 2001, 2011 e 2021	126
Tabela 25 Núcleos familiares monoparentais no concelho de Matosinhos, por tipo de núcleo (v.a.) 2021	126
Tabela 26 Alunos/as com nacionalidade estrangeira inscritos/as nos estabelecimentos de educação e ensino na rede pública no concelho de Matosinhos (v.a. e %) 2023/2024	130
Tabela 27 Principais nacionalidades dos alunos/as estrangeiros/as inscritos/as nos estabelecimentos de educação e ensino, na rede pública, no concelho de Matosinhos (v.a. e %) 2023/2024.....	130

Tabela 28 Motivos para o arquivamento dos processos em sede da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a. e %) 2023	139
Tabela 29 Pessoas com 65 e mais anos no concelho de Matosinhos, por união de freguesias (v.a.) 2021	154
Tabela 30 Beneficiárias/os do complemento solidário para idosos (CSI) em Matosinhos, por sexo e União de Freguesias (v.a.) 2023	161
Tabela 31 Valor médio mensal do Complemento Solidário para Idosos, no concelho de Matosinhos, por sexo (€) 2023.....	161
Tabela 32 Número de utentes das respostas do setor social na área do envelhecimento, por tipo de resposta, capacidade e ocupação (v.a.%) 2023	163
Tabela 33 Nacionalidades das pessoas titulares inscritos/as no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM) (v.a. e %) 2023	173

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 População residente no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2023	18
Figura 2 Densidade populacional em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (v.a. e %) 2021 ..	19
Figura 3 Pirâmide etária da população residente de Matosinhos, por sexo (%) 2011 e 2021 ..	20
Figura 4 População residente em Matosinhos, por grandes grupos etários (v.a. e %) 2021 ...	21
Figura 5 População residente em Matosinhos, por grupos etários e por União de Freguesias (v.a. %) 2021	22
Figura 6 População residente no concelho de Matosinhos, por sexo e grupo etário (%) 2021	23
Figura 7 Percentagem de mulheres na população residente no concelho de Matosinhos, por freguesia 2021	24
Figura 8 Taxa de variação da população residente no concelho de Matosinhos (%) 2011- 2021	25
Figura 9 População residente no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2023	25
Figura 10 Taxa de variação da população residente no concelho de Matosinhos, por freguesia (%) 	26
Figura 11 Taxa de variação da população residente no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por grupo etário (%) 2011e 2021	27
Figura 12 População residente no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2016-2022	27
Figura 13 Taxa de crescimento natural no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (%) 2016-2023.....	28

Figura 14 Índice sintético de fecundidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) 2016-2023.....	29
Figura 15 Taxa bruta de natalidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) 2016-2023	30
Figura 16 Total de nados-vivos no concelho de Matosinhos (v.a.) 2011-2023.....	30
Figura 17 Saldo migratório no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2023.....	33
Figura 18 Saldo natural, saldo migratório e saldo populacional total, no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2023	33
Figura 19 Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos (v.a.) 2016 - 2023	34
Figura 20 Mulheres estrangeiras no total de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos, por sexo (%) 2016-2023.....	34
Figura 21 Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos, por nacionalidades (v.a.) 2023	35
Figura 22 População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, por uniões de freguesias (v.a.) 2021	36
Figura 23 População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, Uniões de Freguesias (%) 2021.....	37
Figura 24 População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, por idade (v.a. e %) 2021	37
Figura 25 Poder de compra <i>per capita</i> , no Continente, AMP e Matosinhos 2015, 2017, 2019 e 2021	38
Figura 26 População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Matosinhos (%) 2011-2021	42
Figura 27 Taxa de analfabetismo no concelho de Matosinhos, por sexo (%) 2011 e 2021.....	44
Figura 28 Taxa de analfabetismo no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por sexo (%) 2021	44
Figura 29 Pessoas com o ensino superior no total da população residente no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, (%) 2021	45
Figura 30 Taxa bruta de pré-escolarização no concelho de Matosinhos (%) 2016/2017-2022/2023.....	47
Figura 31 Taxa bruta de pré-escolarização no Continente, na AMP e no concelho de Matosinhos 2016/2017-2022/2023.....	48
Figura 32 Taxa bruta de escolarização no concelho de Matosinhos por ciclo de estudos (%) 2016/2017 – 2022/2023	49

Figura 33 Taxas de retenção e desistência no ensino básico, por ciclos, no concelho de Matosinhos (%) 2016/2017 - 2022/2023.....	51
Figura 34 Taxas de retenção e desistência no ensino básico, em Matosinhos, por sexo 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023	51
Figura 35 Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, no Continente, AMP e Matosinhos (%) 2016/2017 - 2022/2023.....	52
Figura 36 Taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário, em Matosinhos, por modalidade de ensino (%) 2016/2017 - 2022/2023.....	54
Figura 37 Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, em Matosinhos, por modalidade de ensino e sexo (%) 2021/22 e 2022/2023.....	54
Figura 45 Taxa de atividade no Continente, AMP e Matosinhos (%) 2011 e 2021	58
Figura 46 Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2017, 2021 e 2022.....	59
Figura 47 Taxa de crescimento dos/as trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por sexo (%) 2017 - 2022	60
Figura 48 Percentagem de mulheres no total de trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos (%) 2017, 2021 e 2022.....	60
Figura 49 Percentagem de mulheres entre a população trabalhadora por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por grupos etários (%) 2022.....	61
Figura 50 Trabalhadores por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, por nível de escolaridade (%) 2022	61
Figura 51 Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho da Matosinhos, por nível de escolaridade e sexo (%) 2022	62
Figura 52 Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, grupo etário e sexo (%) 2022	63
Figura 53 Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por setor de atividade 2022.....	63
Figura 54 Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, por setor de atividade e sexo (%) 2021-2022	65
Figura 55 Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por profissão (%) 2021 e 2022.....	67
Figura 56 Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por profissão e sexo (%) 2022	68
Figura 57 Trabalhadores/as por conta de outrem, por tipo de contrato 2021 e 2022.....	69
Figura 58 Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por tipo de contrato e sexo (%) 2022.....	70

Figura 59 Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos com contrato a termo, segundo o grupo de idade (%) 2022	70
Figura 60 Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por duração do trabalho (%) 2022	71
Figura 61 Ganho médio mensal no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) 2016-2021	73
Figura 62 Ganho médio mensal no concelho de Matosinhos, por sexo (€) 2016 - 2022	74
Figura 63 Taxa de desemprego na Região Norte e no Continente (%) 2016-2023	76
Figura 64 Taxa de desemprego na Região Norte, por sexo (%) 2016-2023	76
Figura 65 Taxa de desemprego no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por sexo (%) 2021	77
Figura 66 Número de pessoas desempregadas inscritos no centro de emprego de Matosinhos (v.a.) 2016-2024.....	77
Figura 67 Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2016-2024.....	78
Figura 68 Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por idades (v.a.) 2016-2023.....	78
Figura 69 Percentagem de pessoas com menos e 25 anos e mais de 54 anos no total de pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos 2023 e julho de 2024	79
Figura 70 Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, à procura do primeiro emprego (%) 2016-2023.....	79
Figura 71 Desemprego registado no centro de emprego de Matosinhos, por tempo de inscrição 2016-2023.....	80
Figura 72 Desemprego registado no centro de emprego de Matosinhos, por motivo de inscrição (v.a.) 2016-2023.....	81
Figura 73 Pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, por nível de escolaridade (%) 2023	81
Figura 74 Percentagem de pessoas desempregadas inscritas nos centros de emprego, com o ensino superior, em Matosinhos, na AMP e no Continente (%) 2023	82
Figura 75 Pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, em Matosinhos, por sexo (v.a.) 2016-2023.....	86
Figura 76 Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, em Matosinhos, por sexo (v.a.) 2016-2023.....	87
Figura 77 Percentagem de mulheres entre as pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, em Matosinhos (%) 2016-2023	88

Figura 78 Pessoas titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI), com e sem rendimentos de trabalho, em Matosinhos, por sexo 2023.....	89
Figura 79 Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, no concelho de Matosinhos, por grupo etário (v.a.) 2016-2023	89
Figura 80 Alojamentos familiares clássicos, no concelho de Matosinhos, por União de Freguesia (v.a.) 2021	94
Figura 81 Alojamentos familiares, no concelho de Matosinhos, segundo a forma de ocupação (%) 2011 e 2021	94
Figura 82 Alojamentos familiares clássicos, no concelho de Matosinhos, segundo o número de pessoas residentes (%) 2021	95
Figura 83 Alojamentos familiares clássicos de residência habitual no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, segundo o tipo de aquecimento utilizado com maior frequência (%) 2021	96
Figura 84 Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) 2019-2022	98
Figura 85 Valor mediano de avaliação bancária no Continente, AMP e Concelho de Matosinhos (€/m ²) 2020-2022.....	98
Figura 86 Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) 2017-2023.....	99
Figura 87 Nados-vivos no concelho de Matosinhos, por grupo etário da mãe (%) 2016-2023	101
Figura 88 Taxa bruta de mortalidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) 2016-2023.....	103
Figura 89 Utentes inscritos/as em Cuidados de Saúde Primários (CSP), no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2024	104
Figura 90 Utentes inscritos/as em Cuidados de Saúde Primários (CSP) com médico de família atribuído, no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2024	105
Figura 91 Pessoal ao serviço nos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada, no concelho de Matosinhos (n.a.), 2016-2022	106
Figura 92 Médicas/os por 1000 habitantes, no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (v.a.) 2021-2023.....	107
Figura 93 Enfermeiros/as por 1000 habitantes, no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (v.a.) 2021-2023.....	107
Figura 94 Participações de crime de violência doméstica junto dos Órgãos de Polícia Criminal em Matosinhos (v.a.) 2016-2023	110

Figura 95 Pessoas lesadas/ofendidas identificadas em crimes de violência domésticas registados, por sexo, no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2023.....	110
Figura 96 Agentes/suspeitos identificados em crimes de violência doméstica registados, por sexo, no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016-2023	111
Figura 97 Processos e crianças/jovens acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) 2021-2023.....	112
Figura 98 Problemáticas sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (%) 2022 e 2023	113
Figura 99 Crianças residentes no concelho de Matosinhos por grupos de idade (v.a.) 2021	122
Figura 100 Percentagem de crianças residentes no concelho de Matosinhos por grupos de freguesia (%) 2021	123
Figura 101 Nados-vivos fora do casamento no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) 2016-2023.....	124
Figura 102 Nados-vivos fora do casamento sem a coabitação dos pais no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) 2023	125
Figura 103 Crianças (descendentes ou equiparados), com abono de família para crianças e jovens no concelho de Matosinhos (v.a.) 2019-2023	136
Figura 104 Processos acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) 2021-2023.....	138
Figura 105 Processos arquivados e os remetidos a tribunal pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a. e %) 2023	138
Figura 106 Crianças com processos em acompanhamento pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) 2021-2023.....	140
Figura 107 Crianças/jovens acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, por grupo etário (v.a.) 2022-2023.....	140
Figura 108 Crianças/jovens com nacionalidade estrangeira acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos 2021-2023	141
Figura 109 Problemáticas sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (%) 2022 e 2023	143
Figura 110 Crianças vítimas de violência doméstica, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) 2021- 2023	144
Figura 111 Crianças vítimas de violência doméstica, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, por grupos de idade (%) 2023	144
Figura 112 Medidas de promoção e proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, segundo a sua tipologia (v.a.) 2023	145
Figura 113 Jovens residentes no concelho de Matosinhos, por grupos de idade (v.a.) 2021 .	147

Figura 114 Jovens residentes no concelho de Matosinhos, por União de Freguesias (%) 2021	147
Figura 115 Jovens residentes no concelho de Matosinhos (v.a.) 2011 e 2021	148
Figura 116 Índice de envelhecimento no concelho de Matosinhos, AMP e Continente 2016-2023	151
Figura 117 Índice de envelhecimento no concelho de Matosinhos, por União de Freguesias (v.a.) 2016-2023.....	152
Figura 118 População residente no concelho com 65 e mais anos 2021 e 2023	153
Figura 119 População residente no concelho com 65 e mais anos, por grupos de idade (v.a.) 2023	153
Figura 120 População residente no concelho com 65 e mais anos, por grupos de idade (v.a.) 2023	154
Figura 121 Pessoas idosas a viverem sós em Matosinhos (v.a.) 2011 e 2021.....	156
Figura 122 Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (v.a.) 2021.....	156
Figura 123 Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (%) 2021	156
Figura 124 Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por Uniões de Freguesia e sexo (v.a. e %) 2021	157
Figura 125 Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por grupos de idade e Uniões de Freguesia (v.a.) 2021	158
Figura 126 Beneficiárias/os do Complemento Solidário de Idosos (CSI) no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2023	160
Figura 127 Respostas do setor social na área do envelhecimento, por tipo de resposta (v.a.) 2023	162
Figura 128 Número de utentes das respostas do setor social na área do envelhecimento, por tipo de resposta (v.a.) 2023	162
Figura 129 Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo a condição no concelho de Matosinhos (%) 2022	165
Figura 130 Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Matosinhos (v.a.) 2020 - 2022	165
Figura 131 Pessoas com 5 ou mais anos que não consegue fazer as atividades identificadas (v.a.) 2021	167
Figura 132 Capacidade das respostas na área da deficiência e número de pessoas utentes, por tipo de resposta 2024	169

Figura 133 Alunos/as com nacionalidade estrangeira inscritos/as nos estabelecimentos de ensino superior no concelho de Matosinhos (v.a.) 2016/2017 - 2022/2023.....	170
Figura 134 Processos e atendimentos realizados a migrantes no CLAIM de Matosinhos (v.a.) 2021 – junho de 2024.....	170
Figura 135 Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por sexo (v.a.) 2023.....	171
Figura 136 Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por grupos de idade (%) 2023.....	171
Figura 137 Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por freguesias (v.a. e %) 2023.....	172
Figura 138 População estrangeira que solicitou estatuto de residente em Matosinhos (v.a.) 2016-2023.....	174

1. Introdução

Este é o Diagnóstico que fundamenta o Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2025-2028 e, à semelhança de anos anteriores, tem como base um trabalho de reflexão realizado no contexto da Rede Social de Matosinhos.

Para o presente Diagnóstico partiu-se da recolha e análise de informação estatística disponível em fontes de natureza vária. Uma das principais fontes é o XVI Recenseamento Geral da População (Censos de 2021) cujos dados ainda relativamente recentes permitem um conhecimento mais aprofundado em certas matérias. Para além disso, o Diagnóstico beneficia, ainda, de um conjunto de outros instrumentos de produção do conhecimento que têm vindo a ser produzidos no concelho. Referimo-nos, concretamente, ao estudo sobre a juventude do concelho de Matosinhos que fundamentou o respetivo Plano Municipal para a Juventude de Matosinhos, a Carta Educativa do concelho de Matosinhos e o Diagnóstico sobre a Igualdade de Género e não Discriminação que sustenta, também, o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Ainda que temáticos, estes documentos foram entendidos como complementares ao presente Diagnóstico, integrando o documento alguns dos resultados mais importantes.

Tanto quanto possível, a informação foi recolhida para séries temporais, permitindo compreender a evolução de elementos de caracterização do concelho e dos problemas identificados.

Assentando sempre numa dinâmica participativa, foram dinamizadas oito sessões de discussão – umas de avaliação do trabalho realizado e outras de programação para o futuro - com as Comissões Sociais de Freguesia, elementos do Núcleo Executivo e diferentes divisões do Departamento de Intervenção Social da Câmara Municipal de Matosinhos, que envolveram a quase totalidade dos 178 parceiros da Rede Social. Este documento sintetiza a informação recolhida e organiza-a em três partes.

A primeira dedicada a uma compreensão das mais recentes dinâmicas sociodemográficas. Aqui se incluem as questões da demografia e dos movimentos de população que vão emprestando novas características à população do concelho, que nele reside, trabalha e/ou estuda. E aqui se analisa também a evolução dos rendimentos e do poder de compra da população enquanto indicadores da sua própria composição social.

A parte dois do Diagnóstico foca-se nos direitos sociais, no acesso aos mesmos por parte da população e nos obstáculos que persistem à sua garantia. Esta é uma componente do Diagnóstico fortemente associada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Finalmente, a última parte considera grupos particulares da população cuja situação e/ou características podem significar vulnerabilidades específicas.

Enquanto Diagnóstico que é este deve ser considerado como um documento em aberto. Esta ideia faz ainda mais sentido quando um dos objetivos da nova equipa da Câmara Municipal de Matosinhos, constituída com financiamento do Programa Radar Social, tem como um dos seus objetivos aprofundar o conhecimento de certos grupos da população como sejam as crianças em situação de pobreza; as

peessoas idosas a viver sós; as pessoas com deficiência que não estão cobertas por nenhuma resposta social. A melhoria do presente Diagnóstico, a este nível, está inscrita no próprio Plano de Desenvolvimento Social e dará origem à revisão do atual Diagnóstico.

Parte 1

**|Dinâmicas
Sociodemográfica**

2. Dinâmicas demográficas

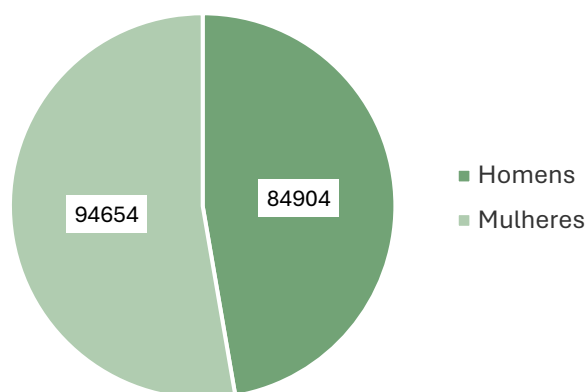
2.1. População residente no concelho

Segundo os Censos de 2021 residem no concelho de Matosinhos 172 557 pessoas. Entre estas, 81 225 são do sexo masculino (47,1%) e 91 332 do sexo feminino (52,9%), o que significa que há mais 10 107 mulheres do que homens.

Estimativas recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o ano de 2023, revelam, porém, que as pessoas residentes no concelho serão 179 558.

A distribuição por sexo mantém-se relativamente constante por relação a anos anteriores, registando-se um maior número de mulheres do que de homens: 94 654 mulheres (52,7%) e 84 904 homens (47,3%).

Figura 1 | População residente no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.)¹ | 2023



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

2.1.1. Densidade populacional

Retomando os dados do Censos de 2021, pois permitem a análise de um maior número de indicadores demográficos, verifica-se que a União de Freguesia (UF) de São Mamede Infesta e Senhora Hora e a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira são as que concentram maior número de população – 28,9% e 28,4%, respetivamente.

¹ Valores absolutos.

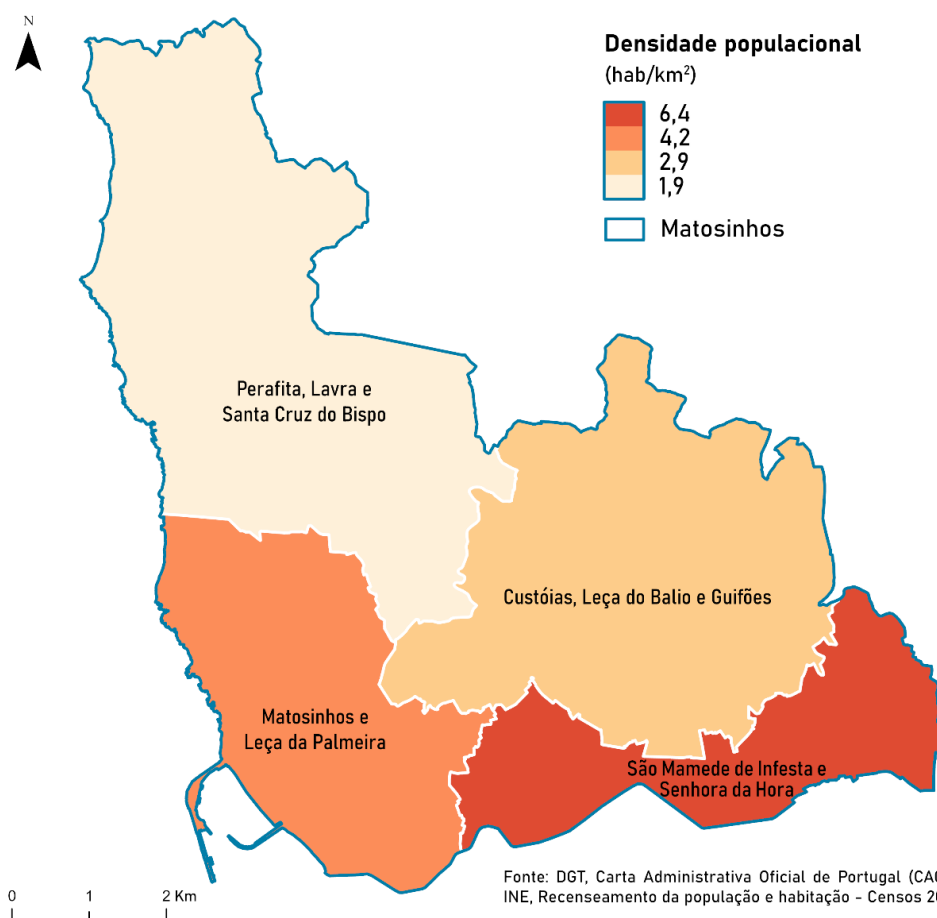
Tabela 1 | População residente em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (v.a. e %) | 2021

União de Freguesias	Valores absolutos	%
U.F. de Custóias, Leça do Balio e Guifões	44 045	25,5
U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	49 034	28,4
U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	29 646	17,2
U.F. de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	49 832	28,9
Total	172 557	100

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Aquelas Uniões de Freguesia correspondem também aos territórios mais densamente povoados, com destaque particular para a União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, tal como se pode ver na figura seguinte.

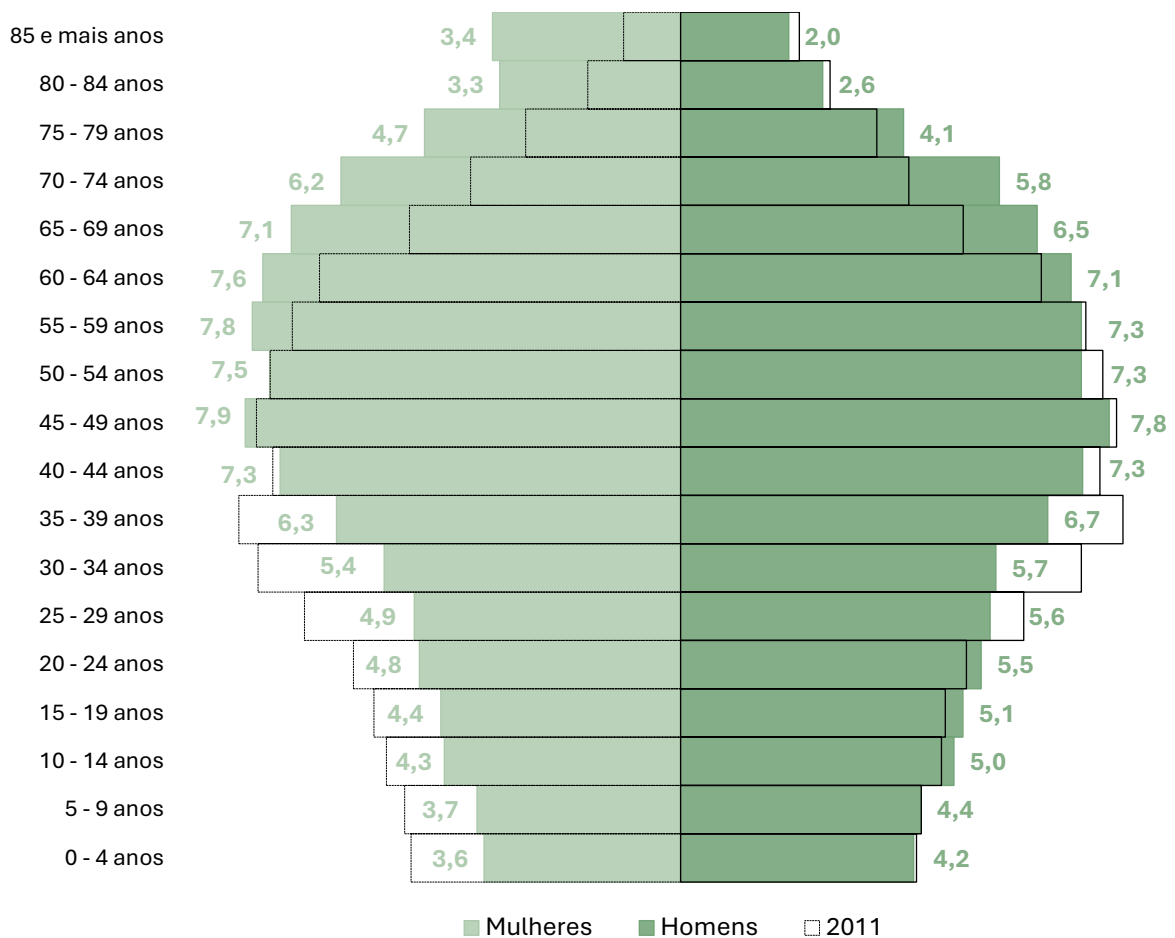
Figura 2 | Densidade populacional em Matosinhos, por Uniões de Freguesia (v.a. e %) | 2021



2.1.2. Estrutura etária

Tal como se pode ver em baixo, a distribuição da população residente no concelho de Matosinhos por grupos etários compõe uma figura que se afasta progressivamente da imagem de uma pirâmide devido à compressão da base, como consequência da diminuição da natalidade, e ao alargamento do topo na sequência de uma maior esperança de vida e aumento do número de pessoas que integram as faixas etárias mais velhas.

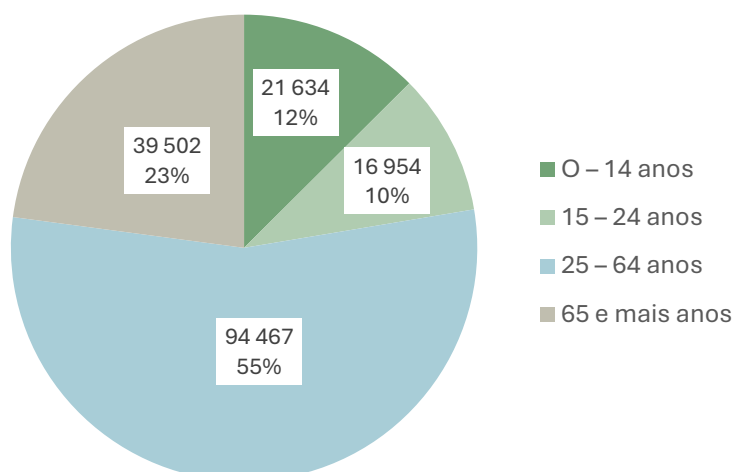
Figura 3 | Pirâmide etária da população residente de Matosinhos, por sexo (%) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Considerando os grandes grupos etários, predomina, como seria de esperar pois é o grupo mais alargado, a faixa dos 25-64 anos com 94 467 pessoas, o que corresponde a 54,7% da população residente. O segundo grande grupo de idades com maior número de pessoas residentes é o dos 65 e mais anos, com 39 502 efetivos, abrangendo 22,9% da população do concelho. A menor predominância de indivíduos está entre os 14 e 25 anos, contabilizando 16 954 o que corresponde a 9,8%.

Figura 4 | População residente em Matosinhos, por grandes grupos etários (v.a. e %) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Comparando a estrutura etária da população do concelho de Matosinhos com a da Área Metropolitana do Porto (AMP) e do Continente, verificam-se grandes semelhanças, sendo de registar que a população do concelho se revela um pouco menos envelhecida do que a do Continente, mas um pouco mais do que a da AMP (vd. Tabela 2).

Tabela 2 | População residente em Matosinhos, na AMP e no Continente, por grandes grupos etários (%) | 2021

Grupo etário	Continente	AMP	Matosinhos
0 – 14 anos	12,8	25,5	12,5
15 – 24 anos	10,5	28,4	9,8
25 – 64 anos	53	17,2	54,7
65 e mais anos	23,7	28,9	22,9
Total	100	100	100

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Entre os diferentes concelhos que integram a AMP, Matosinhos ocupa a sexta posição, no que diz respeito à percentagem de população com idades até aos 14 anos, mas é, também, o sétimo concelho com percentagem mais elevada de população idosa.

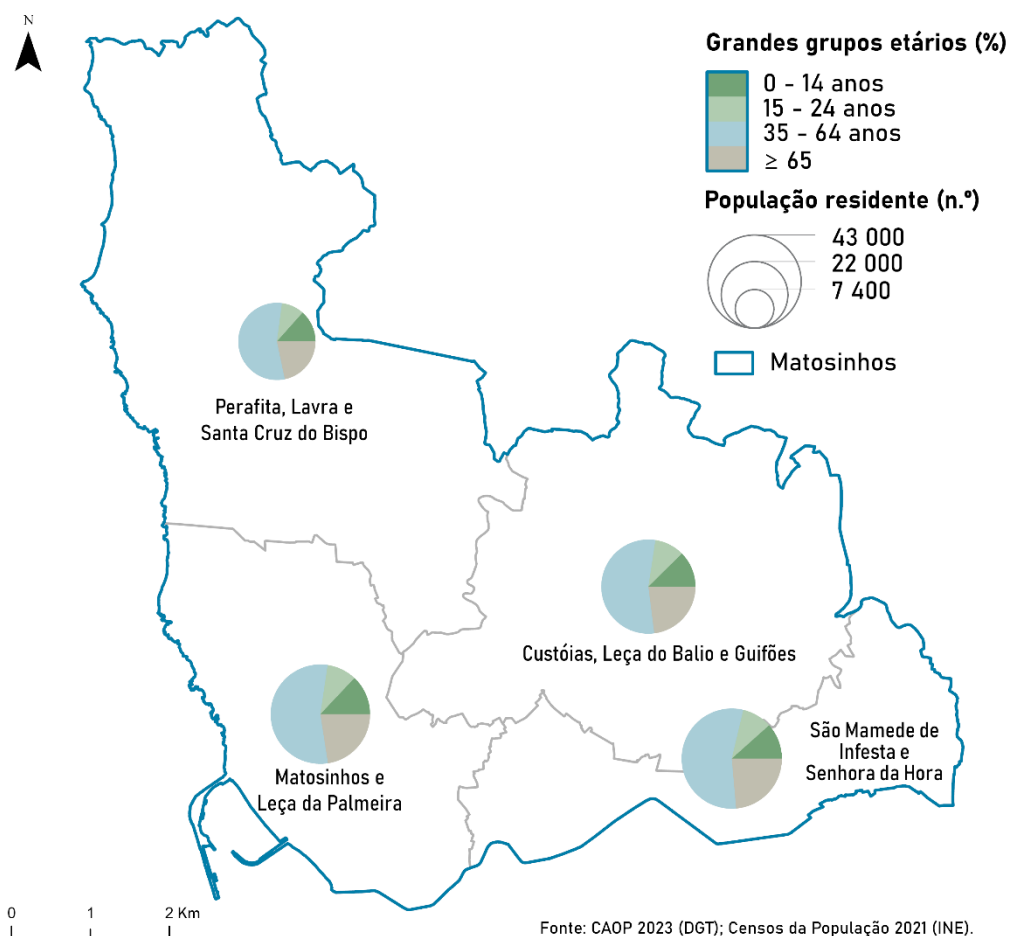
O território do concelho apresenta alguma heterogeneidade populacional. A UF de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora e a UF Custóias, Leça do Balio e Guifões são as que têm populações mais envelhecidas com, respetivamente 23,6% e 23% de pessoas com 65 e mais anos. Ao contrário, a UF de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo revela uma presença mais expressiva de crianças até aos 14 anos de idade: 13,4% face aos 12,5% no concelho, em geral.

Tabela 3 | População residente em Matosinhos, por grupos etários e por freguesias (%) | 2021

Grupo etário	U.F. de Custóias, Leça do Balio e Guifões	U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	U.F. de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	Concelho de Matosinhos
0 – 14 anos	12,4	13,1	13,4	11,6	12,5
15 – 24 anos	10,2	9,8	9,5	9,7	9,8
25 – 64 anos	54,4	55,4	55,4	55,1	54,7
65 e mais anos	23	22,8	21,7	23,6	22,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

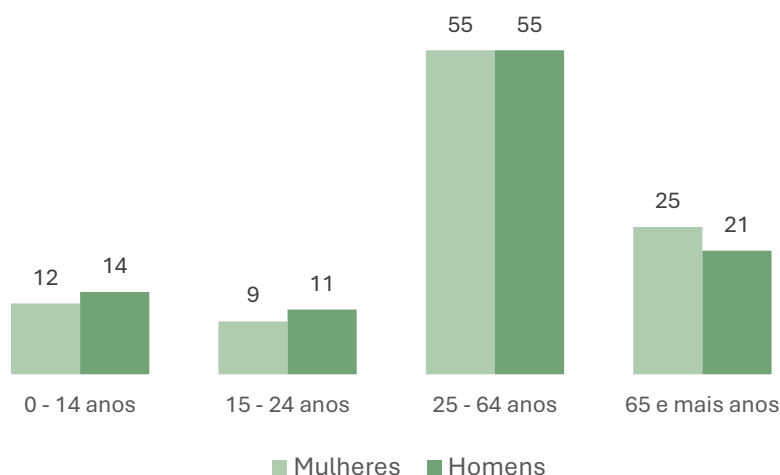
Figura 5 | População residente em Matosinhos, por grupos etários e por União de Freguesias (v.a. %) | 2021



Cruzando a informação sobre os grupos de idade com a presença de homens e de mulheres na população residente do concelho, verifica-se que, fruto de mais nascimentos de meninos, os elementos do sexo masculino predominam nos grupos mais novos. Por outro lado, resultado de uma maior esperança de vida, as mulheres têm uma maior presença nas faixas etárias mais velhas: 25% das mulheres, face a 21%

dos homens, integram o grupo dos 65 e mais anos ou, de uma outra perspetiva, 57% das pessoas idosas residentes no concelho são do sexo feminino.

Figura 6 | População residente no concelho de Matosinhos, por sexo e grupo etário (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De um modo mais detalhado, a tabela seguinte permite verificar as diferenças entre a presença de mulheres e de homens na população, por referência a grupos de idade quinquenais. É a partir dos 30-34 anos que a presença feminina se torna mais expressiva, atingindo o seu expoente máximo na faixa dos 75 e mais anos, onde se regista mais 3 398 mulheres do que homens.

Tabela 4 | População residente nas freguesias de Matosinhos, por sexo e grupo etário (v.a.) | 2021

Grupo etário	Homens	Mulheres	Diferença entre M e H
Menos de 15 anos	11 044	10 590	-454
15 - 19 anos	4 174	3 989	-185
20 - 24 anos	4 445	4 346	-99
25 - 29 anos	4 578	4 431	-147
30 - 34 anos	4 661	4 929	268
35 - 39 anos	5 431	5 721	290
40 - 44 anos	5 946	6 660	714
45 - 49 anos	6 337	7 242	905
50 - 54 anos	5 927	6 834	907
55 - 59 anos	5 925	7 125	1 200
60 - 64 anos	5 774	6 946	1 172
65 - 69 anos	5 271	6 473	1 202
70 - 74 anos	4 715	5 651	936
75 ou mais anos	6 997	10 395	3 398
Total	81 225	91 332	10 107

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Olhando para a distribuição da população, em função do sexo, por freguesia, verifica-se que em todas as Uniões há mais mulheres do que homens

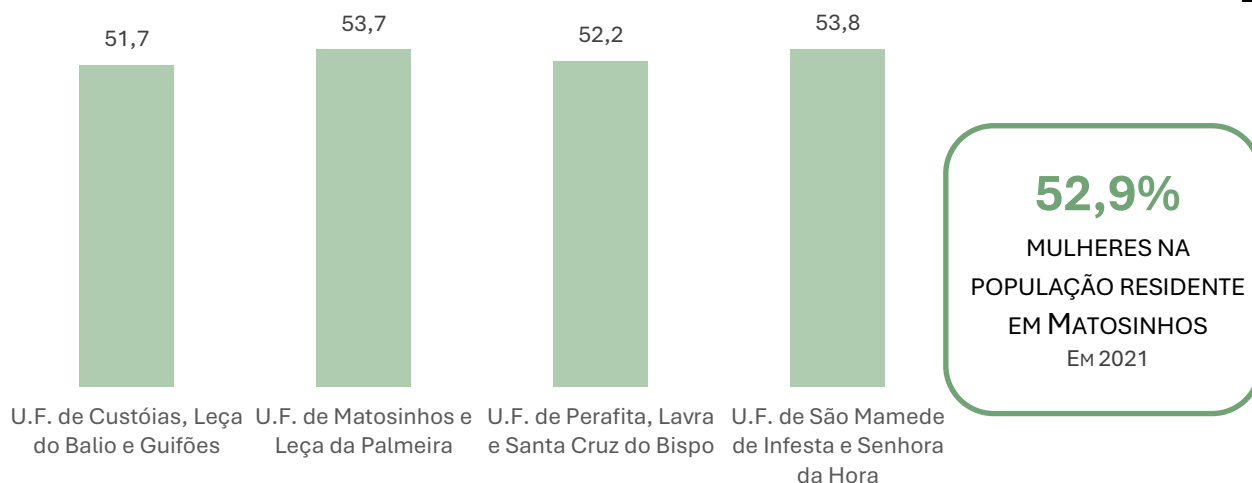
Tabela 5 | População residente nas freguesias de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2021

União de Freguesias	Total	Homens	Mulheres
U.F. de Custóias, Leça do Balio e Guifões	44 045	21 279	22 766
U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	49 034	22 722	26 312
U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	29 646	14 180	15 466
U.F. de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	49 832	23 044	26 788
Total	172 557	81 225	91 332

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No entanto, são duas as Uniões de Freguesia que se destacam por apresentarem um peso da população feminina superior ao do total do concelho. São elas a UF de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora – que simultaneamente se apresenta como uma das mais envelhecidas – e a UF de Matosinhos e Leça da Palmeira.

Figura 7 | Percentagem de mulheres na população residente no concelho de Matosinhos, por freguesia | 2021

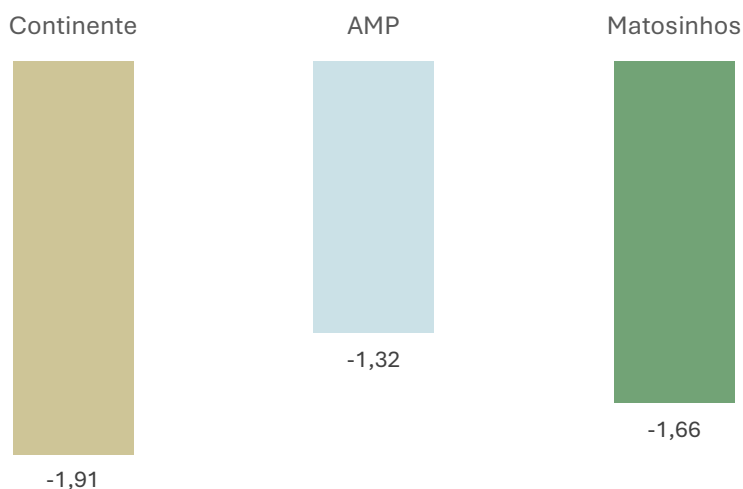


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

2.2. Evolução da população residente no concelho na última década

Entre 2011 e 2021, Matosinhos perdeu 2 921 residentes o que corresponde a - 1,66%. Esta percentagem é, como se pode ver na figura seguinte, inferior à registada no Continente (-1,91%), mas superior à verificada na Área Metropolitana do Porto (AMP).

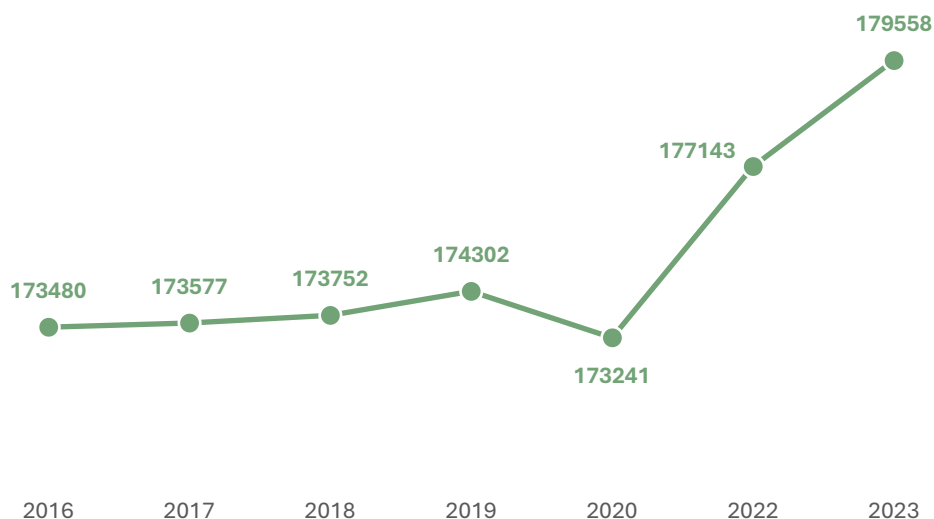
Figura 8 | Taxa de variação da população residente no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (%) | 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Para uma análise mais detalhada da evolução populacional usamos as estimativas anuais da população. Esta fonte dá conta de um crescimento populacional moderado, mas contínuo de 2016 até 2019. A tendência de crescimento é quebrada em 2020 (e 2021, segundo o Censos) registando-se, neste período, uma perda de população, à qual não serão alheios a pandemia de COVID-19 e o associado aumento da mortalidade. O ano de 2022 foi já de recuperação atingindo-se, em 2023, o valor mais elevado de população residente dos anos em análise: 179558 pessoas, de acordo com as estimativas anuais. Esta linha não contínua da evolução da população é comum ao país, em geral, onde, em 2023, passam a existir mais 2415 pessoas do que no ano de 2022 (cfr. Pordata, 2023).

Figura 9 | População residente no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2023²

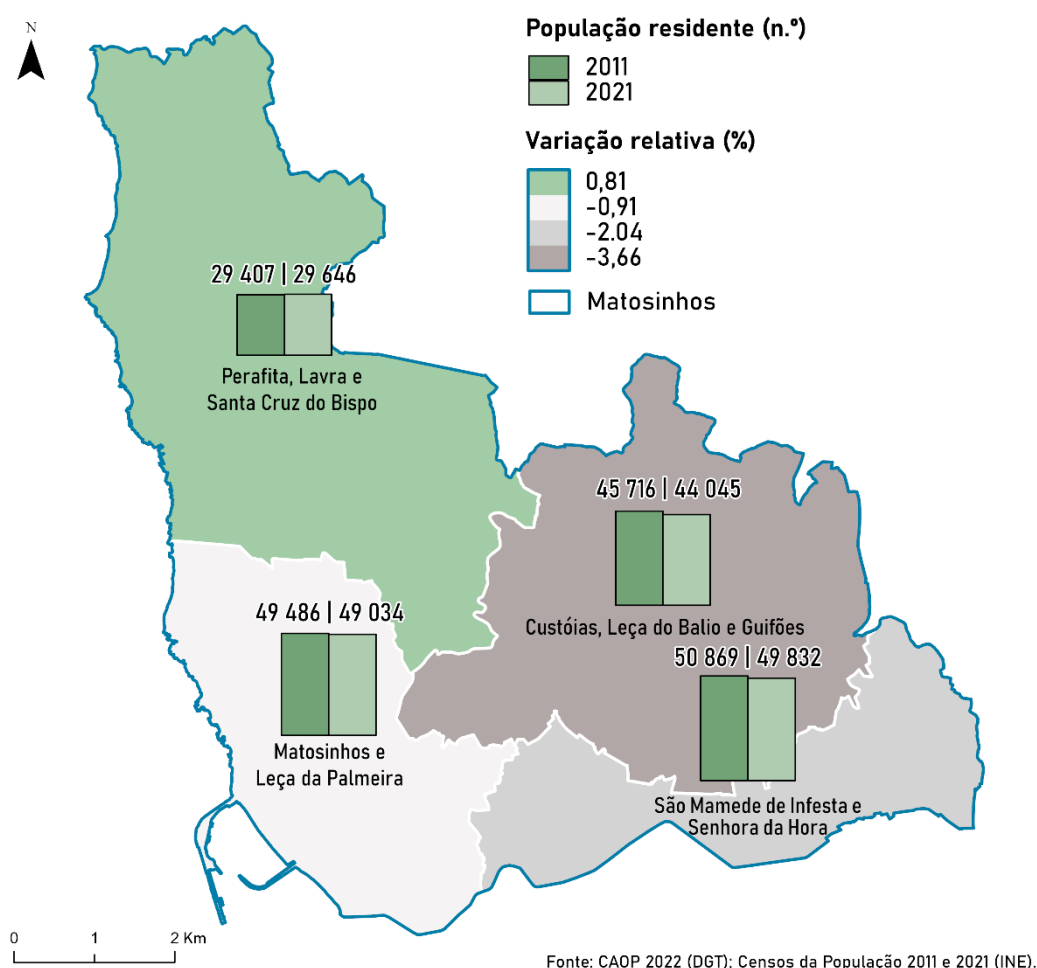


Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

² Não foi incluído no gráfico o valor correspondente a 2021 por ter outra fonte de dados associada, neste caso os Censos 2021.

Retomando os dados do Censos 2021, que permite uma abordagem por freguesia, verifica-se que no período intercensitário, a diminuição da população residente se registou em quase todas as Uniões de Freguesia. Curiosamente, a exceção aconteceu na União de Freguesias menos populosa (Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo) tendo-se mesmo verificado aí um ligeiro aumento da população residente (+0,8%). Por outro lado, a UF de Custóias, Leça do Balio e Guifões foi aquela que sofreu o decréscimo populacional mais acentuado (-3,7%), seguida da UF de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora.

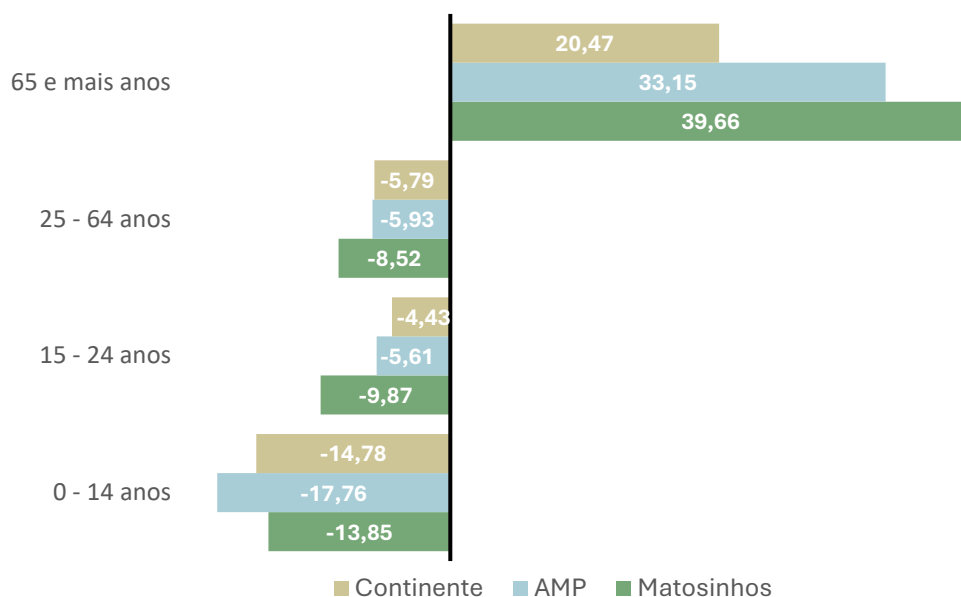
Figura 10 | Taxa de variação da população residente no concelho de Matosinhos, por freguesia (%) | 2011-2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Uma diminuição da população residente tenderá a afetar todos os grupos etários. Contudo, no período em questão, o grupo das pessoas com 65 e mais anos continuou a aumentar os seus efetivos em quase 40%, tal como se pode ver na figura em baixo. Comparando com o Continente, e com a AMP, Matosinhos foi, aliás, o território onde se verificou um aumento mais expressivo da população idosa, entre 2011 e 2021.

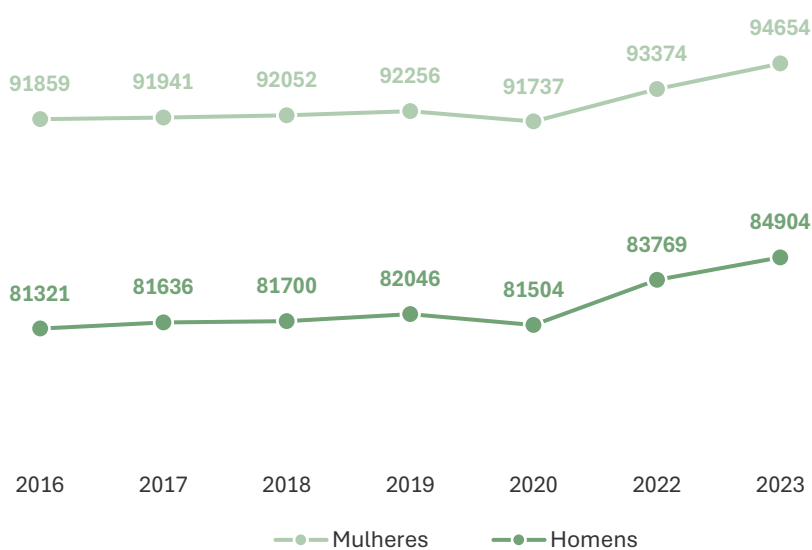
Figura 11 | Taxa de variação da população residente no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por grupo etário (%) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A evolução do número de homens e de mulheres residentes no concelho de Matosinhos segue a mesma tendência, como se pode ver na figura em baixo. No entanto, entre 2016 e 2023, o ritmo de crescimento do número de mulheres é superior ao dos homens.

Figura 12 | População residente no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2016-2023³



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

³ Não foi incluído no gráfico o valor correspondente a 2021 por ter outra fonte de dados associada, neste caso os Censos 2021.

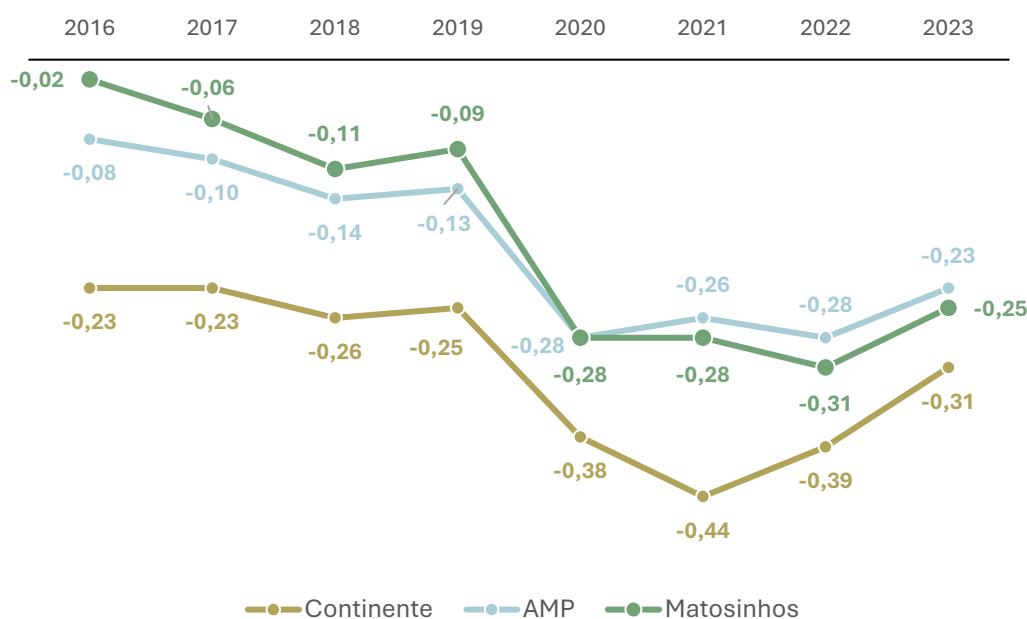
2.3.O decréscimo da natalidade

A taxa de crescimento natural⁴ é um dos indicadores complementares a uma análise da evolução da população.

Através da figura abaixo é possível verificar que, desde 2016, a taxa de crescimento natural é negativa em Matosinhos, assim como no Continente e na AMP. Ou seja, ao longo do período considerado, em todas as três áreas geográficas se vai acentuando a tendência para o número de nascimentos não compensar o número de óbitos, dando-se origem a taxas de crescimento natural cada vez mais negativas. Devido à pandemia da COVID-19, os valores mais negativos surgem em 2021, verificando-se no ano seguinte um abrandamento da tendência sem que, no entanto, se voltem a registar os valores do período pré-pandémico.

A situação de Matosinhos encontra aqui algumas especificidades. O concelho apresentava, antes da pandemia, uma taxa de crescimento natural menos negativa do que o Continente e do que a AMP, mas a partir de 2020 troca de posição com a AMP e passa a ter uma taxa de crescimento natural um pouco mais negativa do que a região em que se insere (-0,25 por comparação com -0,23 da AMP).

Figura 13 | Taxa de crescimento natural no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (%) | 2016-2023



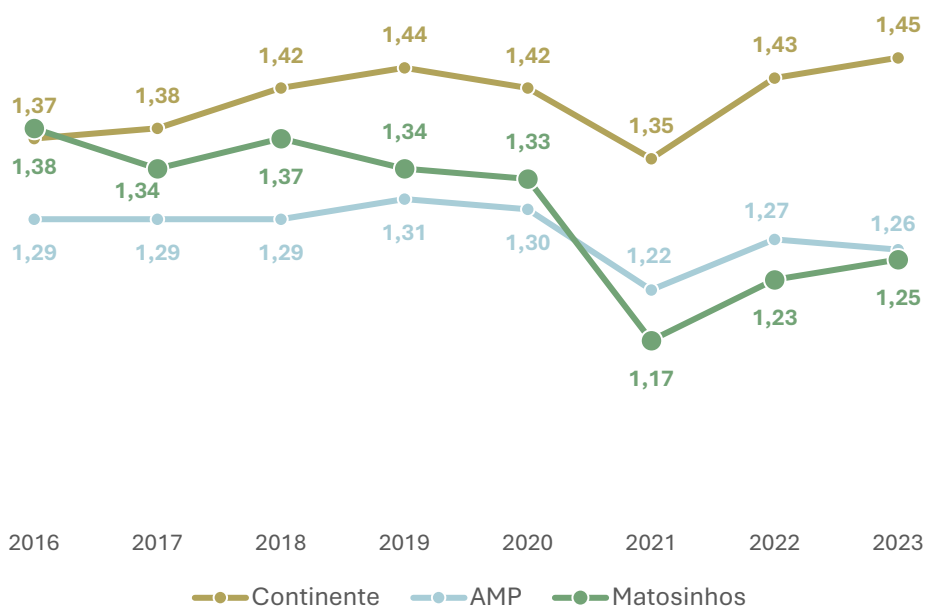
Fonte: INE, Indicadores demográficos

Para uma melhor compreensão da evolução da taxa de crescimento natural, importa analisar os indicadores associados à natalidade.

⁴ A taxa de crescimento natural é a diferença entre a taxa de natalidade e da taxa de mortalidade.

Em primeiro lugar, atente-se no índice sintético de fecundidade⁵ em relação ao qual, até 2020, Matosinhos apresenta valores mais elevados do que a AMP. Em 2021 aquele índice desce de modo muito mais acentuado no concelho de Matosinhos, do que no Continente e na AMP e, embora suba a partir de então, Matosinhos passa a apresentar os valores mais baixos, tal como consta na figura afastando-se do Continente e longe dos 2,1 necessários para uma reposição de gerações.

Figura 14 | Índice sintético de fecundidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) | 2016-2023



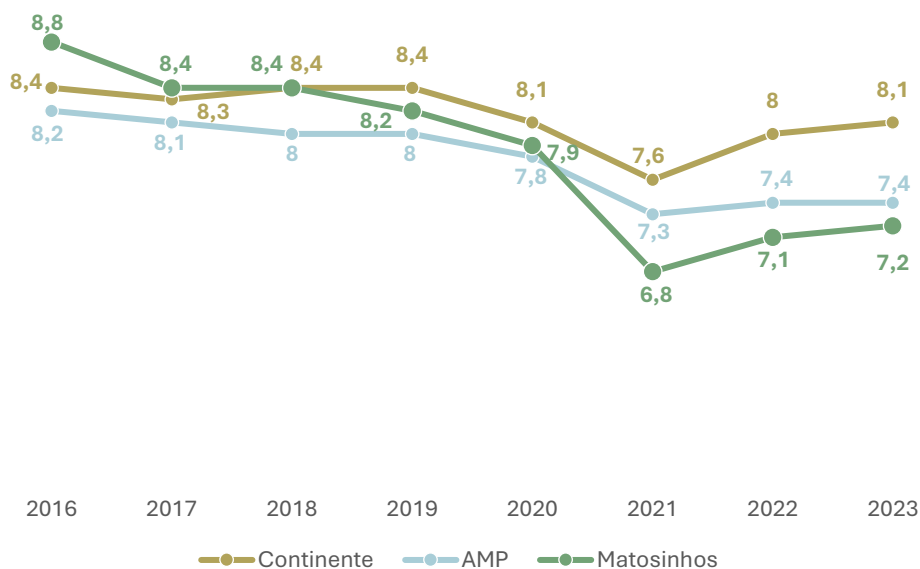
Fonte: PORDATA - INE - Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas de Nados-Vivos

À semelhança do que acontece com o índice de fecundidade, também a taxa bruta de natalidade tem vindo a diminuir desde 2016, ano em que o concelho de Matosinhos apresentou o valor mais elevado no contexto da série temporal considerada.

Apesar de haver um caminho descendente iniciado em 2017, com uma fase de estabilização em 2018 e 2019, em 2021 a pandemia provocou uma quebra acentuada que, à semelhança do que se verificou em relação a outros indicadores, faz com que Matosinhos apresente valores mais baixos do que os do Continente e da AMP, mesmo após alguma recuperação em 2022.

⁵ O índice sintético de fecundidade é o número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade.

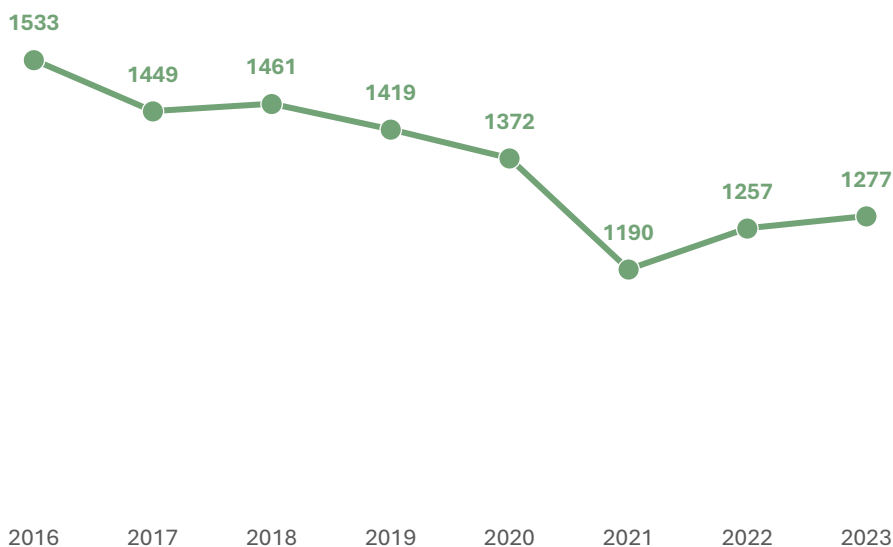
Figura 15 | Taxa bruta de natalidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) | 2016-2023



Fonte: INE, Indicadores demográficos

Naturalmente que uma baixa natalidade se traduz numa diminuição do número de nascimentos. Com efeito, o total de nados-vivos tem vindo a decrescer mais acentuadamente desde 2019, apresentando em 2021 o seu número mínimo. Em 2023 nasceram no concelho 1 277 bebés (643 meninos e 634 meninas), menos 256 do que o registado em 2016, mas mais 87 do que em 2021. 15,7% destas crianças são filhas/os de mães de nacionalidade estrangeira.

Figura 16 | Total de nados-vivos no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2011-2023



Fonte: INE, Nados-vivos

O aumento da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho é, sem dúvida, um fator condicionante no número de nados-vivos. Não havendo dados referentes a Matosinhos toma-se como referência a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho na AMP que, em 2022, se situava nos 31 anos, ou seja, mais um ano do que em 2016.

O adiamento do projeto de maternidade/paternidade é uma realidade muito presente nas famílias portuguesas por diversos motivos. Entre as razões enunciadas pelas mulheres para um tal adiamento destaca-se o desejo de ter um cônjuge com o perfil certo, bem como a necessidade de estabilidade de emprego quer para si própria, quer para o cônjuge ou companheiro.

Estas alterações de comportamento face à maternidade/paternidade tem as suas repercussões, na estrutura demográfica da população e na composição das famílias. Assim, entre o Censos de 2011 e o de 2021 regista-se, no concelho de Matosinhos:

- Diminuição da dimensão média das famílias: 2,6 em 2011 para 2,4 em 2021.
- Diminuição do número de famílias com crianças. No concelho de Matosinhos, segundo dados dos Censos de 2011 eram 22,8% os núcleos familiares com pelo menos uma criança. Em 2021, esse valor desceu para 19,1%. Dito de outra forma, os núcleos onde não existem crianças passam de cerca de 67%, em 2011 para 71% em 2021.
- Tendência para o “filho único”: de entre as famílias com crianças a maior parte tem apenas uma criança, constituindo 63% dos núcleos familiares com filhos/as.

Tabela 6 | Núcleos familiares no concelho do Matosinhos (%) | 2011 e 2021

Ano	Sem crianças	Com 1 criança	Com 2 crianças	Com 3 ou mais crianças
2011	66,9	22,8	8,9	1,3
2021	71,0	19,1	8,7	1,1

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Estas alterações não são específicas do concelho de Matosinhos. Portugal é, aliás, considerado um país de “filhos únicos” pois “apenas 27% das famílias têm crianças e, entre estas, quase 2/3 têm apenas um filho. É o 1º país da UE com maior proporção de agregados domésticos só com um filho, no total das famílias com filhos.” (Pordata, 2023)⁶

⁶ Pordata, 2023. Pordata Retrata Perfil da População Portuguesa. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: https://ffms.pt/sites/default/files/2024-07/PR%20DIA%20POPULA%C3%87%C3%83O%202024_VF.pdf?_gl=1*162htqg*_up*MQ..*_ga*MTQzMjc0NzI2LjE3MjA2MjgzMzY.*_ga_N9RLJ8M581*MTcyMDYyODMzNS4xLjAuMTcyMDYyODMzNS4wLjAuMA.

2.4.A importância dos movimentos migratórios

A estrutura demográfica de um qualquer território é influenciada por diversos fatores internos à própria população residente – nomeadamente a natalidade e os óbitos - mas também por movimentos de entradas e saídas de pessoas.

A nível europeu, e em países progressivamente envelhecidos como Portugal, a imigração emerge como um dos fatores que mais tem contribuído para um certo equilíbrio demográfico: “Quando a fecundidade de um país não assegura a substituição de gerações, as migrações assumem também um papel fundamental na gestão das consequências do envelhecimento e declínio populacional.” (Oliveira, 2023: 65)⁷

Em Portugal, nos anos 90, e na primeira década do século XXI, foi a imigração que compensou um saldo natural tendencialmente baixo. No entanto, houve períodos de abrandamento da imigração que, conjugados com o aumento da emigração, deram origem a saldos migratórios negativos sem capacidade para contrabalançar saldos naturais também eles negativos.

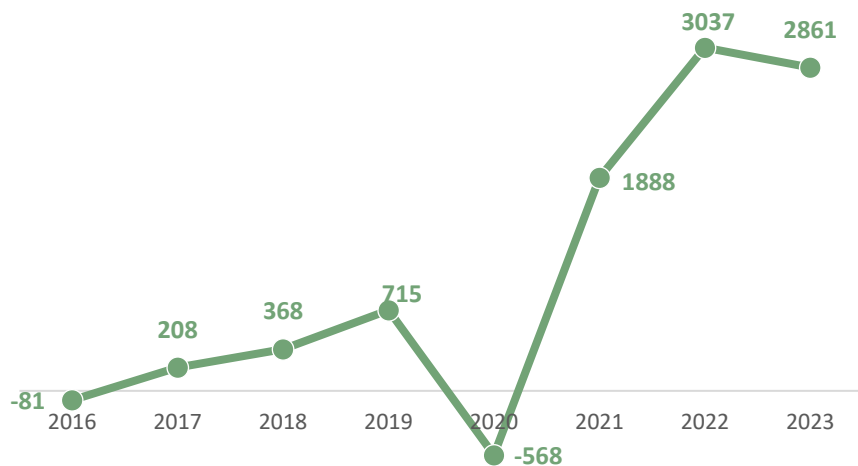
Tal aconteceu entre 2011 e 2018, anos em que a imigração não conseguiu evitar o decréscimo da população no país. “Em 2019 e 2020, porém, Portugal consegue reverter esta tendência da última década, voltando a assumir um saldo total positivo.” (Oliveira, 2022: 63).

Tal como refere Peixoto et al. ‘Portugal precisa de imigrantes e não pode perder tantos emigrantes. A existência de saldos migratórios positivos (mais entradas do que saídas) é vital para a sustentabilidade do país’ (cit in Oliveira, 2022: 75).

Em linha com o que se verificou no país, o concelho de Matosinhos apresenta saldos migratórios positivos entre 2017 e 2019, mas aqui o efeito da COVID 19 faz-se sentir de forma muito expressiva levando a mais saídas do que entradas de população. Já em 2021 retoma-se a tendência para saldos migratórios positivos cujos valores, muito acima dos verificados anteriormente, têm aumentado de forma progressiva atingindo os 2 861, em 2023.

⁷ Oliveira, Catarina, 2023. Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2023. Lisboa. Observatório das Migrações. Disponível em: [Relatorio Estatistico Anual - Indicadores de Integracao de Imigrantes 2023.pdf \(europa.eu\)](#).

Figura 17 | Saldo migratório no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2023



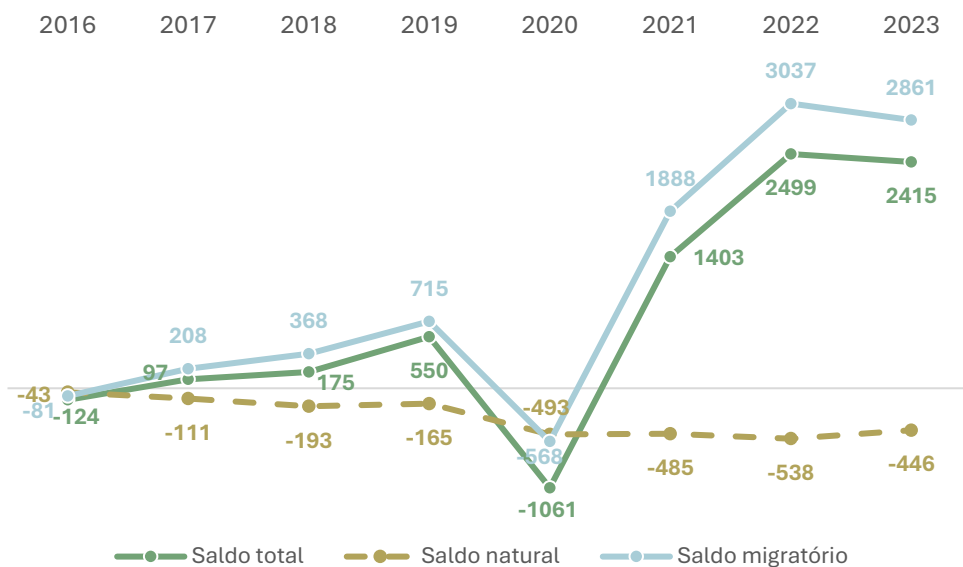
Fonte: INE, Indicadores demográficos

Os movimentos migratórios em direção ao concelho podem ter duas origens: internas ao próprio país ou externas, com origem noutros países.

A informação disponível aponta, de facto, para um forte crescimento do número de pessoas residentes no concelho de Matosinhos oriundas de outros países. Considerando apenas as pessoas com estatuto legal de residência o seu número passa de 2 761, em 2016, para 7 373, em 2022.

Pode, pois, dizer-se que é a imigração que tem contribuído para estancar o decréscimo de população residente no concelho e para inverter os efeitos de saldos naturais sistematicamente negativos, tal como se pode ver no gráfico em baixo. Com exceção do ano de 2020, em que a saída de população foi superior à entrada, nos anos seguintes é o saldo migratório que vai fazer com que o saldo populacional total seja positivo, proporcionando, assim, o crescimento da população residente.

Figura 18 | Saldo natural, saldo migratório e saldo populacional total, no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2023

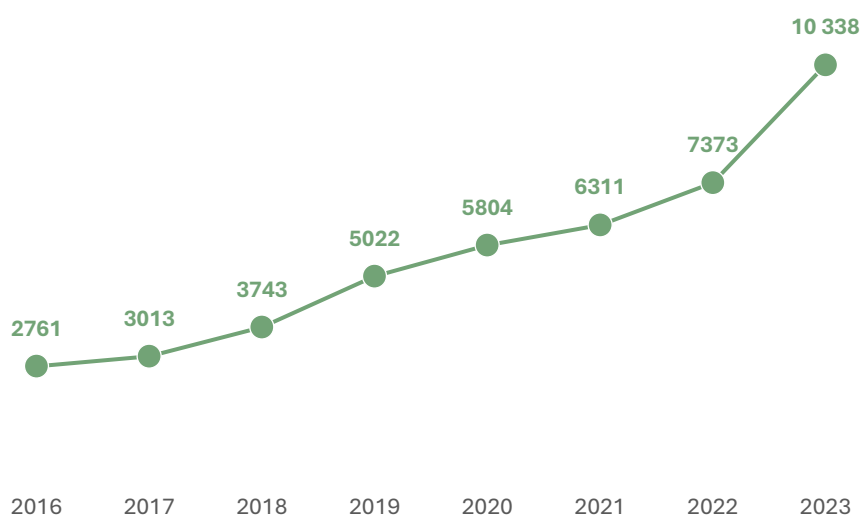


Fontes/Entidades: INE, PORDATA.

3.Imigração

Na sequência do que foi referido no capítulo anterior, depreende-se que, nos últimos anos, a imigração tendo Portugal como país de destino tem vindo a aumentar o que se reflete também no concelho de Matosinhos. Em 2023 residiam no concelho 10 338 pessoas com estatuto legal de residência: mais 8 322 do que em 2016, o que significa +274,4%.

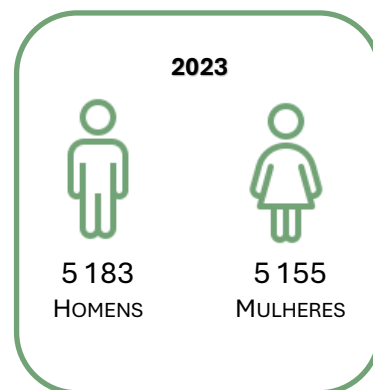
Figura 19 | Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos (v.a.) | 2016 - 2023



Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente. Última atualização: 2024-09-20

Entre as pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência no concelho há, no último ano considerado, um equilíbrio entre o número de mulheres e de homens, o que pode anunciar a inversão da tendência, que se tinha vindo a verificar, para uma feminização dos fluxos migratórios que se dirigem a Matosinhos, tal como se pode verificar na figura em baixo.

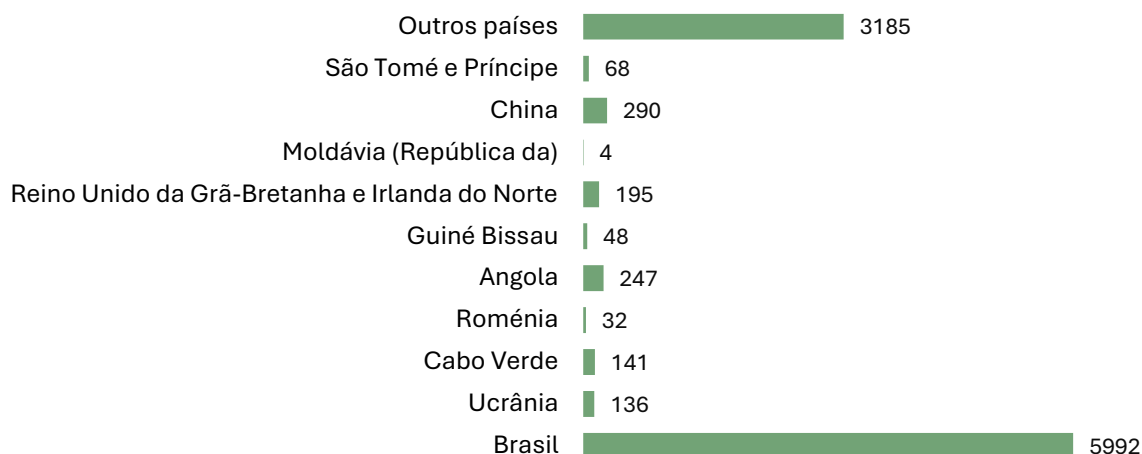
Figura 20 | Mulheres estrangeiras no total de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos, por sexo (%) | 2016-2023



Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente. Última atualização: 2024-09-20

Entre as pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência no concelho de Matosinhos sobressai a presença da nacionalidade brasileira. Em 2023 eram 5 992 as pessoas brasileiras a viver no concelho, ou seja, 57% do total de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência

Figura 21 | Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência em Matosinhos, por nacionalidades (v.a.) | 2023



Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente. Última atualização: 2024-09-20

As pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência representam, em 2023, 5,8% do total de população do concelho. Esta percentagem coloca Matosinhos em quarta posição no contexto da AMP, mas situa o concelho abaixo da percentagem verificada para o Continente (10,1%). De notar é ainda, porém, que Portugal assume apenas “o décimo oitavo lugar entre os 27 países do espaço europeu com estrangeiros residentes.” (Oliveira,2023:19)

Tabela 7 | Pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência no Continente, na AMP e nos concelhos da AMP (%) | 2023

Concelhos da AMP	%
Porto	14,3
São João da Madeira	8,1
Póvoa de Varzim	6,6
Matosinhos	5,8
Vila Nova de Gaia	5,6
Vila do Conde	4,8
Maia	4,4
Trofa	4,0
Espinho	3,9
Vale de Cambra	3,9
Gondomar	3,3
Oliveira de Azeméis	3,0
Valongo	2,9
Santa Maria da Feira	2,1
Paredes	2,1
Santo Tirso	1,7
Arouca	1,2

Continente **10,1%**
AMP **5,6%**
Matosinhos **5,8%**

Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente. Última atualização: 2024-09-20

Se estes números anteriores dizem respeito às pessoas que têm a sua situação regularizada a estas acrescem as que procuram a obtenção do estatuto legal de residência. Assim, as estatísticas oficiais dão conta de que, no ano de 2023, aquelas últimas perfazem um total de 3 472 (1 882 homens e 1 590 mulheres).

O Censos de 2021, que recenseia as pessoas residentes em função da sua nacionalidade, independentemente da sua situação estar regularizada, aponta, curiosamente, para um número de pessoas estrangeiras a residir em Matosinhos um pouco inferior ao das estatísticas do (então) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para o mesmo ano. Assim, de acordo com o Censos 2021 eram 5 239 pessoas com nacionalidade estrangeira a residirem no concelho de Matosinhos, das quais 2 339 homens (44,6%) e 2 900 mulheres (55,4%).

No território, estas pessoas concentram-se, sobretudo, na União de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira (2 162) e na União de Freguesias de S. Mamede Infesta e Senhora da Hora (1 779), o que, para além de apresentarem maiores números absolutos, torna estas uniões as que em maior proporção acolhem população estrangeira: 4,4 % e 3,6%, respetivamente.

Figura 22 | População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, por Uniões de Freguesias (v.a.) | 2021

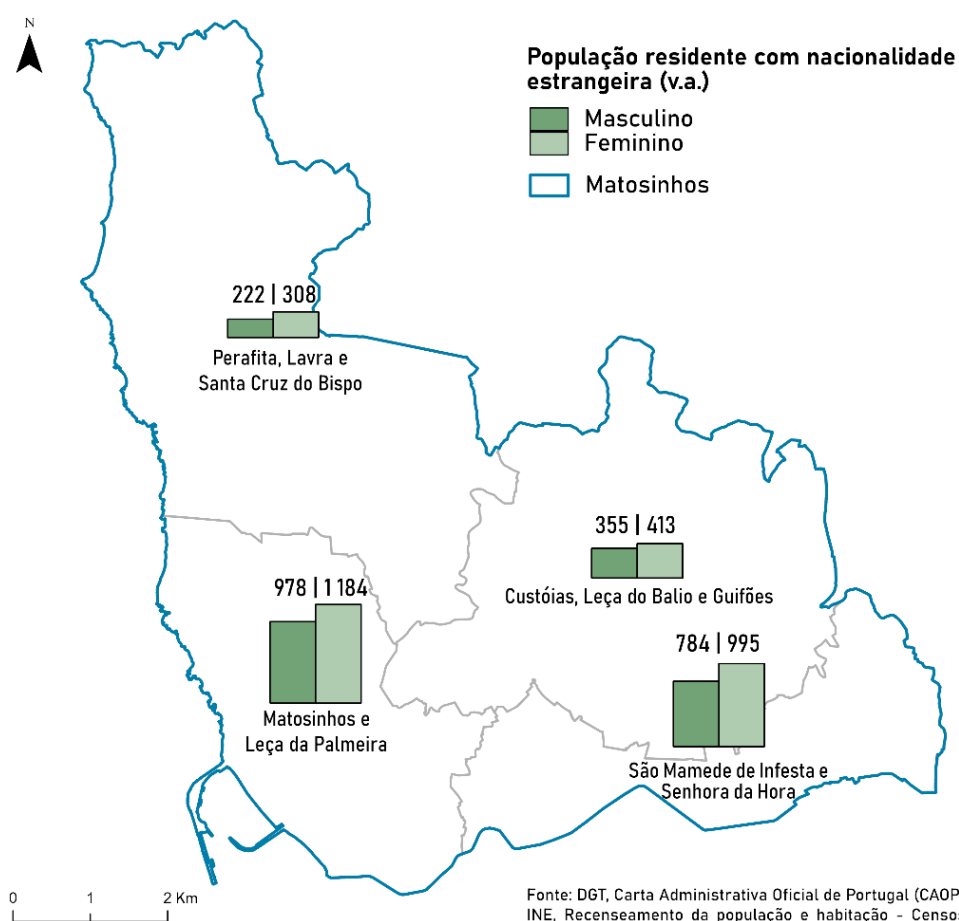
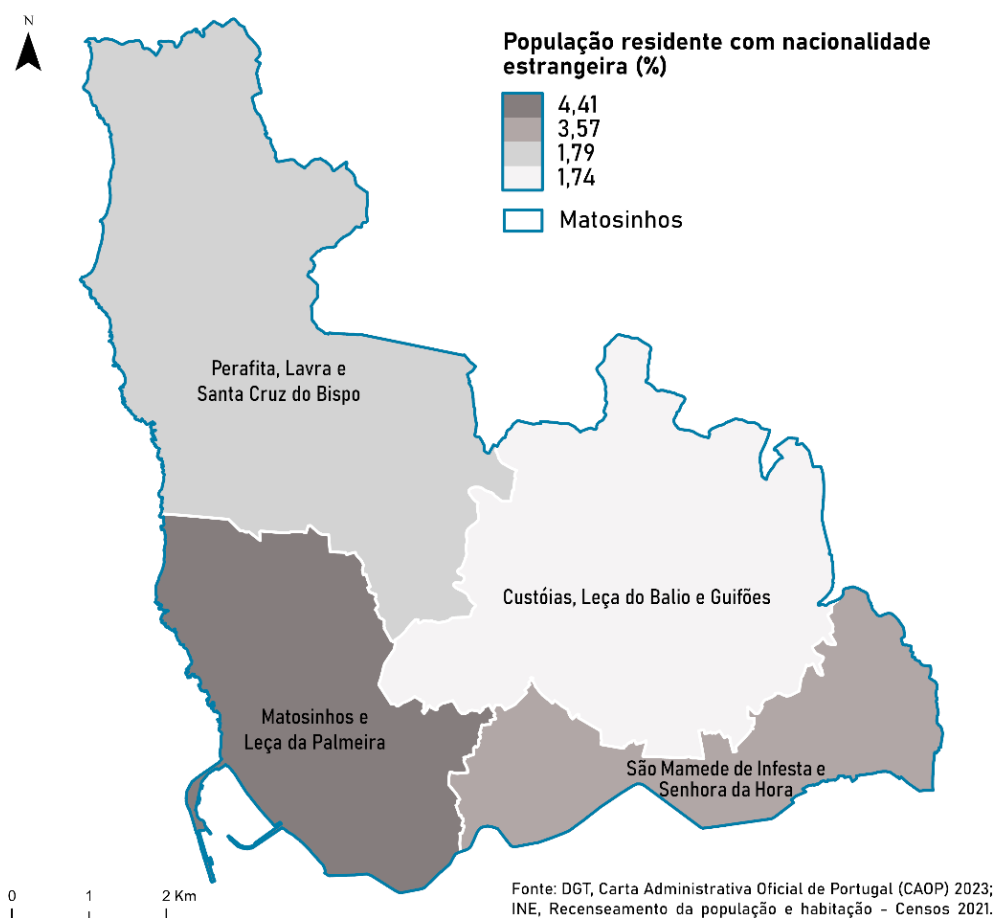
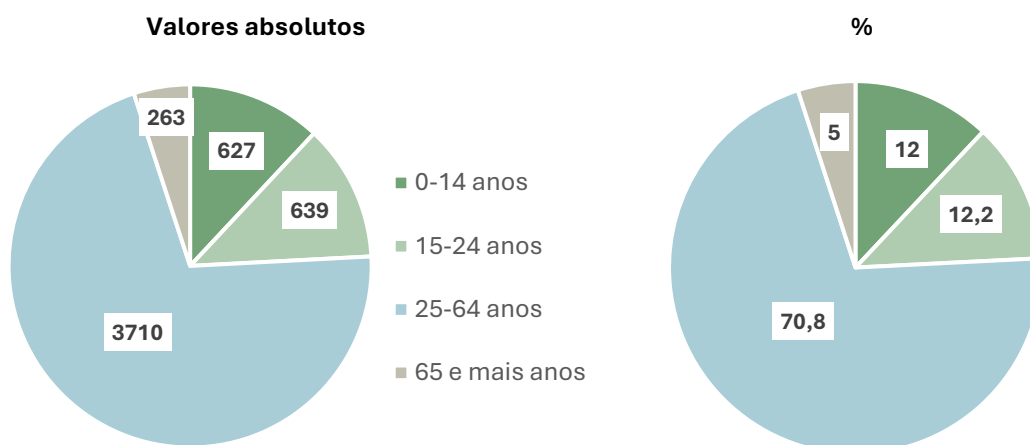


Figura 23 | População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, Uniãos de Freguesias (%) | 2021



Considerando, ainda, os dados do Censos de 2021, verifica-se que a população estrangeira residente em Matosinhos é maioritariamente uma população em idade ativa: cerca de 71% tem idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos; 12,2% situa-se na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Isto significa que estes indivíduos não só terão um papel ativo na economia como, na medida em que irão viver a idade reprodutiva no país de acolhimento podem contribuir para a natalidade do país.

Figura 24 | População residente no concelho de Matosinhos com nacionalidade estrangeira, por idade (v.a. e %) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

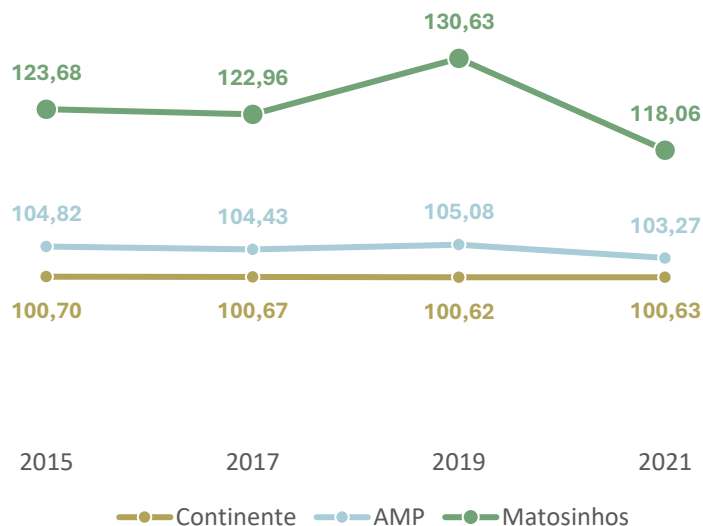
4. Rendimentos e poder de compra

Segundo as Estatísticas do Rendimento ao Nível Local, referentes a 2022 e divulgadas pelo INE em 2024,⁸ o valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo foi 10 679 € em Portugal. Matosinhos é um dos 70 concelhos do país com valor superior nacional - 11 514€ - e o terceiro da AMP, a seguir ao Porto (11 975 €) e a Maia (11 914 €).

No que diz respeito a ganhos provenientes do trabalho por conta de outrem, e como se analisará mais em detalhe no capítulo 7. Matosinhos revela de novo uma situação favorável, sendo o segundo concelho da AMP com um ganho médio mensal mais elevado (1 536,50€).

Estes factos tornam o concelho um dos com maior poder de compra *per capita* tanto no contexto da AMP, como no âmbito do país continental. Com efeito, e tal como se pode ver na figura em baixo, ao longo dos anos considerados o concelho apresenta sempre valores referentes ao poder de compra *per capita* mais elevados do que os do Continente e os do conjunto de municípios da AMP. Apesar de tudo, entre 2019 e 2021, e tal como se pode ver na figura seguinte, o poder de compra per capita no concelho apresenta uma quebra muito mais acentuada do que nos outros dois territórios de referência ao que não será alheio os impactos da pandemia.

Figura 25 | Poder de compra *per capita*, no Continente, AMP e Matosinhos | 2015, 2017, 2019 e 2021



Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio

⁸ INE, 2024. *Estatísticas do Rendimento ao Nível Local - Indicadores de rendimento declarado no IRS 2022*. Destaque, 25 de julho 2024.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=646110981&DESTAQUESmodo=2.

Considerando o coeficiente de Gini⁹, indicador de desigualdades na distribuição de rendimento, verifica-se que Matosinhos é um dos concelhos com maior desigualdade a nível nacional. Ou seja, ainda de acordo com as Estatísticas do Rendimento ao Nível Local, Matosinhos é um dos 32 municípios com um coeficiente de Gini (36,1%) superior à referência nacional (35,7%), sendo o segundo concelho mais desigual a seguir ao Porto (40,1%). Ainda no contexto nacional Matosinhos é um dos catorze que conjugam coeficiente de Gini elevado com rendimentos médios acima dos valores nacionais.

⁹ O coeficiente de Gini assume valores entre 0 (quando todas as pessoas têm igual rendimento) e 100 (caso todo o rendimento se concentre numa única pessoa).

Parte 2

**| Direitos e
Cidadania**

5. Educação

A educação tem vindo a ser considerada como uma estratégia para a construção de sociedades mais justas e menos desiguais e como um estímulo para o desenvolvimento do potencial de cada pessoa.

A educação como um direito de todos os indivíduos está enunciada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por outro lado, a Convenção sobre os Direitos da Criança, no seu artigo 28 nota que os “Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades (...)”.

No espírito de tais documentos, a Constituição da República Portuguesa (revisão de 1997) estabelece os direitos sociais básicos dos cidadãos no que respeita à educação, nos seus artigos 73º, 74º, 76º e 77º. De acordo com esta legislação fundamental, a educação surge como um direito universal, cabendo ao Estado a promoção da democratização da educação, bem como das demais condições que contribuam para a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância (...) (Artigo 73º).

Mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelece como um dos seus objetivos uma “Educação de Qualidade” que permita garantir o acesso de todas as meninas e meninos à educação pré-escolar e à conclusão do ensino primário e secundário com resultados de aprendizagem relevantes e eficazes; que permita assegurar a igualdade de acesso à educação profissional e à universidade por parte de homens e de mulheres, eliminando as disparidades de género na educação.

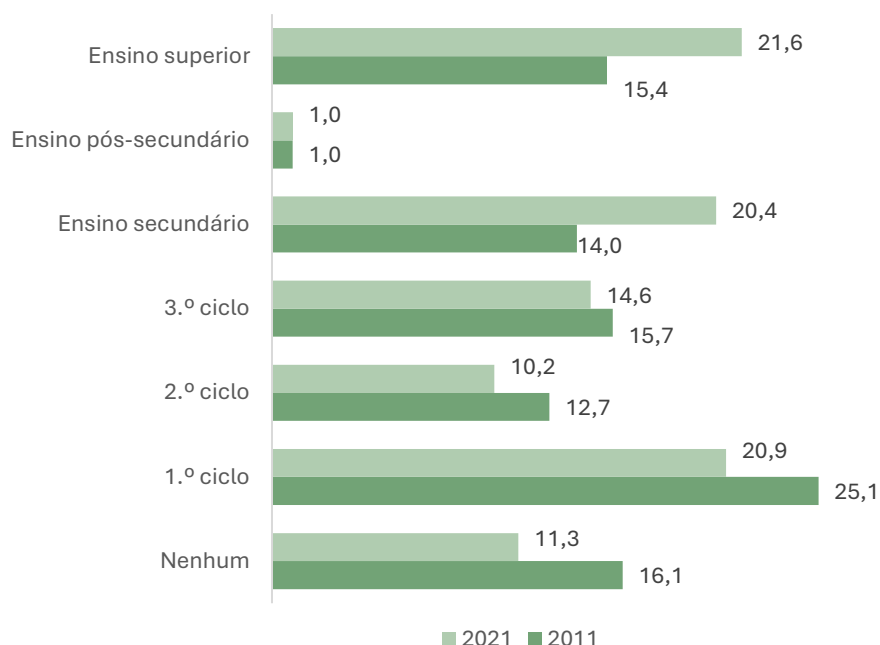
Por outro lado, a Estratégia Nacional de Combate à pobreza 2021-2030 considera que “a educação é uma das formas mais eficazes de combate à pobreza”. Com efeito, os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, revelam que as pessoas que completaram, no máximo, o ensino básico apresentam uma taxa de risco de pobreza de 22,7%. Esta taxa desce para 5,8% para quem alcançou o ensino superior.

5.1. População mais escolarizada

O aumento da escolaridade da população portuguesa é bastante notório nos dados censitários. Entre 2011 e 2021, em Portugal, a percentagem da população residente com ensino superior passou de 13,9% para 19,8%. Acresce que, as pessoas com o ensino secundário e pós-secundário representam 24,7%, quando em 2011 eram 16,7%.

Esta evolução é também evidente na população residente no concelho de Matosinhos. Com efeito, em 2021, a percentagem de pessoas sem qualquer nível de escolaridade diminui 4,8 pp face a 2011. Por outro lado, tal como se pode ver na figura em baixo, regista-se um aumento significativo da população com o ensino secundário e com o ensino superior em mais de 6 pp.

Figura 26 | População residente segundo o nível de escolaridade mais elevado completo no concelho de Matosinhos (%) | 2011-2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Uma comparação entre homens e mulheres, nos diferentes grupos etários, permite uma melhor compreensão da evolução positiva nos níveis de instrução alcançados pela população residente.

Com efeito, segundo os dados do Censos de 2021, 43,6% das pessoas do grupo dos 25 aos 44 anos têm o ensino superior, face a 9,9% na faixa dos 65 e mais. Por outro lado, entre as pessoas mais velhas, 10% não completou nenhum nível de escolaridade enquanto esta é uma realidade que, no grupo 20-24 anos, atinge apenas os 0,8% da população.

Apesar da melhoria verificada, o facto de haver, ainda que, uma pequena percentagem de pessoas jovens (20 e os 24 anos) que não concluíram qualquer nível de escolaridade – 0,8%, sendo que no caso dos homens chega ao 1% - não deixa de ser preocupante.

Outra evolução importante diz respeito ao facto de serem as mulheres nas idades inferiores a 65 anos quem, em maior número, alcança níveis de instrução mais elevados. É no grupo dos 25 aos 44 anos que o diferencial é maior, sendo que 50,3% das mulheres concluiu o ensino superior, enquanto a percentagem correspondente na população do sexo masculino é de apenas 36,6%.

Porém importa referir que, nos grupos etários mais velhos são ainda as mulheres que apresentam uma situação mais desfavorecida face à escolaridade já que são elas quem, em maior percentagem, não concluíram nenhum nível de ensino – 13,4% face a 5,6% entre a população masculina; são ainda elas quem, em maior proporção, se ficaram pelo 1º ciclo do ensino básico – 58% face a 53% entre os homens.

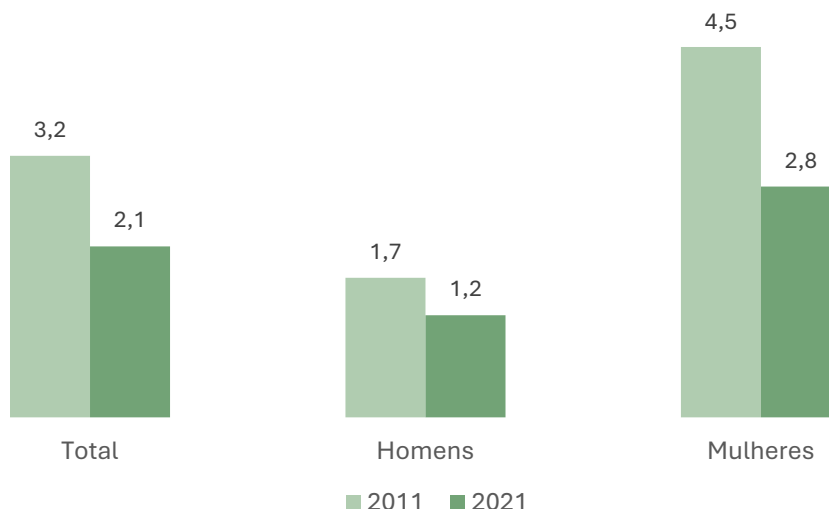
Tabela 8 | População segundo o nível de escolaridade completo, por grupos de idade e sexo (%) | 2021

Grupo etário	Nível de ensino	Total	Homens	Mulheres
20-24 anos	1º ciclo	0,4	0,3	0,5
	Básico 2º ciclo	2,2	2,7	1,6
	3º ciclo	10,7	13,0	8,4
	Secundário	57,8	59,0	56,5
	Pós-secundário	1,8	2,5	1,1
	Superior	26,3	21,4	31,3
	Nenhum	0,8	1,0	0,6
		100	100	100
25-44 anos	1º ciclo	1,9	2,3	1,6
	Básico 2º ciclo	6,1	7,6	4,7
	3º ciclo	15,1	17,5	12,7
	Secundário	29,3	31,4	27,3
	Pós-secundário	2,6	3,3	2,0
	Superior	43,6	36,6	50,3
	Nenhum	1,4	1,4	1,4
		100	100	100
45-64 anos	1º ciclo	18,8	17,7	19,8
	Básico 2º ciclo	14,6	16,4	13,0
	3º ciclo	16,7	18,1	15,6
	Secundário	22,2	23,0	21,5
	Pós-secundário	0,7	0,8	0,6
	Superior	24,1	21,3	26,4
	Nenhum	2,9	2,7	3,1
		100	100	100
65+ anos	1º ciclo	55,9	53,0	58,0
	Básico 2º ciclo	5,7	7,1	4,6
	3º ciclo	10,6	13,7	8,3
	Secundário	7,9	10,1	6,2
	Pós-secundário	0,0	0,0	0,0
	Superior	9,9	10,5	9,4
	Nenhum	10,1	5,6	13,4
		100	100	100

Fonte: Cálculos próprios com base em INE, Recenseamento Geral da População, 2021

O aumento da escolaridade da população reflete-se, também, no decréscimo da taxa de analfabetismo que, no concelho de Matosinhos, desceu de 3,2% para 2,1%, entre 2011 e 2021. Como se pode verificar na figura em baixo, apesar do ritmo decrescente da taxa de analfabetismo das mulheres ter sido mais acentuado - 1,7 pp, enquanto para os homens o decréscimo foi de 0,5 pp – é entre as pessoas do sexo feminino que o analfabetismo continua a ser mais elevado: 2,8% por comparação com 1,2% entre os homens.

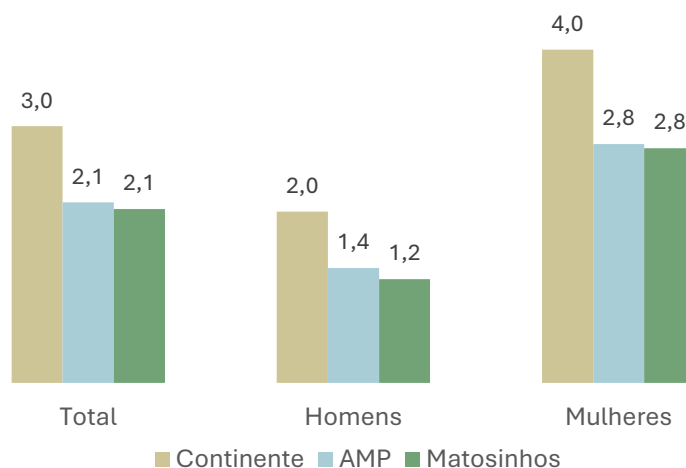
Figura 27 | Taxa de analfabetismo no concelho de Matosinhos, por sexo (%) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Comparando a taxa de analfabetismo de Matosinhos, com a do Continente e com a da AMP, em 2021, verifica-se que o concelho apresentava valores praticamente iguais aos da AMP, estando, em relação a este indicador, numa melhor situação do que o Continente em geral.

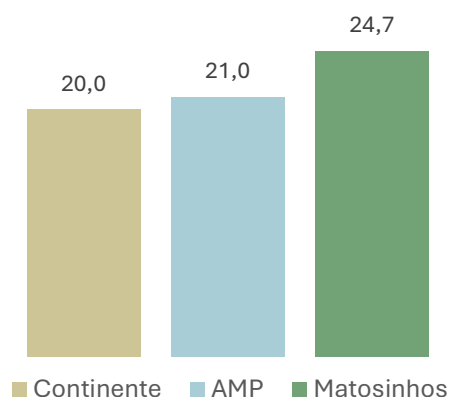
Figura 28 | Taxa de analfabetismo no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por sexo (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ainda por comparação às regiões em que se integra, mas em relação à percentagem de pessoas com o ensino superior, Matosinhos apresenta valores mais favoráveis (24,7%) do que o Continente (20%) e a AMP (21%). No contexto da Área Metropolitana do Porto, Matosinhos é o terceiro concelho, depois da Maia (25,5%) e do Porto (35,3%) com maior percentagem de pessoas com os níveis de escolaridade mais elevados.

Figura 29 | Pessoas com o ensino superior no total da população residente no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

5.2.Frequência escolar e taxas de escolarização

Um total de 24 126 alunos/as estavam matriculados/as nas escolas do concelho de Matosinhos¹⁰ no ano letivo de 2022/2023. Este número revela uma inversão das tendências anteriores que, acompanhando as dinâmicas demográficas, dava conta de uma diminuição da população discente. Assim, entre 2021/2022 e 2022/23 o número de alunos/as matriculados/as nas escolas de Matosinhos aumentou em 228 como resultado, certamente, do próprio aumento da população residente.

Tabela 9 | Alunos/as matriculados/as no ensino básico e secundário, público e privado, no concelho de Matosinhos | 2021/2022 e 2022/2023

Nível de ensino	2021/2022	2022/2023
Pré-escolar	3 801	4 064
Básico	1º ciclo	6 046
	2º ciclo	3 437
	3º ciclo	5 459
Secundário	5 155	5 817
Total	23 898	24 126

Fonte: PORDATA, DGEEC

¹⁰ Note-se que este número diz respeito aos alunos matriculados nas escolas do Concelho, podendo, como tal, ocorrer que haja alunos matriculados que não sejam residentes em Matosinhos.

A maior parte dos/as alunos/as inscritos/as no concelho de Matosinhos frequentam as escolas públicas. O setor solidário tem maior importância no pré-escolar; o privado assume maior relevância no ensino secundário.

Tabela 10 | Alunos/as matriculados/as no pré-escolar, ensino básico e secundário, no concelho de Matosinhos, segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento (v.a.) | 2021/2022 e 2022/2023

Nível de ensino	2021/2022			2022/2023			
	Público	Solidária	Privada	Público	Solidária	Privada	
Pré-escolar	1 948	1407	711	1 935	1 413	716	
Básico	1º ciclo	4 750	189	645	4 870	181	708
	2º ciclo	2 941	0	198	2 908	0	211
	3º ciclo	4 824	0	541	4 821	0	546
Secundário	3 908	0	1437	3 929	0	1888	
Total	18 371	1 596	3 532	18 463	1 594	4 069	

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, estatísticas: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/bases-de-dados/alunos>

Tomando, porém, como referência os anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023, verifica-se que o peso dos alunos e alunas que frequentam o ensino público diminuiu, passando de 78,2% para 76,5%. A diferença mais significativa foi no secundário (-5,6 pp), como se verifica pelos números absolutos constantes na tabela 9, houve um aumento de 451 alunos/as.

Tabela 11 | Alunos/as matriculados/as no ensino público no concelho de Matosinhos, segundo o nível de ensino ministrado (%) | 2021/2022 e 2022/2023

Nível de ensino	2021/2022	2022/2023	
Pré-escolar	47,9	47,6	
Básico	1º ciclo	85,1	84,6
	2º ciclo	93,7	93,2
	3º ciclo	89,9	89,8
Secundário	73,1	67,5	
Total	78,2	76,5	

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, estatísticas: <https://www.dgeec.medu.pt/p/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/bases-de-dados/alunos>

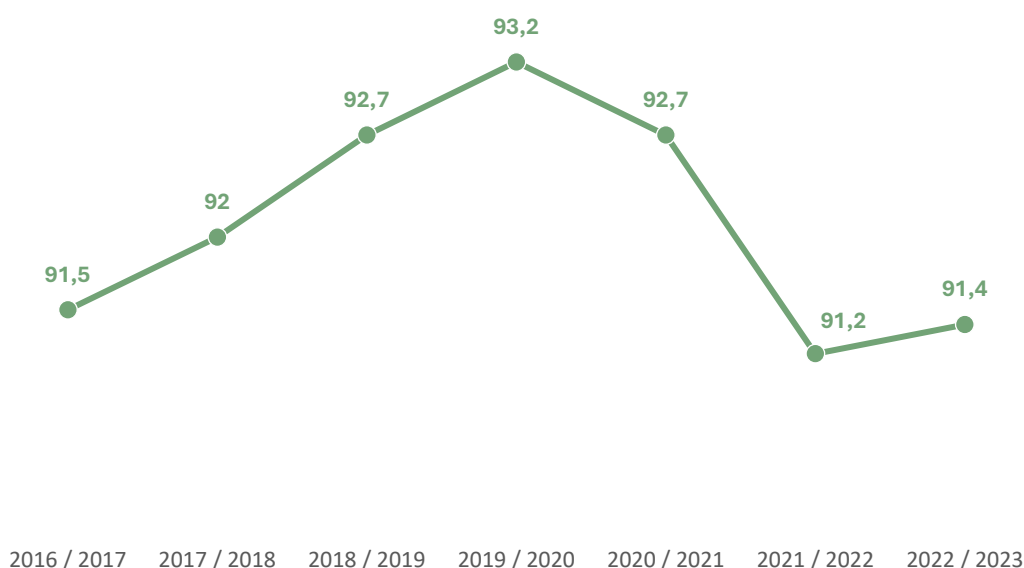
Um dos aspetos mais importantes a salientar ao nível da frequência escolar, diz respeito ao aumento da oferta do ensino pré-escolar com o correspondente aumento da taxa de pré-escolarização. Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE) ‘nos últimos dez anos, assistimos a uma subida da taxa real de

pré-escolarização, de 86,9%, em 2013, para 93,3%, em 2022' o que denota uma subida considerável, mas que ainda não atingiu o estabelecido a nível da EU para 2030 (96%)¹¹.

Em Matosinhos, a rede pública de educação pré-escolar é composta pela oferta de equipamentos que integram os Agrupamentos Escolares (AE)- 30 jardins de infância -, e pelos jardins de infância de 22 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). A esta, acresce a rede privada composta por 16 entidades com fins lucrativos.

Quanto à taxa bruta de pré-escolarização,¹² esta apresenta uma evolução positiva até 2019/2020. A partir desse ano verifica-se uma descida durante dois anos consecutivos, certamente devido à questão pandémica, sendo que a recuperação chega em 2022/2023 sem, no entanto, se alcançarem os valores do ano de 2019/2020.

Figura 30 | Taxa bruta de pré-escolarização no concelho de Matosinhos (%) | 2016/2017-2022/2023



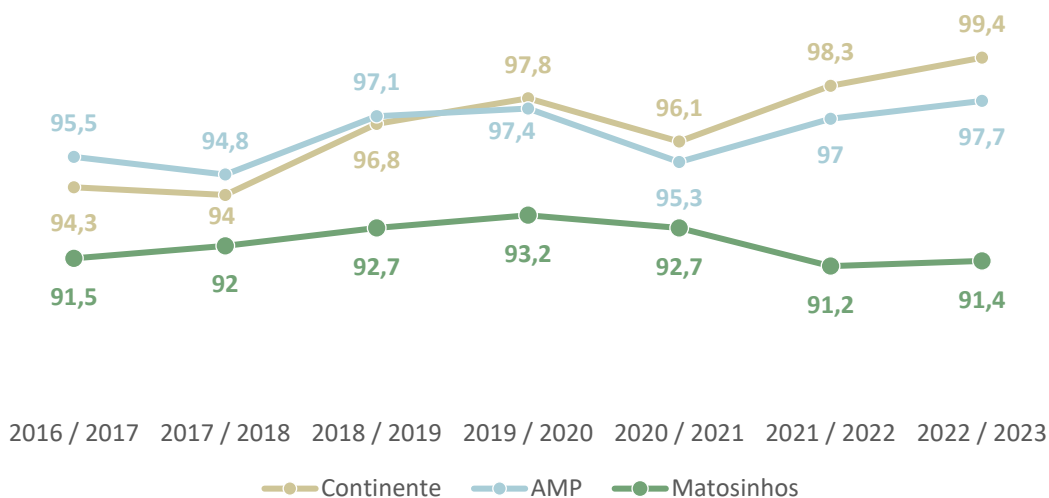
Fonte: INE - DGEEC

Na comparação com a AMP e com o Continente, as taxas brutas de pré-escolarização em Matosinhos têm-se mantido com valores inferiores. Em 2023 regista-se a diferença em relação à AMP era de -6,3 pp, e de -8 pp, em relação ao Continente. Por outro lado, se no Continente e na AMP já foi alcançada a meta europeia de uma taxa de pré-escolarização igual a 96%, em Matosinhos essa taxa tem que subir 4,6 pp.

¹¹ <https://op.europa.eu/webpub/eac/education-and-training-monitor-2023/pt/country-reports/portugal.html#2-early-childhood-education>

¹² A taxa bruta de escolaridade corresponde à relação entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e a população residente com idade entre 3 e 5 anos.

Figura 31 | Taxa bruta de pré-escolarização no Continente, na AMP e no concelho de Matosinhos | 2016/2017-2022/2023



Fonte: INE - DGEEC

Ainda, no contexto da AMP e no ano de 2023, a taxa bruta de pré-escolarização do concelho de Matosinhos é a décima segunda mais baixa. Sobretudo, tendo em conta a idade das crianças a frequentar a educação pré-escolar é de considerar que muitas famílias preferem colocar as suas crianças em equipamentos mais próximos do seu local de trabalho, o que explicará a mobilidade de algumas inscrições para outros concelhos e, neste caso em particular para o Porto que, aliás, apresenta uma taxa bruta de pré-escolarização superior a 100%.

Tabela 12 | Taxas brutas de pré-escolarização nos concelhos da AMP |2022/2023

Concelhos da AMP	2022/2023
São João da Madeira	152,4
Espinho	130,6
Porto	122,4
Vale de Cambra	110,3
Arouca	104,1
Santo Tirso	102,5
Póvoa de Varzim	101,5
Santa Maria da Feira	97,2
Oliveira de Azeméis	96,3
Maia	93,4
Vila do Conde	92,8
Matosinhos	91,4
Vila Nova de Gaia	90,6
Paredes	88,7
Valongo	88,3
Gondomar	86,9
Trofa	86,1

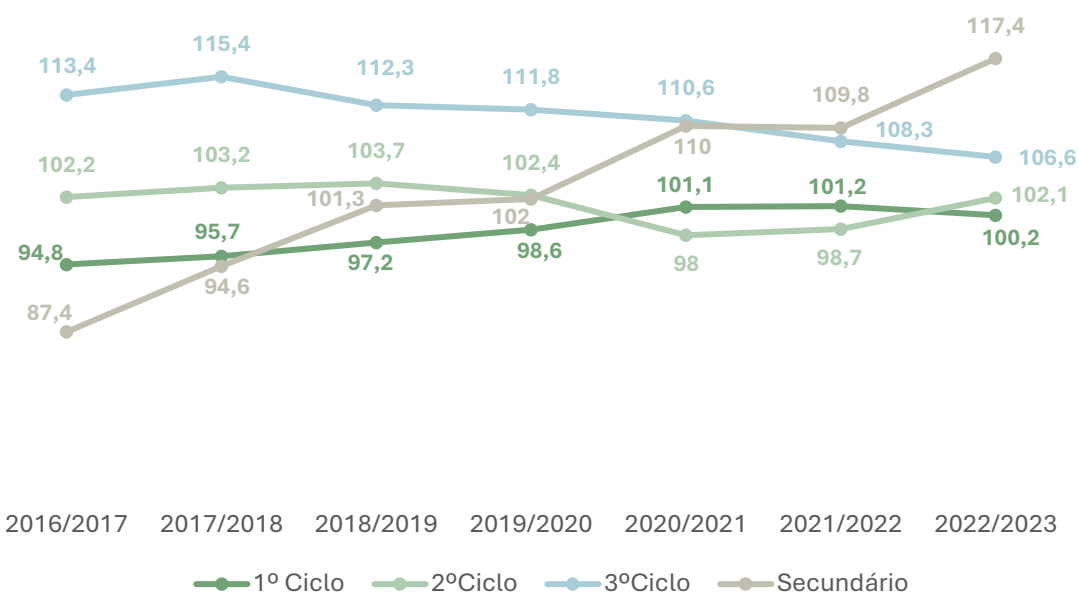
Continente **99,4%**
AMP **97,7%**
Matosinhos **91,4%**

Fonte: INE - DGEEC

Quanto às taxas brutas de escolaridade, e no que se refere ao ensino básico e secundário é possível verificar que os valores se têm mantido acima de 100%, à exceção do 1º ciclo de 2019/2020 e do secundário até 2017/2018.

Ainda no que se refere ao ensino secundário, registou-se um aumento continuado até 2023, ano em que a taxa bruta de escolarização se situava nos 117,4%, a mais elevada de todos os ciclos de ensino. Estas taxas podem ser explicadas de diferentes formas: pela existência de alunos/as a frequentar não tendo a idade adequada à frequência do nível de ensino correspondente; pela frequência de alunos/as que não residem no concelho. Note-se que, se no ensino secundário é onde se registam taxas de retenção e abandono mais elevadas é também aí que algumas escolas privadas, situadas em Matosinhos, podem constituir polos de atração para jovens não residentes.

Figura 32 | Taxa bruta de escolarização no concelho de Matosinhos por ciclo de estudos (%) | 2016/2017 – 2022/2023



Fonte: DGEEC

Última etapa da escolaridade obrigatória, o ensino secundário procura oferecer diferentes vias como resposta a diferentes interesses vocacionais por parte dos/as jovens. Assim, alunos/as podem optar por qualquer oferta educativa e formativa disponível: a) Cursos científico-humanísticos; b) Cursos profissionais; c) Cursos artísticos especializados; d) Cursos com planos próprios¹³.

Ainda em relação ao ensino secundário, a oferta diversificada tem correspondido, porém, a uma forte concentração dos/as alunos/as matriculados/as nos cursos científico-humanísticos. No ano 2022/23, 48,7% dos/as alunos/as das escolas da rede pública e da rede privada de Matosinhos, estavam

¹³ Os Cursos com Planos Próprios são um percurso de ensino secundário com dupla certificação, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente se obtém o nível secundário de educação.

matriculados/as naquele tipo de cursos, 26% frequentavam cursos profissionais e os restantes, cerca de 25%, inseriam-se noutra tipo de ofertas.

5.3. Insucesso escolar

5.3.1. Ensino básico

As taxas de retenção e desistência constituem um importante indicador do insucesso escolar. No ensino básico estas taxas têm, em geral, conhecido uma tendência descendente tanto em Matosinhos, como na AMP e no Continente. Com efeito, ao longo da série temporal considerada a evolução não é constante, mas as taxas de retenção e desistência no ensino básico passam de 5,1% em Matosinhos, no ano letivo 2016/17, para 2,3% em 2022/23. No início do período em análise elas surgem mais elevadas do que as da AMP, mas a diferença vai-se esbatendo ao longo dos anos e, em 2022/2023 as posições invertem-se. Em relação ao Continente, este indicador apresenta em Matosinhos melhores resultados.

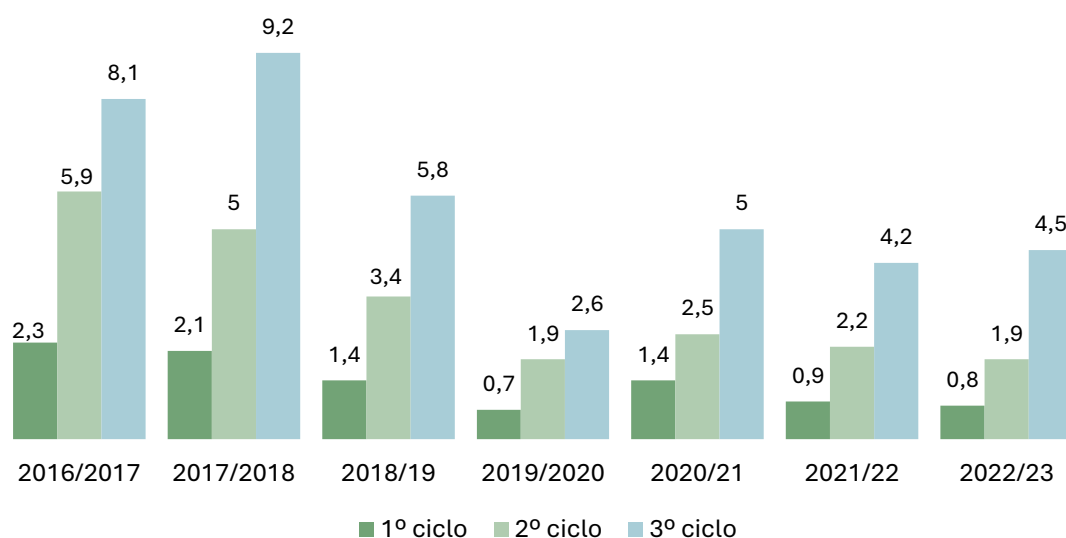
Tabela 13 | Taxas de retenção e desistência no ensino básico no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) | 2016/2017 - 2022/2023

	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Continente	5,4	5	3,7	2,2	3,1	3	3,8
AMP	4,7	4,1	3,1	1,5	2,3	2,1	2,5
Matosinhos	5,1	5,1	3,4	1,6	2,9	2,4	2,3

Fonte: DGEEC

Fazendo, uma análise por níveis de ensino, para o concelho de Matosinhos, constata-se que a taxa de retenção e desistência assume, ao longo dos anos considerados, valores mais elevados no 3º ciclo do ensino básico. É, porém, também no 3º ciclo onde a diminuição das taxas de retenção e desistência é mais significativa – menos 6.6 pp entre 2017/18 e 2019/20. Contudo, no período pandémico regista-se um retrocesso nesta evolução e as taxas de retenção e desistência sobem em todos os ciclos, e em particular no 3º ciclo situando-se, em 2022/2023, nos 4,5%, ligeiramente superior à do ano letivo anterior.

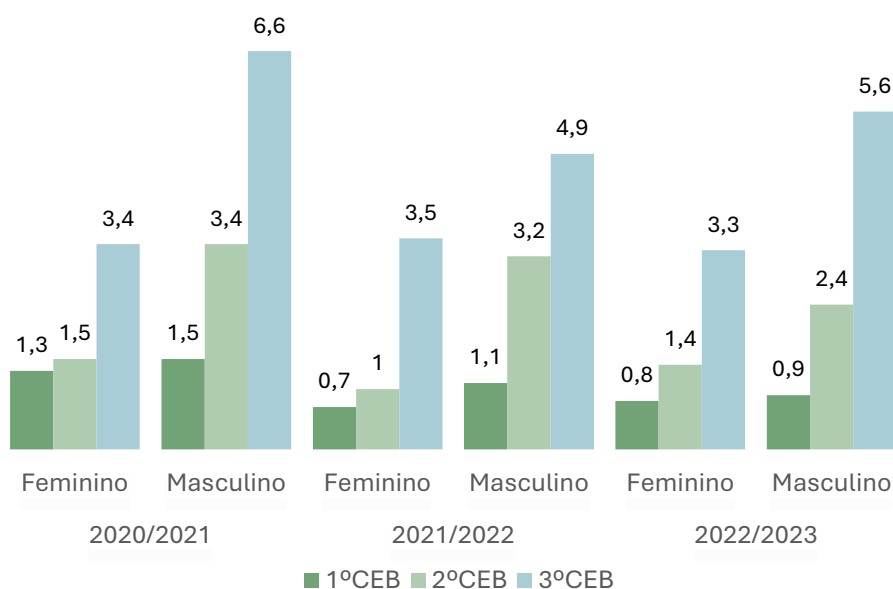
Figura 33 | Taxas de retenção e desistência¹⁴ no ensino básico, por ciclos, no concelho de Matosinhos (%) | 2016/2017 - 2022/2023



Fonte: DGEEC

Uma análise por sexo devolve-nos uma imagem essencialmente masculina do insucesso escolar no ensino básico. Na figura seguinte, esta questão é visível sendo que no último ano letivo, e para o 3º ciclo do ensino básico a diferença é de 2,3 pp em favor dos rapazes.

Figura 34 | Taxas de retenção e desistência no ensino básico, em Matosinhos, por sexo | 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023



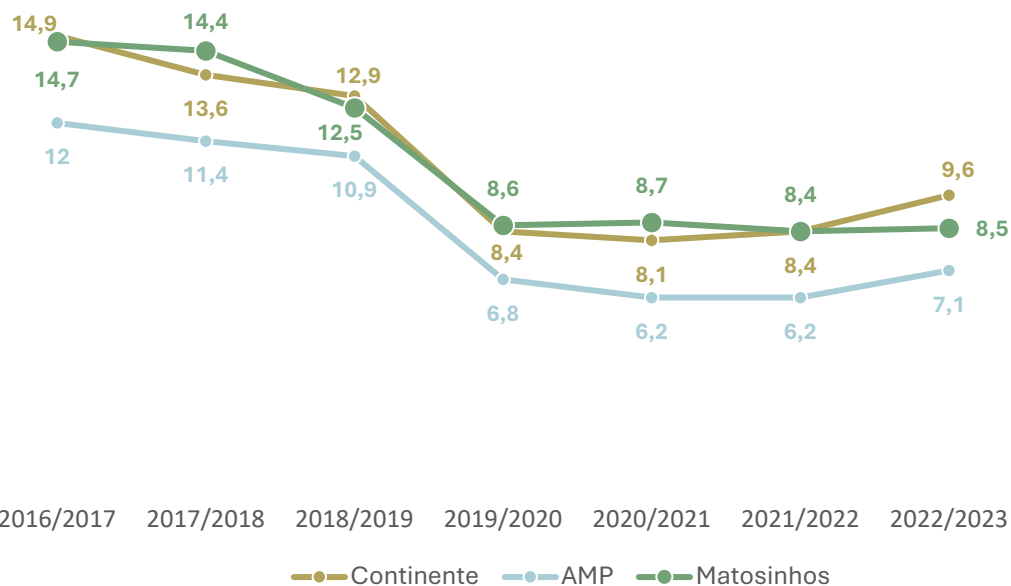
Fonte: DGEEC

¹⁴ Considera-se a percentagem dos efetivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

5.3.2. Ensino secundário

Desde o início da série temporal considerada assiste-se a uma redução (ainda que descontínua) das taxas de retenção no ensino secundário. À semelhança do que acontece no 3º ciclo do ensino básico, Matosinhos apresenta, tendencialmente, taxas mais elevadas do que as da AMP, ficando muito perto dos números apresentados no Continente. No ano letivo de 2022/2023, porém, distancia-se do Continente graças a um aumento menos acentuado das taxas de retenção e desistência por comparação ao verificado quer na AMP, quer no Continente. Ainda assim, os 8,5% de retenção colocam o concelho 1,4 pp acima da taxa de retenção verificada na AMP (7,1%).

Figura 35 | Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, no Continente, AMP e Matosinhos (%) | 2016/2017 - 2022/2023



Fonte: DGEEC

No contexto da área metropolitana em que se integra, Matosinhos, tal como se pode constatar na tabela seguinte, apresenta a segunda mais elevada taxa de retenção e desistência no ensino secundário, imediatamente a seguir da Póvoa do Varzim. Esta posição mantém-se quando se considera o desempenho nos cursos científico-humanísticos, mas melhora quando se olha para as taxas de retenção nos cursos profissionais onde as escolas de Matosinhos se apresentam em sétimo lugar, com uma taxa de 8,3% que é igual à taxa de retenção da AMP, no seu conjunto, nos cursos profissionais.

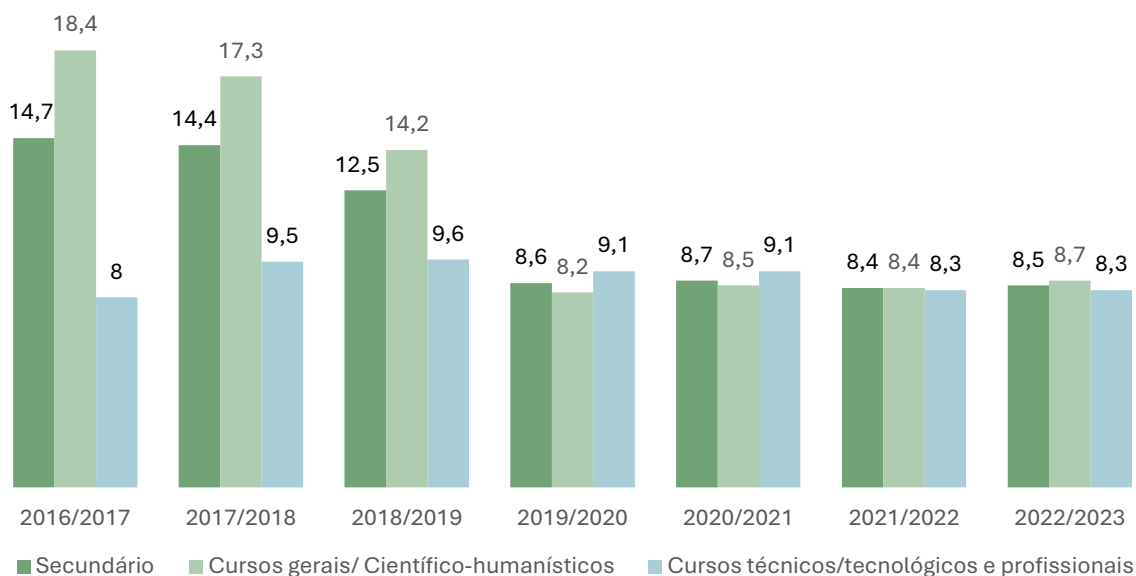
Tabela 14 | Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, por modalidade de ensino, nos concelhos da AMP (%) | 2022/2023

	Total do Ensino Secundário	Cursos científico-humanísticos	Cursos Profissionais
AMP	7,1	6,8	8,3
Póvoa de Varzim	9,2	8,6	11,6
Matosinhos	8,5	8,7	8,3
Espinho	8,2	6,7	10,2
Maia	8,1	7,7	9,8
Santa Maria da Feira	7,7	5,4	12,8
Vila Nova de Gaia	7,5	10,9	7,4
Trofa	7,3	7,7	5,1
Porto	7	6,9	7,2
Valongo	7	6,1	8,5
Vila do Conde	6,7	5,6	8,3
Gondomar	6,6	5,7	9,4
Paredes	6,2	5,8	7,8
São João da Madeira	5,7	4,4	8
Oliveira de Azeméis	4,6	2	7,7
Arouca	4,5	3,5	6,7
Vale de Cambra	4	1,7	9,1
Santo Tirso	3,8	3,5	4,2

Fonte: DGEEC

Ao longo da série de anos em análise, têm sido os cursos científico-humanísticos a apresentar taxas de retenção e desistências mais elevadas. No entanto, é também aí que se verificou uma maior diminuição dos níveis de insucesso. Note-se que, entre 2016/2017 e 2022/2023 a diminuição da taxa de retenção e desistência nos cursos científico-humanísticos foi de 9,7 pp (de 18,4% passou para 8,7%). Já os cursos profissionais apresentam uma subida na taxa de retenção e desistência entre 2016/2017 e 2018/2019, para depois começar a descer nos anos seguintes, atingindo o seu valor mais baixo em 2021/2022 e 2022/2023 (8,3%), mas a diferença entre o primeiro ano letivo considerado e aquele último é, apenas, de -0,3 pp.

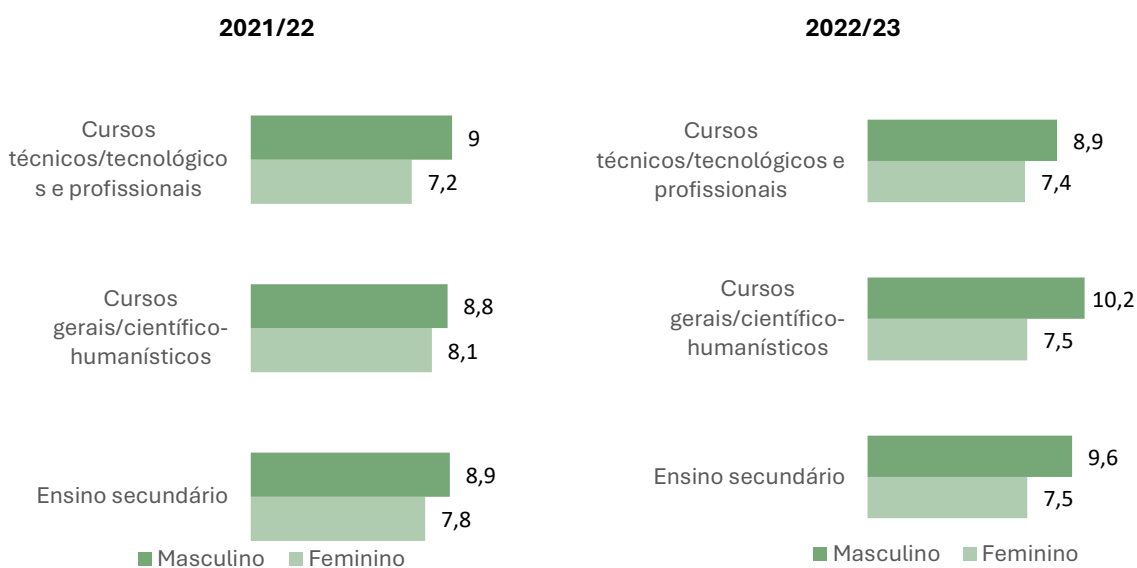
Figura 36 | Taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário, em Matosinhos, por modalidade de ensino (%) | 2016/2017 - 2022/2023



Fonte: DGEEC

Finalmente, e introduzindo-se uma perspetiva de género, importa salientar que, à semelhança do que acontece no ensino básico, também no ensino secundário as taxas de retenção e desistência são mais elevadas entre a população discente do sexo masculino. Considerando-se apenas os dois últimos anos letivos verifica-se que as diferenças acentuam-se um pouco no ensino secundário, sobretudo devido ao desempenho nos cursos científico-humanísticos onde a taxa de retenção aumentou entre os rapazes (passou de 8,8% para 10,2%) e decresceu entre as raparigas (de 8,1% passou para 7,5%).

Figura 37 | Taxas de retenção e desistência no ensino secundário, em Matosinhos, por modalidade de ensino e sexo (%) | 2021/22 e 2022/23



Fonte: DGEEC/ME-MCTES, estatísticas: <https://www.dgeec.medu.pt/art/educacao-pre-escolar-basico-e-secundario/estatisticas/outras-estatisticas/657717236f750be4b1166df2>

5.4.O abandono escolar e o papel das respostas de segunda oportunidade

O abandono escolar precoce do sistema de educação e formação, diz respeito ao número de pessoas com idades compreendidas entre os 18 aos 24 anos que não concluíram a escolaridade obrigatória e não se encontram a estudar nem em formação.

Segundo dados do Eurostat, em 2022 a taxa de abandono escolar precoce, a nível nacional, situou-se nos 6%. De notar que, a taxa de abandono escolar precoce é bastante mais elevada entre a população do sexo masculino – 7,9% face a 3,9% entre os elementos da população do sexo feminino. Apesar de tudo, qualquer um dos valores são inferiores à meta de 10%, fixada pela Estratégia 2020.

Os atuais valores da taxa de abandono escolar precoce expressam uma evolução muito positiva a este nível pois, em 2013 Portugal apresentava uma taxa de abandono escolar precoce de 20,9%, o que significava a terceira pior posição a nível da União Europeia. “O alargamento da escolaridade obrigatória terá sido um instrumento decisivo, mas a que se associam outras medidas, com a diversificação de percursos de ofertas profissionais no ensino secundário, funcionando de modo conjugado para reter de forma mais duradoura os jovens no sistema educativo” (Miguéns, 2023: 464).

A informação sobre o abandono escolar precoce é, habitualmente, atualizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional – Inquérito ao Emprego (18-24 anos). Os dados a que se reporta são nacionais, pelo que não é possível detalhar o número oficial de jovens em abandono escolar precoce por concelho.

Contudo, a partir dos dados do Censos 2021 é possível dizer que existem 1 379 jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que já saíram da escola sem terem completado o ensino secundário e que não estavam (no momento de aplicação do questionário) nem a estudar nem em formação. A maioria destes jovens (66%) é do sexo masculino; 42,3% (584) estão a trabalhar; 22,7% (313) estão desempregados/as e 29,8% (411) são jovens que não estudam nem trabalham.

Em Matosinhos existe, porém, uma estratégia preventiva do abandono escolar protagonizada pela Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos (E2OM). O seu objetivo é que jovens, com trajetórias educativas e percursos de vida problemáticos, possam ter uma oportunidade de desenvolvimento e de construção pessoal e de inversão de trajetos anunciados de exclusão social. Nesse sentido, intervêm em várias áreas relevantes das suas vidas nomeadamente a integração familiar, a saúde, a sustentação económica, o alojamento, os consumos de drogas, os problemas de justiça, emprego e formação.

No ano de 2019/20 a E2OM registou a inscrição de 78 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, 63% dos quais são do sexo masculino, em linha com a maior propensão para serem os rapazes a experimentarem insucesso e, mais tarde, abandonarem a escolar.

No contexto da participação da E2OM, na Rede Social de Matosinhos, foi criado um sistema de sinalização, intervenção e monitorização (SIM) de potenciais casos de abandono escolar com o objetivo de conhecer precocemente tais situações e de as orientar devidamente para outros percursos formativos, bem como prevenir o abandono escolar precoce.

5.5. Aprendizagem ao longo da vida – a educação para pessoas adultas

O processo de reconhecimento, validação e certificação de competências é um dos caminhos para a educação de pessoas adultas que pretende promover o aumento dos níveis de qualificação da população adulta, através da valorização das competências profissionais adquiridas ao longo da vida nos diversos contextos. Pretende, também, proporcionar uma nova oportunidade de formação para aquelas pessoas que não completaram ou abandonaram precocemente a formação nos sistemas de educação formal.

Desde 2013, que este sistema é composto pelos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional.

No ano de 2020/2021 frequentaram os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional de Matosinhos, um total de 285 pessoas de Matosinhos que, na maior parte dos casos (67,7%), está no nível secundário. Este número corresponde a um decréscimo de 77% na frequência deste tipo de centros e denota que a diminuição se faz, em particular, pela perda mais acentuada de alunos/as a frequentar o 3º ciclo ou inferior (-89% ou seja, menos 730 participantes).

O ensino recorrente constitui-se como uma segunda oportunidade de educação, direcionada para a população adulta, e tem como objetivo a atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino diurno. Organiza-se, contudo, de forma autónoma no que respeita às condições de acesso, currículos, programas e avaliação dos/as alunos/as.

Em Matosinhos é lecionado, apenas, na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, com oscilações no número de alunos/as que frequentam a modalidade. No ano de 2015/2016 atingiu o número máximo de 148 alunos/as e, em 2019/2020, o número mínimo de 6.

Numa sociedade em que a esperança de vida supera os 85 anos, falar de aprendizagem ao longo da vida significa ir além daquilo que são as oportunidades para pessoas em idade ativa. Pensando para além dos 65 anos, as universidades seniores, e outras iniciativas, de carácter mais ou menos formal, que promovem conhecimentos de desenvolvimento de competências entre as pessoas mais velhas, desempenham um papel fundamental. Sobre estas far-se-á uma abordagem no capítulo sobre o envelhecimento.

6. Emprego

O emprego é um direito social básico que se encontra reconhecido a todos os cidadãos e cidadãs na Constituição da República Portuguesa (4ª revisão de 1997).

No seu artigo 58º a Constituição refere que incumbe ao Estado promover a “execução de políticas de pleno emprego”; saliente-se a alínea a) do artigo 59º onde se escreve que todos/as trabalhadores/as têm direito, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, convicções políticas ou ideológica, “à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”.

Por seu turno, a Carta Social Europeia refere, no nº 1 da Parte I, que “toda a pessoa deve ter a possibilidade de ganhar a vida por um trabalho livremente empreendido”. A Carta Social menciona, ainda, que “todos os trabalhadores têm direito a uma remuneração justa que lhes assegure, assim como às suas famílias, um nível de vida satisfatório”.

A exclusão face ao direito ao emprego ou numa perspetiva mais ampla, ao trabalho, continua a ser uma das questões absolutamente centrais no debate sobre a coesão social.

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado em 2023, sobre rendimentos de 2022, revelam que 1,9 milhões de pessoas em Portugal encontravam-se em risco de pobreza, ou seja, viviam com rendimentos inferiores a 591 euros mensais.

Os mesmos dados revelam, também que, entre a população adulta com rendimentos abaixo do referido limiar e com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos de idade, 46,2% estão a trabalhar. Por outro lado, 10% das pessoas que trabalham estão numa situação de pobreza. Esta percentagem sobre bastante para as pessoas que estão numa situação de desemprego – 59,2% - o que revela a grande vulnerabilidade ao fenómeno da pobreza por parte de quem se encontra sem emprego, com todas as repercussões que tal fenómeno tem na vida das pessoas e das famílias.

Repare-se que ter um emprego, ou desempenhar uma atividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos e, como tal, a principal forma de se alcançar autonomia. Ter um emprego / uma profissão é, ainda, pese embora todas as transformações sociais, ter acesso a um determinado estatuto que geralmente se assume como uma referência social muito importante.

A gravidade dos dados apresentados está para além destes aspetos pois, eles revelam a incapacidade de proteção total por parte do trabalho face aos processos de empobrecimento. Com efeito, a qualidade de emprego, a que se refere a Carta Social Europeia ao mencionar a necessidade de o trabalho garantir níveis de remuneração justos, de modo a permitir níveis de vida satisfatórios, está posta em causa quando parte importante das pessoas que trabalham é atirada para a pobreza.

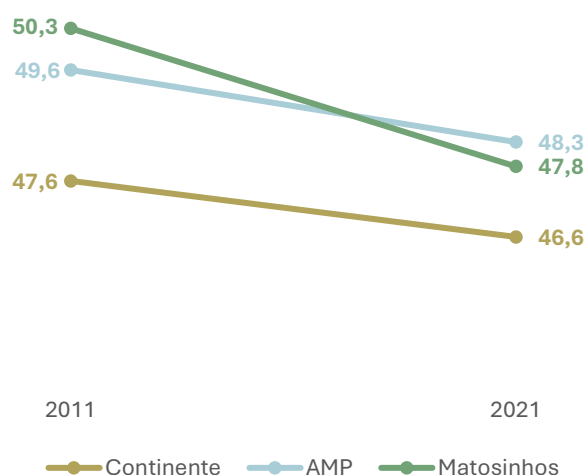
A este nível também o OSD 8 associa à promoção de um crescimento económico, inclusivo e suvel, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos.

6.1. Taxas de atividade

De acordo com o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2021, o concelho de Matosinhos apresentava uma taxa de atividade¹⁵ 47,8%, o que representa uma descida por comparação a 2011, ano em que essa taxa era de 50,3%.

Comparando com o Continente, e com a AMP, verifica-se que a evolução foi a mesma ainda que a descida tenha sido mais acentuada no concelho: menos 2,5 pp, enquanto na AMP o decréscimo foi de 1,3 pp e de 1 pp no Continente. Esta descida é essencialmente explicada pelo acontecimento da COVID 19 que, ao provocar o abrandamento da atividade económica, provocou, também, uma subida do desemprego e, consequentemente uma diminuição das taxas de atividade.

Figura 38 | Taxa de atividade no Continente, AMP e Matosinhos (%) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ainda que os dados do Censos de 2021 tenham sido particularmente influenciados pela crise pandémica, e, como tal, revelam uma situação particularmente conjuntural, importará notar que, à data, as freguesias com taxas de atividade mais baixas eram a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões (46,6%) e a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo (47,1%). Por outro lado, a taxa de atividade das mulheres (46%) é inferior à dos homens (49,9%), situação que é comum ao verificado tanto na AMP, como no Continente.

Ainda de acordo com a mesma fonte do Censos de 2021, eram 74 271 as pessoas residentes no concelho de Matosinhos que se encontravam a trabalhar. Este valor é inferior ao apurado no Recenseamento Geral

¹⁵ A taxa de atividade é calculada como sendo o peso da população ativa sobre o total da população. A população ativa compreende os indivíduos com 15 e mais anos empregados e desempregados.

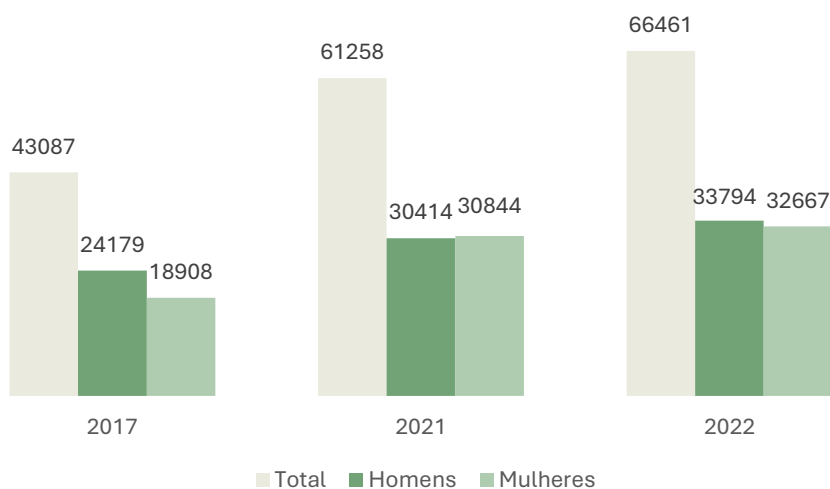
da População e da Habitação de 2011, onde esse número era de 75 059. Esta diminuição que resulta, certamente, da evolução demográfica da população tendo sido o período intercensitário um período de acentuado envelhecimento da população à qual acresceu a perda de população residente.

6.2. Pessoas que trabalham por conta de outrem no concelho de Matosinhos – sua evolução e principais características

Uma outra fonte de informação – os Quadros de Pessoal do Gabinete de Estatísticas e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho e Segurança Social - fornece uma perspetiva distinta, já que considera não as pessoas a residir, mas aquelas que, residindo ou não, trabalham no concelho de Matosinhos. Por outro lado, os dados dos Quadros de Pessoal dizem respeito, somente, às pessoas que trabalham no setor privado e às que, trabalhando na administração pública, têm contratos individuais de trabalho.

Tendo estas observações subjacentes, os Quadros de Pessoal apontam para 66 461 a trabalharem por conta de outrem (TCO) no concelho, no ano de 2022. Este número expressa um volume crescente da população a trabalhar por conta de outrem em Matosinhos, desde o primeiro ano de referência.¹⁶

Figura 39 | Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2017, 2021 e 2022

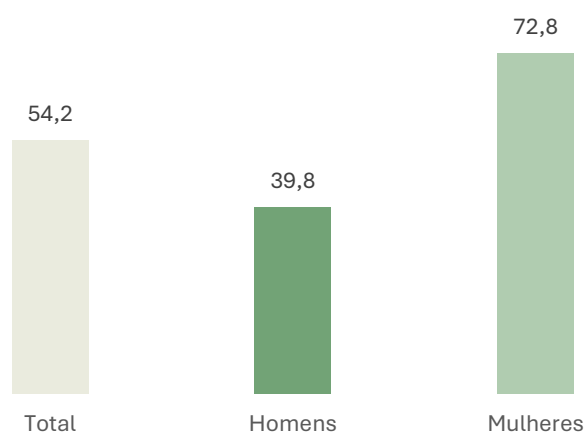


Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Entre 2017 e 2022, o crescimento da população TCO foi na ordem dos 54%, mas o impulso para este crescimento foi dado pelos elementos femininos, já que o número de mulheres a trabalharem por conta de outrem cresceu a um ritmo bem superior (72,8%) ao dos homens (39,8%), tal como se pode ver na figura em baixo.

¹⁶ Utiliza-se 2017 como ano de referência pois este foi o último ano com informação disponível aquando da atualização do diagnóstico anterior.

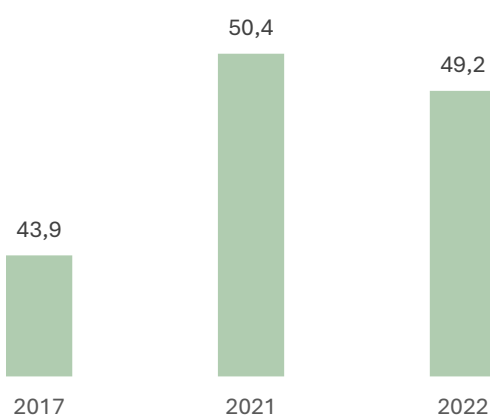
Figura 40 | Taxa de crescimento dos/as trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por sexo (%) | 2017 - 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Resultante daquela evolução, em 2022 as mulheres constituem 49,2% da população TCO no concelho de Matosinhos. Esta percentagem, sendo mais elevada do que a registada em 2017, é, contudo, ligeiramente inferior aos 50,4% de 2021, ano de grande impacto da pandemia na economia. Neste período muitos dos empregos mantidos e criados corresponderam a serviços de manutenção e limpeza, onde se regista, ainda, um predomínio de população feminina.

Figura 41 | Percentagem de mulheres no total de trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos (%) | 2017, 2021 e 2022

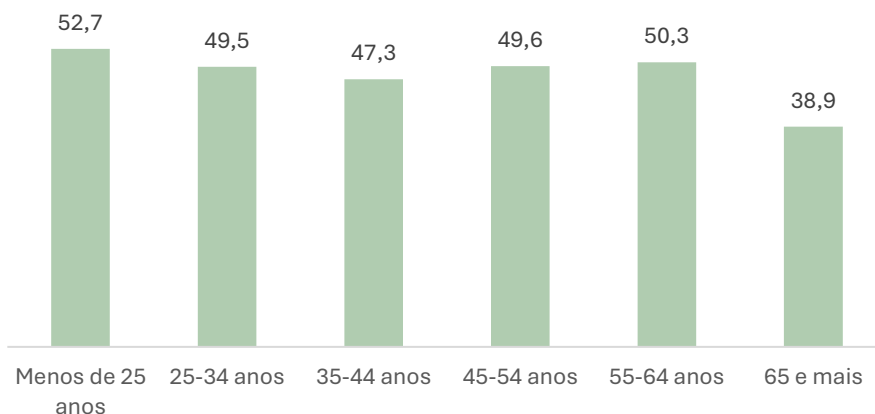


Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Contudo, a presença de mulheres entre a população que trabalha no concelho não é uniforme ao longo do ciclo de vida. Com efeito, a sua presença mais expressiva verifica-se entre a população mais jovem (52,7% entre quem tem menos de 25 anos). A partir daí, a percentagem de mulheres diminui, assumindo os 47,3% no grupo dos 35-44 anos, para voltar a subir entre os 45 anos e os 64 anos. Este “comportamento” estará, certamente relacionado com as responsabilidades que se colocam sobretudo às mulheres nas fases de

constituição de família e de assunção dos papéis associados à maternidade, questões que se colocam com mais frequência nas idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

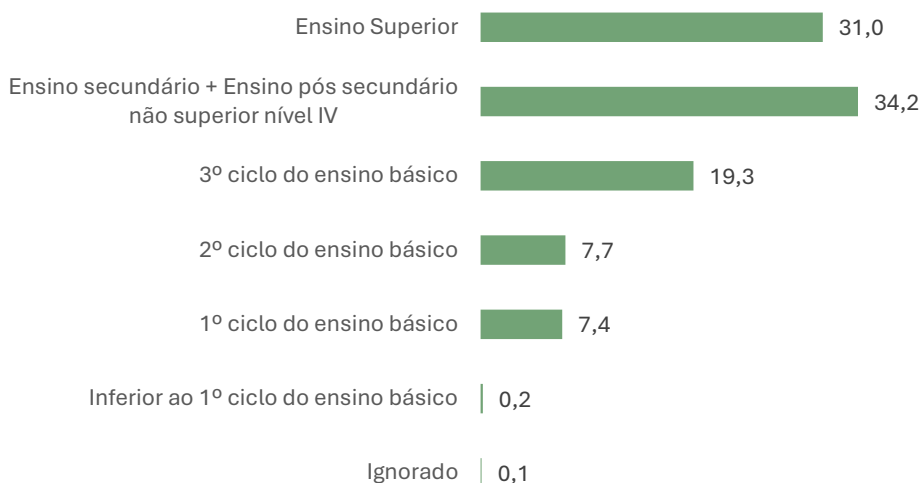
Figura 42 | Percentagem de mulheres entre a população trabalhadora por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por grupos etários (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Em termos de escolaridade, verifica-se que se trata de uma população onde mais de 60% tem, pelo menos, o ensino secundário sendo que, 31% alcançou o ensino superior. Note-se que estes dados correspondem a uma evolução positiva pois correspondem a uma qualificação progressiva dos recursos humanos: em 2017, a percentagem de trabalhadores/as por conta de outrem como o ensino universitário era de 25,5% e, em 2010, era 15,7%. Apesar de tudo, persiste alguma mão-de-obra pouco qualificada já que cerca de 15% das pessoas que trabalham em Matosinhos não ultrapassaram o 2º ciclo do ensino básico.

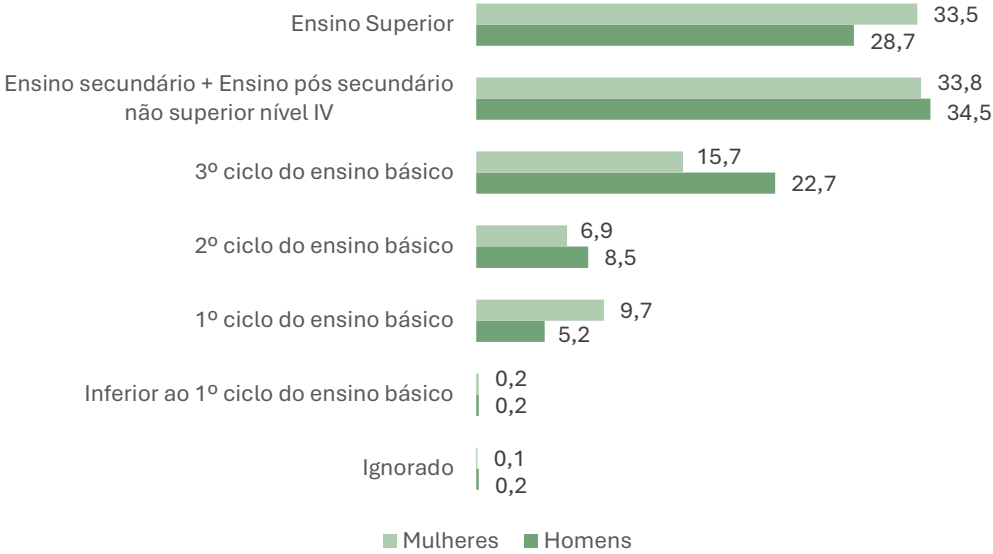
Figura 43 | Trabalhadores por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, por nível de escolaridade (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Quando comparamos níveis de escolaridade de homens e de mulheres que trabalham por conta de outrem, no concelho, verificamos que são as mulheres (à semelhança do que acontece para o total de população) que apresentam níveis mais elevados de escolaridade. Em 2022, cerca de 34% das mulheres trabalhadoras por conta de outrem tinham o ensino superior; no caso dos homens essa percentagem não chegava aos 29%. No entanto, por outro lado, são também as mulheres que apresentam percentagens mais elevadas de pessoas com o 1º ciclo ou menos (9,9% face a 5,4% dos homens).

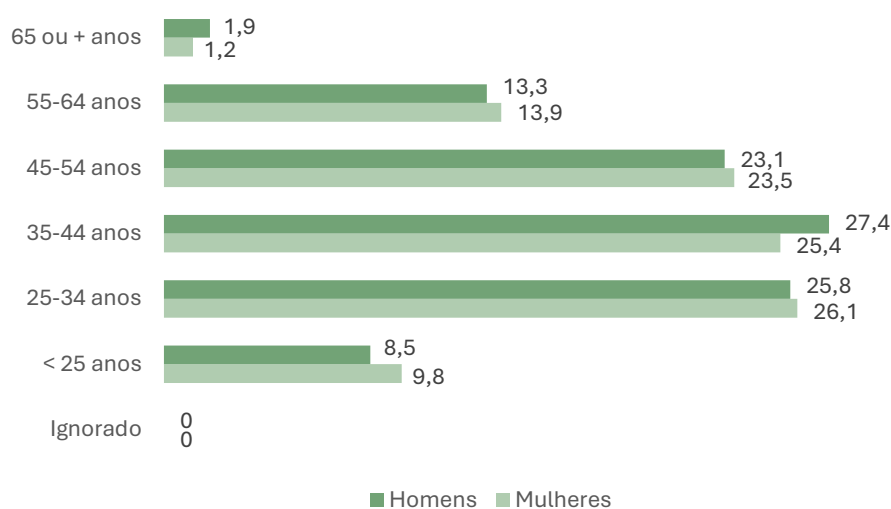
Figura 44 | Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho da Matosinhos, por nível de escolaridade e sexo (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Quanto às idades das pessoas trabalhadoras por conta de outrem no concelho, verifica-se que a estrutura etária de homens e de mulheres é muito semelhante, com a maior parte (53,2% e 51,5%, respetivamente) a ter idades entre os 25 e os 44 anos. São residuais os/as trabalhadores/as idosos/os (65 ou mais anos) havendo, porém, um pouco mais de homens do que de mulheres neste grupo de idades.

Figura 45 | Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, grupo etário e sexo (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

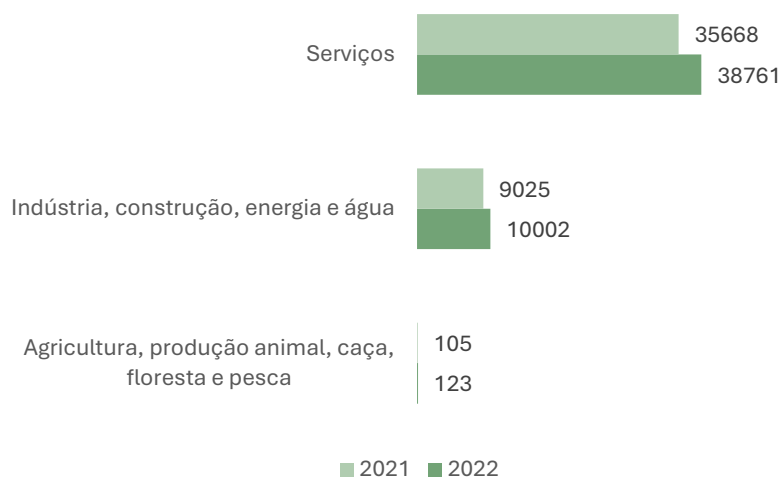
6.3. População com emprego no concelho de Matosinhos, setores de atividade e profissões em que se integram

Tendo conta os setores de atividade onde se integram estes/as trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, verifica-se que a grande maioria está inserida no setor terciário (serviços) totalizando mais de 50 mil pessoas em 2022, o que significa 80,8% do total de mão de obra.

O setor secundário (indústrias, construção e energia) é o segundo mais importante, com 12 570 trabalhadores/as (18,9%), em 2022.

O setor primário (agricultura, caça e pesca) revela-se residual, com 183 trabalhadores/as em 2022 (0,3%).

Figura 46 | Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por setor de atividade |2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Comparando a situação mais recente com a o ano de 2017, verifica-se que o peso do empego por conta de outrem no setor terciário passa de 79,3% para os já mencionados 80,8%, o que corresponde a um aumento de 57,2% do volume de mão-de-obra, dando-se, assim, conta de um continuado processo de terciarização da economia do concelho. Embora em menor ritmo, o setor secundário cresce, também cerca de 43%.

Olhando mais pormenorizadamente as atividades dentro de cada setor, verifica-se que há algumas que se destacam pelo número de pessoas ao serviço nas empresas que abrangem. Esse é o caso do ‘Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos’ que, em 2021 e 2022, concentrava cerca de 22% das pessoas trabalhadoras. Outra das atividades com mais percentagem de trabalhadores/as por conta de outrem são as ‘Atividades administrativas e dos serviços de apoio’ com aproximadamente 14%, seguindo-se as “indústrias transformadoras” que absorvem cerca de 12% das pessoas ao serviço nas empresas do setor. Existe, ainda, um conjunto diversificado de atividades que ocupa pouco menos de 10% das pessoas trabalhadoras por conta de outrem, como seja os “Transportes e armazenamento”, o “Alojamento, restauração e similares”, as “Atividades de saúde humana e apoio social” e as “Atividades de informação e de comunicação”. Estas últimas, entre 2021 e 2022, aumentaram a sua importância relativa tendo passado de 7,2% para 8,9%.

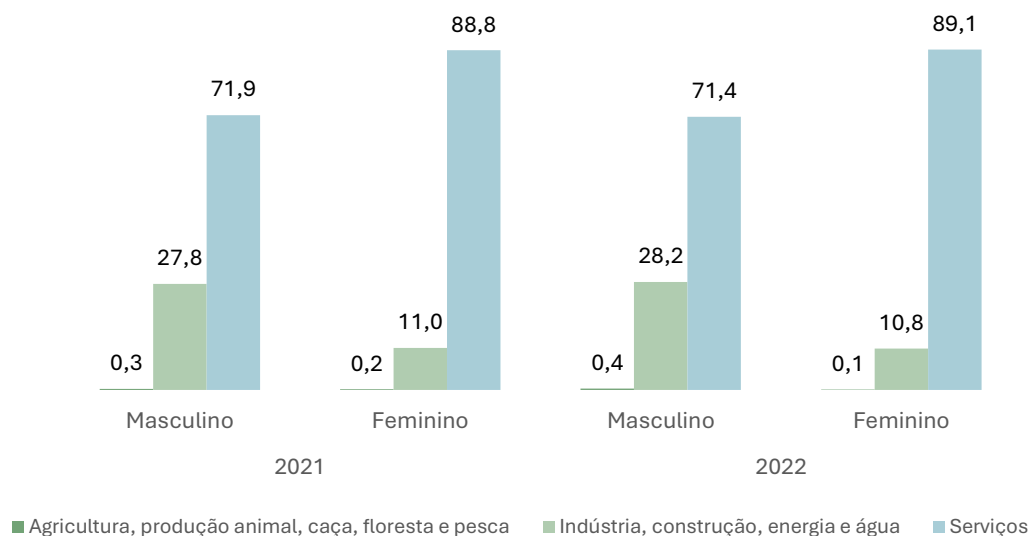
Tabela 15 | Trabalhadores/as por conta de outrem ao serviço dos estabelecimentos no concelho de Matosinhos, por atividade económica (%) | 2021 e 2022

Atividade económica	2021	2022
A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,3	0,3
B) Indústrias extrativas	0,0	0,0
C) Indústrias transformadoras	12,4	12,3
D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,2	0,2
E) Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,4	0,6
F) Construção	5,8	5,8
G) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	22,5	21,5
H) Transportes e armazenagem	8,2	8,7
I) Alojamento, restauração e similares	9,4	8,4
J) Atividades de informação e de comunicação	7,2	8,9
K) Atividades financeiras e de seguros	1,3	1,5
L) Atividades imobiliárias	0,7	0,9
M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5,0	4,9
N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13,5	13,9
O) Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	0,3	0,3
P) Educação	1,7	1,6
Q) Atividades de saúde humana e apoio social	8,0	7,5
R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,8	0,8
S) Outras atividades de serviços	2,2	2,1
Total	100,0	100,0

Fonte:GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Quando se observa a distribuição de mulheres e de homens pelos diferentes setores de atividade registam-se diferenças que merecem ser referidas. Ou seja, verifica-se uma maior concentração da população trabalhadora do sexo feminino no setor dos serviços, a qual se torna ainda mais expressiva em 2022, ano em que atinge os 89%. Por outro lado, os homens têm uma presença na “indústria, construção, energia e água” perto dos 30%, face a uma presença das mulheres no setor que pouco ultrapassa os 10%.

Figura 47 | Trabalhadores/as por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, por setor de atividade e sexo (%) | 2021-2022



Fonte: INE - GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal. Última atualização: 2024-09-27

Uma maior desconstrução de cada setor de atividade permite uma melhor compreensão da segregação existente no mercado de trabalho em função do género. Isto é, quando se analisa a Tabela a baixo fica clara a elevada feminização de algumas atividades, como é o caso das “Atividades de saúde humana e apoio social” e das “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”. Estas atividades absorvem, respetivamente, 12,8% e 18,3% da mão-de-obra feminina, sendo que a percentagem de homens se situa nos 2,4% e 9,9%.

Com uma diferença menor entre a percentagem de mulheres e de homens, mas ainda assim predominando as primeiras, estão o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” e o “Alojamento, restauração e similares” que ocupam, respetivamente, 24% e 10,3% das mulheres que trabalham no concelho.

Quando se analisa o grupo de homens trabalhadores percebe-se, por um lado, uma dispersão destes por um maior número de atividades, sendo também evidente que atividades como as “Indústrias transformadoras”, a “Construção” e as “Atividades de informação e de comunicação” são atividades masculinizadas, pois a percentagem de homens (17,5%; 10,3% e 11,3%, respetivamente) supera em muito a das mulheres (7,5%; 1,5% e 6,7%, respetivamente).

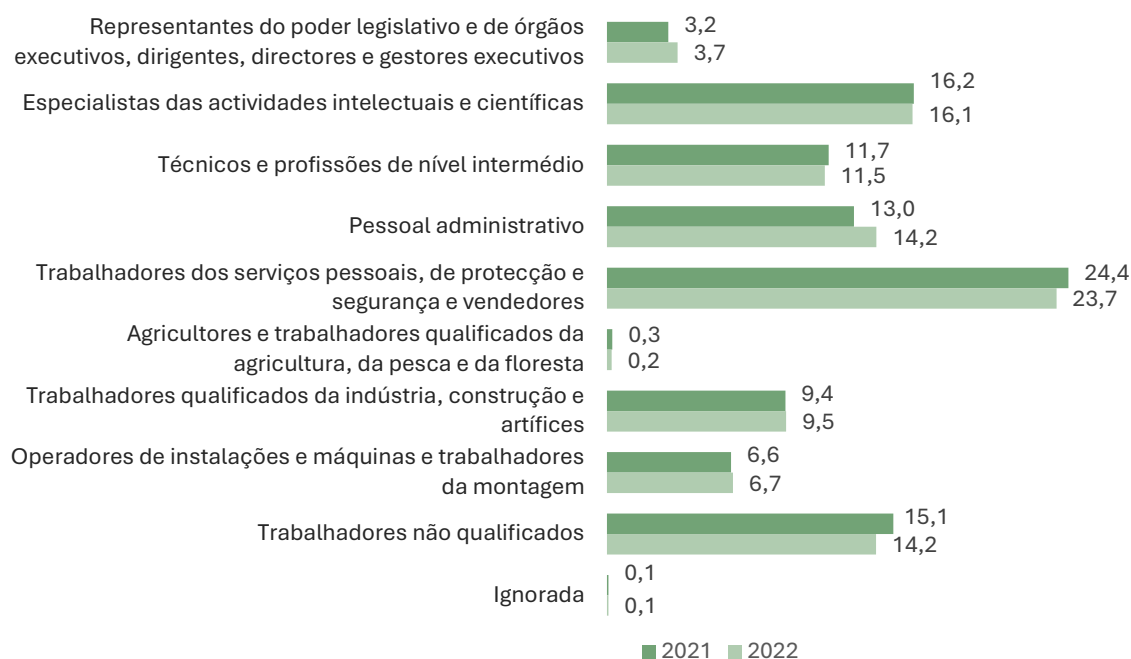
Tabela 16 | Distribuição de mulheres e homens trabalhadores/as por conta de outrem, segundo a atividade económica no concelho de Matosinhos (%) | 2022

Atividade económica	Homens	Mulheres
A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,4	0,1
B) Indústrias extrativas	0,0	0,0
C) Indústrias transformadoras	17,5	7,5
D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,3	0,1
E) Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1,0	0,2
F) Construção	10,3	1,5
G) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19,8	24,0
H) Transportes e armazenagem	13,8	3,8
I) Alojamento, restauração e similares	6,8	10,3
J) Atividades de informação e de comunicação	11,3	6,7
K) Atividades financeiras e de seguros	1,3	1,8
L) Atividades imobiliárias	0,8	1,0
M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,2	5,8
N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9,9	18,3
O) Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	0,3	0,2
P) Educação	0,7	2,5
Q) Atividades de saúde humana e apoio social	2,4	12,8
R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,9	0,7
S) Outras atividades de serviços	1,9	2,4
Total Geral	100,0	100,0

Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Quanto às profissões, a área que integra a maior percentagem de população é a que corresponde a “trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” representando cerca de 24% do total. Seguem-se os/as “especialistas de atividades intelectuais e científicas” com 16,1% e “pessoal administrativo” e os/as “trabalhadores/as não qualificados” ambas as categorias com 14,2%, em 2022.

Figura 48 | Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por profissão (%) | 2021 e 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Comparando 2021 com o ano de 2022, verifica-se uma estabilização da participação na grande maioria das profissões sendo apenas de reparar uma diminuição das percentagens de trabalhadores/as nos “Serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” e nas categorias “não qualificadas” o que se poderá dever a efeitos que a pandemia que criou em algumas atividades (temporárias) nestes domínios profissionais.

Tal como seria de esperar, pela análise anterior sobre os setores de atividades, também ao nível das profissões se registam assimetrias entre homens e mulheres. Essas assimetrias são particularmente visíveis entre os/as “trabalhadores/as não qualificados/as” onde as mulheres apresentam uma percentagem 11,4 pp acima da registada e, no caso dos homens (20% face a 8,6% dos homens). Nesta categoria profissional, os rendimentos serão mais baixos tornando as mulheres particularmente vulneráveis a carências económicas.

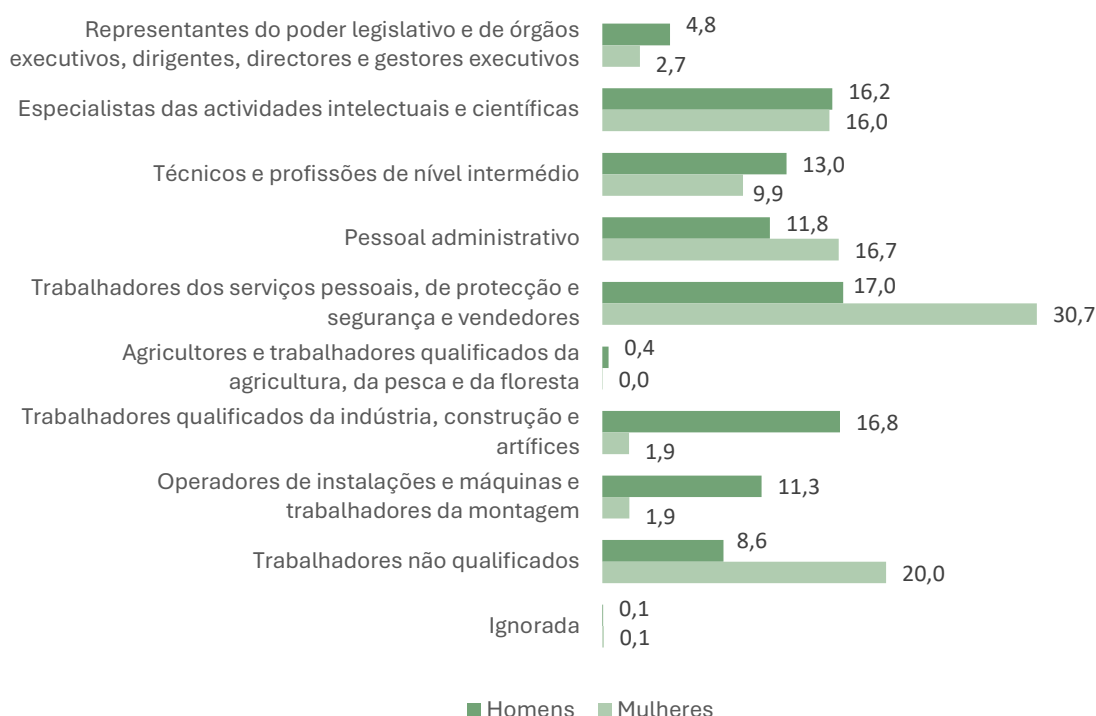
Outra das profissões com uma diferença substancial entre homens e mulheres é a dos/as “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”. Também aqui, as mulheres apresentam uma percentagem bastante mais elevada por comparação à dos homens, apresentando uma diferença de mais 13,7 pp. O “pessoal administrativo” também tem uma maior percentagem de mulheres empregadas, mas a diferença não é tão significativa.

No sentido inverso, os homens têm uma presença mais significativa enquanto “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, com uma diferença de cerca de 15 pp face às mulheres e, nos/as

“operadores de máquinas e trabalhadores/as de montagem” com 11,3% dos homens inseridos nesta profissão face a 1,9% das mulheres (- 9,4 pp).

Em profissões mais qualificadas, nomeadamente, enquanto “especialistas das atividades intelectuais e científicas”, mulheres e homens apresentam percentagens semelhantes, mas distanciam-se, contudo, nas profissões de topo. Ou seja, 2,7% das mulheres integram-se na categoria de “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos”, enquanto a percentagem de homens é de 4,8%. Em termos absolutos, no concelho de Matosinhos existem mais 750 homens nesta profissão quando comparados com as mulheres (1 616 homens face a 866 mulheres).

Figura 49 | Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por profissão e sexo (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

6.4. Precariedades

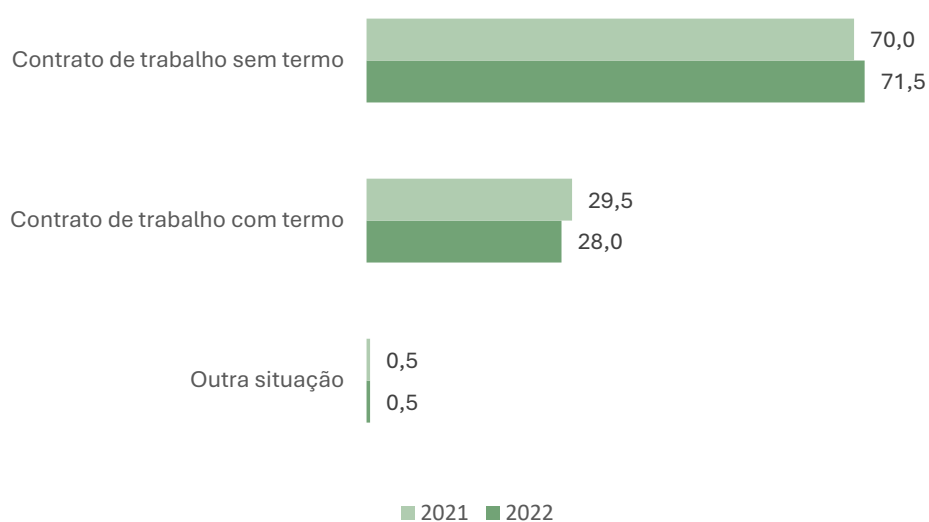
O tipo de vínculo estabelecido entre as pessoas que trabalham e quem as emprega pode implicar uma maior ou menor estabilidade profissional com repercussão na vida pessoal e familiar de cada trabalhador/a.

Em 2022, 71,5% das pessoas que trabalhavam em Matosinhos têm um contrato de trabalho sem termo o que significa uma maior probabilidade de se permanecerem no mesmo trabalho / emprego por um tempo

prolongado. Pelo contrário, são 28% as pessoas que têm contratos de trabalho a termo, o que, regra geral, implica uma nova procura de emprego no final do período do contratual.

Note-se que, entre 2021 e 2022 a evolução foi no sentido de uma maior estabilidade no mercado de trabalho, depreendida pelo aumento da percentagem de contratos sem termo e a correspondente diminuição dos contratos a termo, tendência essa que já vinha, pelo menos, desde 2018, ano em que a percentagem de pessoas trabalhadoras por conta de outrem com contrato de trabalho a termo/ a prazo era de 32,8%.

Figura 50 | Trabalhadores/as por conta de outrem, por tipo de contrato | 2021 e 2022

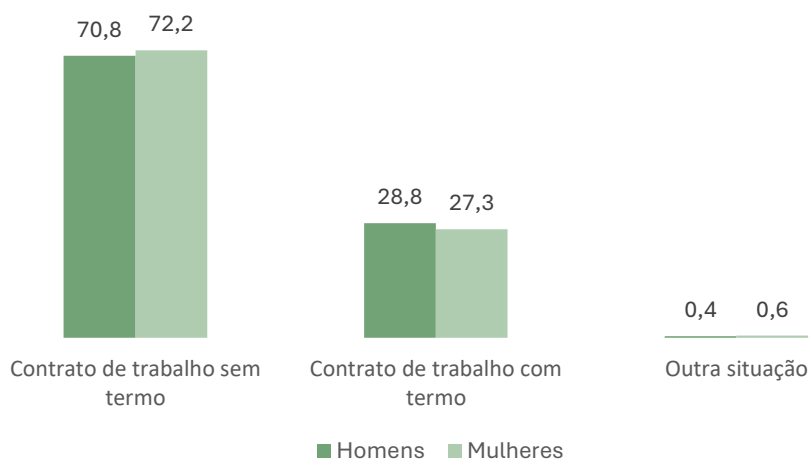


Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Apesar da percentagem de contratos sem termo ser relativamente elevada em Matosinhos é, contudo, inferior à registada na Região Norte que, em 2022, regista uma percentagem de 84,1% e cerca de 14% nos contratos a termo.

Neste domínio, as diferenças entre mulheres e homens são bastantes pequenas, mas são as mulheres que estão em vantagem, uma vez que, são elas que apresentam a maior percentagem de contratos de trabalho sem termo (72,2% face aos 70,8% entre a população masculina).

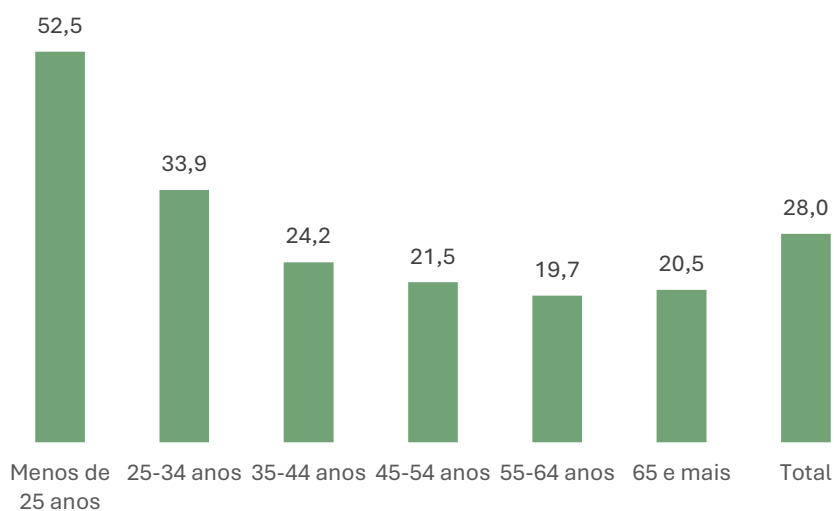
Figura 51 | Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por tipo de contrato e sexo (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

As situações mais desvantajosas surgem, porém, entre as camadas mais jovens. Com efeito, os contratos sem termo estão mais presentes nas faixas etárias abaixo dos 35 anos, tal como se pode ver na figura seguinte e, em particular, entre quem tem menos de 25 anos, grupo onde as pessoas com contratos a termo ultrapassam os 50%. Apenas, na faixa dos 35–44 anos a percentagem começa a ser inferior à média verificada para o total da população com trabalho por conta de outrem (28%).

Figura 52 | Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos com contrato a termo, segundo o grupo de idade (%) | 2022



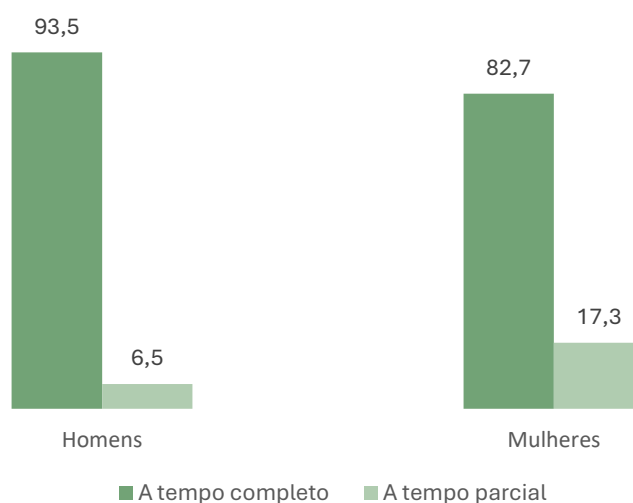
Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Para além do tipo de contrato, outro indicador de precaridade é o regime de duração do trabalho. Em Matosinhos, no ano de 2022, os/as trabalhadores/as a tempo parcial correspondem a cerca de 12%. Esta percentagem expressa um decréscimo desta realidade já que em 2018 ela era de 13,7%.

Em termos da diferenciação entre sexos, verifica-se que são mais os homens, do que as mulheres, a trabalhar a tempo completo. Noutra perspetiva, são mais as mulheres a ocuparem postos de trabalho a tempo parcial. Ou seja, mais de 90% dos homens têm trabalho a tempo completo; essa percentagem não ultrapassa os 83% no caso das mulheres. No caso do trabalho a tempo parcial, a percentagem de mulheres nesta condição é de 17,3%, face a 6,5% entre os homens.

Estudos sobre esta temática dão conta de que ‘a feminização do emprego a tempo parcial se explica com base na persistência de representações sociais tradicionais e na assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas domésticas e de cuidado entre mulheres e homens. Nesse sentido, as mulheres sentem maior necessidade de proceder a ajustes em termos de horário de trabalho, o que resulta em menores rendimentos no seu presente, menores pensões no seu futuro e menores probabilidades de subida na carreira ao longo da sua vida profissional’. (CIG, 2022: 12)¹⁷

Figura 53 | Trabalhadores/as por conta de outrem no concelho de Matosinhos, por duração do trabalho (%) | 2022



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

6.5. Rendimentos e Desigualdades Salariais

Os rendimentos do trabalho são a principal fonte de rendimento para a maioria das pessoas e das famílias. Apesar da sua importância para a autonomia das pessoas e garantia das condições de vida, ter um salário não é fator de proteção integral. Com efeito, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

¹⁷ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), 2022. *Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2022*. Lisboa. CIG. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/12/Igualdade-de-Genero-em-Portugal_-Boletim-Estatistico-2022P1.pdf.

(ICOR) / EU Statistics on income and living conditions (EU-SILC) de 2022, com base nos rendimentos de 2021, 12,2% das pessoas que trabalham estavam em risco de pobreza ou exclusão social e 10.3% em risco de pobreza monetária. “Portugal é o 7º da EU27 com maior vulnerabilidade dos trabalhadores nestes dois indicadores” (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023: 9).¹⁸ Ainda de acordo com o relatório do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, e tendo em conta apenas a pobreza monetária, as taxas mais elevadas verificam-se nos seguintes grupos: pessoas que trabalham a tempo parcial (24%); trabalhadores/as jovens (20,1% entre quem tem 16 e 19 anos; 16.4% dos 16 aos 24 anos); pessoas com contrato de trabalho temporário (19.4%); trabalhadores/as que possuem no máximo o ensino básico (17%); trabalhadores/as que se integram em famílias monoparentais (19.6%).

Em termos de ganho médio mensal¹⁹ no concelho de Matosinhos, dados revelados pelo INE com base nos Quadros de pessoal do MTSSS/GEP, dão conta de que em 2022 o valor era de 1 536,5 €. Este valor estava acima do registado para o Continente (1 368,0€) e para a AMP (1 378,6 €), colocando o concelho de Matosinhos na segunda posição entre os concelhos com os ganhos médios mais elevados, sendo apenas superado pelo concelho do Porto, com 1 628,7€.

Tabela 17 | Ganho médio mensal no Continente, na AMP e nos concelhos da AMP (€) | 2022

Concelhos da AMP	Euros	Posição
Porto	1 628,7	1º
Matosinhos	1 536,5	2º
Maia	1 430,5	3º
Área Metropolitana do Porto	1 378,6	4º
Continente	1 368,0	5º
Vila Nova de Gaia	1 305,7	6º
Oliveira de Azeméis	1 272,6	7º
Vila do Conde	1 267,1	8º
Vale de Cambra	1 261,4	9º
Trofa	1 254,1	10º
Valongo	1 229,6	11º
Santa Maria da Feira	1 222,6	12º
São João da Madeira	1 212,6	13º
Santo Tirso	1 161,4	14º
Espinho	1 145,1	15º
Gondomar	1 141,0	16º
Póvoa de Varzim	1 134,2	17º
Arouca	1 091,2	18º
Paredes	1 059,1	19º

Continente **1 368€**
AMP **1 378,6€**
Matosinhos **1 536,5€**

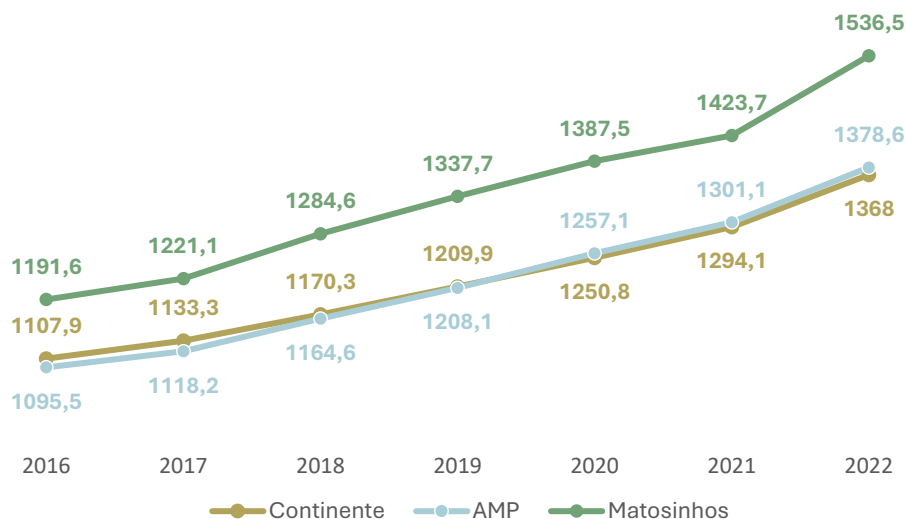
Fonte: INE - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

¹⁸ Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2023. Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2023. Porto. EAPN.

¹⁹ O ganho médio mensal corresponde ao montante médio líquido em dinheiro, e/ou géneros, pago aos trabalhadores, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (INE)

Ao ter-se em consideração uma análise temporal verifica-se que o ganho médio no concelho de Matosinhos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, apresentando sempre uma distância considerável relativamente ao Continente e AMP. Já estas duas áreas geográficas têm apresentando valores muito próximos entre si.

Figura 54 | Ganho médio mensal no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) | 2016-2022



Fonte: INE - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

No entanto, estes valores, que colocam o concelho de Matosinhos numa posição bastante favorável, por comparação a outros concelhos da AMP escondem desigualdades, nomeadamente entre mulheres e homens.

Como é sabido a desigualdade salarial é uma realidade que se tem vindo a manter ao longo dos tempos ainda que essa diferença tenha vindo a diminuir. Segundo os dados mais recentes disponíveis na edição de 2023 do Barómetro das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens²⁰ do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a diferença salarial entre homens e mulheres equivale a 48 dias de trabalho pagos aos homens, mas não remunerados às mulheres. Apesar de a diferença salarial entre sexos ter diminuído, a nível nacional, de 17,9% em 2010 para 13,1% em 2021, nesse mesmo ano as mulheres ainda ganhavam menos 150,30€ do que os homens, quando se considera o salário base. Se considerarmos o ganho, essa diferença sobe para 15,9%, o que equivale a menos 220,70€ nos ganhos das mulheres. As diferenças acentuam-se à medida que as qualificações vão aumentando.

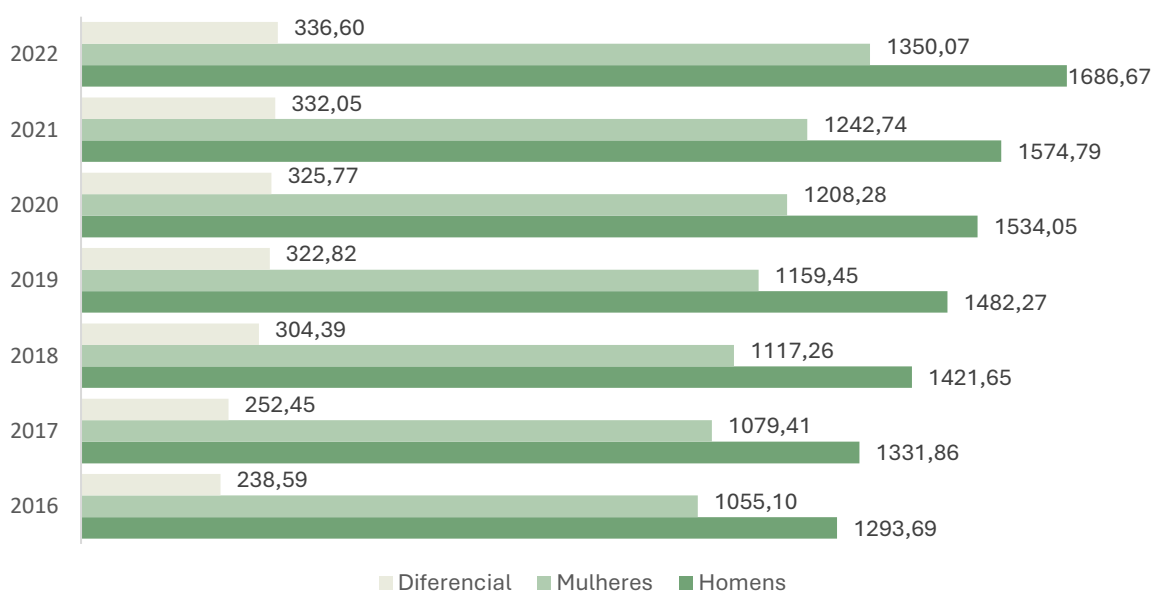
No concelho de Matosinhos, em 2022, podê-se verificar que as mulheres ganhavam 80% dos ganhos médios dos homens. Ou seja, a diferença entre sexos ao nível dos ganhos médios em Matosinhos é de

²⁰ Disponível em: <https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/86981/BAROMETRO2023.xlsx/ff406288-5908-4d14-80ea-be90fc1ccdfe>

336,60 € em desfavor das mulheres e acima da diferença verifica nos concelhos da AMP (- 255,30€) e do Continente (-238,60 €).

Através da figura em baixo, é possível verificar que a disparidade no ganho médio mensal entre mulheres e homens é algo que se tem mantido ao longo dos anos. Em ambos os sexos, tem-se vindo a registar um aumento sucessivo dos ganhos médios, mas a diferença entre homens e mulheres tem-se vindo a acentuar. Se em 2016 os homens ganhavam mais 238,59€ do que as mulheres, em 2022 esse valor ascende a 336,60€, tal como já mencionado.

Figura 55 | Ganho médio mensal no concelho de Matosinhos, por sexo (€) | 2016 - 2022



Fonte: INE - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Quando se toma em consideração o nível de qualificação dos/as trabalhadores/as, verifica-se que em todos os níveis o ganho médio mensal dos homens é superior ao das mulheres. Apenas na categoria dos estagiários, praticantes e aprendizes o ganho médio mensal das mulheres é superior. À medida que o nível de qualificação aumenta, aumenta igualmente a diferença entre mulheres e homens, sendo que nos quadros superiores esse valor ultrapassa os 750€ em desfavor das mulheres.

Muitas poderão ser as causas das diferenças remuneratórias, mas segundo a CITE, a “reprodução dos padrões de segregação horizontal e vertical do mercado de trabalho contribui de modo determinante para a persistência das assimetrias remuneratórias entre mulheres e homens. Os setores de atividade e as categorias profissionais com maiores taxas de feminização apresentam, tendencialmente, níveis remuneratórios mais baixos quando comparados com os setores e profissões mais masculinizados.”²¹ Por outro lado, não se pode também deixar de ter em conta que persiste a existência de tradições e

²¹https://cite.gov.pt/documents/14333/144891/Desigualdade_salarial_Portugal_2018.pdf

estereótipos sobre os papéis de género de homens e de mulheres e que estes existem desde muito cedo, influenciando assim os percursos de homens e de mulheres, nomeadamente na escolha das áreas de formação.

Tabela 18 | Ganho médio mensal no concelho do Matosinhos, por nível de qualificação, sexo e diferencial entre sexos (€) | 2022

Nível de qualificação	Homens	Mulheres	Diferencial entre M e H
Quadros superiores	3 108,3	23 55,4	-752,9
Quadros médios	2 255,5	1 810,9	-444,6
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	2 058,2	1 760,5	-297,7
Profissionais altamente qualificados	1 601,0	1 402,3	-198,7
Profissionais qualificados	1 246,0	1 104,3	-141,7
Profissionais semi-qualificados	1 062,9	892,0	-170,9
Profissionais não qualificados	938,3	840,7	-97,6
Estagiários, praticantes e aprendizes	917,6	922,0	4,5
Total	1 686,7	1 350,1	-336,6

Fonte: MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

6.6.O desemprego no concelho

75

O desemprego é um fator de vulnerabilidade para pessoas e famílias. Uma situação de desemprego vai certamente contribuir para a diminuição do orçamento familiar, criando instabilidades (incluindo emocionais) que afetam a pessoa desempregada, mas também o agregado familiar em que se insere.

No inquérito, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) / EU Statistics on income and living conditions (EU-SILC) de 2022, com base nos rendimentos de 2021, as pessoas desempregadas surgem como das mais vulneráveis à pobreza: 60,1% estão em risco de pobreza ou exclusão social; 43,2% encontram-se em risco de pobreza monetária.

A taxa de desemprego²² permite aferir o peso representativo das pessoas desempregadas sobre a total de pessoas ativas. Contudo, esta informação não está disponível em termos concelhios. Fazendo um enfoque na informação disponível para o Continente e Região Norte. De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a Região Norte apresentou entre 2016 e 2018 taxas de desemprego mais elevadas do que as registadas para Portugal. A partir desse ano, as taxas de desemprego das duas áreas geográficas apresentam valores muito próximos, chegando a 2023 com uma ligeira superioridade da Região Norte.

²² Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

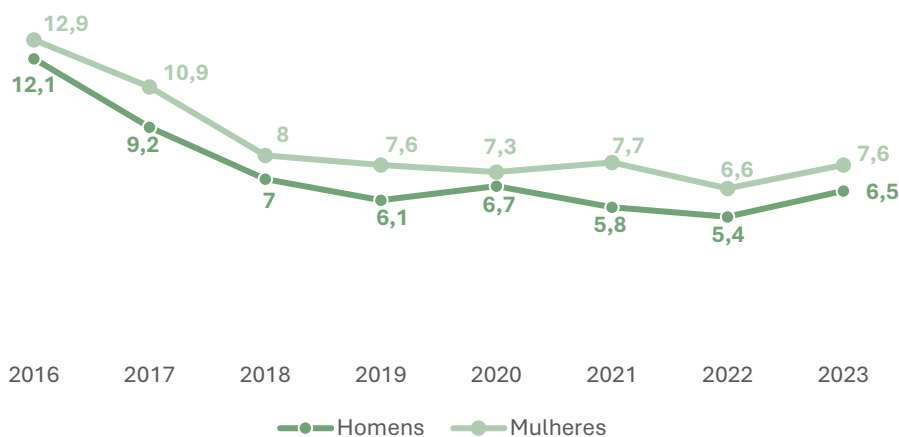
Figura 56 | Taxa de desemprego na Região Norte e no Continente (%) | 2016-2023



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Na Região Norte, são as mulheres que apresentam taxas de desemprego mais elevadas do que as dos homens em todos os anos da série temporal considerada. O único ano onde existe uma maior proximidade entre as taxas de desemprego para homens e para mulheres é em 2020, ano em que o desemprego se começou a fazer sentir reflexo da pandemia de COVID-19. O ano de 2021, em contrapartida, foi aquele que apresentou um maior distanciamento entre homens e mulheres, com a taxa de desemprego das mulheres a aumentar e a dos homens a diminuir. Os últimos anos de 2022 e 2023, apresentam o regresso a uma maior estabilidade dos valores das taxas ainda que as mulheres numa posição mais desfavorável.

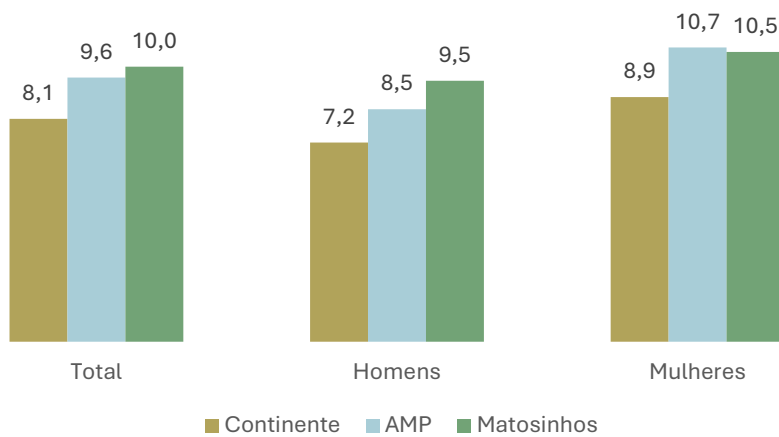
Figura 57 | Taxa de desemprego na Região Norte, por sexo (%) | 2016-2023



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No que se refere ao concelho de Matosinhos, a informação existente diz respeito ao Censos de 2021 e tal como se pode ver na figura seguinte, também esta fonte aponta para uma taxa de desemprego mais elevada entre a população feminina (10,5%). Por outro lado, naquele ano de referência, Matosinhos apresentava a taxa de desemprego mais alta (10%) por comparação com o Continente (8,1%) e com a AMP (9,6%).

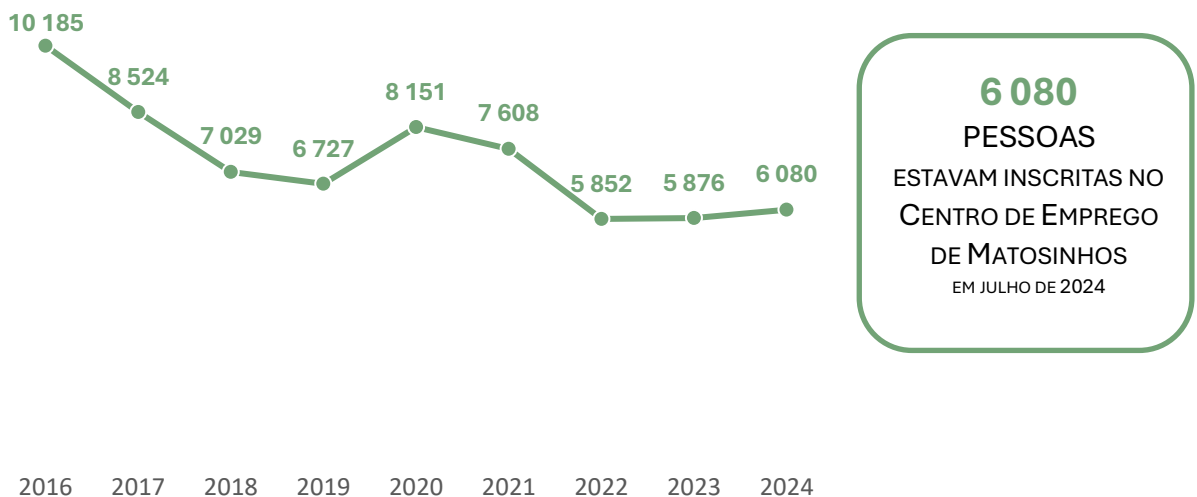
Figura 58 | Taxa de desemprego no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, por sexo (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Em termos de desemprego registado, pode verificar-se que, após o pico de 2020 provocado pelas consequências da pandemia no mercado de trabalho, o número de pessoas inscritas tem vindo a diminuir de forma constante até atingir os 5 876 registados em 2023. No mês de julho do ano seguinte, os registos são de 6 080 pessoas, o que corresponde a mais 204 pessoas por relação ao período homólogo. Resta saber se, no final do ano, esta subida se revela ser a tendência para 2024 ou, se pelo contrário, a linha descendente (re)iniciada em 2021 se mantém.

Figura 59 | Número de pessoas desempregadas inscritas no centro de emprego de Matosinhos (v.a.) | 2016-2024

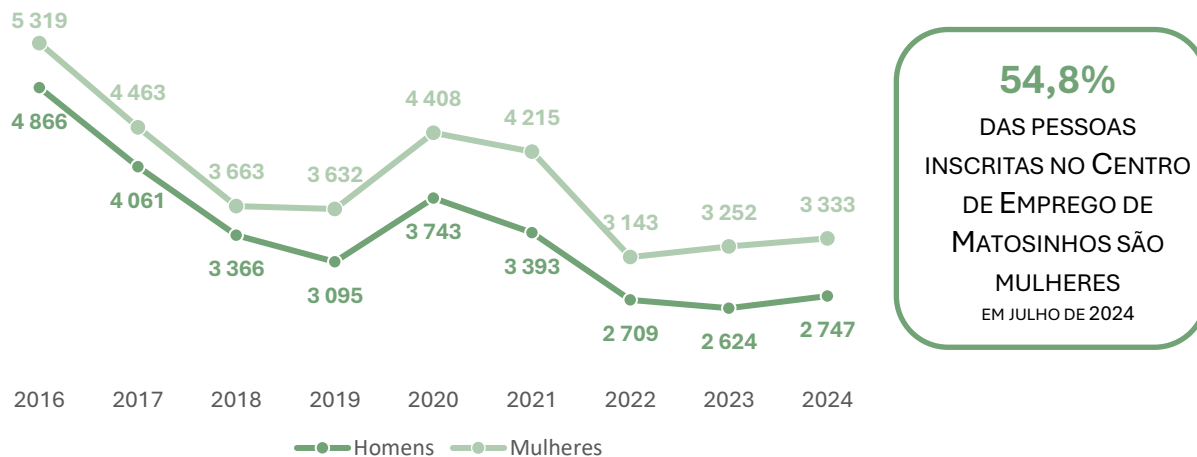


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.
 Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de julho.

Ao longo dos anos considerados, o número de mulheres registadas no Centro de Emprego de Matosinhos tem sido superior ao dos homens, mas as diferenças acentuam-se no período pós pandémico. No final de

ano de 2023 estavam inscritas mais 628 mulheres do que homens, o que significam que em 2023 as mulheres representavam 53,7% do desemprego registado. Em julho de 2024 essa percentagem é de 54,8%.

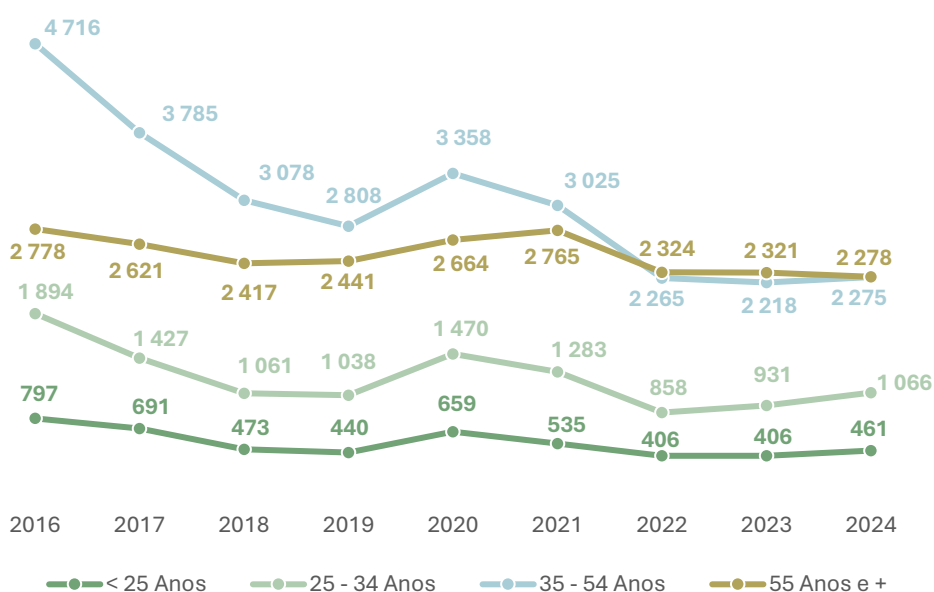
Figura 60 | Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2016-2024



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.
Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de julho.

No que concerne à estrutura etária do desemprego registado no Concelho, entre 2016 e 2024, salienta-se uma maior presença de pessoas com idades superiores a 55 ou mais anos e nas faixas etárias compreendidas entre 35 e 54 anos.

Figura 61 | Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por idades (v.a.) | 2016-2024

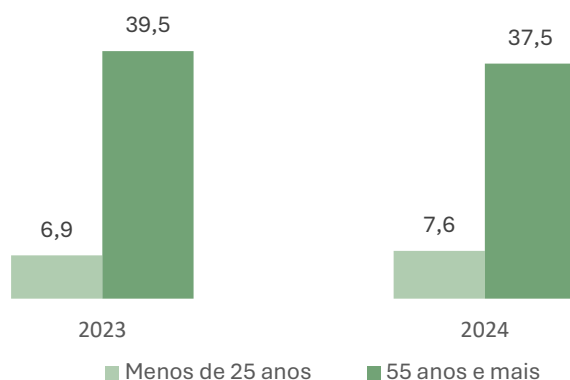


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.
Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de julho.

Tomando como referência o ano de 2023, e a última informação disponível relativa ao mês de julho de 2024, e analisando o grupo dos mais jovens e a faixa acima dos 54 anos que, por razões distintas, serão os que mais dificuldades podem sentir na (re)entrada do mercado de emprego, verifica-se que os primeiros correspondem a um pouco mais de 7%, e os segundos representam perto de 40% do desemprego registado.

Note-se que, tanto na AMP, como no Continente, há uma maior percentagem de desemprego jovem (8,8% e 10,3%, respetivamente, para o ano de 2023). Por outro lado, são menores as percentagens que expressam o desemprego entre as faixas etárias mais velhas: 29,3% no Continente; 32,9% na AMP.

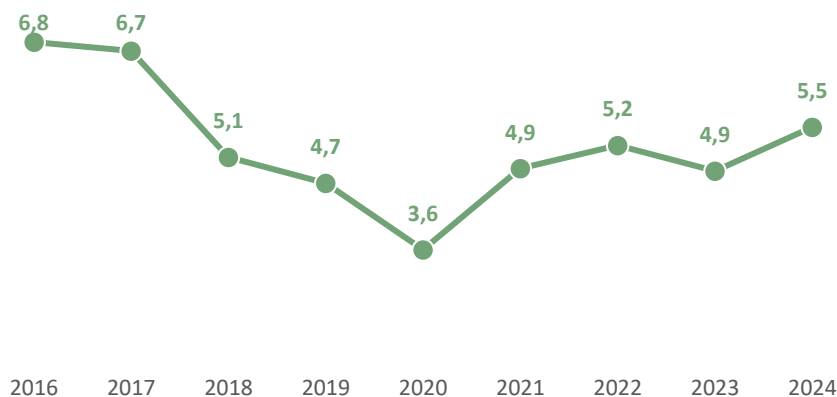
Figura 62 | Percentagem de pessoas com menos e 25 anos e mais de 54 anos no total de pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos | 2023 e julho de 2024



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho

Tal como se pode depreender da figura em baixo, a percentagem de pessoas que procura o primeiro emprego, por estarem a iniciar o seu percurso profissional, é muito inferior às que procuram um novo emprego, o que não deixa de estar relacionado com o próprio perfil das pessoas inscritas.

Figura 63 | Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, à procura do primeiro emprego (%) | 2016-2024

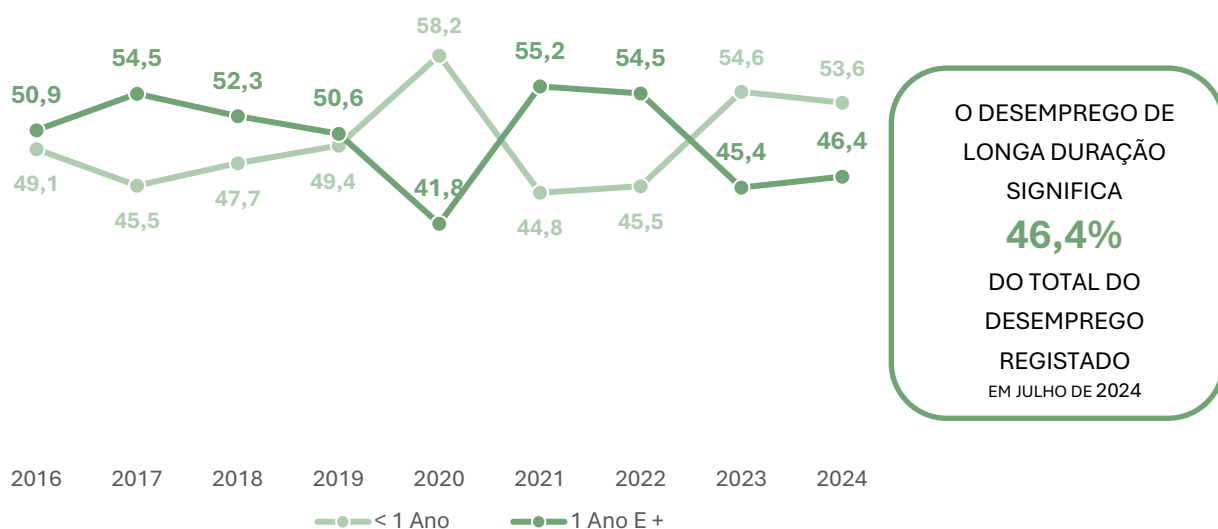


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro.

Quanto ao tempo de inscrição no Centro de Emprego, a figura abaixo permite visualizar uma certa inconstância no “comportamento” deste indicador, ao longo dos anos. Pode dizer-se, porém, que o desemprego de longa duração esteve mais presente na fase pós crise financeira de 2014. Resultado de uma subida do desemprego como consequência da pandemia aumenta também o desemprego de curta duração sendo que algum dele se transforma, nos anos imediatamente a seguir, em desemprego de longa duração. Atualmente, estamos numa fase em que o desemprego com duração inferior a um ano corresponde à maior parte das situações (54,9%, como se pode ver na figura em baixo), mas, ainda que não se possa fazer uma comparação direta, os dados de julho de 2024 podem enunciar uma tendência distinta já que aquela percentagem desce para 53,6% e a do desemprego de longa duração sobe para 46,4%.

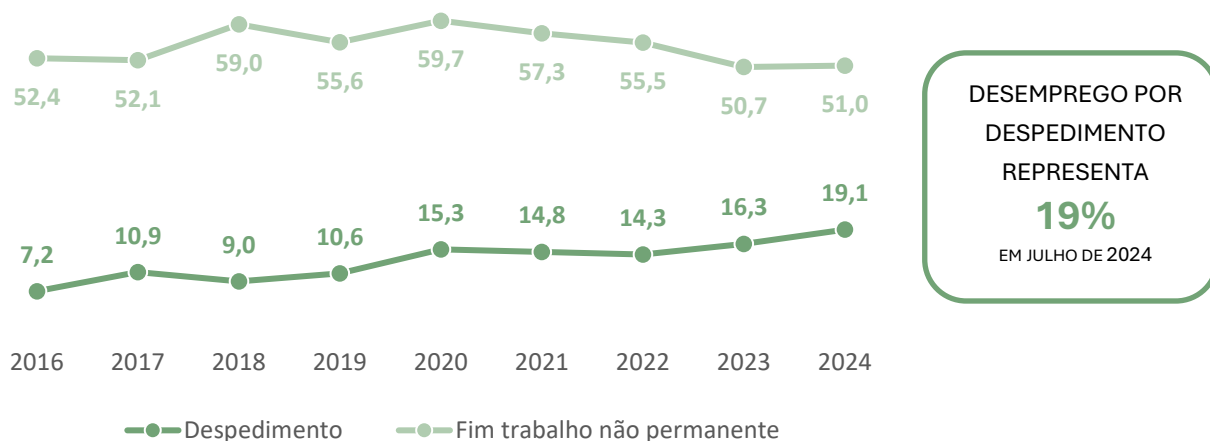
Figura 64 | Desemprego registado no centro de emprego de Matosinhos, por tempo de inscrição | 2016-2024



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.
 Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro

Uma análise aos motivos subjacentes à inscrição no Centro de Emprego ressalta a importância fim dos contratos de trabalho não permanentes, correspondendo, ao longo dos anos considerados, a mais de metade das razões justificativas da situação de desemprego. Os despedimentos são o segundo motivo mais evocado e o que apresenta uma tendência para crescer desde 2021.

Figura 65 | Desemprego registado no centro de emprego de Matosinhos, por motivo de inscrição (v.a.) | 2016-2024

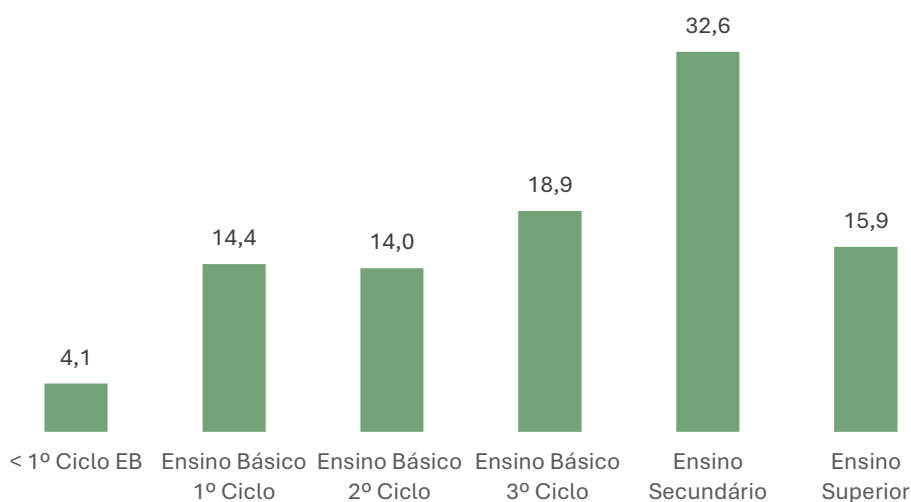


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro

Entre a população desempregada sobressaem, sobretudo, as pessoas que têm como nível de escolaridade o ensino secundário cuja percentagem, ao longo dos anos, tem oscilado ente 25,2%, em 2016, e 32,2% em 2023. No entanto, importa salientar que mais de metade das pessoas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos têm, no máximo o 3º ciclo do ensino básico. O desemprego mais qualificado teve a sua máxima expressão em 2020 e, partir de então, tem vindo a descer atingindo, em 2023, os 14,5%.

Figura 66 | Pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, por nível de escolaridade (%) | 2023

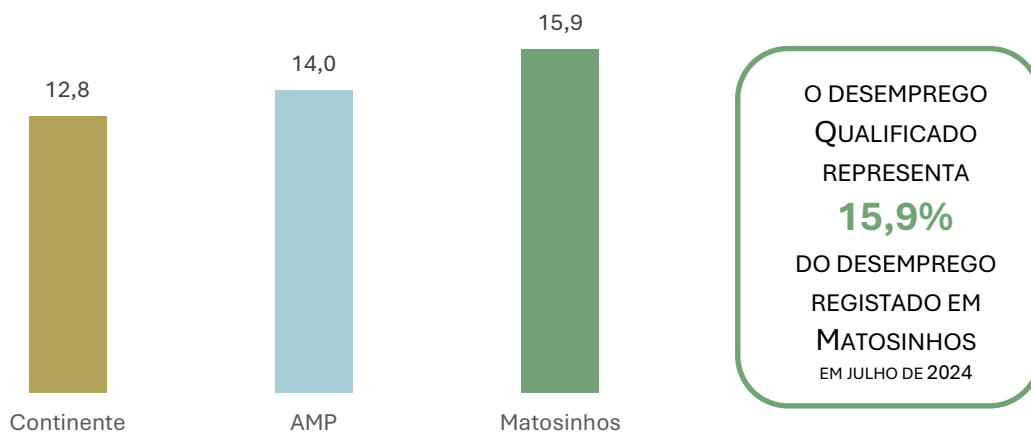


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro.

Comparando o peso do desemprego qualificado em Matosinhos com o que se verifica na AMP e no Continente, verifica-se que este é maior no concelho. Tal pode relacionar-se com uma maior quantidade relativa de pessoas qualificadas que procurarão, sobretudo um primeiro emprego que se conjuga com uma menor capacidade local para absorver a mão-de obra mais qualificada, apesar de todas as evoluções positivas neste sentido, verificadas na economia local.

Figura 67 | Percentagem de pessoas desempregadas inscritas nos centros de emprego, com o ensino superior, em Matosinhos, na AMP e no Continente (%) | 2023



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro

7. Proteção social

O direito à segurança e à solidariedade social encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 63º “O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”.

Por outro lado, a Carta Social Europeia²³ refere que:

13) Todas as pessoas carecidas de recursos suficientes têm direito à assistência social e médica;

14) Todas as pessoas têm o direito de beneficiar de serviços sociais qualificados;

30) Toda a pessoa tem direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social.

Por outro lado, o ODS 1 refere-se à erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, enunciando objetivos específicos até 2030 de onde se destaca:

- Reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

- Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, e até 2030, atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis;

- Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade (...).

Já o ODS2 – Erradicar a fome – aponta para a necessidade de acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular dos mais pobres e das pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.

Se a proteção social é um direito de cidadãos e cidadãs, as políticas que concorrem para a verificação de tal direito nem sempre cumprem um desígnio que deveria pelo menos estar implícito que é o combater a pobreza e as desigualdades “é verdade que enquanto certas políticas têm como objetivo explícito diminuir as desigualdades, outras têm as desigualdades como consequências, sem que sejam admitidas como seu propósito. Outras ainda são aparentemente indiferentes a esta questão social e política, indiferença que pode já ser uma espécie de opção ou preferência.” (Farinha, 2012: 13)

De acordo com os mais recentes dados disponíveis mais recentes, as transferências sociais (pensões, abonos e subsídios sociais) possibilitam uma redução da incidência da pobreza em 21 p.p.. Ou seja, sem transferências sociais a pobreza, em 2013, atingiria 47,8% da população residente em Portugal; após as transferências sociais a taxa de pobreza em 2013 foi de 19,5%. (INE, 2015). Estes dados revelam a importância do chamado estado social em matéria de proteção face à pobreza monetária.

²³ GDCC, Carta Social Europeia Revista, adotada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

7.1. Pensões e pensionistas

Dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) / EU Statistics on income and living conditions (EU-SILC) de 2022 dão conta de que a taxa de risco de pobreza sem as transferências sociais relativas a pensões seria de 21,2%.

No final de 2023, o concelho de Matosinhos apresentava um total de 50 331 pensionistas. De entre estas, a grande maioria (73,1%) recebe pensão de velhice, o que significa que tiveram uma vida profissional a partir da qual fizeram os seus descontos para a Segurança Social.

O segundo grupo mais importante (23%) corresponde às pessoas com pensão de sobrevivência. De notar que esta pensão se destina a compensar familiares de uma pessoa beneficiária pela perda de rendimentos de trabalho resultante da morte desta, mais concretamente cônjuge, companheiro/a ou filhos/as menores de idade.

Finalmente, 1 937 recebem pensão de invalidez (3,8%), o que corresponde a uma diminuição progressiva do número deste tipo de pensionistas, pelo menos desde 2016, facto ao qual não será alheio as exigências acrescidas para o acesso a esta prestação.

Tabela 19 | Pensionistas no concelho de Matosinhos, por tipo de pensão (v.a.) | 2016 – 2023

Ano	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2016	49 467	3 344	34 474	11 649
2017	49 837	3 118	34 988	11 731
2018	49 903	2 779	35 422	11 702
2019	50 450	2 534	36 025	11 891
2020	51 091	2 377	36 703	12 011
2021	51 451	2 249	37 070	12 132
2022	51 930	2 222	37 507	12 201
2023	50 331	1 937	36 810	11 584

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2016 e 2018; Anuários Estatísticos Regionais 2020 e 2022

Quanto aos montantes das pensões, o concelho de Matosinhos apresenta um aumento contínuo dos valores médios anuais, desde 2016, o que está em linha com o aumento das pensões enquanto medida governamental.

Como seria de esperar, é a pensão de velhice aquela que apresenta o valor mais elevado – 8 817€, o que significa mais 323€ do que em 2022. Para além do aumento das pensões resultar de uma decisão governamental é também de considerar que as pessoas, que mais recentemente têm passado à reforma, serão tendencialmente mais qualificadas do que gerações anteriores e terão, também por isso, auferido rendimentos mais elevados, refletindo-se tal no próprio valor das pensões atribuídas.

Tabela 20 | Valor médio anual das pensões, por pessoa beneficiária, no concelho de Matosinhos, por tipo de pensão (€) | 2016 - 2023

Ano	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2016	6 214	5 215	7 162	3 694
2017	6 324	5 301	7 269	3 777
2018	6 521	5 151	7 483	3 935
2019	6 826	5 988	7 802	4 049
2020	6 984	6 130	7 978	4 117
2021	7 051	6 069	8 050	4 182
2022	7 447	6 368	8 494	4 427
2023	7 758	6 742	8 817	4 631

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2016 e 2018; Anuários Estatísticos Regionais 2020 e 2022

Apesar do aumento do valor médio anual pago pela Segurança Social às pessoas beneficiárias, refira-se que, em 2022 “a taxa de risco de pobreza foi de 15,4% para a população reformada”, face a 14, 9%, em 2021.²⁴

Não existindo dados que permitam uma comparação entre mulheres e homens a nível concelhio, é conhecida a vantagem dos homens em relação às mulheres no que se refere aos montantes das pensões pagas. Dados recentemente divulgados²⁵ dão conta de que as mulheres, em 2022, recebiam pensões 43,2% abaixo das auferidas pelos homens sendo que esta percentagem representa um acréscimo por comparação a 2012 ano em que a percentagem era de 42,8%.

7.2.Subsídio de desemprego

No que se refere às pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego, o gráfico abaixo representado dá conta de um decréscimo desde 2016 até 2019, aumentando nos anos mais afetados pela crise pandémica, para depois voltarem a descer. Esta evolução vem a par da evolução do desemprego no concelho, tendo como referência as pessoas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos

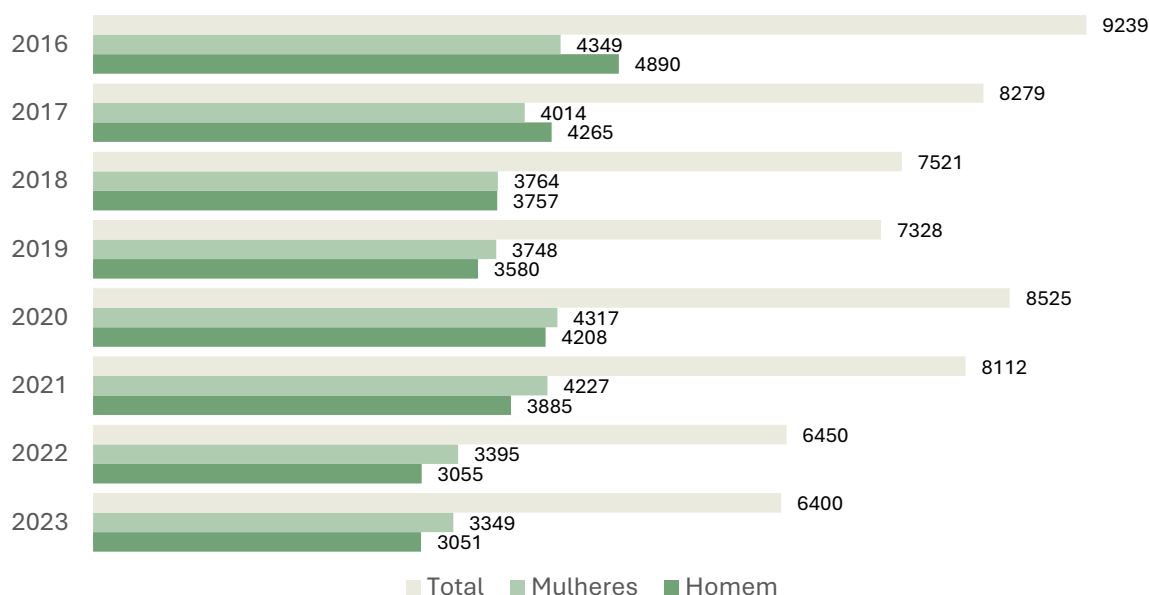
No entanto, se entre o desemprego registado tem havido sempre um número superior de mulheres, elas só se tornam claramente maioritárias entre a população beneficiária do subsídio de desemprego a partir de 2019. Por outro lado, e tomando como referência os dois últimos anos, em que as mulheres correspondem a 53% e 53,7% das pessoas registadas no Centro de Emprego de Matosinhos, respetivamente para 2022 e 2023, elas estão em percentagens um pouco inferiores no conjunto das pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego (52,6% e 52,3%, respetivamente), apontando-se, assim, para uma proteção mais frágil quando o desemprego ocorre. Esta proteção mais frágil não deixa de estar

²⁴ INE, 2024. *Rendimento e Condições de Vida – Pobreza, Trabalho e Educação 2023*. Destaque. 20 de fevereiro de 2024. [Rendimento e Condições de Vida - INE - GEE](#).

²⁵ <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/seguranca-social/detalhe/mulheres-tem-pensoes-43-mais-baixas-do-que-os-homens>

relacionada com condições de trabalho mais precárias, recordando-se, a este nível, que entre a população feminina é mais frequente o desempenho de atividades profissionais a tempo parcial.

Figura 68 | Pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, em Matosinhos, por sexo (v.a) | 2016-2023



Fonte: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-24

Mais de 80% das pessoas em situação de desemprego, no ano 2023, no concelho de Matosinhos, recebiam subsídio de desemprego. Com cerca de 13% de pessoas beneficiárias, está o subsídio social de desemprego subsequente que se destina a quem, tendo condições de recursos²⁶, já tenha esgotado os períodos de concessão do subsídio de desemprego e continue em situação de desemprego e inscrito no centro de emprego. São mais as mulheres do que os homens a receberem subsídio social de desemprego e subsídio social de desemprego subsequente o que aponta para períodos de desemprego mais longos. Note-se, ainda, que estes subsídios têm valores inferiores ao subsídio de desemprego cujo valor médio mensal situa-se nos 638€, face aos 408€ do subsídio social de desemprego inicial e aos 417€ do subsídio social de desemprego subsequente.

²⁶ Não pode ter património mobiliário no valor superior a 122.222,40 € à data do requerimento; não ter por elemento do agregado familiar, rendimento mensal superior a 407,41€ (80% do IAS) à data da cessação da atribuição do subsídio de desemprego.

Tabela 21 | Pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, em Matosinhos, por tipo de subsídio e sexo (%) | 2023

Tipo de Subsídio	Feminino	Masculino	Total
Subsídio desemprego	81,4	84,5	82,8
Subsídio social de desemprego inicial	5,3	3,8	4,6
Subsídio social de desemprego subsequente	13,3	11,8	12,6

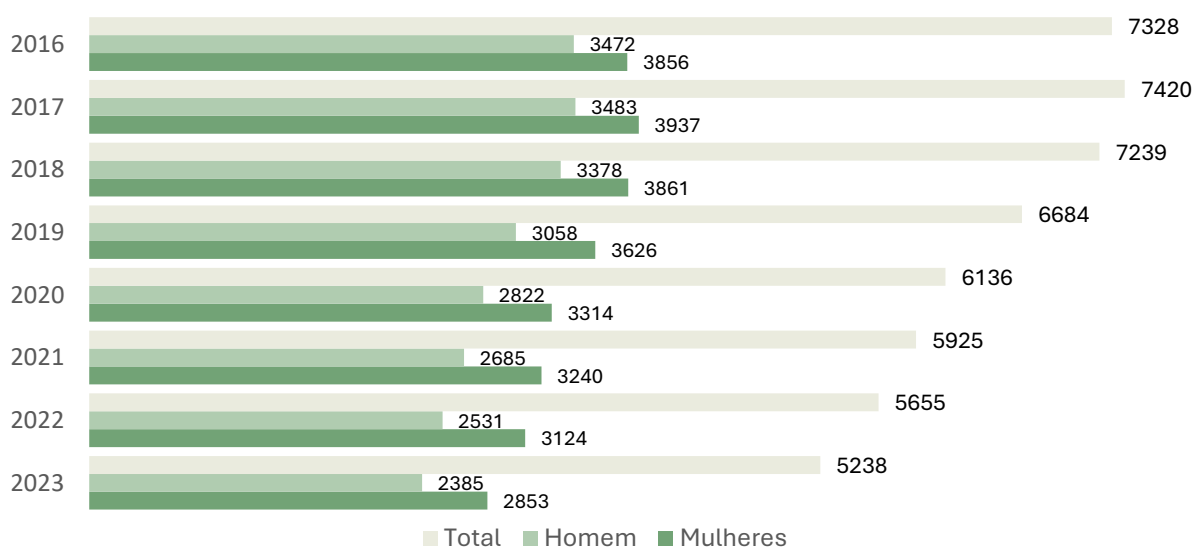
Fonte: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-24

7.3. Rendimento Social de Inserção

Uma importante prestação social que tem como objetivo proteger as famílias com rendimentos abaixo do limiar é o Rendimento Social de Inserção (RSI). Esta medida de política social traduz-se num apoio económico às famílias que reúnam as condições de recurso para o efeito sendo acompanhado por um contrato de inserção onde, em função de um diagnóstico técnico, diferentes elementos do agregado familiar se comprometem a cumprir determinadas obrigações que podem levar a uma alteração das condições de partida e, em última instância, haver autonomização em relação à prestação.

O número de pessoas beneficiárias de RSI tem sofrido alterações ao longo dos anos, tendo-se vindo a registar uma diminuição constante desde 2017 que se deve, sobretudo, a alterações legislativas sendo que, em 2016, foi a escala de equivalência aplicável à determinação do montante do RSI. Em consequência dessa descida o número atinge um mínimo de 5 238 pessoas beneficiárias, em 2023.

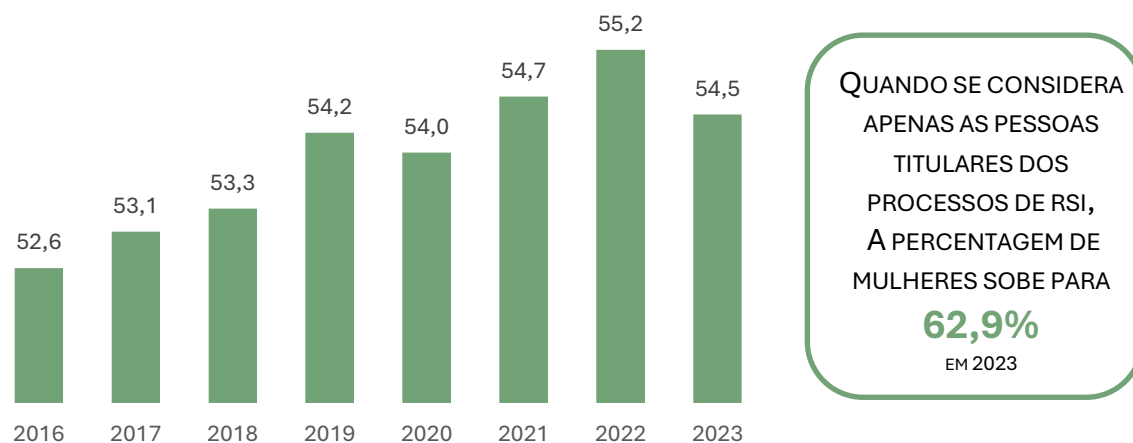
Figura 69 | Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, em Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2016-2023



Fontes: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-31

Entre as pessoas beneficiárias, as mulheres têm estado sempre em maioria, tal como se pode verificar no gráfico seguinte representado, no último ano, 54,5% do total de beneficiários/as, o que corresponde a 2 853 mulheres.

Figura 70 | Percentagem de mulheres entre as pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, em Matosinhos (%) | 2016-2023

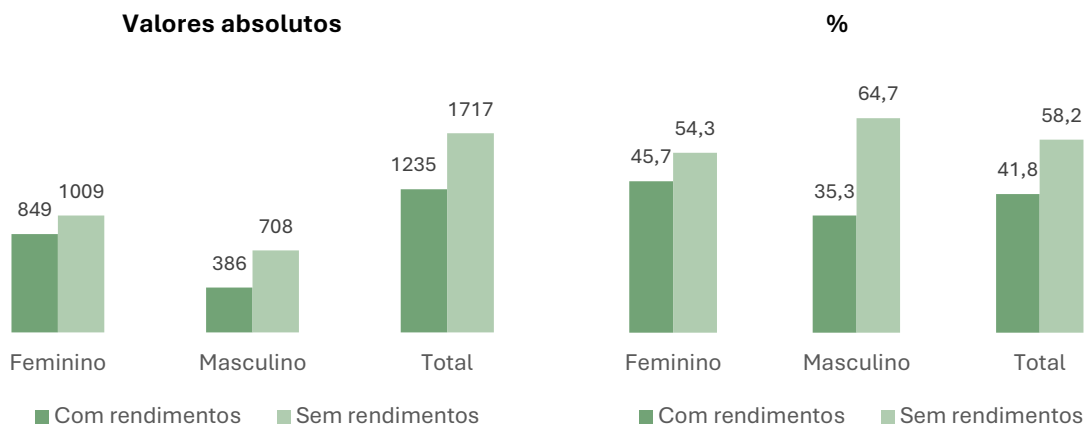


Fontes: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-31

Quando se considera apenas os titulares da prestação RSI, em nome de quem é aberto o processo de cada agregado familiar apoiado, estes correspondem a 2 952 pessoas. Entre os/as titulares a percentagem de mulheres ascende a 62,9%, no ano de 2023, sendo este um importante indicador da feminização da pobreza.

A informação disponível permite, ainda, afirmar que nem todas as pessoas titulares de RSI se encontram totalmente dependentes da medida, do ponto de vista financeiro, já que uma parte delas – 41,8% - se integra no mercado de trabalho e auferem daí um rendimento que, sendo baixo, faz com que o seu agregado familiar reúna as condições necessárias para que o apoio económico, associado à medida, lhe seja atribuído. Estes dados são coerentes com a persistência de taxas de pobreza entre a população trabalhadora. Saliente-se que são mais as mulheres titulares do que homens que auferem rendimentos do trabalho (45,7% face a 35,3%).

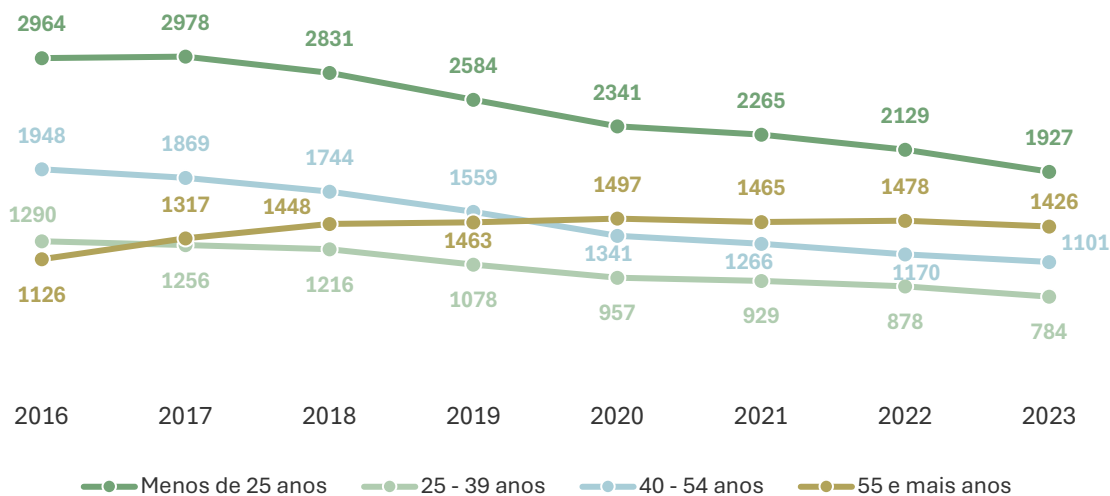
Figura 71 | Pessoas titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI), com e sem rendimentos de trabalho, em Matosinhos, por sexo | 2023



Fontes: ISS - IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI)

Voltando ao total das pessoas beneficiárias, e quando consideramos os grupos etários, destaca-se a presença de quem tem menos de 25 anos – 1 927 pessoas, em 2023, que representam 38,8% do total de beneficiários/as. Entre estas pessoas estão responsáveis por agregados familiares abrangidos pelo RSI, mas também crianças e jovens que integram esses mesmos agregados. A este propósito não será demais referir que as crianças continuam a ser dos grupos que mais se encontram em risco de pobreza. Em 2022 a taxa de risco de pobreza entre as (menores de 18 anos) era de 22,9%, ou seja 2,2 pp acima da taxa de pobreza para a população, em geral.

Figura 72 | Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, no concelho de Matosinhos, por grupo etário (v.a.) | 2016-2023



Fontes: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-31

Outro elemento importante de diagnóstico, diz respeito à distribuição do número de pessoas beneficiárias de RSI, pelo território concelhio. Tal como se pode verificar na tabela seguinte, a União de Freguesias que detêm maior número de pessoas beneficiárias da medida RSI é a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira – 1 478 que correspondem a 28,2% do total de beneficiários/as. Ao contrário, aquela que menor número apresenta é a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo – 879, que significam 16,8% do total de pessoas recebem a prestação. Esta distribuição das pessoas beneficiárias de RSI, está relacionada com a própria distribuição da população residente. Ao analisarmos a tabela em baixo pode dizer-se que, o único território onde há uma certa sobre-dimensão das pessoas beneficiárias de RSI é a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões com 1 431 pessoas o que corresponde a 27,3% dos/as beneficiários/as do concelho, sendo que nesta freguesia residem 25,5% do total da população concelhia.

Tabela 22 | Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, no concelho de Matosinhos, por união de freguesias e percentagem da população residente (v.a. e %) | 2016-2023

Uniões de Freguesias	Pessoas beneficiárias de RSI		População residente no concelho por União de Freguesias
	Valores absolutos	%	%
U.F. Custóias, Leça do Balio e Guifões	1 431	27,3	25,5
U.F. Matosinhos e Leça da Palmeira	1 478	28,2	28,4
U.F. Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	879	16,8	17,2
U.F. São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	1 450	27,7	28,9

Fontes: ISS - IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI)

Quanto aos valores médios pagos pela prestação, em 2023, eles situam-se nos 138,69€ por pessoa e 264,45€, por cada agregado familiar.

7.4. Medidas de proteção social a nível local

7.4.1. Apoio alimentar

Em Matosinhos a Rede Parcerias de Instituições de Combate à Precariedade Económica (RPICPE) agrega um conjunto de 17 entidades onde se salienta as Conferências Vicentinas.²⁷ O funcionamento destas

²⁷ A lista de entidades que integra a RPICPE são as seguintes: 13 Conferências Vicentinas (Conferência Mista de São Mamede de Infesta; Conferência de São Francisco de Assis – Jovens; Conferência do Nosso Senhor dos Passos de São Mamede Infesta; Conferência Senhor Jesus do Padrão da Légua; Conferência de São Tiago de Custóias; Conferência Mista de São Pedro do Araújo; Conferência de Santa Maria de Leça do Balio; Conferência Mista de Nossa Senhora da Hora; Conferência de São Mamede de Perafita; Conferência do Divino Salvador de Lavra; Conferência Nossa Senhora de Fátima de Santa Cruz do Bispo; Conferência de São João de Brito de Leça da Palmeira; Conferência Imaculada Conceição de Matosinhos), bem como a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação

entidades assenta no trabalho voluntário conjugando a recolha de bens junto do comércio local, com o recurso ao Banco Alimentar Contra a Fome do Porto e ainda com a compra, para posterior distribuição às famílias identificadas, de produtos alimentares. A estas entidades acrescem duas Uniãos de Freguesia - União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e União das Freguesias de Custóias Leça do Balio e Guifões – cujo apoio alimentar inteiramente assegurado pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC.

Na prática o apoio das instituições da RPICPE concretiza-se através da atribuição de cabazes alimentares ou de um cartão de compras.

À exceção das Uniãos de Freguesia, a RPICPE é apoiada financeiramente pela autarquia que, em 2024, atribuiu verbas no valor de 430,000,00 €, 50% do qual se destina já ao ano de 2025.

A RPICPE visa garantir o acesso a bens alimentares regular (mensal) ou pontual (em casos de emergência) a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade económica.

O apoio alimentar é assegurado a partir de um diagnóstico técnico das situações, de forma a garantir a equidade da distribuição e o acompanhamento social de cada família beneficiária. Neste sentido, a RPICPE está em estreita articulação com a equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS. Por outro lado, a atividade da Rede é monitorizada através da análise mensal da execução do apoio financeiro e registo e análise semanal das sinalizações do SAAS para apoio alimentar.

A dinamização desta rede permite assegurar a uniformidade da composição do apoio alimentar distribuído, qualitativa e quantitativamente, e implica a monitorização regular da execução do apoio financeiro atribuído às instituições, e das entradas e saídas de pessoas/famílias beneficiárias, o seu funcionamento, com base nestes pressupostos, assenta na gestão de uma lista única de famílias apoiadas, facilitadora da monitorização global dos recursos e de uma visão global das necessidades ao nível do concelho.

Em 2024 usufruíram de apoio em bens alimentares de forma regular 854 agregados familiares, num total de 1 983 pessoas.

7.4.2. O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento de Matosinhos

O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento de Matosinhos (PMAA) foi criado em 2009 com a finalidade de apoiar famílias que revelem dificuldades no pagamento dos contratos de arrendamentos –

de Matosinhos, a Ajuda Fraternal de Guifões, o Lions Clube da Senhora da Hora e a Liga Nacional Criança Esperança – Renascer.

por dificuldades justificadas pela conjuntura económica, em especial quando esta gera desemprego, e por incidências de natureza social, como separações, problemas de saúde.

Atualmente não há limites de tempo para a prestação do apoio e, de acordo com a Carta Municipal de Habitação²⁸, em 2022 procedeu-se à alteração do regulamento municipal, com a revisão dos limites de acesso, a previsão de critérios de prioridade de avaliação e atribuição do apoio a grupos específicos mais vulneráveis, a criação de um novo escalão de apoio e prevendo uma discriminação positiva das pessoas jovens (majoração de 10% no valor do apoio). O regulamento foi também adaptado no sentido de compatibilizar os seus apoios com aqueles que forem concedidos pelo Estado, no âmbito do +Habitação. Ainda de acordo com a Carta Municipal de Habitação, os valores de apoio mensal oscilam entre 75,00€ e 150,00€.

Em setembro de 2023, o sistema de informação da MatosinhosHabit dava conta de 750 candidaturas apoiadas pela MatosinhosHabit, no âmbito do PMAAM. Este número de candidaturas, engloba um total de 1 427 pessoas. Ou seja, o número médio de pessoas por família é de 1,9, sendo esta a menor dimensão média dos três grupos considerados. Entre as pessoas titulares do apoio a grande maioria (72,8%) é do sexo feminino.

É no território da antiga freguesia de Matosinhos que reside a maior percentagem de famílias apoiadas pelo PMAAM (18,4%). A seguir estão as famílias residentes em S. Mamede Infesta (14,9%), Leça do Balio (11,5%) e Senhora da Hora (11,3%). As que apresentam um menor número de famílias apoiadas são as duas das freguesias do norte do concelho Lavra (4,3%) e Sta. Cruz do Bispo (4%).

Por outro lado, cerca de 34% das pessoas titulares do apoio trabalham; as pessoas pensionistas correspondem à segunda percentagem mais elevada (27,3%), seguindo-se os/as estudantes (23,1%). As pessoas em situação de desemprego representam 14,8%.

A esmagadora maioria (98%) das pessoas beneficiárias do PMAAM, auscultadas²⁹ aquando da elaboração de um relatório interno, levado a cabo pelo CESIS, em 2024, para a MatosinhosHabit, considera o programa como muito positivo e grande impacto no equilíbrio financeiro das vidas e, em geral, numa maior qualidade de vida:

- “Ajuda a pagar a renda e assim sobra mais para a alimentação”;
- “Posso comprar os medicamentos sem receio de não ter que comer”;
- “Agora, consigo tomar um café de vez em quando...”;
- “Ajuda-me a ter menos preocupações e, ao mesmo tempo, auxiliou-me na educação do meu filho”;
- “Já não tenho tanto sufoco ao fim do mês”;
- “Consigo ter uma vida mais digna”;
- “Ajuda na minha sobrevivência. Ajuda-me a ser feliz”.

²⁸ CMM, 2024. Relatório da Carta Municipal de Habitação de Matosinhos. https://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos2020/uploads/writer_file/document/34389/01_relatorio.pdf.

²⁹ Num total de 153 pessoas.

8.Habitação³⁰

O artigo 65^a da Constituição consagra os direitos básicos à habitação nos seguintes termos: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar” (ponto 1 do artigo 65^o).

Também a Carta Social Europeia no seu artigo 31 refere o direito à habitação, sendo que para assegurar o exercício efetivo desse direito os Estados comprometem-se a tomar medidas destinadas a:

- 1) Favorecer o acesso à habitação de nível suficiente;
- 2) Prevenir e reduzir o estado de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva;
- 3) Tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes.

No âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 11 – Tornar as cidades e as comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis – menciona a necessidade de, até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros de lata e, ainda, de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável.

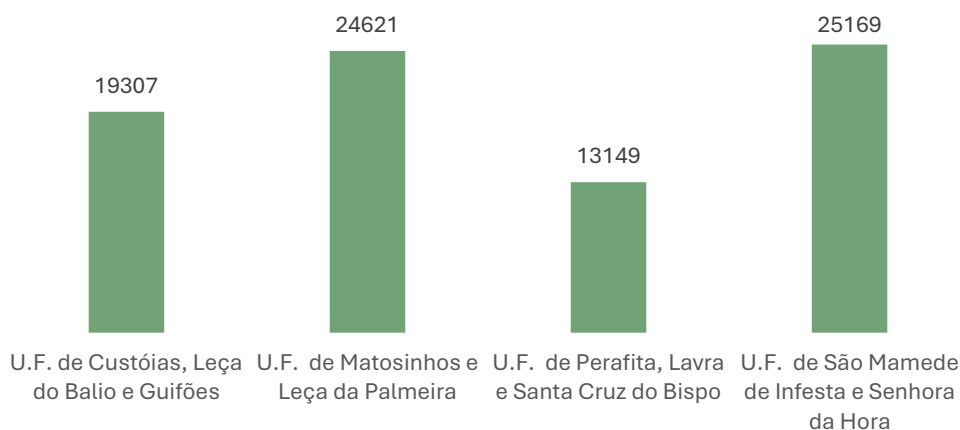
A habitação é, pois, reconhecida como um direito de cidadãos e cidadã sendo a garantia do seu acesso também uma estratégia para comunidades mais seguras e mais inclusivas. Do ponto de vista individual a habitação, e as questões que lhe estão associadas, ocupam, sem dúvida, um lugar central nas preocupações e aspirações de cidadãos e cidadãs. Sendo uma das necessidades básicas de pessoas e famílias, a habitação é muito mais do que isso, é um elemento de inclusão social pelo que, viver em determinadas áreas pode ser um fator que garante prestígio ou, ao contrário, pode ser elemento de estigmatização, incluindo no processo de acesso ao emprego.

8.1.Alojamento e condições de conforto

Em Matosinhos, segundo o Recenseamento de 2021, os territórios com um maior número de alojamentos (clássicos) correspondem à UF de Matosinhos e Leça da Palmeira e à UF de S. Mamede de Infesta e Sra. Hora que são, simultaneamente, as mais uniões também mais populosas. No sentido contrário surge a UF de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo.

³⁰ Para uma informação mais detalhada e análise mais completa deste tema, é importante consultar: CMM, 2024. Relatório da Carta Municipal de Habitação de Matosinhos. https://www.cmm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/writer_file/document/34389/01_relatorio.pdf.

Figura 73 | Alojamentos familiares clássicos, no concelho de Matosinhos, por união de freguesia (v.a.) | 2021

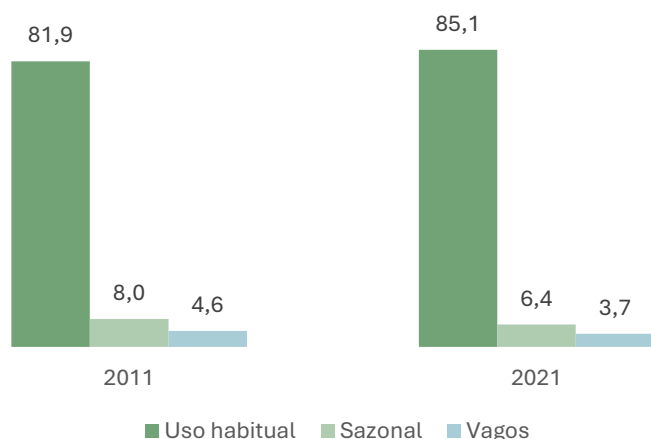


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2021

Entre 2011 e 2021 aumenta o número dos alojamentos de residência habitual: de 82 085 passam para 82 246. Tal implica o reforço da percentagem deste tipo de alojamento (de 81,9% para 85,1%) e uma diminuição dos alojamentos para uso sazonal (-19,5%) e dos vagos (-16,5%).

Numa análise mais detalhada dos alojamentos familiares existentes é preciso considerar que aqui se integram os alojamentos de residência habitual; os alojamentos de uso sazonal e os vagos, alguns dos quais estarão ainda para venda e outros já devolutos.

Figura 74 | Alojamentos familiares, no concelho de Matosinhos, segundo a forma de ocupação (%) | 2011 e 2021



EXISTIA, EM MATOSINHOS:
82 246
 ALOJAMENTOS DE USO
 HABITUAL
5 255
 DE USO SAZONAL E
3 071
 VAGOS
 EM 2023

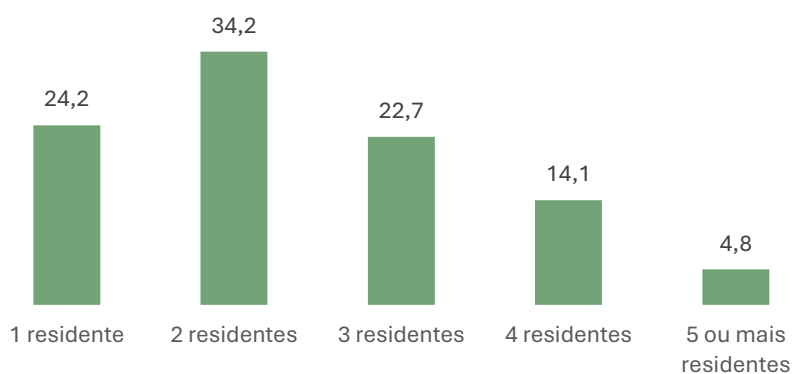
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2021

Olhando para as diferentes Uniões de Freguesia, e em coerência com a distribuição da população pelo território municipal, é a União de Freguesias de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora a que concentra o maior número de alojamentos de uso habitual (21 225) e a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira (20 504). No entanto, entre 2011 e 2021, foi na União de Freguesias de Perafita, Lavra e Sta. Cruz do Bispo onde se registou um maior crescimento deste tipo de alojamentos (5,6%); na União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões houve, pelo contrário, o aumento foi menos acentuado (1,7%).

Como consequência de uma maior utilização do parque habitacional em Matosinhos, de 2011 para 2021, “o défice de alojamentos para os agregados familiares existentes passou de 683 para 28. Todavia, esta realidade quantitativa, esconde necessidades habitacionais em termos de sobrelotação e desdobramentos de agregados, bem como necessidades de intervenção em termos de reabilitação e conservação do edificado, assim como ao nível da qualidade e conforto dos espaços habitáveis.” (CMM, 2024: 41).

Refletindo a dimensão média das famílias residentes no concelho (2,4, segundo o Censos de 2021), verifica-se que a percentagem mais elevada corresponde aos alojamentos ocupados por duas pessoas (34,2%). Seguem-se os alojamentos onde vivem apenas uma pessoa (24,1%). Apenas 4,8% dos alojamentos albergam famílias que podem ser designadas como numerosas.

Figura 75 | Alojamentos familiares clássicos, no concelho de Matosinhos, segundo o número de pessoas residentes (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2021

A relação entre a dimensão do agregado familiar, o seu perfil demográfico do agregado e a dimensão do alojamento / número de divisões traduz-se em situações de sublotação ou sobrelotação.

“O Censos 2021 identificava, no concelho de Matosinhos, 9 943 agregados em situação de sobrelotação, com distribuição predominante nas Uniãos de Freguesias de São Mamede Infesta/Senhora da Hora (30%) e de Matosinhos/Leça da Plameira (28%)” (CMM, 2024: 44). Para além do desconforto que, em geral, a sobrelotação significa para quem vive em tais alojamentos, para além das condições pouco propícias a um desenvolvimento saudável quando há crianças esta é também uma questão que traduz a necessidade de intervenção ao nível do parque habitacional.

Note-se que a nível nacional esta é uma questão que tem vindo a piorar: “O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento indica que em 2021, em Portugal, 10,6% das pessoas viviam em condições de insuficiência

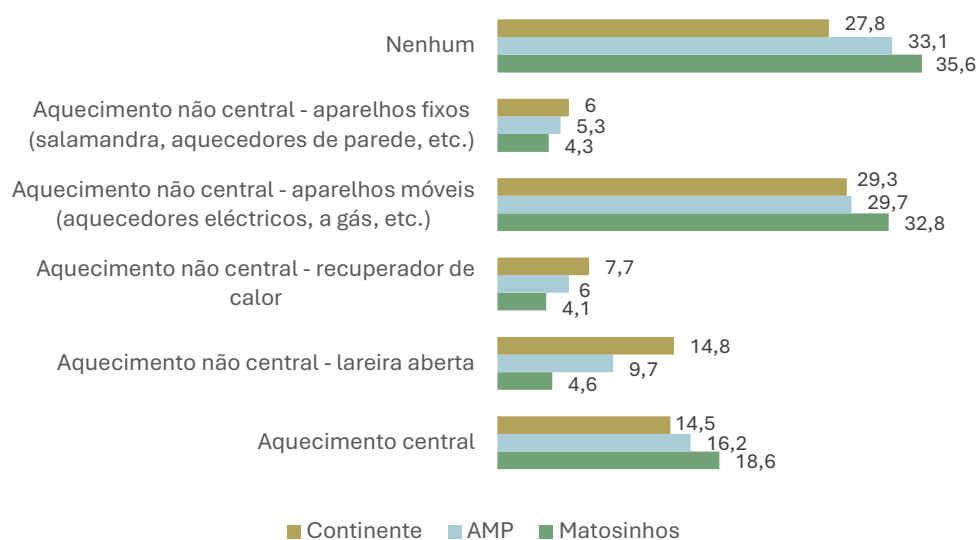
do espaço habitacional, proporção superior à verificada nos três anos anteriores, em que a taxa de sobrelocação da habitação se situava abaixo dos 10%”³¹ (INE, 2022:1).

Se a sobrelocação é uma dimensão do conforto (ou da inexistência do mesmo) existem ainda dados disponíveis para o concelho de Matosinhos relativos à capacidade de aquecer a habitação, o que nos remete para a pobreza energética.

Relativamente a este aspeto, o gráfico seguinte dá conta de que Matosinhos se encontra em pior situação do que o Continente e a AMP, já que os dados revelam que a percentagem de alojamentos familiares que não utilizam qualquer tipo de aquecimento é mais elevada no concelho: 35,6%, mais 7,8 pp do que no Continente e mais 2,5 pp do que AMP. Por outro lado, é bastante evidente que os equipamentos mais utilizados são os aparelhos móveis, os quais tendem a implicar custos mais elevados o que, independentemente da sua existência, pode inibir a sua utilização efetiva, sobretudo nas famílias com menos recursos económicos.

Note-se, ainda, que a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050, aponta para, até 2030, se reduzir até aos 10% a percentagem de população a viver em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida. Até 2025 a Estratégia como meta principal erradicar a pobreza energética em Portugal.

Figura 76 | Alojamentos familiares clássicos de residência habitual no Continente, AMP e concelho de Matosinhos, segundo o tipo de aquecimento utilizado com maior frequência (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2021

³¹ INE, 2022. Rendimento e Condições de Vida- Privação habitacional. Destaque, 2 de agosto de 2022.

Segundo uma publicação do INE de março de 2024, sobre Rendimento e Condições de Vida³², Portugal era, em 2022, um dos 5 países da UE-27 em que a incapacidade para aquecer adequadamente a casa era mais elevada, com 17,5%, quase o dobro da média europeia de 9,3%’.

8.2.Custos com a habitação: uma pressão sobre as famílias

A aquisição de casa própria é a uma das opções que quem quer iniciar a sua vida de forma independente ou quem, por algum motivo que mudar de casa, certamente equaciona. No entanto, alterações na dinâmica do mercado de arrendamento e o aumento dos juros associadas ao crédito bancário tornaram a aquisição de casa própria uma possibilidade menos frequente do que num passado recente.

Dados do recenseamento da população revelam essa mesma tendência. Com efeito, em 2011, 66% dos agregados domésticos privados em Matosinhos eram proprietários ou coproprietários do alojamento onde residem habitualmente. Esse valor desceu para 64% em 2021.

Por sua vez, o arrendamento registou uma evolução contrária aumentando entre os dois momentos censitários. Em Matosinhos esse aumento foi de 27,8% para perto de 30% (29,7%).

Ambas as tendências verificadas no concelho se registam, também, no Continente.

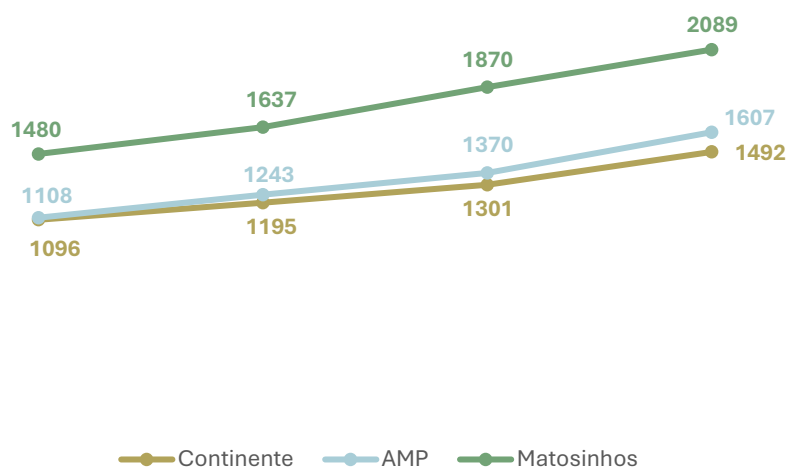
Mas o maior desafio que se coloca hoje às famílias, e em particular às pessoas jovens que estão numa fase inicial de constituição da sua própria família, é, sem dúvida, os custos associados à habitação, seja ela própria com hipoteca, seja arrendada.

Se tivermos em conta o valor mediano das vendas por m² é nítida a subida sustentada ao longo dos últimos anos. Como se pode ver no gráfico em baixo, aquele valor no concelho de Matosinhos aumentou 609€, entre 2019 e 2022, ano em que ultrapassou os 2 000€. Isto significa um aumento de 41,1%. Por outro lado, o valor mediano das vendas por m² no concelho tem sido superior aos valores verificados quer no Continente, quer na AMP. Aliás, em 2022 Matosinhos foi um dos dez concelhos do país onde os preços foram mais elevados.

³² Para mais informação consultar:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=657275286&att_display=n&att_download=y

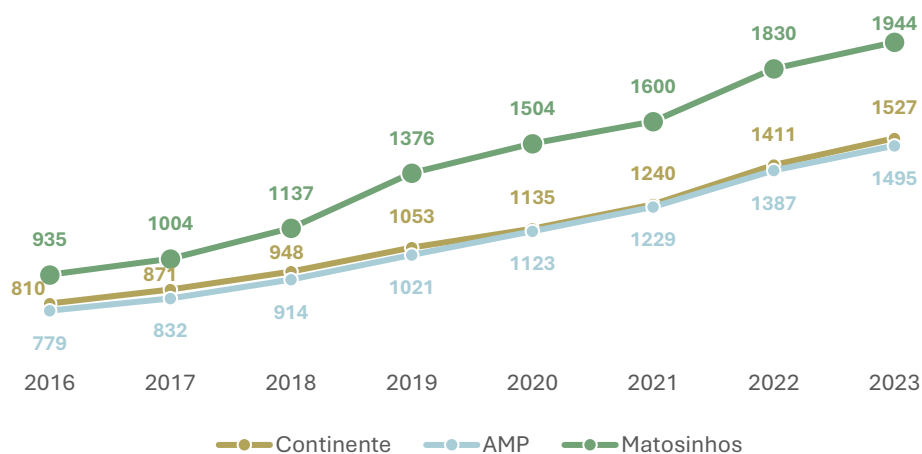
Figura 77 | Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) | 2019-2022



Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Analisando apenas os últimos três anos, verifica-se que também o valor correspondente às avaliações bancárias tem aumentado. No entanto, na medida em que o valores medianos das vendas por m2 têm sido superiores aos registados para a avaliação bancária, pode dizer-se que as vendas de imóveis têm sido realizadas acima dos valores de mercado. A diferença atinge, no caso de Matosinhos, o seu valor máximo em 2020: +270€.

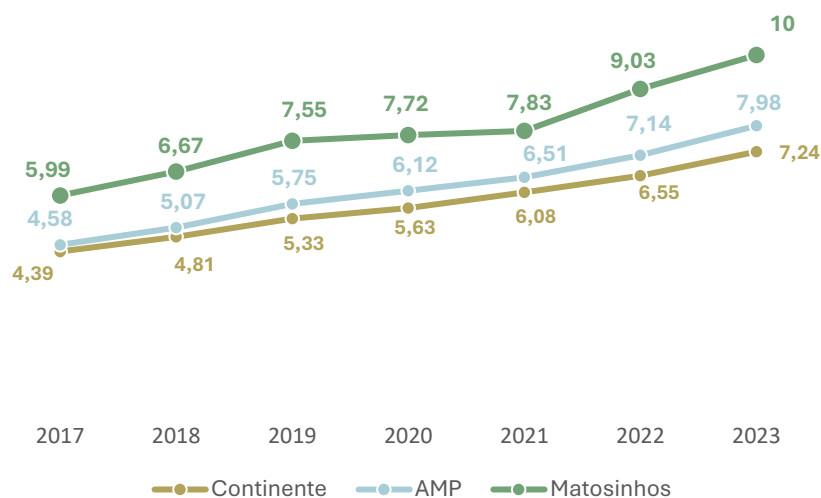
Figura 78 | Valor mediano de avaliação bancária no Continente, AMP e Concelho de Matosinhos (€/m²) | 2016-2023



Fonte: INE, Inquérito à avaliação bancária na habitação. Última atualização: 2024-01-29

Quanto aos valores medianos das rendas por m2, eles atingem em 2023 os 10€/m2, continuando o concelho de Matosinhos na dianteira dos valores mais elevados, sendo, também a este nível um dos dez municípios com preços mais caros.

Figura 79 | Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (€) | 2017-2023



Fonte: INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local

A manutenção de um contexto de inflação (ainda que com variações) na sequência da guerra na Ucrânia e, muito em particular, o aumento dos custos associados à habitação tem criado dificuldades acrescidas para muitas famílias. De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) / EU Statistics on income and living conditions (EU-SILC) de 2022, Portugal ocupava a 9ª posição entre os países da UE27 cujas populações revelam maior incapacidade de pagar atempadamente rendas e prestações de crédito das suas residências principais. Por outro lado, e destacando-se o impacto negativo que estas dificuldades certamente significam para as populações mais jovens e respetivos processos de passagem para a idade adulta, um estudo do Eurostat, de setembro de 2023, revela que em Portugal a média de idades dos jovens quando deixam a casa dos pais é de 29,7 anos, acima da média europeia situada nos 26,4 anos. A instabilidade laboral, o desemprego, os preços praticados no ramo imobiliário são fatores apontados para justificar esta saída mais tardia.

As dificuldades de acesso à habitação no concelho de Matosinhos criam, de certa forma, pressão sobre as respostas públicas de habitação. O sistema de informação da MatosinhosHabit tinha registados, em outubro de 2023, pedidos de habitação por parte de 1 601 agregados familiares, o que corresponde a um universo de 3 472 pessoas. A maior percentagem de pedidos de habitação diz respeito a pessoas residentes no território que corresponde à antiga Freguesia de Matosinhos (22,7%). Seguem as “Freguesias” de S. Mamede Infesta e Senhora da Hora (12,4%). As que apresentam um menor número de pessoas candidatas são duas das Freguesias do norte do concelho Lavra (3%) e Sta. Cruz do Bispo.

A maior parte destas pessoas vive em apartamentos (41,7%) e moradias (18,4%) que não oferecem condições de habitabilidade, ou que (já) não estão ajustadas às suas necessidades - a este propósito refira-se que perto de 7% dos processos dizem respeito a pessoas isoladas com 65 ou mais anos e que 10% incluem pessoas com deficiência ou incapacidade e idade igual ou superior a 60 anos. As restantes

cerca de 40% integram-se em habitações precárias na sua própria definição: anexos, partes de casa, quartos alugados, etc. Os testemunhos de algumas destas pessoas revelam a importância da habitação enquanto elemento estruturador das suas vidas, fazem jus ao nome do programa governamental como 1º Direito:³³

- *É muito difícil sobreviver com a minha família numa casa que não tem condições, nem para trabalhar nem para estudar. Não consigo ter a vida pessoal!*
- *Não me considero feliz, nem realizada, por não poder dar aos meus filhos uma casa para terem o melhor conforto possível, terem o seu próprio quarto....*
- *Eu quero ter a minha vida, viver independentemente da pressão da minha família para começar a construir um futuro estável para mim.*

9.Saúde³⁴

A saúde é estabelecida como um direito no artigo 64º da Constituição, onde se escreve que “Todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover”. Entre outros aspetos diz, ainda, que “para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado: garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

Por seu lado, a Carta Social Europeia ³⁵ ao enunciar o direito à proteção da saúde, no seu artigo 11º, estabelece o compromisso dos Estados ao nível da:

- eliminação das causas de uma saúde deficiente;
- criação de serviços de consulta e de educação no que respeita à melhoria da saúde e ao desenvolvimento do sentido da responsabilidade individual em matéria de saúde;
- prevenção de doenças epidémicas, endémicas e outras, assim como os acidentes.

Nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a garantia do acesso à saúde de qualidade surge com o ODS 3.

Ainda ao nível das Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença. Neste sentido, a saúde não é apenas um bem para cada uma das pessoas, mas é um valor coletivo. Por outro lado, a saúde assume-se não somente como uma questão biológica, mas também como social sendo que as causas

³³ As frases citadas constam de um relatório interno, elaborado pelo CESIS, em 2024, para a MatosinhosHabit.

³⁴ Para uma informação específica a Câmara Municipal de Matosinhos está a atualizar o seu diagnóstico em matéria de saúde ao qual irá corresponder uma estratégia própria.

³⁵ GDCC, Carta Social Europeia Revista, adotada em Estrasburgo, a 3 de maio de 1996. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

para alguns problemas de saúde residem, precisamente, no contexto social, sendo essa a perspetiva subjacente a este mesmo diagnóstico.

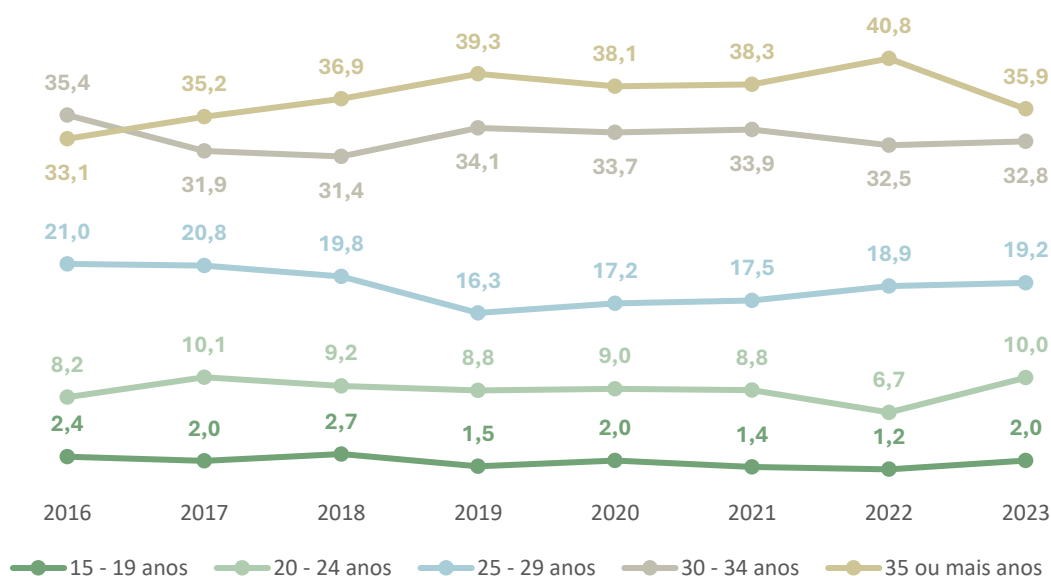
9.1. Como se nasce

Tal como já foi acima referido, o número de filhos/as por mulher em idade fértil, designado índice sintético de fecundidade, tem apresentado um decréscimo em termos gerais ao longo dos anos e no concelho de Matosinhos em particular. Em 2022, nasciam no concelho 1,23 crianças por mulher, valor abaixo do registado para o Continente (1,43) e para a Região Norte (1,23).

Regista-se, ainda, uma tendência para que os nascimentos ocorram em idades acima dos 35 anos. Com efeito, este grupo de idades tem sido aquele no qual se regista a maior percentagem de nados-vivos. À exceção do último ano de 2023, a percentagem aumentou, atingindo o seu máximo em 2022. Neste ano 40,8% dos nados-vivos tiveram como mães mulheres com idades superiores a 35 anos.; a percentagem desce para 35,9%, em 2023. Esta diminuição faz-se à custa de um aumento dos nascimentos nas idades entre os 20 e os 24 anos (de 6,7% para 10%) e, mais preocupantemente, de nascimento em mães adolescentes (de 1,2%, em 2022 para 2%, em 2023).

De qualquer modo, existe, em geral, um fenómeno de retardamento da maternidade – na Região Norte, em 2017, a idade média ao nascimento do primeiro/a filho/a era de 30 anos; em 2022 era de 30,8 anos.³⁶ Este adiamento não pode deixar de estar relacionado, para além de opções do foro individual, com as dificuldades acrescidas que as gerações mais novas encontram a nível laboral, económico e habitacional.

Figura 80 | Nados-vivos no concelho de Matosinhos, por grupo etário da mãe (%) | 2016-2023



Fonte: INE, Nados-vivos. Última atualização: 2024-04-30

³⁶ INE, 2023. Estatísticas demográficas 2022 – População residente em Portugal aumenta em resultado de um crescimento migratório positivo. Destaque. 16 de novembro 2023.

O peso à nascença tem uma grande influência no desenvolvimento infantil. Um baixo peso à nascença, por exemplo, é considerado um problema de saúde pública em todo o mundo, sendo um fator de risco para a morbimortalidade neonatal. Para além de poder afetar a vida futura da criança, um baixo peso à nascença pode constituir um indicador das condições em que a gravidez decorreu.

Segundo dados do Perfil Local de Saúde da Unidade Local de Saúde (ULS) de Matosinhos³⁷ a proporção de crianças com baixo peso à nascença no triénio 2015-2017 (10,2%), mantem uma tendência crescente e é superior à da Região Norte (8,9%) e à do Continente (8,8%).

Por outro lado, as gravidezes são, na sua grande maioria, de termo (acima das 37 semanas), sendo que em 2022 as gestações de 36 semanas, ou inferiores, eram 8%, valor mais abaixo desde 2020, ano que registou a maior percentagem (9%) entre 2016 e 2022. Ainda assim, os 8% registados em 2022 estão longe dos 6,8% registados em 2016, valor mais baixo dos últimos quinze anos.

No quinquénio 2018-2022 a taxa de mortalidade neonatal desce por relação a períodos anteriores 1,8‰ no Continente e na AMP, respetivamente. Contrariamente, no concelho de Matosinhos verifica-se uma reduzida diminuição passando 1‰, nos quinquénios anteriores, para 0,9‰ para 2018-2022. Ainda assim, é de realçar que Matosinhos apresenta taxas quinquenais inferiores às registadas tanto para o Continente, como para a AMP.

Tabela 23 | Taxa quinquenal de mortalidade neonatal no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) | 2015-2022

Quinquénio	Continente	AMP	Matosinhos
2015 - 2019	2	2,2	0,8
2016 - 2020	2	2,1	0,8
2017 - 2021	1,9	1,8	1
2018- 2022	1,8	1,8	0,9

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O acompanhamento dado na gestação e no parto de forma gratuita e universal por parte do SNS, é sem dúvida uma forma de minimizar e antever situações que poderiam de outra forma poderiam pôr em causa a saúde de mãe e feto. Este é também um direito concedido a grávidas estrangeiras com autorização de residência no concelho de Matosinhos e têm também direito a consultas gratuitas de acompanhamento da gravidez.

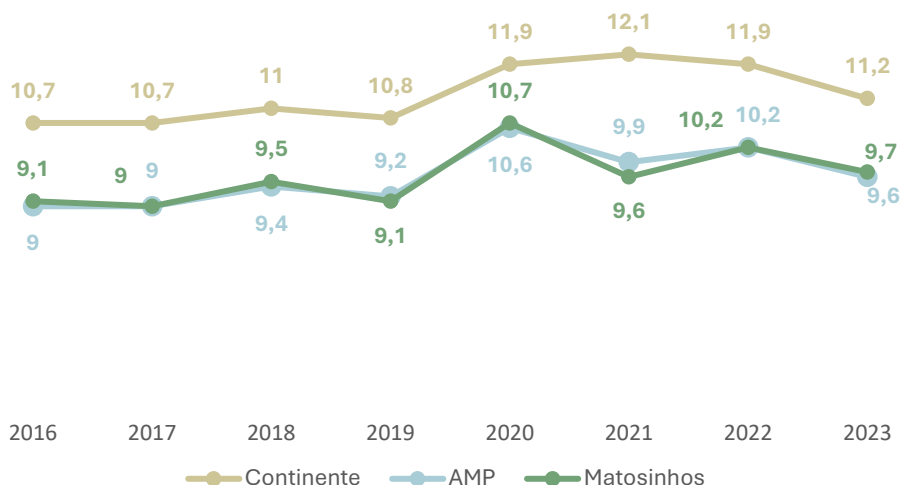
³⁷ Disponível em:

https://www.arsnorte.minsaude.pt/wpcontent/uploads/sites/3/2019/12/PeLS2018_A20_Matosinhos.pdf.

9.2. Como se morre

A taxa bruta de mortalidade do concelho de Matosinhos era, em 2023, de 9,7‰, o valor muito próximo ao registado para a AMP (9,6‰). Os valores registados no concelho estão, aliás, muito em linha com o que se regista na AMP, com variações de apenas poucas décimas, mantendo-se na casa dos 9‰, com exceção do ano atípico de 2020, e bastante abaixo dos valores para o Continente.

Figura 81 | Taxa bruta de mortalidade no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (‰) | 2016-2023



Fonte: INE, Indicadores demográficos. Última atualização: 2024-06-18

Segundo a fonte anteriormente referida, as causas de morte de pessoas residentes no concelho de Matosinhos, no triénio 2012-2014, estão concentradas em três grupos principais, sendo os valores para a população utente da ULS de Matosinhos ³⁸:

- tumores malignos (29,9%);
- doenças do aparelho circulatório (27,2%);
- doenças do aparelho respiratório (10,9%).

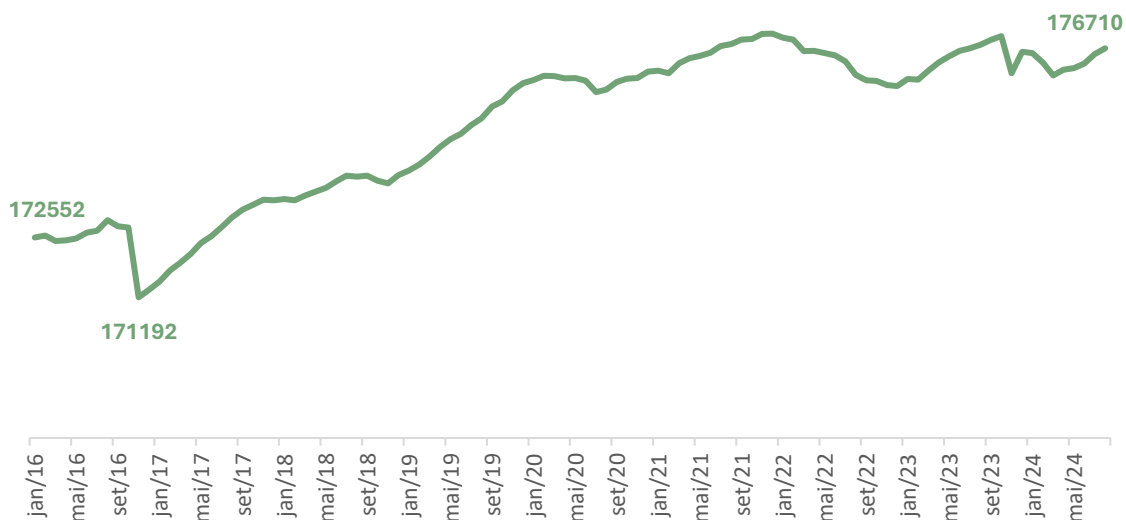
As causas de morte variam, contudo, em função da idade e, nas idades compreendidas entre os 10 e os 39 anos, e com particular incidência entre os 15 e os 19 anos, assumem particular relevância as causas externas (acidentes vários, suicídios).

³⁸ Os valores apresentados foram retificados pela entidade responsável.

9.3.Como se vive em saúde

Em maio de 2024 estavam inscritos nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram a ULS de Matosinhos 176 710 utentes o que corresponde ao número mais elevado desde janeiro de 2016.

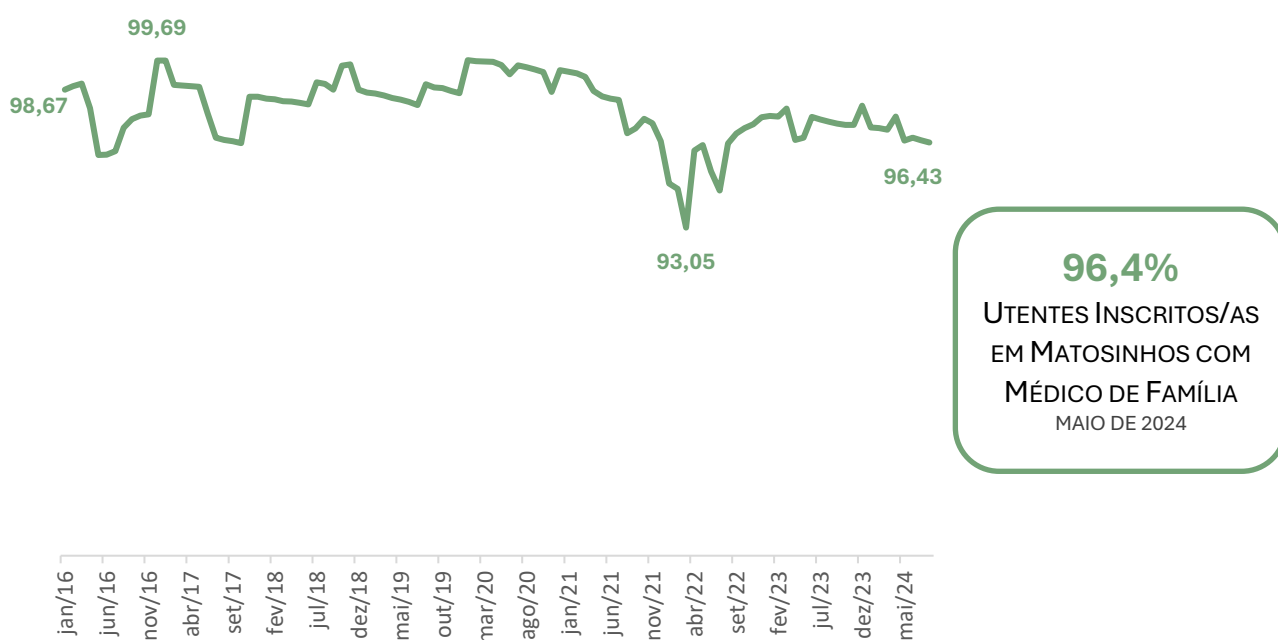
Figura 82 | Utentes inscritos/as em Cuidados de Saúde Primários (CSP), no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2024



Fonte: SNS, Portal de transparência <https://www.sns.gov.pt/transparencia/>

Do conjunto de utentes a grande maioria sempre teve médico/a de família atribuído/a. A percentagem mais elevada teve lugar em novembro de 2016 (997%). Depois de uma tendência descendente que se assentou em 2021, a percentagem de utentes com médico/a de família atribuído/a atinge os 96,4% em maio de 2024.

Figura 83 | Utentes inscritos/as em Cuidados de Saúde Primários (CSP) com médico de família atribuído, no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2024



Fonte: SNS, Portal de transparência <https://www.sns.gov.pt/transparencia/>

Entre as pessoas inscritas nos Agrupamentos de Centros de Saúde que integram a ULS de Matosinhos os diagnósticos apontam para sete principais problemas:

- Alterações do metabolismo dos lípidos que afetam homens e mulheres em percentagens muito semelhantes (25,1% e 25,6% respetivamente);
- Hipertensão e obesidade que atingem um pouco mais as mulheres do que os homens: 24,2% e 16,8% face a 21,5% e 11,8% entre a população masculina;
- Perturbações depressivas que atingem muito particularmente as mulheres com 18,9% face a 5,4% entre os homens; assim como a osteoartrose do joelho: 3,9% das mulheres e 0,9% dos homens;
- Diabetes que atinge mais os homens: 9% face a 7,9% das mulheres.

9.4. Recursos humanos na saúde

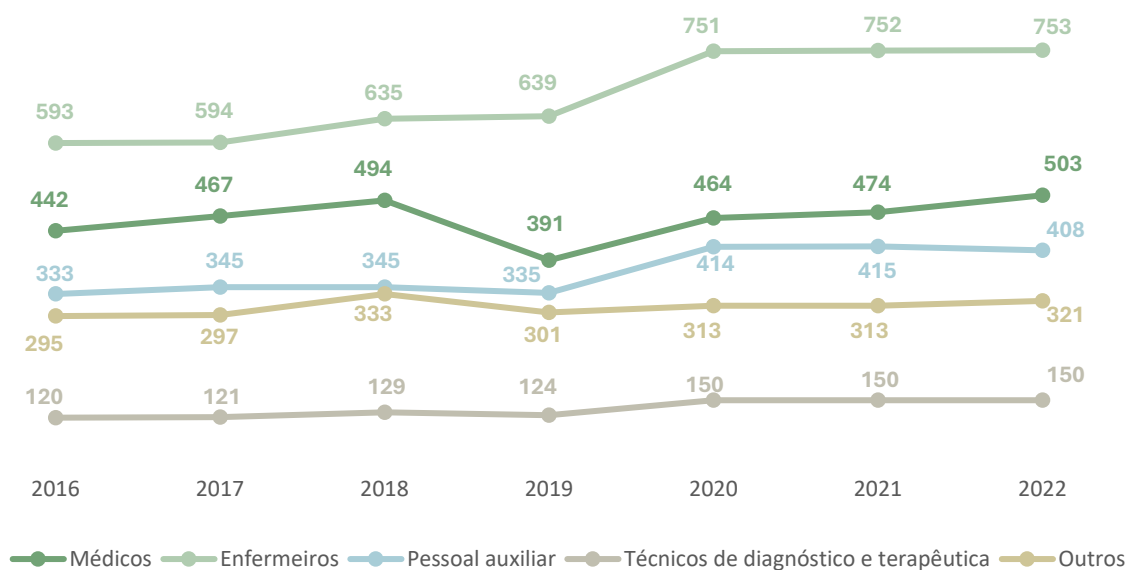
É sabido que a existência de pessoal médico, de enfermagem e de outros profissionais é considerada imprescindível para a prestação de cuidados de saúde. De tais recursos depende, em larga medida, o bom funcionamento dos serviços de saúde. A problemática da falta de pessoal médico e de enfermagem face às necessidades sentidas pelas populações tem sido alvo de debate político, não se antevendo uma resolução definitiva desta questão.

Através dos dados constantes no gráfico abaixo é possível verificar a evolução do pessoal ao serviço nos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada. O pessoal de enfermagem é o que se apresenta em maior número, como seria de esperar e apresenta uma evolução positiva ao longo dos anos passando de 593 enfermeiros/as em 2016 para 753 em 2022, um acréscimo de 160 pessoas. Este acréscimo foi particularmente evidente no período a partir de 2019.

Já no que se refere ao pessoal médico, apresentou, igualmente, uma evolução positiva desde 2016 até 2018, ano a partir do qual se registou uma quebra acentuada no número de pessoal médico que se registou em menos 100 pessoas em 2019. Os anos seguintes são anos de recuperação, tendo a evolução sido positiva desde então. O ano de 2022 é o que regista o maior número de pessoal médico, situando-se nas 503 pessoas.

As restantes especialidades, como seja o pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica tem apresentado valores bastante estáveis ao longo dos anos, juntamente com o pessoal de outros serviços. O pessoal auxiliar apresentou números estáveis até 2019, aumentando a partir de 2020. Em 2022 apresenta uma ligeira descida, mas ainda assim mantinham-se acima das 400 pessoas.

Figura 84 | Pessoal ao serviço nos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada, no concelho de Matosinhos (v.a.), 2016-2022



Nota: os dados relativos a 2022 são provisórios

Fonte: INE, Inquérito aos hospitais

Focando especificamente no pessoal médico, e no pessoal de enfermagem, por cada 1000 habitantes, pode-se verificar, que no que se refere ao primeiro grupo, o concelho de Matosinhos apresentava em 2021 e 2022 um valor superior ao registado quer para o Continente, quer para a AMP de cerca de 10 médicos. No Continente esses valores não chegam aos 6 médicos/as e na AMP situam-se perto dos 8 efetivos. O pessoal de enfermagem apresentava uma tendência inversa face ao que acontece com o pessoal médico.

Em Matosinhos, o pessoal de enfermagem por 1000 habitantes era de cerca de 7. No Continente atingiu-se perto de 8 enfermeiros por 1000 habitantes e na AMP, 9.

De referir também que em 2022 existiam 1 753 médicos/as, dos quais 1 183 eram médicos/as especialistas e 570 não especialistas.

Figura 85 | Médicas/os por 1000 habitantes, no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (v.a.) | 2021-2023³⁹

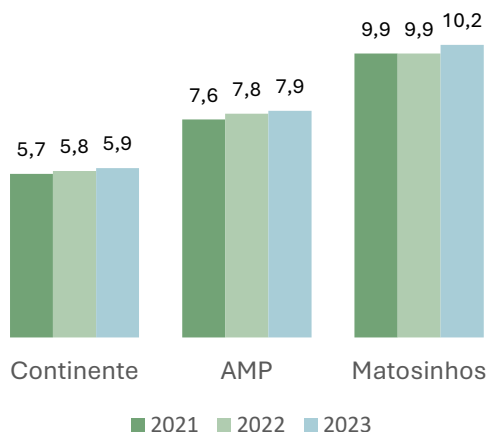
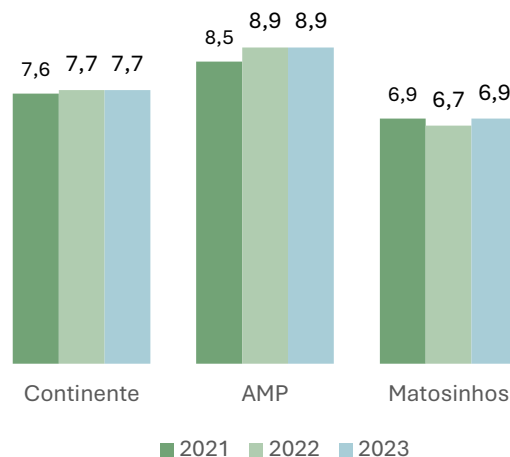


Figura 86 | Enfermeiros/as por 1000 habitantes, no Continente, AMP e concelho de Matosinhos (v.a.) | 2021-2023⁴⁰



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

9.5. Internamentos

Os dados constantes no Pordata dão conta de 14 784 internamentos ao longo do ano de 2023.

Não há dados para o concelho, mas é importante salientar a importância dos “internamentos inapropriados” pelo impacto que os mesmos têm na vida das pessoas e por este constituir um indicador das carências existentes no âmbito da rede de cuidados.

À data de 20 de março de 2024, registaram-se 1 021 “internamentos inapropriados” na Região Norte, o que de acordo com o Barómetro de Internamentos Sociais,⁴¹ o que correspondia a cerca de 13% do total de internamentos.

Ainda na Região Norte, o número médio de dias dos “internamentos inapropriados” foram de 299 231, sendo esta a média mais elevada, por relação às outras regiões do país. As principais causas para estes internamentos são: falta de resposta da Rede de Cuidados Continuados Integrados (44%, sendo que esta percentagem para a região norte é também a mais elevada); incapacidade de resposta por parte de familiar ou cuidador/a (17%) e falta de resposta para integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – 12%.

³⁹ Os dados relativos a 2023 são provisórios.

⁴⁰ Os dados relativos a 2023 são provisórios.

⁴¹ Disponível em: https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/news/2024/ey-apah-8a-edicao-bis-resultados-maio-2024-v2-0.pdf.

9.6. Outras questões

Apesar da boa cobertura dos serviços alguns problemas colocam-se e que podem, se não impedir, pelo menos condicionar o acesso aos serviços de saúde e à respetiva prestação de cuidados:

- Insuficiência de respostas na área da saúde mental e de profissionais qualificados. Iliteracia da população. Esta iliteracia tem que ver com baixos níveis de instrução, mas também com uma desinformação em relação à saúde o que se reflete nos comportamentos e cuidados: Não é só uma questão de como utilizar alguns serviços de saúde, mas também de como atuar perante uma situação de doença. As condições económicas da população também têm alguma influência: por um lado, há pessoas que não têm dinheiro para se tratarem, por outro há pessoas que gastam de mais (participante no workshop da saúde)

- Dificuldades ao nível do reconhecimento dos sintomas, sobretudo em problemas do foro mental, o que pode retardar o tratamento: são questões que têm que ver, muitas vezes, com a interpretação que as pessoas fazem dos sintomas. No caso das depressões, é muito fácil as pessoas descurarem os cuidados porque muitas das vezes lhes dizem “tu andas é triste, tu andas em baixo”, mas não sabem interpretar e, portanto, não procuram apoio porque fazem uma leitura incorreta. É um problema que cada vez mais se tem vindo a sentir (participante no workshop da saúde).

- Dificuldades de comunicação com certos grupos de população: imigrantes, quando estes não falam a língua portuguesa.

- Indisponibilidade de alguns profissionais para informar: Um dos aspetos que eu acho mais complicado no acesso à saúde tem que ver com a disponibilidade dos profissionais – técnicos, médicos, enfermeiros

- Para informar devidamente os utentes, muitas vezes os utentes vão ao centro de saúde, aí informam a correr, as pessoas nem percebem o que é que na secretaria lhe disseram...ora, nós estamos numa ULS e queremos ter uma informação articulada e a informação os nossos cidadãos deve ser a adequado ao esclarecimento do doente. Atender devidamente a pessoa cidadã é um aspeto muito importante que pode prevenir muitos outros obstáculos.

10. Integridade e segurança

A Convenção Universal dos Direitos Humanos expressa que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”⁴². Na mesma linha de pensamento, na Constituição Portuguesa a vida humana surge como inviolável (Artigo 24º), assim como a integridade moral e física das pessoas (Artigo 25º).

As questões da violência contra mulheres e raparigas surge, enunciadas no ODS 5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas. No contexto deste ODS uma das metas refere-se especificamente à eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas.

É numa perspetiva de violação dos direitos humanos e de cidadania, tal como definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU, que se inscrevem, neste diagnóstico, as questões da violência doméstica.

Considerada como crime público a violência doméstica tem vindo a ganhar visibilidade e a ser criada uma consciência social crescente em torno de tal fenómeno / crime. Esta consciência tem contribuído para uma crescente sinalização das situações junto dos órgãos policiais.

Praticada em contexto familiar, ou no âmbito de relações que proporcionam intimidade, a violência doméstica tem como vítimas principais elementos do sexo feminino. Revela-se, pois, um carácter de violência de género que, tal como reconhecido pela Convenção de Istambul, é uma manifestação do desequilíbrio das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Para além das mulheres, a violência doméstica encontra muitas vezes as crianças, como vítimas. A exposição das crianças à violência, e o facto de estas serem vítimas de maus tratos, pode assumir diferentes formas, mas constitui sempre uma infração aos seus direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos das Crianças – “A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade” (Artigo 69.º) que Portugal ratificou.

10.1. Violência doméstica

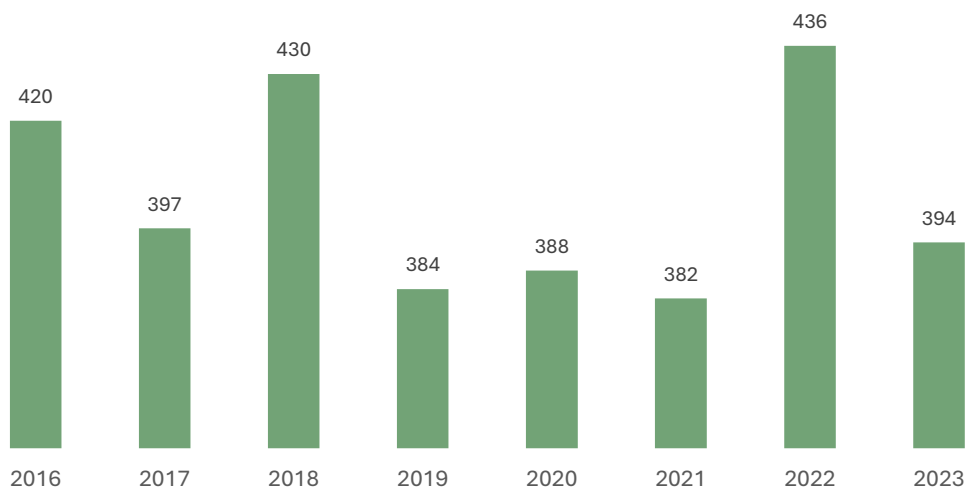
No ano de 2023, e segundo o Relatório Anual de Segurança Interna,⁴³ a violência doméstica foi dos crimes mais participados. Em 2023, a nível nacional foram reportadas 30 461 situações, junto dos órgãos de polícia criminal, o que corresponde a uma ligeira diminuição por comparação com o ano anterior (menos 27 casos).

⁴² ONU, *Convenção dos Direitos Humanos*. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

⁴³ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDEyNgEApqka1wUAAAA%3d>.

Dados para o concelho de Matosinhos mostram que o número de participações de violência doméstica têm oscilado ao longo dos anos considerados apresentando um acentuado decréscimo no período pandémico, para subir, de novo no ano de 2022 onde atinge um máximo de 436 participações. No ano de 2023 verifica-se uma nova descida com 394 participações.

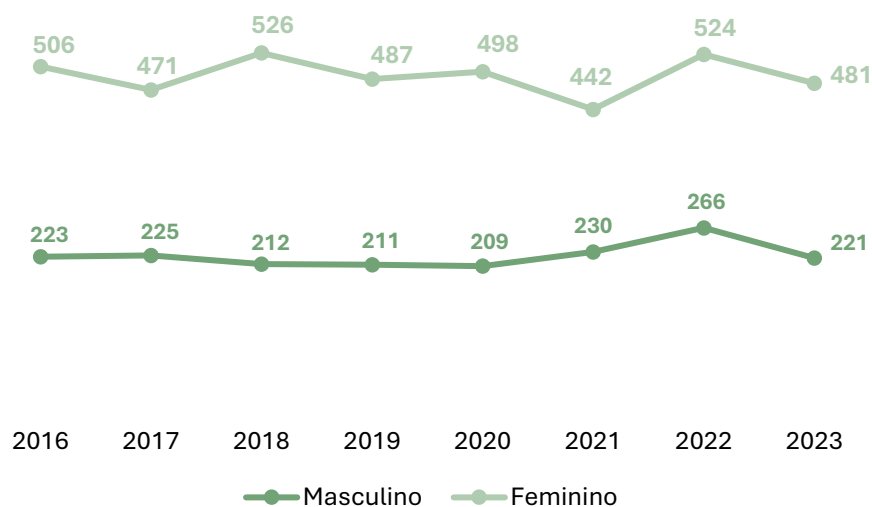
Figura 87 | Participações de crime de violência doméstica junto dos Órgãos de Polícia Criminal em Matosinhos (v.a.) | 2016-2023



Fonte: Pordata

Revelando aquilo que são as características do crime de violência doméstica, as pessoas lesadas e ofendidas são, na sua grande parte, mulheres – 68,5%, em 2023.

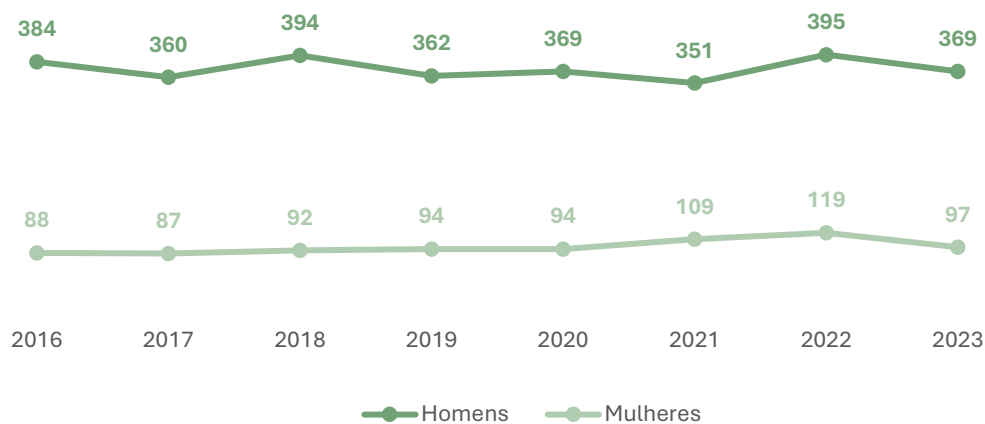
Figura 88 | Pessoas lesadas/ofendidas identificadas em crimes de violência domésticas registados, por sexo, no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2023



Fonte: Estatísticas da Justiça

Por outro lado, a grande maioria das pessoas suspeitas são do sexo masculino - 79,2%, em 2023.

Figura 89 | Agentes/suspeitos identificados em crimes de violência doméstica registados, por sexo, no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016-2023



Fonte: Estatísticas da Justiça

Parte integrante da violência doméstica, a violência no namoro é uma realidade (direta ou indiretamente) conhecida por 32% dos/as jovens inquiridos/as no contexto do estudo que fundamentou o Plano Municipal da Juventude de Matosinhos⁴⁴. Uma comparação entre rapazes e raparigas revela percentagens muito próximas ainda que sejam as raparigas que mais refiram ter conhecimento deste tipo de situação – 41% face a 39,2% dos rapazes.

Esta percentagem surge mais baixa do que a revelada pelo estudo nacional sobre violência no namoro de 2020, sendo que a pergunta conduzia a situações mais restritivas - 58% de jovens que namoram ou já namoraram reportam já ter sofrido pelo menos uma forma de violência por parte de atual ou ex-companheiro/a.

Apesar disso, os dados obtidos em Matosinhos não são de descurar pois revelam a existência/persistência do fenómeno nas camadas mais jovens da população e, em comparação com dados de outros estudos, alertam para a possibilidade de uma desvalorização do fenómeno por parte dos/as jovens inquiridos/as

⁴⁴ Cardoso, Ana (coord.).2022. Jovens em Matosinhos contextos de vida e perspectivas Estudo diagnóstico sobre a juventude no concelho de Matosinhos. Matosinhos. Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: Plano Municipal da Juventude | CM Matosinhos.

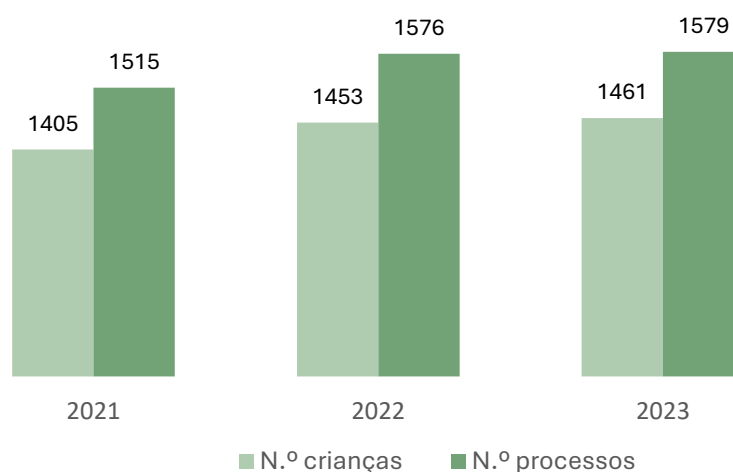
10.2.Maus-tratos na infância

Os maus-tratos às crianças não são uma realidade recente, mas a sua conceptualização enquanto problema social sim.

Os maus-tratos na infância englobam uma gama de atitudes violentas contra as crianças, que podem ser de carácter passivo (negligência, abandono) ou ativo (abuso físico, abuso sexual) que, independentemente da intencionalidade da pessoa agressora, podem trazer consequências negativas que condicionam o desenvolvimento integral da criança.

A partir dos Relatórios de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos ⁴⁵ o número de processos tem sido superior aos 1 500, desde 2021, atingindo os 1 579, em 2023, o que corresponde a 1 461 crianças.

Figura 90 | Processos e crianças/jovens acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) | 2021-2023

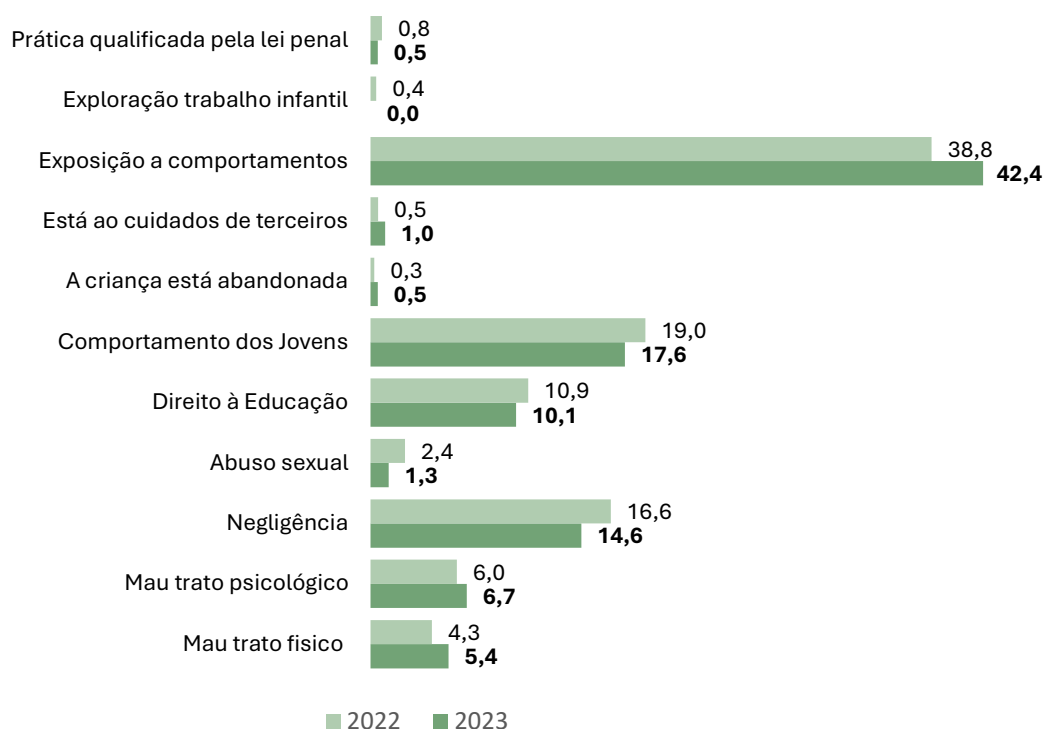


Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2021, 2022 e 2023

Tal como se pode ver na figura em baixo os problemas que mais sinalizações na CPCJ dão origem são a exposição a comportamentos que são prejudiciais ao desenvolvimento da criança, onde se inclui a violência doméstica (42,4%); comportamentos assumidos pela própria criança/jovem que se constituem como perigo para a sua vida e harmonioso desenvolvimento (17,6%); negligência para como a criança (14,6%); obstáculos no acesso ao direito à educação (10,1%) e os maus tratos físicos e psicológicos que perfazem (12,1%).

⁴⁵ CPCJ Matosinhos (2015) Relatório de Atividades 2014. Matosinhos, CPCJ.

Figura 91 | Problemáticas sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (%) | 2022 e 2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

Embora a violência doméstica não surja, isoladamente como um motivo para a sinalização, importa referir que em 2019, na sequência do aumento do número de homicídios em contexto de violência doméstica, muitos dos quais presenciados por crianças, o Conselho Superior do Ministério Público deliberou constituir Secções Especializadas Integradas de Violência Doméstica (SEIVD).

Uma destas secções, compostas por Núcleos de Ação Penal (NAP) e Núcleos de Família e Crianças (NFC), foram implementadas, a título experimental em Matosinhos.

11.(Des)Igualdade entre Mulheres e Homens em Matosinhos

A igualdade é um princípio geral plasmado na lei fundamental do nosso País:⁴⁶

- É um dos princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa (Art.º 13.º - “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”).
- É uma das tarefas fundamentais do Estado (Art.º 9.º, alínea h) - “Promover a igualdade entre homens e mulheres”).

A discriminação em razão, designadamente, do sexo é proibida na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Art.º 21.º). Esta Carta (Art.º 23.º) afirma, ainda, que “deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração “ e que o “princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adotem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado”.⁴⁷

Por outro lado, enquanto país que integra a Organização das Nações Unidas, Portugal assume o compromisso de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que preconizam, no seu ODS 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas, ou seja: “Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.”⁴⁸

Contudo, em contradição com o quadro legal e normativo, persistem assimetrias entre a situação das mulheres e dos homens tanto nos diversos domínios da esfera pública como nos da esfera privada.

Tendo este Diagnóstico adotado uma perspetiva sensível ao género, os capítulos anteriores apresentam um conjunto de indicadores desagregados por sexo, fazendo deste modo o *mainstreaming* da igualdade de género. Importa, agora, de uma forma integrada, recuperar a informação diagnóstica sobre a situação de mulheres e de homens em Matosinhos, bem como incluir uma análise complementar sobre a respetiva participação no trabalho de cuidado e doméstico.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.

⁴⁷ Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT>.

⁴⁸ Disponível em: <https://ods.pt/>.

11.1. Mulheres e homens na população residente

O Censos de 2021 aponta para um total de 91 332 mulheres (52,9%) e de 81 225 homens (44,1%) a residirem no concelho.

O aumento do número de mulheres na população residente corresponde a um decréscimo da relação de masculinidade que, em 2011, era de 91,7 homens por cada 100 mulheres, tendo passado para 88,9 em 2021. No Continente, a relação de masculinidade neste último ano é de 90,7.

Tomando a distribuição da população pelo território do concelho, verifica-se que certas Uniões de Freguesia (UF), têm uma presença maior de mulheres do que a média do concelho. Esse é o caso da União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora e da União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira. Aqui, as mulheres representam, respetivamente, 53,8% e 53,7% do total da população residente nos seus territórios.

Tanto no concelho como no país, em geral, verifica-se um fenómeno de feminização do envelhecimento. Ou seja, entre as pessoas com 65 e mais anos há um maior número de mulheres (24 613, em 2021) do que de homens (18 726). Este facto não pode deixar de estar associado a uma maior esperança de vida das mulheres.

Consequentemente, as mulheres representam 56,8% na faixa etária dos 65 e mais anos. Esta percentagem aumenta à medida que a idade avança, atingindo cerca de 64,6% entre quem tem 85 anos e mais.

A imigração tem desempenhado um papel importante no equilíbrio do saldo populacional. Esta imigração foi sobretudo uma imigração feminina, mas nos últimos anos tem-se verificado uma evolução no sentido de um maior equilíbrio entre a presença de homens e de mulheres, representando estes, em 2023, 49,9% da população estrangeira com estatuto legal de residência.

No entanto, as pessoas que recorrem ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) têm sido mulheres (68%).

11.2. Famílias

Dados do Censo de 2021 apontam para a existência de 10 406 núcleos familiares monoparentais no concelho de Matosinhos, o que significa 19,6% do total dos núcleos familiares. Esta percentagem é mais elevada do que a do Continente (18,4%), mas mais baixa do que a da AMP (18,5%).

Uma das características mais marcantes da monoparentalidade é a sua faceta acentuadamente feminina. Em Matosinhos, 87% destas famílias, ou seja 9 057, têm uma mulher como responsável. Tendo em

consideração que as mulheres têm rendimentos mais baixos, seja do trabalho seja das pensões, a monoparentalidade significa, em muitos casos, uma vulnerabilidade acrescida.

O número de pessoas residentes com idades acima dos 64 anos a residirem sozinhas, por freguesia e por sexo, dá conta da enorme discrepância que entre homens e mulheres. Ou seja, as pessoas idosas a viverem sós são, sobretudo, mulheres. Assim, os dados do Censos de 2021 revelam que no concelho são 1 854 os homens com 65 e mais anos a viverem sós; o número de mulheres nas mesmas circunstâncias é 5 787.

11.3.Educação

No período intercensitário verificou-se um aumento do nível de instrução da população residente. De salientar é o aumento da percentagem das pessoas que alcançaram o ensino superior: de 13,9%, em 2011, passa para 24,7%, em 2021.

A acompanhar o que se verifica no país, também no concelho são as mulheres que, em percentagem mais elevada alcançam o ensino superior: 27,1%, face a 25,4%, entre os elementos da população masculina.

No entanto, é também entre as mulheres, e muito em particular, nas gerações mais velhas, que continua a persistir a maior percentagem de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade (5,3%, face a 2,8% entre os homens).

No ensino básico, uma comparação entre rapazes e raparigas dá conta de que o problema do insucesso, traduzido em desistências e retenções afeta, sobretudo, a população estudantil masculina. Tomando como referência o ano letivo de 2022/2023 e o 3º ciclo do ensino básico, a taxa de retenção e abandono entre os rapazes foi de 5,6% e de 3,3% entre as raparigas.

No ensino secundário o panorama é semelhante, com 7,5% de taxa de retenção e abandono para as raparigas e 9,6% para os rapazes. Nos cursos gerais, a diferença é um pouco mais acentuada, apresentando as raparigas uma taxa de retenção / abandono de 7,5% e os rapazes 10,2%.

11.4.Mercado de trabalho

Dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social apontam para 66 461 pessoas a trabalharem por conta de outrem (TCO) no concelho de Matosinhos, no ano de 2022. Este número corresponde a um aumento de 54,2%, desde 2017; aumento este que foi,

contudo, mais expressivo entre a população feminina. Ou seja, o número de mulheres a trabalharem por conta de outrem aumentou 72,8%, desde então, atingindo os 32 667, em 2022.

Quando comparamos níveis de escolaridade de homens e de mulheres que trabalham por conta de outrem no concelho, verificamos que são as mulheres (à semelhança do que acontece para o total de população) que apresentam níveis mais elevados de escolaridade. Em 2022, cerca de 34% das mulheres trabalhadores por conta de outrem tinham o ensino superior; no caso dos homens essa percentagem não chegava aos 29%.

Uma análise por sexo permite ainda aferir a existência de setores da economia mais feminizados do que outros. De facto, quando se observa a distribuição de mulheres e de homens pelos diferentes setores de atividade, verifica-se uma maior concentração da população trabalhadora do sexo feminino no setor dos serviços, a qual se torna ainda mais expressiva em 2022, ano em que atinge os 89%. Por outro lado, os homens têm uma presença na “indústria, construção, energia e água” perto dos 30%, face a uma presença das mulheres no setor que pouco ultrapassa os 10%.

Uma maior desagregação de cada setor de atividade permite uma melhor compreensão da segregação existente no mercado de trabalho em função do género. Ou seja, os dados revelam uma clara e elevada feminização de algumas atividades, como é o caso das “Atividades de saúde humana e apoio social” e das “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”. Estas atividades absorvem, respetivamente, 12,8% e 18,3% da mão-de-obra feminina, sendo que a percentagem de homens se situa nos 2,4% e 9,9%.

Por outro lado, quando se considera as categorias de topo, nota-se que 2,7% das mulheres se integram na categoria de “representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, enquanto a percentagem de homens é de 4,8%. Em termos absolutos, no concelho de Matosinhos existem mais 750 homens nesta profissão quando comparados com as mulheres (1 616 homens face a 866 mulheres).

Quanto ao regime de duração do tempo de trabalho verifica-se que são mais os homens, do que as mulheres, a trabalhar a tempo completo. Noutra perspetiva, são mais as mulheres a ocuparem postos de trabalho em regime de tempo parcial. Ou seja, mais de 90% dos homens têm trabalho a tempo completo; essa percentagem não ultrapassa os 83% no caso das mulheres. No caso do trabalho a tempo parcial, a percentagem de mulheres nesta condição é de 17,3%, face a 6,5% entre os homens.

11.5. Ganhos médios de mulheres e homens

Apesar de a diferença salarial entre sexos ter diminuído, a nível nacional, de 17,9% em 2010 para 13,1% em 2021, nesse último ano as mulheres ainda ganhavam menos 150,30€ do que os homens, quando se considera a remuneração base. Se considerarmos o ganho, essa diferença sobe para 15,9%, o que

equivale a menos 220,70€ nos ganhos das mulheres. As diferenças de género acentuam-se à medida que as qualificações vão aumentando.

No concelho de Matosinhos, em 2022, podemos verificar que as mulheres ganham 80% dos ganhos médios dos homens. Ou seja, a diferença entre sexos ao nível dos ganhos médios em Matosinhos é de 336,60€ em desfavor das mulheres e acima da diferença verificada nos concelhos da AMP (- 255,30€) e do Continente (-238,60€).

Quando se toma em consideração o nível de qualificação dos/as trabalhadores/as, verifica-se que em todos os níveis o ganho médio mensal dos homens mantém-se superior ao das mulheres. Apenas na categoria de estagiários/as, praticantes e aprendizes o ganho médio mensal das mulheres é superior. À medida que o nível de qualificação aumenta, aumenta igualmente a diferença entre mulheres e homens sendo que nos quadros superiores esse valor ultrapassa os 750€ em desfavor das mulheres, no concelho de Matosinhos.

Ao longo dos anos considerados, o número de mulheres registadas no Centro de Emprego de Matosinhos tem sido superior ao dos homens, mas as diferenças acentuaram-se no período pós pandémico. No final de ano de 2023 estavam inscritas mais 458 mulheres do que homens, o que significa que, em 2023, as mulheres representavam 53,7% do desemprego registado. Em julho de 2024, essa percentagem é de 54,8%.

11.6. Proteção social

Entre as pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI), as mulheres têm estado sempre em maioria. No ano de 2023, elas representam 54,5% do total de beneficiários/as, o que corresponde a 2 853 mulheres. Mas, se **considerarmos apenas quem é titular da prestação RSI, ou seja, em nome de quem é aberto o processo de cada agregado familiar apoiado, constatamos que estes/as beneficiários/as correspondem a um total de 2 952 pessoas. Ora, entre os/as titulares, a percentagem de mulheres ascende a 62,9%, no ano de 2023, sendo este um importante indicador da feminização da pobreza.**

De notar que, cerca de 46% destas mulheres trabalham, sendo o RSI um complemento dos seus baixos vencimentos.

11.7.Habitação

Entre a população residente em contextos de habitação social há uma maior presença numérica de mulheres: 5 229 mulheres para 4 609 homens, o que significa 53,2%, percentagem um pouco acima da verificada para a população residente no concelho (52,9%), deixando antever uma população também um pouco mais envelhecida.

Por outro lado, também entre as pessoas “titulares” dos pedidos de habitação, existe uma maior presença de mulheres (67,8%). Este peso dos elementos femininos dever-se-á à também forte presença de famílias monoparentais entre as quais predominam, tendencialmente, aquelas que têm uma mulher como responsável, mas que também não será alheio ao facto de serem as mulheres que mais facilmente se dirigem aos serviços em busca de apoio.

11.8.Saúde

Em termos de saúde, a hipertensão e a obesidade atingem mais as mulheres do que os homens: 24,2% e 16,8%, face a 21,5% e 11,8% entre a população masculina.

Outro problema que afeta sobremaneira as mulheres são as perturbações depressivas que atingem 18,9% das mesmas, face a 5,4% entre os homens. Esta questão anda a par com a preocupação explicitada pela população mais jovem aquando da auscultação para a elaboração do Plano Municipal da Juventude de Matosinhos, na qual 33,9% das raparigas apresentaram preocupação relativamente ao acesso a cuidados de saúde mental, por comparação a 16% de rapazes.

Estudos realizados⁴⁹ revelam que o confronto com a doença, ou incapacidade física, é vivido e sentido de forma mais problemática por parte dos homens, cuja imagem social está muito associada à força física e ao vigor. Neste sentido, eles tendem a melhor qualificar o estado da sua saúde, camuflando eventuais fragilidades físicas.

Com efeito, os resultados de um questionário aplicado à população jovem do concelho de Matosinhos permitem dizer que os rapazes tendem a apreciar a sua saúde de forma mais positiva do que as raparigas - 39,8% dos rapazes consideram-na ‘muito boa’ por comparação a 25,3% das raparigas.

Ainda o mesmo questionário aponta no sentido de haver um maior consumo de álcool e de outras substâncias aditivas por parte dos rapazes, enquanto nas raparigas tende a ser mais frequente uma maior utilização (e exposição) das (nas) redes sociais e uma menor prática de exercício físico.

⁴⁹ Moynihan C. (1998) *Theories of masculinity*, BMJ; 317:1072.

Com efeito, uma prática desportiva regular está mais presente entre os rapazes: 34,3% dos rapazes refere praticar desporto ‘todos os dias’ (face a 14,5% das raparigas) enquanto as raparigas o fazem, sobretudo, ‘pelo menos uma vez por semana’ (41%).

11.9. Participação na esfera doméstica

Este ponto baseia-se no estudo sobre a juventude do concelho de Matosinhos e pretende evidenciar que, mesmo nas gerações mais jovens, permanecem fortes assimetrias ao nível da distribuição das responsabilidades de cuidado e domésticas, prejudicando os elementos do sexo feminino com uma carga adicional de trabalho, para além do tempo de trabalho remunerado em contexto profissional; e prejudicando os homens na sua autonomia pessoal e capacidade para viverem sós e também no exercício de uma paternidade responsável.

Assim, os dados recolhidos apontam para:

- Serem mais as jovens mulheres a dizer que prestam cuidados a crianças ‘todos os dias’ (15,6%, face a 7,7%) e mais rapazes a dizerem que ‘nunca’ o fazem (60,8%, face a 56,3%).

- 37,1% das raparigas afirmam que ‘todos os dias’ limpam a casa e 51,6% fazem-no ‘pelo menos uma vez por semana’. Entre os rapazes, as percentagens correspondentes descem para: 19,3% e 45,3%, respetivamente.

- No caso da ‘preparação de refeições’, perto de 70% das raparigas assumem todos os dias tal tarefa, por contraponto com 43% dos rapazes. No extremo oposto, 16% dos rapazes responderam que ‘nunca’ preparam refeições, enquanto as raparigas na mesma situação perfazem apenas 1,2%.

- Por último, ainda no âmbito das designadas atividades doméstica rotineiras, surge o ‘cuidar da roupa’ (lavar, passar a ferro, etc...), atividade em relação à qual é maior o diferencial de género, particularmente visível entre quem afirmou ‘nunca’ a realizar (+ 32.7pp nos rapazes) mas também presente entre quem a diz realizar ‘todos os dias’ (+19.8pp nas raparigas).

11.10. Segurança

No âmbito do crime de violência doméstica, as pessoas lesadas e ofendidas são, na sua grande parte, mulheres – 68,5%, em 2023. Por outro lado, a grande maioria das pessoas suspeitas são do sexo masculino - 79,2%, em 2023.

PARTE 3

**|GRUPOS
VULNERÁVEIS**

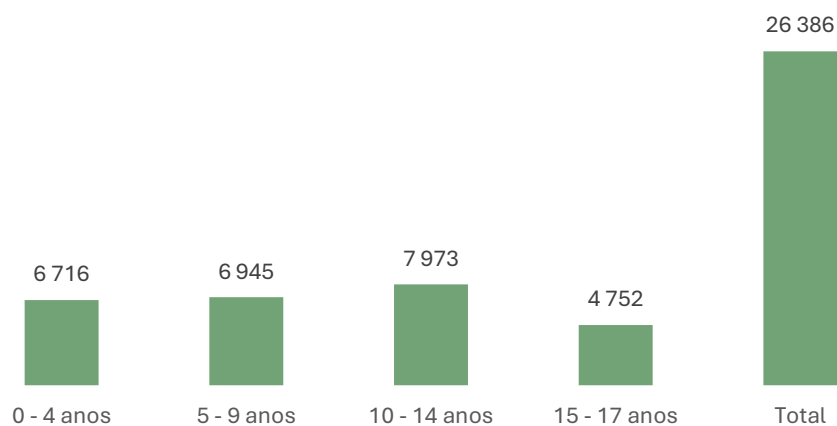
12.Crianças – viver a infância no concelho de Matosinhos

12.1.Quantas são as crianças no concelho de Matosinhos

Segundo dados do Censos de 2021, residem no concelho de Matosinhos um total de 26 386 crianças⁵⁰, o que corresponde a cerca de 15% do total da população residente.

Tendo em conta uma desagregação da população infantil pelos diferentes grupos de idade, a sua distribuição é conforme se apresenta em baixo.

Figura 92 | Crianças residentes no concelho de Matosinhos por grupos de idade (v.a.) | 2021

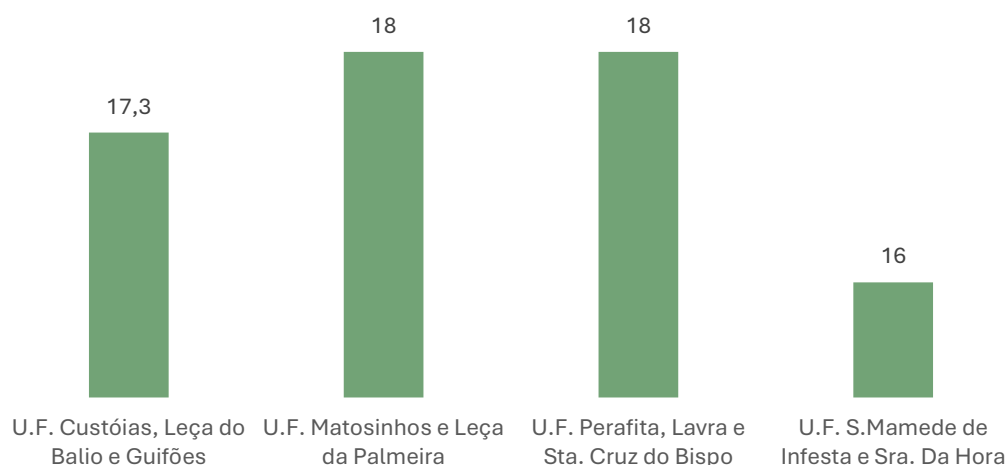


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A União das Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e a União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo são aquelas onde a percentagem de crianças se situa acima da média concelhia, sendo que em ambas, as crianças representam 18% das pessoas residentes naqueles territórios.

⁵⁰ Definimos crianças como todo o ser humano desde que nasce até aos 18 anos de idade, nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Figura 93 | Percentagem de crianças residentes no concelho de Matosinhos por grupos de freguesia (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tal como se pode ver na pirâmide etária da população residente de Matosinhos (Figura 3) nas faixas etárias que compõem a infância, os elementos do sexo masculino correspondem a 51% da população com menos de 18 anos.

Como se viu anteriormente, neste diagnóstico social do concelho de Matosinhos, e em consequência do processo de envelhecimento populacional de duplo sentido (aumento das pessoas mais velhas e diminuição do número de efetivos nos grupos mais novos), entre 2011 e 2021, Matosinhos perdeu 4 410 pessoas com idades inferiores a 20 anos, o que corresponde a uma taxa de variação negativa de -13,9%.

Esta questão não pode deixar de estar relacionada com a também já referida, baixa taxa de natalidade que se traduz numa diminuição do número de nascimentos. Com efeito, o total de nados-vivos tem vindo a decrescer mais acentuadamente desde 2019, apresentando em 2020 o seu número mínimo. Em 2023 nasceram no concelho 1 277 bebés (643 meninos e 634 meninas), menos 256 do que o registado em 2016, mas mais 87 do que em 2021. 15,7% destas crianças são filhas/os de mães de nacionalidade estrangeira.

Assim, mesmo nos cenários mais otimistas, as projeções apontam para uma continuada diminuição do número de crianças. Tomando apenas a população em idade escolar⁵¹, prevê-se que o seu número, em 2030, seja de 23 826, o que correspondem a -8% por relação a 2021.

⁵¹ Para mais detalhe consultar a Carta Educativa do Concelho de Matosinhos.

12.2. Novos contextos familiares

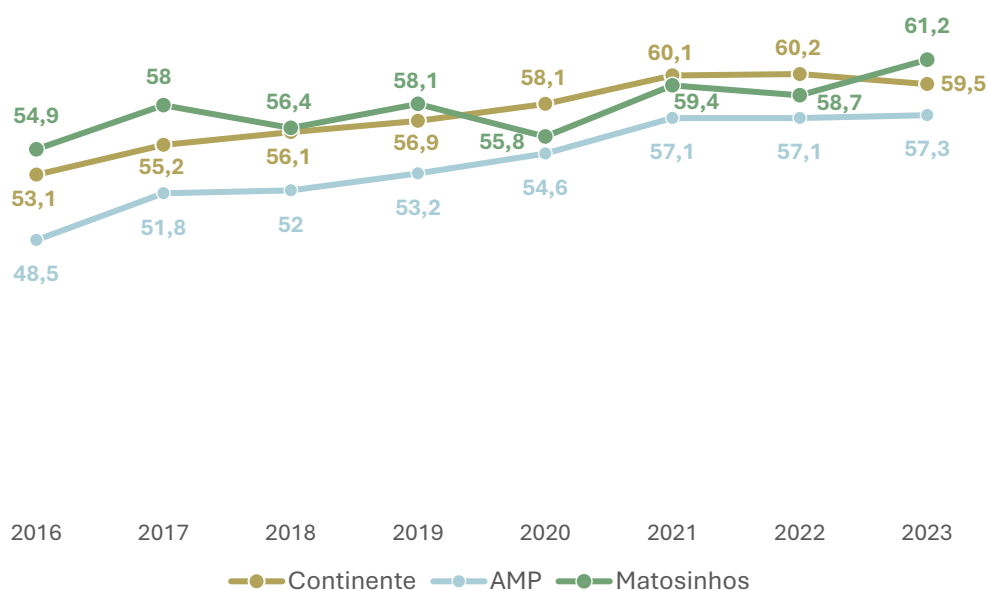
Na sequência das conhecidas alterações nas estruturas familiares que têm vindo a ocorrer na sociedade portuguesa, as crianças são hoje socializadas em contextos muito distintos dos conhecidos pelas gerações anteriores:

- i) Vivem em famílias de menores dimensões onde tendencialmente são filhos/as únicos/as: em 2021, 63% dos núcleos familiares com filhos/as, em Matosinhos, têm um único filho/a;
- ii) Mais crianças vivem em famílias onde não existe vínculo matrimonial entre o pai e a mãe, o que, eventualmente, em alguns casos pode significar laços menos perenes.

Com efeito, uma comparação entre os dados dos Censos de 2011, com os de 2021, permite verificar um aumento no concelho dos núcleos familiares formados por casais em união de facto: de 5 891 para 8 127, o que significa que se consolida uma opção por caminhos, que não passam pelo casamento, com vista à constituição de família.

A existência de mais uniões de facto também se reflete no número de nascimentos fora do casamento. Tal como se pode verificar na figura que se segue, a percentagem de crianças nascidas fora do casamento, ainda que, com oscilações, aumentou entre 2016 e 2023. Por outro lado, à exceção do período compreendido entre 2020 e 2022, o concelho de Matosinhos apresenta um número relativo de nados-vivos fora do casamento mais elevado do que no Continente e na AMP. Em 2023, no concelho, 782 crianças, de um total de 1 277, nasceram fruto de uma relação entre pessoas não casadas, o que corresponde a 61,2% dos nados-vivos.

Figura 94 | Nados-vivos fora do casamento no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) | 2016-2023

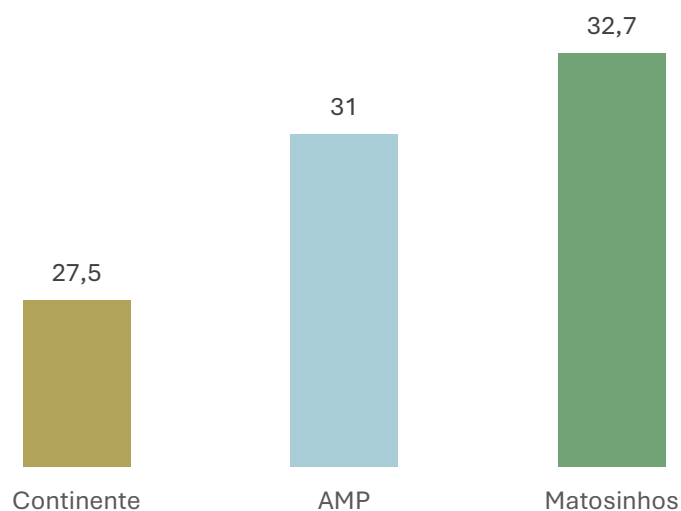


Fonte: Anual - INE, Nados-vivos

iii) Refira-se, também, que são agora mais as crianças que vivem em famílias monoparentais.

Com efeito, no concelho, perto de 1/3 das crianças⁵² nascidas fora do casamento, nascem num contexto familiar em que pai e mãe não coabitam. A evolução da taxa de nupcialidade e da percentagem de nados-vivos fora do casamento é expressão das inegáveis alterações nos comportamentos da conjugalidade e da dissociação entre a parentalidade e a nupcialidade referidas por vários autores (Cunha, 2008).

Figura 95 | Nados-vivos fora do casamento sem a coabitação dos pais no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) | 2023



Fonte: Anual - INE, Nados-vivos

iv) Em suma, atualmente há mais crianças a desenvolverem-se em famílias onde a figura masculina está ausente. Este facto anda a par, com o aumento de famílias monoparentais.

A monoparentalidade, tal como tem sido definida na maior parte dos estudos de sociologia da família dos últimos vinte anos, diz respeito à existência de núcleos familiares onde vive um pai ou uma mãe só (sem cônjuge) e com um ou vários filhos solteiros. Mas esta definição não pode ignorar que estas são situações heterogéneas, pois existe uma grande diversidade de fatores que conduzem à monoparentalidade: divórcio ou separação, viuvez, emigração ou, até, opção das próprias pessoas envolvidas.

Ainda que se desconhecendo os motivos que levaram à monoparentalidade, os dados censitários permitem perceber que, à semelhança do que aconteceu na primeira década do século XXI (vd. Aboim 2013),⁵³ houve, de novo, um aumento na proporção de núcleos familiares monoparentais no país, sendo que esta evolução se verifica também no concelho de Matosinhos.

⁵² O que corresponde, em 2023, a 256 crianças.

⁵³ Aboim, S. (2003). Evolução das Estruturas Domésticas. Sociologia, Problemas e Práticas -Famílias no Censo 2001 (dossiê), 43, 13-30.

Com efeito, a percentagem de famílias monoparentais no Continente passou de 11,3%, em 2001, para 18,4%, em 2021. Em Matosinhos regista-se também um aumento de 11,5% para 19,6%, apresentando o concelho as percentagens mais elevadas, em 2011 e 2021, por comparação com o Continente e a AMP.

Tabela 24 | Proporção de núcleos familiares monoparentais no concelho de Matosinhos, AMP e Continente (%) | 2001, 2011 e 2021

Ano	Continente	AMP ⁵⁴	Matosinhos
2001	11,3	12,2	11,5
2011	14,8	15,0	16,0
2021	18,4	18,5	19,6

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2021

Em termos absolutos, em 2021, existiam no concelho 10 406 núcleos familiares monoparentais, o que significa um aumento de mais 18,3%, por relação a 2011⁵⁵.

Tabela 25 | Núcleos familiares monoparentais no concelho de Matosinhos, por tipo de núcleo (v.a.) | 2021

Ano	Pai com filho(s)/a(s)	Mãe com filho(s)/a(s)	Total de núcleos
2021	1 349	9 057	10 406

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Outra informação relevante para uma melhor compreensão da realidade das famílias monoparentais, diz respeito, ao sexo da pessoa representante da família. A informação disponível para o concelho de Matosinhos, tal como se pode ver na tabela anterior, vem reforçar a ideia de que “a monoparentalidade tem permanecido (...) uma situação essencialmente vivida no feminino” (Wall, 1999:130), pois 9 057 das famílias monoparentais do concelho, são compostas por uma mulher com os seus filhos/as, o que significa 87% do total.

“Esta sobre-representação da monoparentalidade no feminino, pode ser explicada por uma razão principal: a seguir a um nascimento fora do casamento (ou de uma união de facto) e após uma separação ou um divórcio, são quase sempre as mulheres que ficam com os filhos à sua guarda.” (Wall, 1999:131)

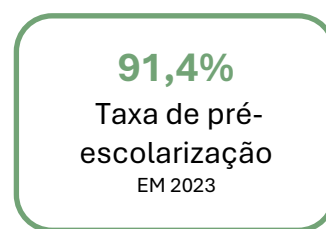
⁵⁴ Nos anos de 2001 e 2011 os dados apresentados são referentes à anterior designação de ‘Grande Porto’.

⁵⁵ Ano em que o número absoluto correspondente era de 8 800.

pré-escolarização, de 86,9%, em 2013, para 93,3%, em 2022' o que é uma subida considerável, mas que ainda não atingiu o estabelecido a nível da EU para 2030 (96%)⁵⁷.

Em Matosinhos, a taxa bruta de pré-escolarização apresenta uma evolução positiva até 2019/2020. A partir desse ano, verifica-se uma descida durante dois anos consecutivos, certamente, devido à questão pandémica, sendo que a recuperação chega em 2022/2023, ano em que atinge os 91,4%.

Apesar de tudo, Matosinhos não atingiu, ainda, a meta europeia para a taxa de pré-escolarização - 96%.



12.3.3. O insucesso na escolaridade obrigatória

A Carta Educativa do concelho de Matosinhos, identifica, um conjunto de questões que se podem constituir como obstáculos de acesso ao direito à educação, sobretudo no que diz respeito a uma educação de qualidade:

- As taxas de retenção e desistência no ensino básico têm, em geral, conhecido uma tendência descendente. Ainda que, a evolução seja constante, em Matosinhos as taxas de retenção e desistência no ensino básico passam de 7%, no ano letivo 2010/11, para 2,3% em 2022/23.
- Ainda no ensino básico, é no 3º ciclo do ensino básico que, a taxa de retenção e desistência é mais elevada: 4,5% em 2022/2023.
- No ano letivo de 2022/2023 as taxas de retenção e desistência no ensino secundário foram, em de Matosinhos, 8,5% o que coloca o concelho 1,4 pp acima da taxa de retenção verificada na AMP (7,1%).
- No último ano letivo para o qual há informação, a taxa de retenção e desistência nos cursos gerais (8,7%) e nos cursos profissionais (8,3%) são relativamente próximas.
- A partir dos dados dos Censos 2021 é possível dizer que, existem 1 379 jovens com idades entre os 18 e os 24 anos, que já saíram da escola, sem terem completado o ensino secundário, e que, não estavam (no momento de aplicação do questionário) nem a estudar, nem em formação.
- Considerando-se apenas os últimos dois anos letivos, verifica-se que, as diferenças entre rapazes e raparigas se acentuam um pouco no ensino secundário, sobretudo devido ao desempenho nos cursos científico-humanísticos, onde a taxa de retenção aumentou entre os rapazes (passou de 8,8% para 10,2%) e decresceu entre as raparigas (de 8,1% passou para 7,5%).

Para além destes elementos de natureza objetiva, o processo participativo inerente à elaboração da Carta Educativa, permitiu auscultar a opinião de vários agentes (professores/as; pessoal técnico; alunos/as e

⁵⁷ <https://op.europa.eu/webpub/eac/education-and-training-monitor-2023/pt/country-reports/portugal.html#2-early-childhood-education>

suas famílias), levando à identificação de algumas lacunas do sistema, as quais podem potencialmente explicar o “comportamento” das taxas de retenção/desistência ou, complementarmente, das taxas de transição/conclusão no concelho e resultados menos satisfatórios nas provas de aferição. A saber:

- Presença de professores/as com dificuldades em captar a atenção e motivar os/as alunos/as;
- Métodos de ensino pouco ajustados às características atuais dos/as alunos/as e aos desafios de um ensino mais colaborativo e multidisciplinar;
- Fraca relação entre as escolas básicas e as escolas secundárias;
- Falta de investimento numa intervenção precoce junto dos/as alunos/as em matéria de saúde mental, em geral, e, especificamente, ao nível da gestão emocional;
- Deficiente orientação vocacional, muitas vezes baseada na necessidade de formandos/as em certos cursos profissionais, em detrimento das vocações e expectativas dos/as alunos/as;
- Desvalorização da orientação profissional por parte de algumas escolas;
- Insuficiente oferta formativa e falta de informação sobre a mesma;
- Persistência de preconceitos em relação ao ensino profissional;
- Fraca qualidade e pouca diversidade do ensino profissional.

12.3.4. Alunas e alunos de nacionalidade estrangeira

O número de alunos/as de origem estrangeira tem vindo a aumentar nas escolas do concelho de Matosinhos. Em 2011/2012 eram 322; em 2023/24 são 1 983, o que corresponde a um aumento de 516%.

Ainda em relação ao ano letivo de 2023/2024, a tabela abaixo descreve a distribuição dos/as alunos/as estrangeiros/as pelos diferentes ciclos de ensino. Assim, Cerca de 38% das crianças imigrantes frequentavam o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), enquanto 19,9% e 24,7% frequentavam o 2.º e 3.º CEB, respetivamente. No Ensino Secundário encontramos apenas 8,5% dos/as jovens de origem estrangeira. Esta baixa percentagem no secundário pode ser preocupante pois, para além de significar uma saída do país em idades inferiores às que correspondem a frequência deste ciclo de ensino, pode revelar uma elevada taxa de retenção no ensino básico.

Tabela 26 | Alunos/as com nacionalidade estrangeira inscritos/as nos estabelecimentos de educação e ensino na rede pública no concelho de Matosinhos (v.a. e %) | 2023/2024

Ciclo de estudo	N.º	%	Total de alunos (%)
Pré-escolar	99	9,1	10,7
Ensino Básico	896	82,4	68,9
1º ciclo	413	38,0	28,5
2º ciclo	216	19,9	14,9
3º ciclo	267	24,7	25,6
Ensino Secundário	92	8,5	15,9

Fonte: CM Matosinhos

A presença de alunos/as estrangeiros/as nas escolas do concelho de Matosinhos denota uma grande diversidade ao nível das nacionalidades. No ano de 2020/21, e para além da portuguesa, foram identificadas mais 39 nacionalidades distintas.

Analisando a proveniência de modo mais detalhado, constata-se que a principal nacionalidade é a brasileira, seguindo-se a angolana e depois a ucraniana e a russa.

Tabela 27 | Principais nacionalidades dos alunos/as estrangeiros/as inscritos/as nos estabelecimentos de educação e ensino, na rede pública, no concelho de Matosinhos (v.a. e %) | 2023/2024

Nacionalidade	N.º	%
Brasil	709	65,2
Angola	65	6,0
Ucrânia	61	5,6
Rússia	38	3,5

Fonte: CM Matosinhos

Não existe informação disponível para o concelho, mas a nível internacional é salientada a tendência para “uma maior dificuldade de os estudantes imigrantes conseguirem a mesma performance escolar que os restantes estudantes das sociedades de acolhimento” (Oliveira, 2021: 92). Em Portugal, algumas autoras salientam que os diferenciais que se verificam entre os resultados escolares de alunos/as não imigrantes e os/as imigrantes resultam essencialmente das várias características do agregado familiar, como seja o nível de escolaridade dos pais/mães, o seu estatuto profissional, a capacidade para adquirir bens materiais ou culturais (Ferreira et al., 2017). A isto acresce a barreira do não domínio da língua portuguesa que, em boa parte dos casos, se faz sentir tanto nas famílias em geral como nas crianças e jovens. Em relação a estas dificuldades, algumas pessoas participantes nos grupos de discussão notaram a sua existência, mesmo por parte de alunos e alunas de nacionalidade brasileira, com a agravante de estas crianças não terem acesso às aulas de Português para Estrangeiros.

12.3.5. Alunos/as ciganos/as

O número de crianças e jovens ciganos/as, a frequentar as escolas do concelho de Matosinhos, não é conhecido, dado a legislação portuguesa não permitir recolher informação pessoal que identifique grupos étnicos de pertença. No entanto, é conhecido que algumas escolas públicas do concelho integram alunos e alunas das comunidades ciganas, sendo que a sua presença é maior em escolas próximas de zonas residenciais, onde também se verifica uma maior concentração desta população.

No ano de 2018/2019 a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEC), no âmbito da Estratégia para a Integração das Comunidades Ciganas, elaborou o Perfil Escolar das Comunidades Ciganas onde se dá conta de 3 912 crianças e jovens matriculadas/os nos estabelecimentos públicos de ensino básico e secundário do distrito do Porto. É neste distrito, que a DGEC encontrou uma das menores percentagens de alunos/as com retenção escolar (14,3%). Mas a inclusão escolar das crianças, vai para além da dimensão do insucesso e do abandono, sendo difícil de contabilizar, está ainda presente nestas comunidades inibindo a conclusão da escolaridade obrigatória.

No âmbito da realização do diagnóstico que fundamentou o Plano Municipal para a Integração das Comunidades Ciganas em Matosinhos 2019-2021, 10% das crianças em idade de cumprimento da escolaridade obrigatória já não frequenta a escola. O triângulo composto pelos seguintes motivos: i) as crianças não gostam da escola; ii) o pessoal docente não compreende as especificidades da cultura cigana e não gostam das crianças, nem as valorizam; iii) as crianças ciganas têm mais insucesso do que as restantes e isso devolve-lhes uma imagem negativa desmotivando-as para a frequência escolar, está muito presente no discurso das próprias famílias, que assim, justificam a saída precoce do sistema de ensino dos seus filhos e filhas.

Nos grupos de discussão realizados, alguma ineficácia atribuída à intervenção da CPCJ prende-se, em boa parte, com as sinalizações de abandono feitas junto daquela instituição em relação a crianças, muito particularmente meninas ciganas, por abandono escolar. Estes casos que, na sua maioria, não encontram nem nos pais, nem na própria criança, autorização para uma intervenção, são enviados para Tribunal. Para além de uma maior morosidade destes processos, a resposta do Tribunal aponta, com frequência, para um arquivamento dos mesmos com base numa explicação onde os traços culturais destas comunidades se impõem ao direito à educação. Há, pois, muito a convicção de que “a sinalização CPCJ não significa mudança da situação de partida” (participante num dos grupos de discussão).

12.3.6. Educação inclusiva

No ano de 2020/2021 foram 817 as crianças e jovens a frequentarem as escolas públicas do concelho de Matosinhos com necessidades específicas de educação, para as quais foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais⁵⁸ de suporte à aprendizagem e inclusão. Este número corresponde a uma percentagem de 4,4% do número total de 18 662 alunos/as inscritos/as nas escolas da rede pública. Este peso relativo de alunos/as com medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão é, no concelho, um pouco inferior à do país (7%).

Por serem as que correspondem a situações mais exigentes, ressalte-se que são 248 as crianças que beneficiam de medidas adicionais, a maioria das quais (73,4%) se integra no 1º ciclo do ensino básico.

12.3.7. Territórios educativos de intervenção prioritária

O programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), iniciativa do Ministério da Educação em curso desde 1996, constitui-se como um programa de discriminação positiva na atribuição de recursos, pressupondo uma abordagem local e territorializada, de intervenção, acompanhamento e de constituição de rede entre escolas.

Os seus principais objetivos são melhorar as aprendizagens, prevenir o abandono escolar, criar condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada para a vida ativa, e promover um ambiente escolar positivo e salutar, em espaços educativos inseridos em locais com populações económica e socialmente vulneráveis, onde coexistem, em muitos casos, a pobreza e a exclusão social, com reflexos na indisciplina, no abandono e no insucesso escolar.

Em Matosinhos existem três agrupamentos de escolas TEIP que abrangem um universo de 3 019 alunos/as. Considerando o período entre 2014 e 2021, verifica-se, em geral, uma evolução muito positiva nas taxas de retenção/abandono destes agrupamentos escolares em todos os ciclos de ensino. Nos três agrupamentos TEIP registava-se uma diminuição mais acentuada do que a verificada em média no concelho, em diferentes ciclos do ensino básico.

Nos grupos de discussão realizados, o Programa TEIP foi avaliado de modo bastante positivo por parte dos/as participantes, segundo os/as quais, graças ao reforço de recursos humanos, é possível trabalhar “a componente social e emocional dos alunos” (participante num workshop), o que torna o ambiente da

⁵⁸ Medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas: percursos curriculares diferenciados; adaptações curriculares não significativas; apoio psicopedagógico; antecipação e reforço das aprendizagens; apoio tutorial. As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. São medidas adicionais: a frequência do ano de escolaridade por disciplinas; as adaptações curriculares significativas; o plano individual de transição; o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

escola mais inclusivo favorecendo, assim, a assiduidade e o não abandono. Por outro lado, foi também referido que o TEIP favorece um trabalho interdisciplinar e uma maior abertura das escolas à comunidade.

Apesar destes aspetos positivos, o TEIP continua associado a uma imagem pouco favorável, o que poderá inibir a adesão ao Programa por parte de outras escolas.

12.4. Promoção da saúde das crianças

12.4.1. Promoção do desporto

Um estudo da Unidade Local de Saúde de Matosinhos - Diagnóstico de Situação de Saúde Escolar Matosinhos – mostra que mais de 10% dos alunos/as nunca pratica desporto. A prática desportiva é mais frequente entre o sexo masculino.

No sentido de promover o acesso ao desporto por parte de crianças de ambos os sexos, há a referir os seguintes programas:

- O Programa – “Natação para crianças” – que conta com mais de 3000 participantes e o apoio ao associativismo desportivo jovem que apoia 112 clubes, o que significa 7 000 jovens atletas.
- O projeto REACT - “De volta à ação: o que as famílias, os professores de educação física e as comunidades precisam de saber sobre o crescimento, desenvolvimento motor e comportamentos de saúde das crianças” (em parceria com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto), que dá continuidade à avaliação do estado de crescimento e desenvolvimento motor das crianças do 1.º ciclo do ensino básico, acompanhando as trajetórias do seu desenvolvimento, com recurso a uma nova tecnologia educativa no contexto das suas aulas de educação física.

Em contexto escolar, o desporto integra cerca de 20 modalidades distintas que envolvem 2 789 crianças e jovens (1 211 raparigas e 1 578 rapazes). Somam-se, ainda, os/as participantes do desporto escolar adaptado, perfazendo um total de 178 crianças e jovens (59 raparigas e 119 rapazes).

Por outro lado, a Divisão da Mobilidade promove a iniciativa “Comboios de Bicicletas nas escolas de Matosinhos” com a qual pretende inculir nas idades mais jovens o gosto pela bicicleta e pelos modos ativos e suaves de deslocação urbana, neste caso nos percursos casa-escola-casa, em detrimento do recurso sistemática ao transporte.

12.4.2. Alimentação de qualidade

De acordo com o Perfil de Saúde da ULS de Matosinhos, a obesidade afeta 16,8% das mulheres com diagnóstico ativo, e 11,8% dos homens.

Como é conhecido, a alimentação tem uma importância fundamental num crescimento saudável e, como tal, no combate à obesidade. No questionário aplicado junto de famílias com crianças,⁵⁹ na sequência de um alargado processo de auscultação, levado a cabo pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos em 2022, com vista à elaboração do Plano Municipal de Promoção dos Direitos da Criança,⁶⁰ a grande maioria das famílias (96,5%) revelaram ter preocupações com a alimentação dos seus filhos e das suas filhas. Por outro lado, 81% afirmou tentar preparar as refeições de modo saudável e nutritivo. No entanto, parece haver uma maior permissividade no consumo de doces, já que mais de 70% reconhece que o consumo deste tipo de alimentos não se restringe a situações excecionais.

Com o objetivo de promover uma alimentação saudável, o município de Matosinhos promove diversas iniciativas dirigidas aos alunos e às alunas das escolas públicas do concelho:

- Programa “Fruta Escolar” e “Frutinhas” com a distribuição gratuita de frutas a todas as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas;
- “A Minha Merenda”, programa que está em todas as escolas públicas com valência de educação pré-escolar e 1.º ciclo, garantindo o fornecimento da merenda da manhã a todas as crianças cujos encarregados e encarregadas de educação solicitem este serviço. A merenda escolar é totalmente gratuita para quem beneficie de escalão A ou B da Ação Social Escolar. Entre setembro de 2020 e julho de 2021, forneceram-se 152 672 merendas.

12.4.3. Saúde mental

Na discussão com elementos da Rede Social do concelho de Matosinhos, aferiu-se, a noção expressa de que há cada vez mais crianças e jovens com problemas de saúde mental.

Num questionário dirigido a jovens do concelho, uma boa parte deles/as expressou preocupação com o seu equilíbrio mental (73% das raparigas; 50% dos rapazes), com o acesso aos serviços de saúde (16% dos rapazes; 34% das raparigas), bem como, com a necessidade de se desconstruírem estereótipos associados à saúde mental que, por vezes, impedem uma intervenção clínica precoce.

⁵⁹ Num total de 1 952 famílias.

⁶⁰ Equipa do Projeto Adélia do Grupo de Investigação e intervenção em acolhimento e adoção, 2022. Projeto Adélia – CPCJ de Matosinhos – Apresentação de Resultados.

Por outro lado, num processo de auscultação levado a cabo pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos em 2022, com vista à elaboração do Plano Municipal de Promoção dos Direitos da Criança,⁶¹ onde foram ouvidas 1 795 adolescentes com idades entre os 13 e os 18 anos, estes manifestaram uma perspetiva menos positiva em relação à sua saúde mental, chegando a afirmar: “a minha saúde física é boa e não tenho que reclamar, mas a nível psicológico não é muito boa.”

Acresce que, no âmbito do processo participativo para a elaboração da Carta Educativa os/as alunos/as, e em particular as meninas, não identificam a escola como um espaço de segurança. Por outro lado, aquando da aplicação de questionários junto de 1 705 adolescentes (13-18 anos) que frequentam as escolas públicas do concelho, cerca de 18% responde ter medo de que outros/as colegas lhes “possam fazer mal”, sendo que 25% identificou a existência de violência entre pares.

A escola é pois, vista, a diferentes níveis, como uma fonte de pressão com repercussões negativas no equilíbrio mental. Ainda na opinião de alunos e alunas, a escola é também um espaço violento onde o *bullying* acontece. O *bullying* provoca “vergonha e desconforto” e, com frequência, quem sofre agressões verbais e/ou físicas sente-se “inseguro na escola, passa a não querer ir” e “perde o interesse e a vontade de aprender”. O *bullying* surge, assim, no discurso das próprias crianças, associado ao absentismo, ao desinteresse e a um baixo desempenho escolar e, também, a problemas de saúde mental.

Tendo em conta a importância da questão, a Câmara Municipal de Matosinhos desenvolve os projetos “Ativistas para a Saúde Mental” e “Comissários para a Saúde Mental”, ambos inscritos no Plano Municipal da Juventude de Matosinhos, e o Programa “Ativamente”, da iniciativa da Divisão de Promoção Social e Saúde, que inclui uma campanha de comunicação e iniciativas dirigidas à comunidade.

12.5. Medidas de proteção social

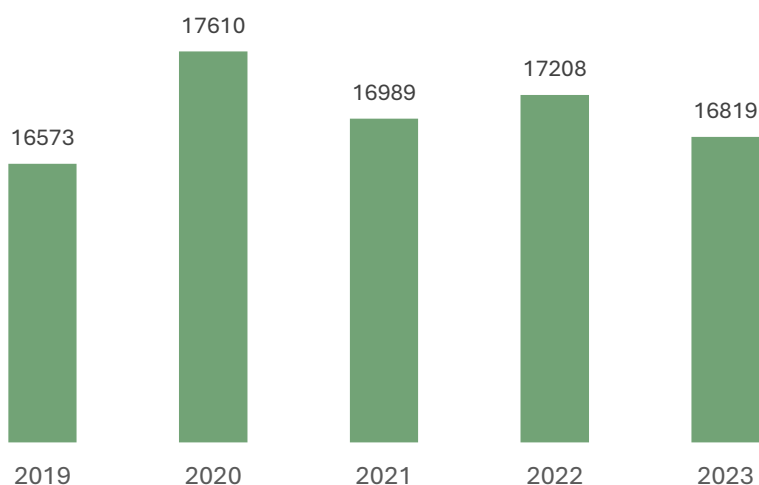
As crianças constituem, desde há muito, o grupo etário, mais afetado pela pobreza. Em 2022, a taxa de risco de pobreza entre os menores de 18 anos era de 22,9%, ou seja 2,2 pp acima da taxa de pobreza para a população, em geral. Entre as famílias mais atingidas pela pobreza, destacam-se as que são constituídas apenas por uma pessoa adulta e com, pelo menos, uma criança dependente, cuja taxa de risco de pobreza passou de 28,0% para 31,2% entre 2021 e 2022.

Com o objetivo de compensar as famílias, que reúnam as condições de acesso à medida, pelos encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens, existe o abono de família para crianças e jovens.

⁶¹ Equipa do Projeto Adélia do Grupo de Investigação e intervenção em acolhimento e adoção, 2022. Projeto Adélia – CPCJ de Matosinhos – Apresentação de Resultados.

Tal como é possível verificar no gráfico em baixo, o número de crianças (descendentes ou equiparados) que beneficiam desta prestação social, no concelho de Matosinhos, apresenta oscilações ao longo dos anos. Em 2020 assistiu-se a um aumento bastante significativo do número de crianças e jovens a quem foi atribuída a prestação, provavelmente na sequência da descida dos rendimentos familiares, como consequência dos efeitos económicos da pandemia, Em 2023 o número de crianças e jovens a quem é atribuído o abono de família é de 16 819.

Figura 96 | Crianças (descendentes ou equiparados), com abono de família para crianças e jovens no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2019-2023



Fonte: INE, Instituto de Informática/MTSSS. Última atualização: 2024-08-27

No âmbito da ação social escolar (ASE), e considerando o ano letivo de 2020/21, são 4 634 as crianças que, no concelho de Matosinhos, recebiam apoio, o que significa 25,6% do total de alunos/as, percentagem que é inferior à registada a nível nacional (31,8%).

Os/as alunos/as que beneficiam de ASE (49,5%), que correspondem a 2 294 crianças, integram o escalão A. Tal fato, pressupõe que os seus agregados familiares auferem um rendimento anual igual ou inferior a 3.071,67€. Das restantes 1 812 (39%) integram o escalão B e 528 o escalão C.

Reforçando a ideia da vulnerabilidade das crianças à pobreza, entre o total de pessoas beneficiárias de RSI do concelho de Matosinhos, as crianças representam 27%, ou seja, são 5 238 as crianças que integram as famílias beneficiárias da medida.

Acresce que, a prestação pecuniária da Garantia para a Infância é atribuída no concelho, a 1 900 crianças.

12.6. As crianças e o direito à habitação

A habitação é, sem dúvida, o primeiro local de conforto para as crianças, cujas condições terão uma forte implicação na saúde e bem-estar das mesmas.

As carências das crianças do concelho, pode perceber-se a partir de dois elementos:

- Através da presença de crianças entre as famílias com pedidos de habitação registados na MatosinhosHabit. Neste grupo, as crianças com menos de 16 anos representam cerca de 21% do total de indivíduos que compõem as famílias com pedidos de habitação, o que corresponde a 730 crianças;
- Através das crianças que integram as famílias que recebem apoio por parte do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento de Matosinhos, as quais, correspondem a 18,3% do total de pessoas beneficiárias deste apoio. Ou seja, são 261 as crianças (com menos de 16 anos) que integram as famílias apoiadas no âmbito do PMAAM.

12.7. As crianças e o direito à proteção de todas as formas de violência

No seu Comentário Geral n.º 13 de 2011⁶², sobre o direito da criança a não ser sujeita a qualquer forma de violência, o Comité para os Direitos da Criança define violência como todas as formas de violência física, mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo abuso sexual. Representa todas as formas de dano contra crianças.

Em Portugal é a Lei nº 147/99, 1 de setembro, no seu artigo 3º, que define o que é uma criança em perigo, justificando-se uma intervenção no sentido da sua proteção.

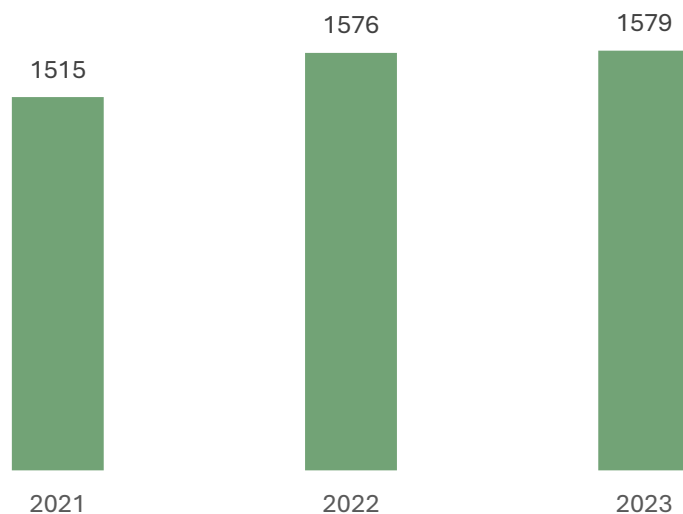
Dando cumprimento à legislação, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos movimentou, no ano de 2023, 1 579 Processos de Promoção e Proteção, o que corresponde a 1,9% do total a nível nacional.⁶³ Tal como no país em geral,⁶⁴ este valor representa um aumento relativamente aos valores apurados quer no ano de 2022, como no ano de 2021, ano em que, os efeitos da pandemia ainda se faziam sentir, no sentido de produzir uma menor visibilidade de certas questões.

⁶² United Nations, Committee on the Rights of the Child, (2011) General comment No. 13, The right of the child to freedom from all forms of violence.

⁶³ Esta percentagem é ligeiramente mais elevada do que o peso da população total de Matosinhos no contexto da população residente no Continente (1,6%).

⁶⁴ Consultar: CNPDPCJ, 2024. Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2023. Lisboa, CNPDPCJ. Disponível em: [Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano de 2023 \(1\).pdf](#)

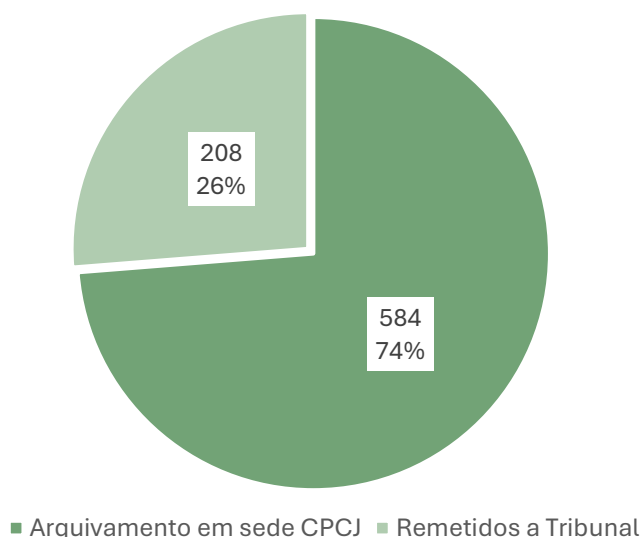
Figura 97 | Processos acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) | 2021-2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2021, 2022 e 2023

De entre os processos em acompanhamento, no ano de 2023 (1 579), 792 foram arquivados ou remetidos para o tribunal, o que corresponde a 50,2% do total de processos, percentagem esta mais elevada do que a registada, no mesmo ano, a nível nacional (34,7%)⁶⁵. Neste contexto, cerca de oitocentos processos, a maior parte – 584, o que corresponde a 74% - foram liminarmente arquivados em sede de CPCJ; os restantes 208 (26%) foram remetidos para o tribunal.

Figura 98 | Processos arquivados e os remetidos a tribunal pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a. e %) | 2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2023

⁶⁵ Considerando 16 498 Processos de Promoção e Proteção arquivados e/ou remetidos num total de 47 537 processos com avaliação diagnóstica.

Quanto aos motivos de arquivamento, os principais referem-se à cessação da medida aplicada (sem, no entanto, se identificar a necessidade da sua continuidade, ou não), que corresponde a 219 casos (37,5%) e o fim da situação de perigo – 179 casos, significando 30,7% das situações.

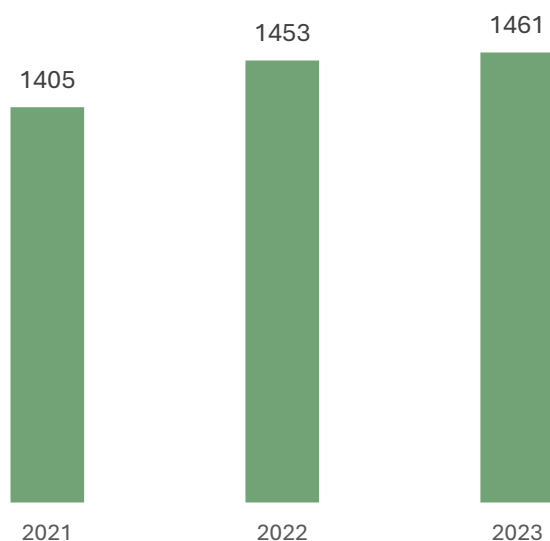
Tabela 28 | Motivos para o arquivamento dos processos em sede da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a. e %) | 2023

Motivos de arquivamento em sede da CPCJ	Valores absolutos	%
Não subsiste perigo	179	30,7
Não se confirma a situação de perigo	55	9,4
Cessaç�o da medida aplicada	219	37,5
Sem legitimidade para intervir no �mbito do artigo 3�	50	8,6
Atingiu a maioridade e n�o solicitou a continua�o da interven�o	32	5,5
Passaram a residir fora de Portugal	19	3,3
Transfer�ncias de CPCJ	18	3,1
Abertura de processo indevidamente por informa�o incorreta	8	1,4
Devolu�o a ECMIJ	2	0,3
Emancipa�o do/a jovem	1	0,2
Falecimento da crian�a ou jovem	1	0,2
Total	584	100

Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2023

No contexto dos processos em curso na CPCJ de Matosinhos, estiveram envolvidas, durante os anos em análise, mais de mil e quatrocentas crianças, atingindo-se os 1 461, em 2023.

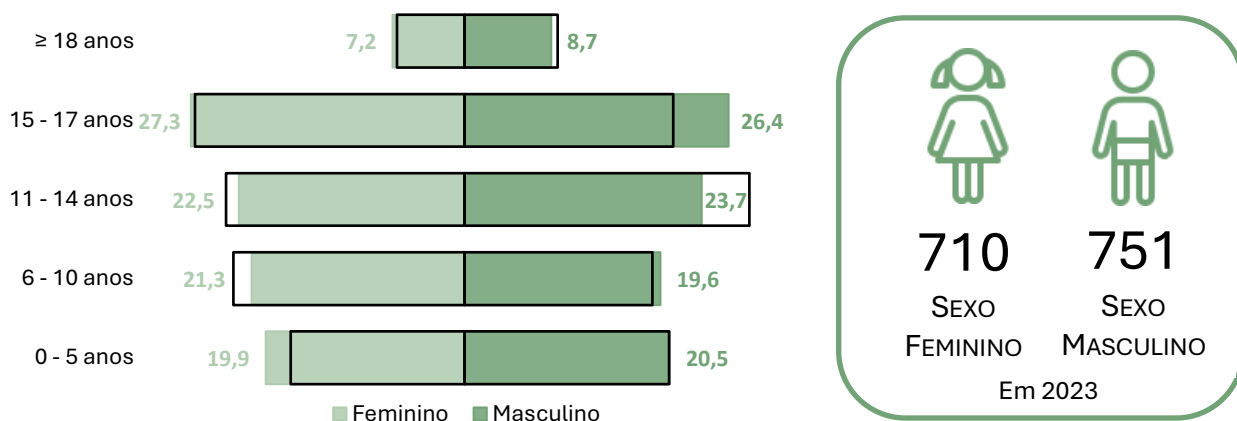
Figura 99 | Crianças com processos em acompanhamento pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) | 2021-2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2023

Mais de metade destas crianças (751) são do sexo masculino; mais de 60% tem menos de 15 anos, sendo que cerca de 20%, tanto entre os meninos, como entre as meninas, tem menos de 6 anos. Note-se que a estrutura etária destas crianças é muito semelhante à verificada no conjunto das crianças em acompanhamento pelas CPCJ do país.

Figura 100 | Crianças/jovens acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, por grupo etário e sexo (v.a.) | 2022-2023



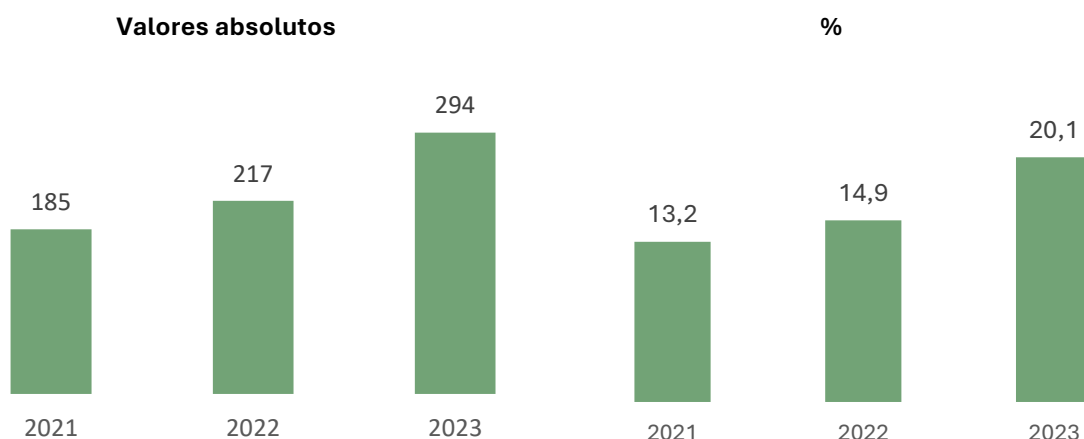
Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

Um outro elemento de caracterização que pode ser ressaltado, prende-se com a nacionalidade das crianças. O aumento da diversidade cultural transporta consigo aspetos inequivocamente positivos, mas

permite também fazer emergir, neste caso particular, diferentes modos de perceber os direitos da criança e diferentes perspetivas sobre o que é, e como educar uma criança.

A presença de crianças de nacionalidade estrangeira entre as crianças acompanhadas pela CPCJ de Matosinhos, permanece uma minoria verificando-se, contudo, a sua importância, quer em termos de valores absolutos, quer em termos percentuais, tem vindo a aumentar, atingindo em 2023 uma percentagem (20,1%) bastante superior à verificada a nível nacional (9,3%).

Figura 101 | Crianças/jovens com nacionalidade estrangeira acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos | 2021-2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

Independentemente dos contextos, o mundo das pessoas adultas nem sempre se afigura seguro para as crianças. Diversos estudos, a nível mundial, revelam que os castigos corporais de crianças continuam, de certa forma, generalizados, apesar de existirem diferentes práticas e atitudes em diferentes culturas. De notar, por exemplo, que em alguns países europeus, como seja a Itália e o Reino Unido os castigos corporais a crianças, no contexto familiar, não são punidos por lei.⁶⁶ Por outro lado, um estudo canadiano concluiu que 41% das pessoas acredita que espancar não é nocivo e 14% acredita que é eficaz.⁶⁷ Ainda

⁶⁶ Consultar: [Reports on every state and territory - End Corporal Punishment of Children](#). Último acesso 15 de novembro 2024.

⁶⁷ Durrant, JE, (2003) Maternal Beliefs about physical punishment in Sweden and Canada. *Journal of Comparative Family Studies*, 34:586-604. Cited in: Durrant, JE, (2005) "Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development", Hart SN (Ed), (2005) *Eliminating Corporal Punishment*, Paris, UNESCO.

uma investigação nos Estados Unidos da América concluiu que, 84% das pessoas inquiridas afirmavam que “por vezes é necessário disciplinar uma criança com um bom açoite”.⁶⁸

Em Portugal, e mais concretamente no concelho de Matosinhos, a informação recolhida no âmbito do projeto Adélia, permite perceber que 58% das famílias inquiridas admitiu já ter batido nas suas crianças e ¼ recorrer aos “gritos” sem encontrar outras soluções para a criação de regras.

Também nas escolas o recurso a punições de natureza física não é inexistente: 18% das/os adolescentes afirmaram não ser verdade que “os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as”; a percentagem sobe para 20% entre os mais novos (entre os 6 e os 12 anos).⁶⁹

Entre as situações sinalizadas, os maus-tratos físicos correspondem a cerca de 5%, em 2023, percentagem muito semelhante à verificada a nível nacional. Ainda que com uma baixa percentagem (até por comparação a nível nacional) é de salientar, pela sua extrema gravidade com consequências físicas, psicológicas e emocionais, que 1,3% das situações correspondem a abusos sexuais.

Os cinco principais motivos para a sinalização junto da CPCJ de Matosinhos são, porém:

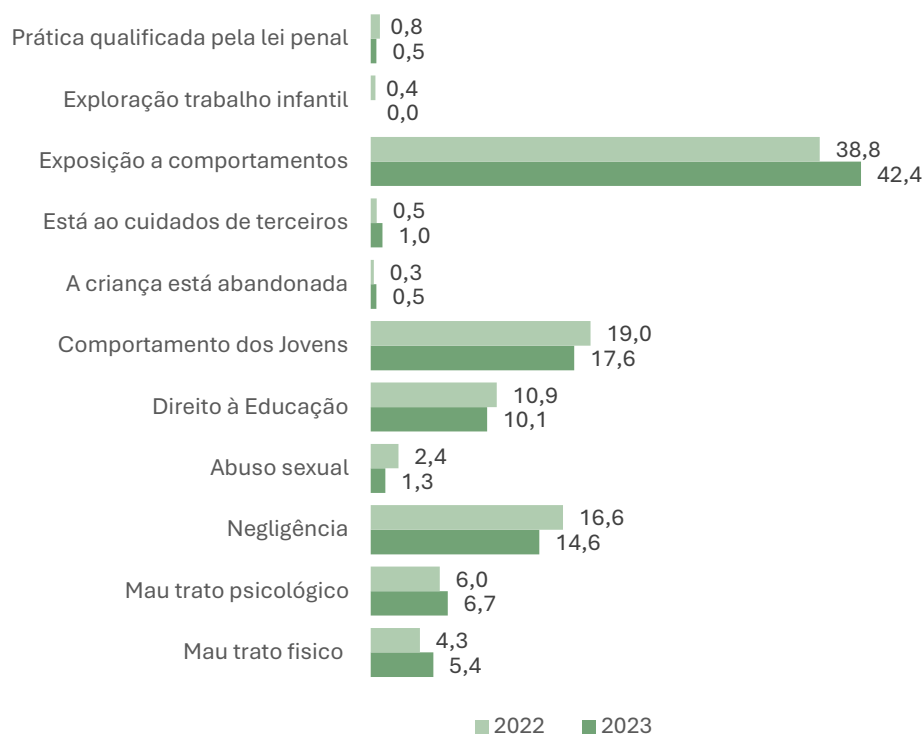
- Exposição a comportamentos prejudiciais ao desenvolvimento da criança (42,4%);
- Comportamentos dos/as jovens que podem constituir perigo para os/as próprios/as (17,6);
- Negligência para com a criança / jovem (14,6%);
- Impedimento de acesso ao direito à educação (19,9%).

Estes motivos correspondem também aos mais sinalizados para o conjunto das CPCJ, ainda que a negligência, surja como a razão mais apontada.

⁶⁸ Lehman, BA , 1989, Making a Case against Spanking. The Washington Post, 23 March 1989. Cited in: Straus MA, Mathur AK, 1996, Social Change and Trends in Approval of Corporal Punishment by Parents from 1968 to 1994. In: Frehsee D et al. (Eds). Violence against Children. Berlin and New York, Walter de Gruyter, pp 91–105. Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO).

⁶⁹ Num total de 434 inquiridas.

Figura 102 | Problemáticas sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (%) | 2022 e 2023

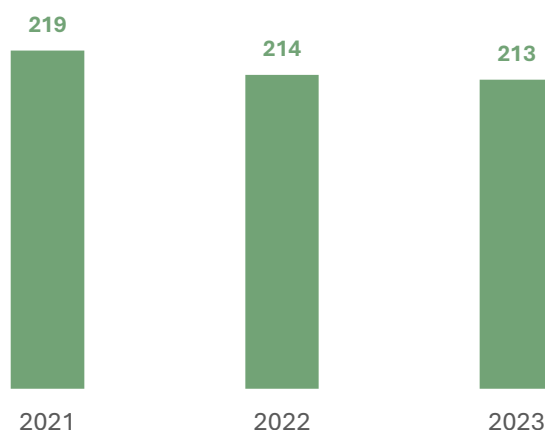


Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

Analisando mais detalhadamente as situações que correspondem à exposição de crianças a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional (337, no total), verifica-se que, em 2023, 213 correspondem a situações de violência doméstica. Tais casos significam 14,6% do total de crianças em acompanhamento. Sendo esta percentagem muito inferior à verificada a nível nacional (30%) podem colocar-se duas questões: i) uma ainda grande invisibilidade do fenómeno de violência doméstica no concelho; ii) alguma dificuldade em diagnosticar de modo correto este problema e os seus impactos nas crianças.

213
Casos correspondem a violência doméstica
Em 2023

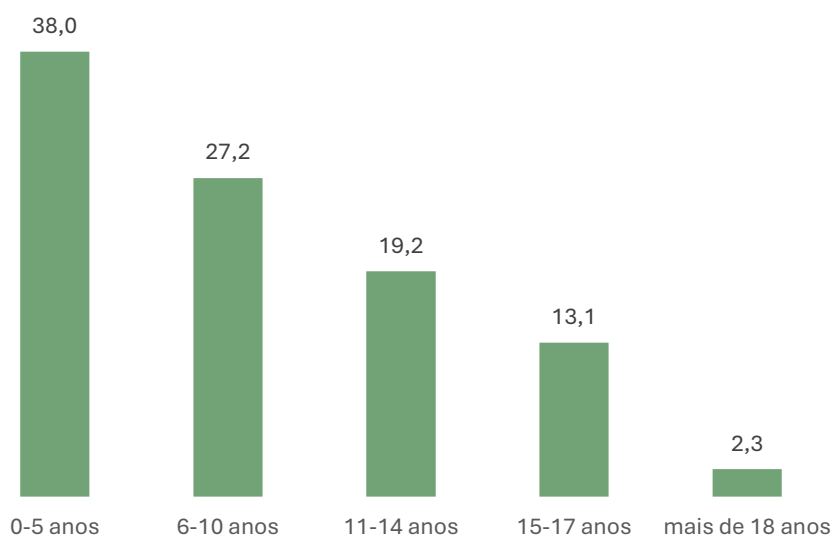
Figura 103 | Crianças vítimas de violência doméstica, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos (v.a.) | 2021- 2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

54% destas crianças são do sexo masculino. A maior percentagem incide no grupo de menores de 6 anos (38%), sendo que 65% das crianças vítimas do crime de violência doméstica, sinalizadas na CPCJ de Matosinhos, tem 10 anos ou menos.

Figura 104 | Crianças vítimas de violência doméstica, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, por grupos de idade (%) | 2023

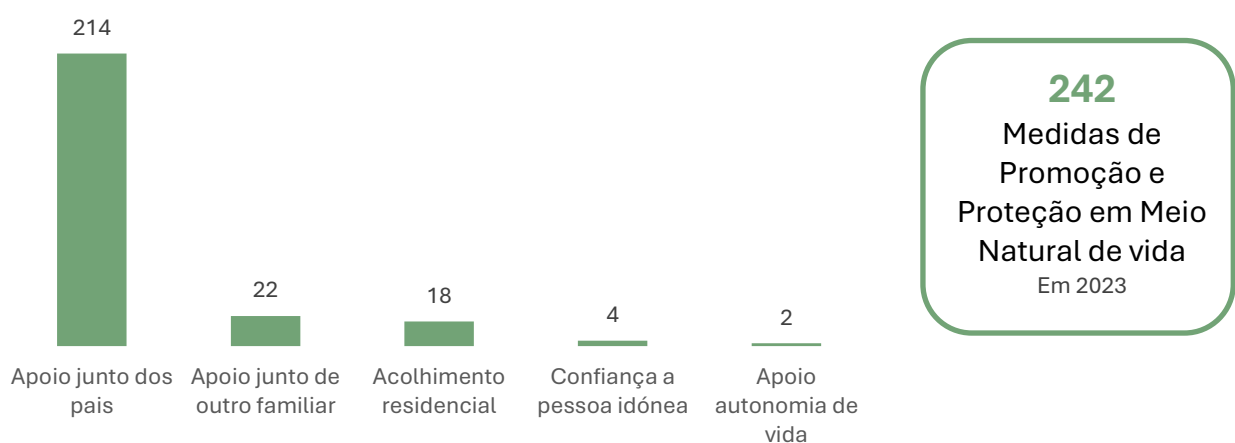


Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

Tal como se salienta no Guia de Intervenção Integrada junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica,⁷⁰ as consequências da violência e, em particular da violência doméstica, são particularmente gravosas para as crianças fazendo-se sentir a diversos níveis - na saúde (nos domínios físico, mental, psicológico e emocional) no comportamento sexual ou social – com efeitos que podem persistir nas fases seguintes do ciclo de vida.

Cabe ainda referir que, tendo em conta as 1 461 crianças com processos de promoção e proteção em acompanhamento, durante o ano de 2023, foram aplicadas 260 medidas, a esmagadora maioria das quais em meio natural de vida, sendo que 214 se definem como apoio junto dos pais, tal como se pode ver na figura em baixo.

Figura 105 | Medidas de promoção e proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Matosinhos, segundo a sua tipologia (v.a.) | 2023



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, 2022 e 2023

12.7.1. Crianças em acolhimento residencial

Como se pode verificar no gráfico anterior a medida de acolhimento residencial (em instituições do concelho ou noutras), o que corresponde a cerca de 7% das medidas aplicadas.⁷¹

Em Matosinhos, a rede de acolhimento institucional é composta por quatro entidades: 3 lares de infância e juventude e 1 centro de acolhimento temporário.

⁷⁰ XXII Governo Constitucional, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 2020. Guia de Intervenção Integrada junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica. Mem-Martins. Editorial do Ministério da Educação e Ciência. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/06/170-20_Guia_Intervencao_Integrada.pdf.

⁷¹ A percentagem correspondente foi de 12% a nível nacional.

Em novembro de 2023 permaneciam nos lares de infância e juventude do concelho 64 jovens (35 rapazes e 29 raparigas) com idades compreendidas entre os 8 e os 26 anos, enquadrando-se a maior parte na faixa dos 13 aos 17 anos.

Por sua vez, o centro de acolhimento acolhia, na mesma data, 33 crianças: 18 meninos e 15 meninas, com idades inferiores a 12 anos. Entre estas crianças cerca de 40% tem menos de 3 anos de idade e 33% tem entre os 3 e os 5 anos de vida. Segundo dados da entidade, o tempo médio de permanência na instituição, naquele ano, foi de 17 meses, havendo 7 propostas para adoção que não foram concretizadas, pelo menos naquele ano.

13. Jovens de Matosinhos

Com vista a elaboração do Plano Municipal de Juventude de Matosinhos 2021-2025 foi elaborado um estudo sobre a juventude do concelho.⁷² Este capítulo do diagnóstico é essencialmente baseado nos principais resultados desse trabalho.

Sobre o grupo de idade então considerado, ele incidu nas pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos. Este grupo de idade é, em parte, coincidente com o usado no capítulo anterior para a definição de infância.⁷³

De facto, a delimitação da idade à qual corresponde a categoria “juventude” não é consensual, no entanto há um maior consenso na definição do limite inferior de 15 anos. Note-se que com 16 anos se atinge a idade legal para se assumir um conjunto de responsabilidades muito associadas à vida adulta: trabalhar, pagar impostos e descontar para a Segurança Social. Pode-se, ainda, requerer uma mudança de sexo no registo civil, perfilhar, e decidir sobre a interrupção voluntária de uma gravidez.

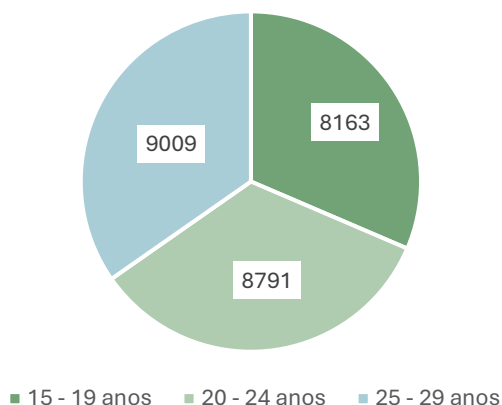
Por outro lado, o limite superior estabelecido está associado à crescente tendência para um prolongamento dos modos de vida associados à condição juvenil até idades mais avançadas, em paralelo com um retardamento na entrada de certas etapas da vida adulta (por exemplo casar, ter filhos, ter uma casa independente da família de origem).

As estatísticas da população por grupos de idade, dão informação até aos 29 anos, o que permite dizer que, em 2021, residiam no concelho 25 963 jovens, sendo que é o grupo das pessoas com idades entre os 25 e os 29 anos aquele que concentra um maior número (9 009).

⁷² Cardoso, Ana (coord.).2022. Jovens em Matosinhos contextos de vida e perspetivas Estudo diagnóstico sobre a juventude no concelho de Matosinhos. Matosinhos. Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: [Plano Municipal da Juventude | CM Matosinhos](#).

⁷³ Precisamente entre os 15 e os 17 anos de idade.

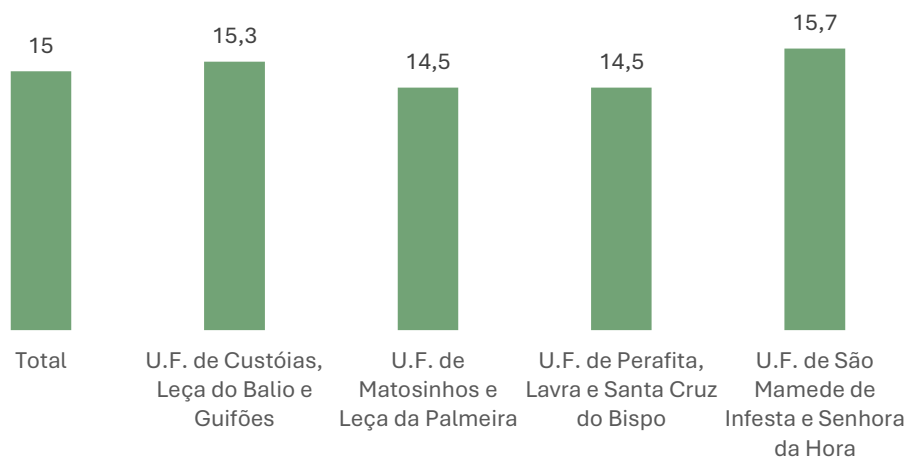
Figura 106 | Jovens residentes no concelho de Matosinhos, por grupos de idade (v.a.) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ou seja, 15% do total da população residente no concelho de Matosinhos, em 2021, tem menos de 30 anos. Apesar das diferenças não serem muito expressivas, é a União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (15,7%) e a União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões (15,3%) as que apresentam uma maior percentagem de população jovem.

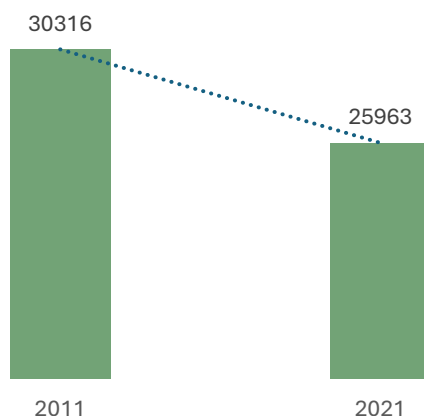
Figura 107 | Jovens residentes no concelho de Matosinhos, por união de freguesias (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Este número de jovens em 2021 resulta de um processo continuado de envelhecimento. Com efeito, entre 2011 e 2021 o concelho perdeu 4 353 pessoas com idades entre os 15 e os 29 anos.

Figura 108 | Jovens residentes no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

13.1. Educação e formação - Expetativas

No questionário aos/às jovens em Matosinhos 75% revelam ter uma imagem positiva da escola o que, de certa forma, está em alinhamento com os resultados de estudos internacionais como o Health Behaviour in School-Aged Children de 2019,⁷⁴ da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde, onde 70% dos jovens rapazes e raparigas afirmaram gostar da escola.

Nesta matéria, resulta ainda em Matosinhos um equilíbrio bastante notório entre rapazes e raparigas, sendo que os rapazes apresentam uma ligeira superioridade percentual nas opiniões positivas, enquanto as raparigas apresentam percentagens que expressam opiniões neutras um pouco superiores.

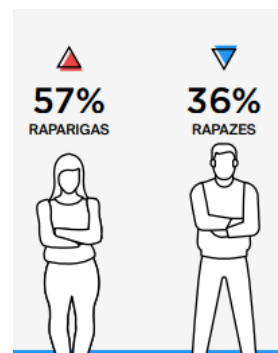
Olhando para as diferentes freguesias, os/as jovens da União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, destacam-se por um maior peso relativo de opiniões positivas; as respostas dos/as jovens alunos/as da União de freguesias de S. Mamede Infesta e Sra. da Hora revelam uma maior tendência para uma imagem negativa sobre a escola.

As expectativas relativamente ao nível de ensino que pretendem alcançar, são outra forma de os/as jovens expressarem a importância da educação na preparação da passagem para uma vida adulta. Mais de metade dos/as jovens inquiridos/as que ainda estudam (68%) tem, pois, ambições que passam pela conclusão de uma formação de nível superior: 21,5% pretendem concluir uma licenciatura; 30,3%, um mestrado e 16,6%, um doutoramento. Estas percentagens são reveladoras de que a maioria das pessoas jovens, vê na continuidade dos estudos, para além do ensino obrigatório, uma aposta de futuro. No entanto, são ainda 17% os/as jovens que pretendem apenas completar o 12º ano.

⁷⁴ Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) study.

As raparigas são as que perspetivam alcançar níveis de instrução mais elevados. São elas que, em maior número, pretendem continuar os estudos até à conclusão de um mestrado, ou doutoramento (57%).

Entre os rapazes, há uma maior percentagem dos que se ‘contentam’ apenas com a conclusão do 12º ano (21,3%), o que de novo deve conduzir à reflexão sobre como promover uma melhor integração escolar de alguns grupos de jovens, entre os quais se contam elementos do sexo masculino.



Em geral, há uma perceção positiva do impacto da educação nas vidas dos/as jovens respondentes, nomeadamente ao nível da integração no mercado de trabalho: “Se seguirmos para a faculdade temos mais oportunidades no mundo do trabalho.”

Ainda ao nível das expectativas e ainda que alguns e algumas dos/as jovens ainda a estudar equacionem enveredar pelo ensino profissional, os cursos existentes ou não se ajustam aos interesses dos/as jovens, ou inserem-se em áreas profissionais saturadas, não favorecendo a entrada de jovens numa vida profissionalmente ativa. Por outro lado, áreas com oferta de emprego (sobretudo profissões que implicam trabalho manual especializado) não encontram correspondência em termos formativos, muito devido à inexistência de máquinas e instrumentos/materiais de apoio à formação. Acresce alguma falta de flexibilidade e de capacidade de adaptação, por parte das escolas para se irem adaptando às necessidades do mercado em permanente mutação.

13.2. Jovens e mercado de trabalho

Como foi mencionado no capítulo sobre o emprego, as pessoas jovens são particularmente afetadas por condições precárias de trabalho. Por outro lado, encontrar o primeiro emprego é algo não isento de dificuldades, mesmo quando se atingem níveis de instrução superiores. A preferência pela existência de experiência profissional, por parte de um conjunto alargado de entidades empregadoras, é um dos principais obstáculos bem expresso na seguinte afirmação de um dos jovens inquiridos: “Com 18 anos uma pessoa quer arranjar trabalho mas pedem sempre pessoas com experiência. Experiência!?? Procuramos um primeiro emprego, como vamos ter experiência? Como é que nos vão aceitar se queremos experiência e nós nunca trabalhámos?”

Apesar de as atuais gerações terem mais qualificações do que as anteriores, o que é facto é que, nem sempre tal se reflete numa satisfatória inserção no mercado de trabalho. Com efeito, mais de metade dos/as jovens inquiridos/as que trabalham sentem-se insatisfeitos/as com o trabalho que realizam e cerca de 1/4 acham que têm qualificações superiores às exigências que lhes são feitas em contexto laboral, encontrando-se, pois, numa situação em que as suas competências estão desaproveitadas.

Ter um emprego com uma remuneração que permita um nível de vida satisfatório e ter um emprego que garanta uma satisfação pessoal, são as duas principais ambições expressas pelos/as jovens inquiridos no que diz respeito ao seu futuro profissional.

13.3. Que autonomia sem acesso à habitação?

Para 96% das pessoas jovens inquiridas ter acesso a uma habitação é um “empreendimento” difícil ou mesmo muito difícil, levando algumas a afirmar que *“a habitação é o grande problema da nova geração.”* Os preços elevados (90,5%) e a situação precária de emprego (63,9%) que, em geral, os/as jovens se encontram são as razões mais evocadas para explicar tal dificuldade.

Ora, esta é uma questão com maiores implicações no processo de autonomização dos/as mais jovens. No contexto do estudo sobre a juventude do concelho de Matosinhos, apenas 17,8% dos/as jovens referem viver na sua própria casa; 80% ainda vivem em casa da família de origem sendo que são mais os rapazes que aí permanecem (82,9% face a 79,4% das raparigas), o que se constitui como um indicador de uma maior dependência dos rapazes.

13.4. Participação e consumos culturais

A construção de uma cidadania ativa durante a juventude, pode fazer-se através da promoção da participação das pessoas jovens em projetos de âmbito social ou político. Neste sentido, uma das questões contempladas no questionário aplicado a jovens de Matosinhos foi o seu envolvimento no voluntariado local. Os dados recolhidos, revelam que um pouco mais de metade dos/as jovens (52,7%) não realiza este tipo de atividades. No entanto, não é de desvalorizar que quase 40% estão envolvidos/as em atividades de voluntariado, sendo que entre estes/as: 28,3% fazem-no ‘pelo menos uma vez por semana’; 26,2% ‘pelo menos uma vez por mês’ e 37,4%, ‘uma a duas vezes por ano’.

Outra forma de participação cívica é o envolvimento no movimento associativo juvenil. Também aqui, perto de 80% dos/as jovens assume que não integra grupos de jovens ou associações sejam elas associações de estudantes, de jovens, desportivas, recreativas ou outras.

Quer os rapazes, quer as raparigas (74,2% e 73,5%, respetivamente) participam maioritariamente enquanto sócios/as.

Entre a população inquirida, a pertença associativa faz-se, sobretudo, através de agrupamentos de escuteiros (33,7%) e de associações de estudantes (20,2%).

A Câmara Municipal de Matosinhos, através das suas Casas de Juventude, proporciona aos/às jovens do concelho um conjunto de serviços. No entanto, o acesso a tais serviços depende, em boa medida, do conhecimento que os/as jovens têm dos mesmos. Ora, verifica-se que cerca de 58% dos/as jovens

inquiridos/as não conhecem as Casas da Juventude, o que significa que, conseqüentemente, não acedem aos recursos que aí estão disponíveis.

Por outro lado, os equipamentos culturais e desportivos do concelho não são frequentados por uma boa parte dos/as jovens: 49% nunca frequentou a biblioteca; 48% nunca frequentou as piscinas e outros equipamentos desportivos; 77% nunca frequentou a Casa da Arquitetura; 73% nunca entrou no Teatro Constantino Nery.

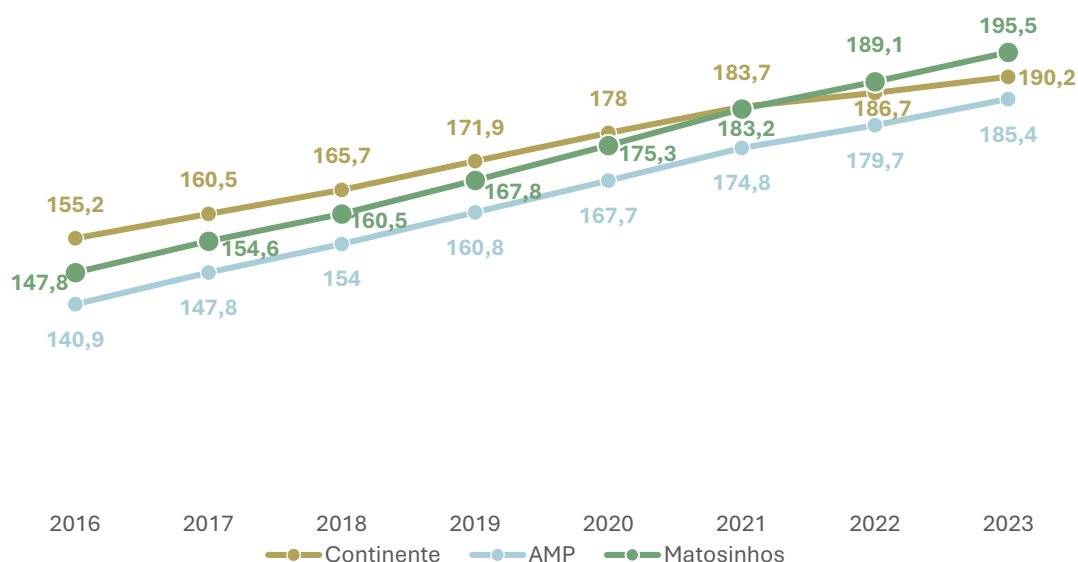
14. Envelhecer em Matosinhos

O envelhecimento populacional tem sido, sem dúvida, uma das transformações sociais das sociedades ocidentais, com implicações transversais em diferentes setores.

Em 2023, Portugal apresenta o 2º índice de envelhecimento mais elevado da União Europeia a 27 – 188,1 pessoas idosas por cada 100 jovens.⁷⁵ No início do século este indicador assumia o valor de 100,6, mas se recuarmos até 1960, o índice apresentava um panorama inverso, ou seja, muito menos idosos por cada 100 jovens: 27,3.

Em Matosinhos o processo de envelhecimento tem vindo também a acontecer, seguindo-se as tendências gerais de evolução da população. Em 2016 o concelho apresentava um índice de envelhecimento mais elevado do que o da AMP (147,8), mas mais baixo do que o do Continente. No entanto, a partir de 2021 o índice de envelhecimento surge mais elevado do que o apresentado pelos dois territórios de referência, e o concelho assume a oitava posição entre os mais envelhecidos da AMP.

Figura 109 | Índice de envelhecimento no concelho de Matosinhos, AMP e Continente | 2016-2023

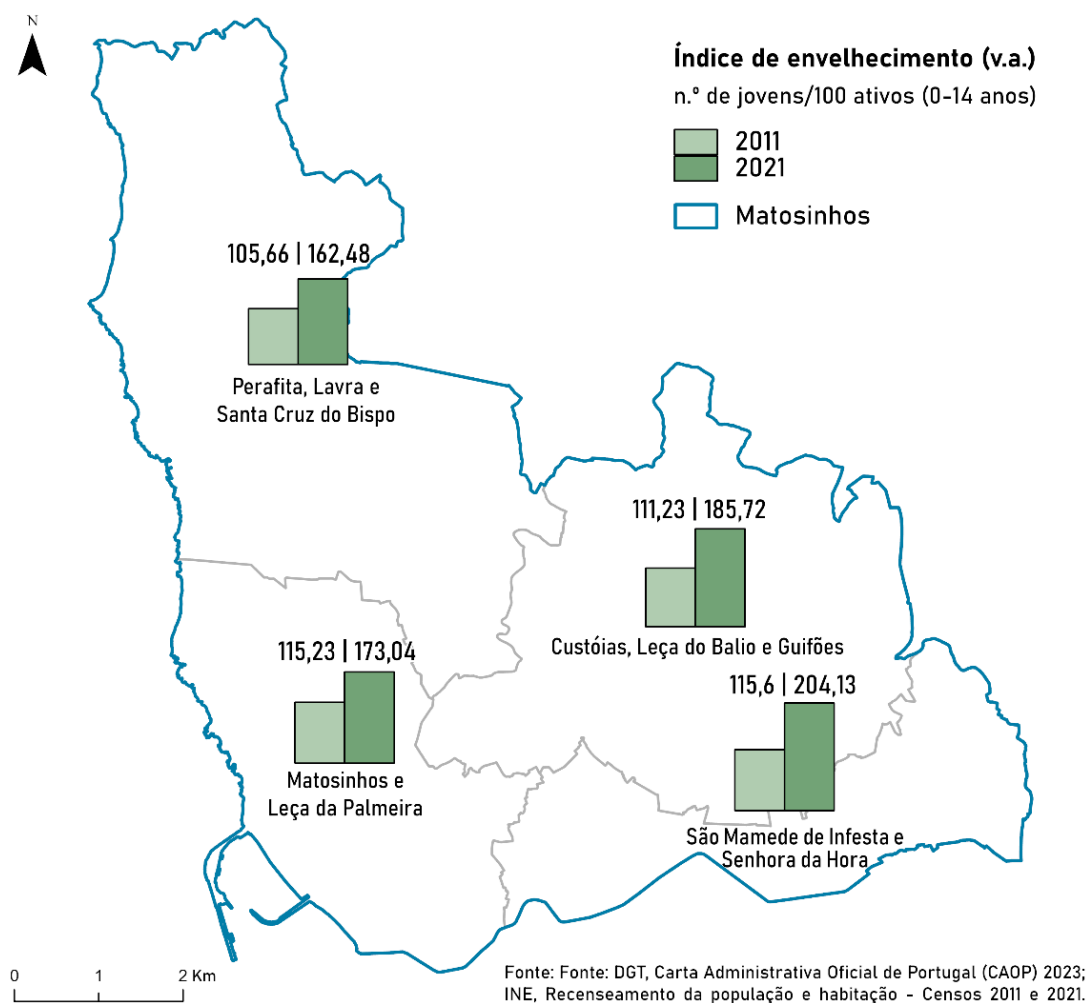


Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização: 2024-06-18

⁷⁵ Fonte: INE. Para o mesmo ano o Eurostat apresenta um índice um pouco mais baixo (186,9), mantendo-se a posição relativa.

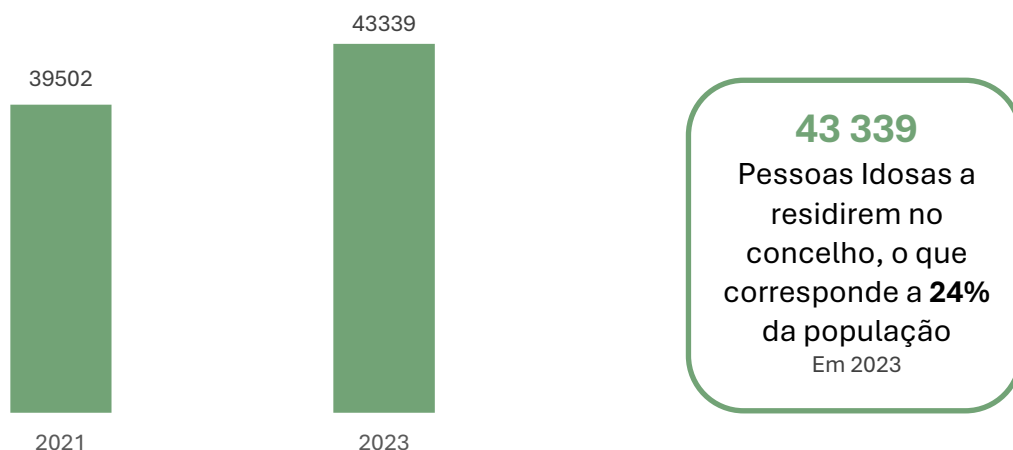
Internamente, o concelho apresenta algumas assimetrias a esse nível. Entre 2016 e 2023 foi a União de Freguesias de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora seguida da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, as que envelheceram a um ritmo mais acentuado, sendo também elas que apresentam, no último ano, índices de envelhecimento mais elevados, tal como se pode verificar na figura em baixo.

Figura 110 | Índice de envelhecimento no concelho de Matosinhos, por união de freguesias (v.a.) | 2016-2023



Segundo os Censos de 2021 residiam no concelho de Matosinhos 39 502 pessoas com 65 e mais anos, o que correspondia a 23% da população residente. Em 2023, segundo as estatísticas demográficas a população idosa a residir no concelho é já de 43 339.

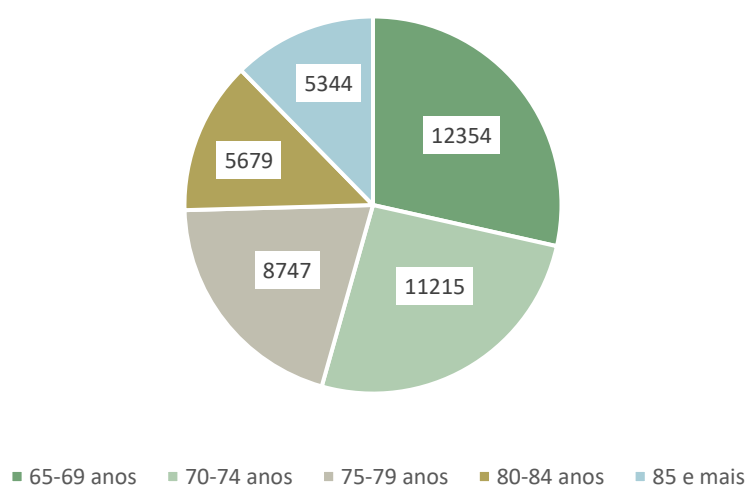
Figura 111 | População residente no concelho com 65 e mais anos | 2021 e 2023



Fontes: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tomando a informação mais recente, referente a 2023, que, de acordo com as estimativas anuais da população, aponta para 43 339 pessoas a residirem no concelho de Matosinhos, verifica-se que a maior parte se enquadra nos dois grupos de idade compreendidos entre os 65 anos e os 74 anos, tal como se pode ver na figura em baixo. Note-se, porém, que as pessoas com 85 e mais, segundo aquela mesma fonte de informação, são 5 344 (12,3% da população idosa). Ora, comparando com os dados dos Censos de 2021, este número corresponde a um acréscimo de 607 pessoas muito idosas que, então, representavam 11,9% do total de quem tinha 65 anos e mais.

Figura 112 | População residente no concelho com 65 e mais anos, por grupos de idade (v.a) | 2023

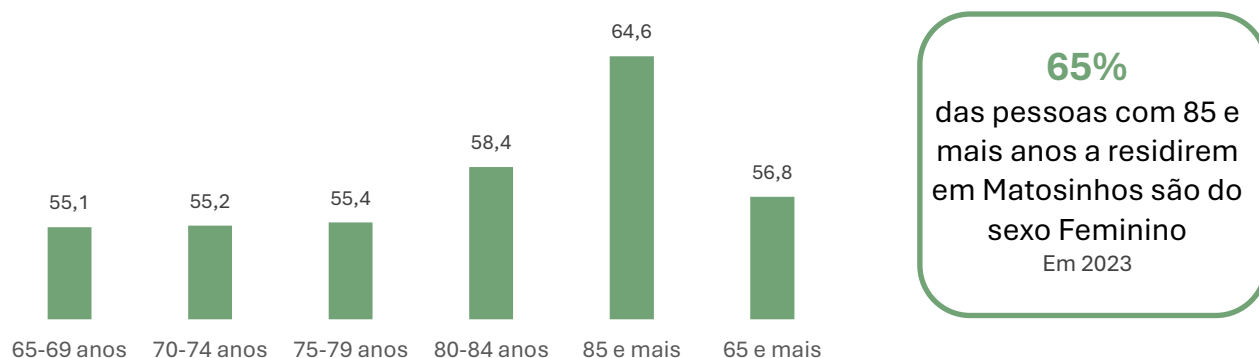


Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização: 2024-06-18

14.1.Feminização do envelhecimento

Como consequência de uma maior esperança de vida para as mulheres - 83,52 anos face a 78,05 anos, para os homens, no triénio 2020/2022⁷⁶ - as mulheres encontram-se em maioria entre a população idosa. Em 2023, há mais 5 887 mulheres idosas do que homens idosos, aumentando a sua presença à medida que a idade avança. Com efeito, se as mulheres representam 56% do total de população idosa, elas são cerca de 65% das que têm 85 e mais anos.

Figura 113 | População residente do sexo feminino no concelho com 65 e mais anos, por grupos de idade (v.a.) | 2023



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente. Última atualização: 2024-06-18

Voltando aos Censos de 2021, para uma análise mais detalhada por União de Freguesia verifica-se que, em conformidade com o índice de envelhecimento, anteriormente analisado, é a União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (11 762), bem como a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira (11 156), que regista um número mais elevado de pessoas com 65 e mais anos e, em particular, com 85 e mais: 1 414 e 1 372, respetivamente. Segue-se a União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões com um total de 10 148 pessoas com mais de 64 anos e 1 212 com mais de 84 anos.

Tabela 29 | Pessoas com 65 e mais anos no concelho de Matosinhos, por união de freguesias (v.a.) | 2021

União de Freguesias	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos
Concelho de Matosinhos	11 744	10 366	7 555	5 110	3 069	1 658
U.F. de Custóias, Leça do Balio e Guifões	2 996	2 670	1 958	1 312	793	419
U.F. de Matosinhos e Leça da Palmeira	3 240	2 900	2 224	1 420	887	485
U.F. de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	1 975	1 641	1 198	893	472	257
U.F. de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	3 533	3 155	2 175	1 485	917	497

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

⁷⁶ INE, 2023. *Estatísticas Demográficas 2022*. Destaque. Disponível em: [16Est.Demográficas_2022 \(4\).pdf](#)

14.2.Viver só

Uma das questões mais (mediaticamente) associadas ao envelhecimento é, sem dúvida, a solidão. A solidão pode ser percecionada pelas pessoas idosas na comparação entre uma vida em idade ativa com as experiências após a passagem à reforma e/ou quebra de autonomia física. Com o envelhecimento surge, com frequência, uma maior restrição das relações sociais seja, uma vez mais, por perda de autonomia, seja pela morte de pessoas próximas. O sentimento de solidão não está necessariamente associado à condição de viver só. Há mesmo autoras que defendem que viver só não é sinónimo de ausência ou rotura de laços sociais e de isolamento face aos grupos de pertença, mas sim uma opção e estilo de vida.⁷⁷

Com efeito, viver só deve ser uma opção respeitada, pois pode permitir a preservação de laços de sociabilidade existente, garantindo independência, autonomia e controlo sobre o próprio espaço e a própria vida.

Por outro lado, os sentimentos de solidão são transversais a diferentes idades (encontrando-se entre as pessoas mais jovens e sendo fator do suicídio juvenil)⁷⁸ e não acontecem só em casos de vivências isoladas, mas também no seio das próprias famílias e em instituições.

No entanto, não é de descurar que, não sendo sinónimos, o viver só e, sobretudo, estar numa situação de isolamento social, isto é, de quase ausência de contactos e relações sociais e afetivas, pode ser fator facilitador da emergência de sentimentos de solidão e, como tal, de problemas de saúde mental. Pode, ainda, ser fator outro tipo de risco em termos de segurança e de saúde física.

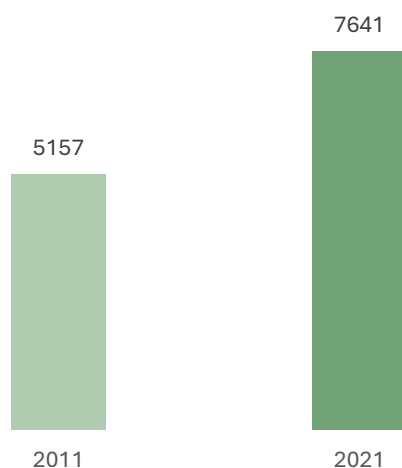
Em paralelo com o processo de envelhecimento, o número de pessoas idosas a viver sós tem aumentado em Matosinhos: de 5 157, em 2011, passa para 7 641, em 2021 (mais 2 484).

⁷⁷ Mauritti, R.(2011).Viver Só Mudança Social e Estilos de Vida. Lisboa: Editora Mundos Sociais CIES, ISCTE-JUL

⁷⁸ Numa entrevista ao jornal Expresso, em 2021, Ana Matos Pires, assessora do Programa Nacional para a Saúde Mental, com base em dados europeus de 2017 do Institute for Health Metrics & Evaluation.

Afirma que “uma em cada seis mortes de pessoas entre os dez e os 29 anos em Portugal é por suicídio”, sendo esta “a principal causa de morte junto de crianças e jovens adultos no país”. Disponível em: [“Suicídio é a principal causa de morte em crianças e jovens adultos em Portugal” - Expresso.](#)

Figura 114 | Pessoas idosas a viverem sós em Matosinhos (v.a.) | 2011 e 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021

Uma vez mais, em coerência com a distribuição do total de pessoas idosas pelas diferentes Uniões de Freguesia do concelho, são a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e a União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, as que apresentam o maior volume de situações de pessoas com 65 e mais anos a viverem sós.

Figura 115 | Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por uniões de freguesia (v.a.) | 2021

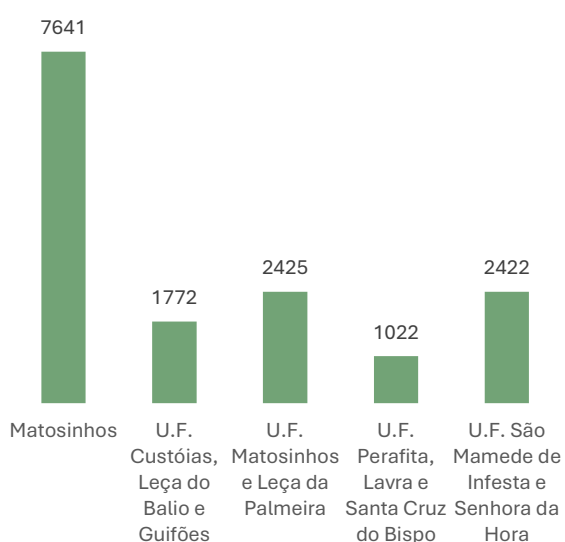
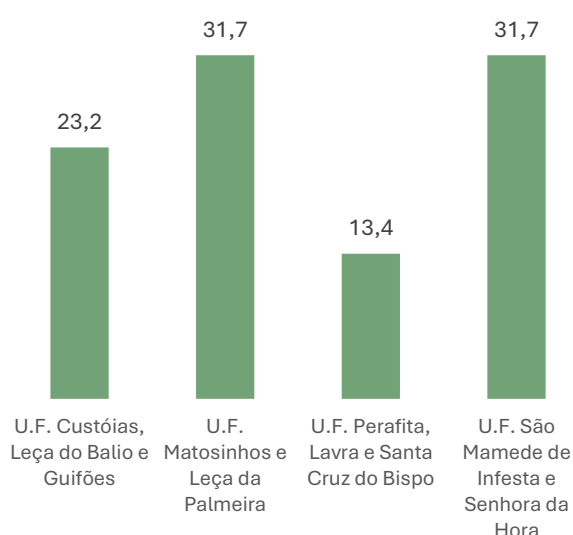


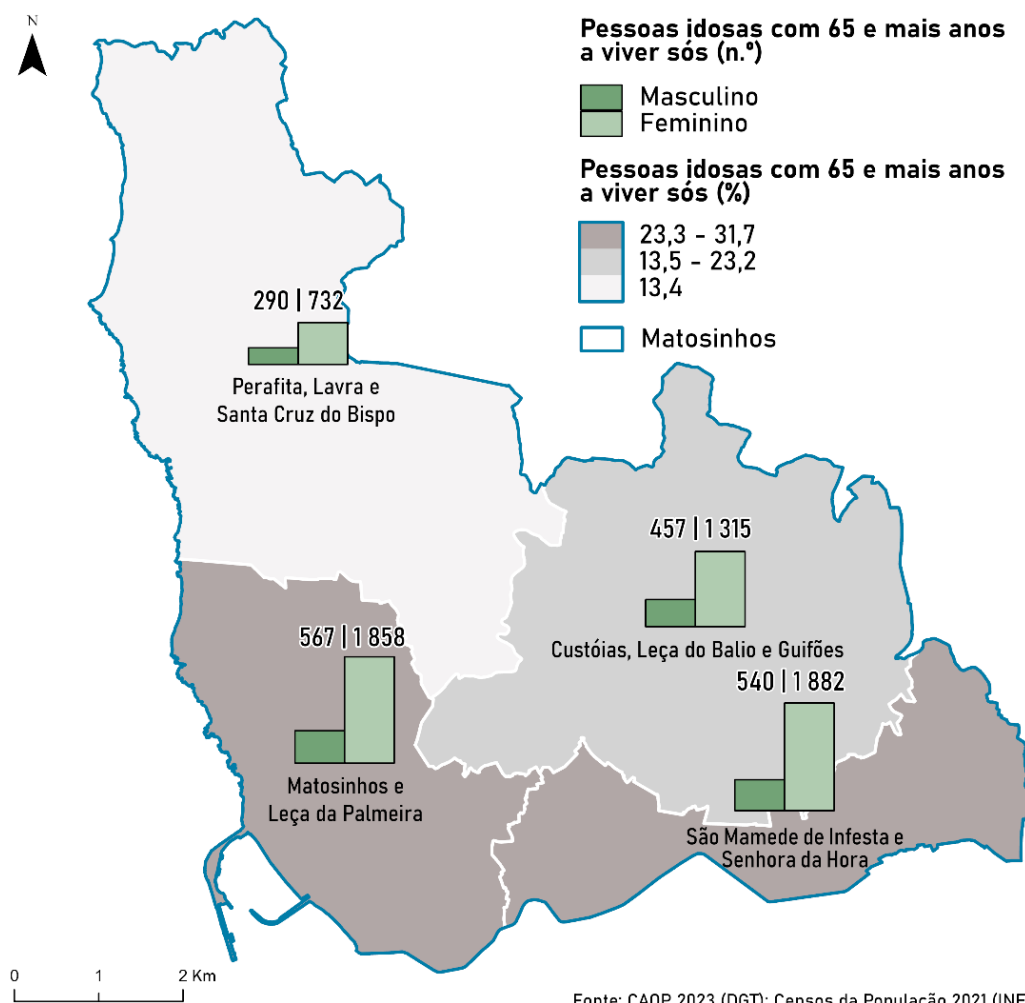
Figura 116 | Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por uniões de freguesia (%) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Complementarmente, o mapa em baixo dá conta de uma outra faceta da feminização do processo de envelhecimento, pois, em todos os territórios, o número de mulheres idosas que vivem sós,⁷⁹ é sempre muito maior do que o dos homens na mesma situação: 5 787 mulheres, face a 1 854 homens. Nas freguesias, o número mais elevado de mulheres idosas sós (1 858) regista-se na União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira.

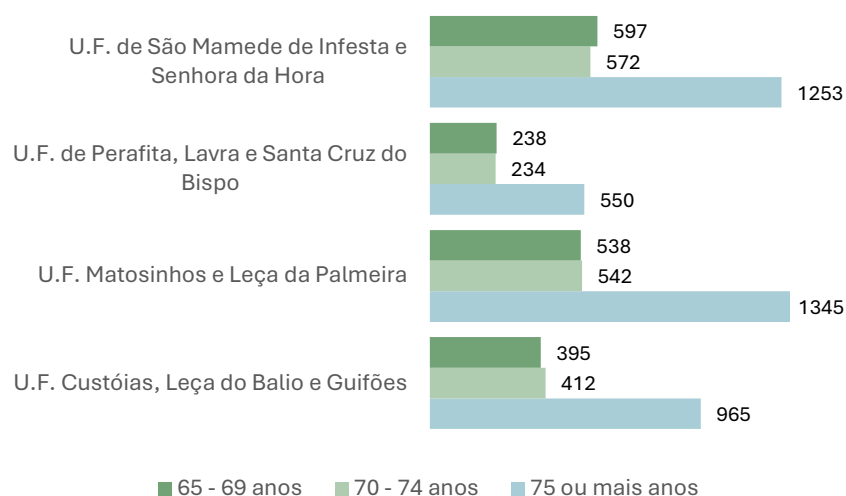
Figura 117 | Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por Uniões de Freguesia e sexo (v.a. e %) | 2021



Analisando de modo mais detalhado o grande grupo dos 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, verifica-se que o viver só, é uma realidade que acontece, sobretudo, a partir dos 75 anos, sendo esta a faixa etária prevalente em todas as Uniões de Freguesia. Em coerência com os dados anteriores são as União de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira e a União de Freguesia de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, as que maior número de pessoas com 75 e mais anos têm, a viverem sozinhas.

⁷⁹ Expresso através da barra azul.

Figura 118 | Pessoas idosas com 65 e mais anos a viver sós em Matosinhos, por grupos de idade e uniões de freguesia (v.a.) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

14.3. Aprendizagem ao longo da vida

No domínio da educação, é de notar que o grupo das pessoas com 65 e mais anos constitui o grupo com menos escolarização do concelho de Matosinhos: cerca de 56% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico; 10% não alcançou nenhum grau de ensino e as pessoas licenciadas ficam-se pelos cerca de 10%. Ainda entre as pessoas idosas, e ao contrário do que se verifica nas gerações mais novas, as mulheres são menos escolarizadas, aumentando para 13,4% as que não têm qualquer diploma escolar e para 58% as que se ficaram com os primeiros quatro anos de ensino.

Numa sociedade em que cada vez são maiores os apelos ao conhecimento, e em que as ferramentas digitais inundam as nossas vidas, ter menos escolaridade é, certamente, um obstáculo ao uso de tais recursos e a uma plena inserção.

Neste contexto, e desde que haja oferta, muitas pessoas mais velhas tendem a ocupar o seu tempo com aprendizagens mais ou menos formais. As chamadas academias séniores ou universidades da terceira idade podem desempenhar um papel muito importante na capacitação de quem, noutras fases da vida, não teve oportunidade de ir mais além no seu processo de escolarização, promovendo a aquisição e/ou a renovação de conhecimentos. Como têm um papel fundamental na promoção de um envelhecimento ativo e saudável “definido como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, que contribui para o bem-estar das pessoas idosas, sendo a capacidade funcional o resultado da interação das capacidades intrínsecas da

pessoa (físicas e mentais) com o meio' (World Health Organization, 2015 cit em Estratégia Nacional Para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025).

No concelho de Matosinhos existem quatro universidades sénior: Ser +; Rotary de Matosinhos, Florbela Espanca e Flor de Infesta. No total estas entidades abrangem cerca de 500 pessoas.

Com um carácter mais informal surgem algumas iniciativas que, como é o caso do projeto + Literacia, pretendem promover as literacias básicas: leitura e escrita, cálculo matemático, conhecimento do mundo, competências tecnológicas e desenvolvimento sociocognitivo. Até 2021 este projeto de educação e formação tinha envolvido 386 pessoas adultas (215 do sexo feminino e 171 do sexo masculino).

Outras iniciativas em curso investem no desenvolvimento das competências digitais entre as pessoas mais velhas:

- Academia + Literacia. Da responsabilidade da ADEIMA, neste projeto, o desenvolvimento de competências digitais faz-se a par de sessões de expressão motora, expressão dramática, expressão plástica e expressão musical.

- Mentores Digitais. Este projeto da Divisão de Desporto, Juventude e Voluntariado, implementa-se em parceria com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco, o Lar de Santana, a Associação Vidas e Partilha, a Universidade Sénior Florbela Espanca, e o CATI - Centro de Apoio à Terceira Idade. Partindo-se de uma abordagem intergeracional têm sido organizadas sessões que apostam na capacitação e inclusão digital das pessoas séniores e/ou infoexcluídas. Com estas sessões de trabalho já foram abrangidas 26 pessoas idosas apoiadas por 22 jovens mentores/as.

- Espaços Digitais nos territórios de Custóias, Guifões e Leça do Balio. Nestes espaços são desenvolvidos cursos de formação intitulados "Informática para a Vida", com o propósito de oferecer acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação. Esta iniciativa é particularmente direcionada para cidadãos e cidadãs com conhecimentos limitados e/ou inexistentes em TICs, provenientes de meios sociais economicamente menos favorecidos, com especial atenção para as pessoas com 65 anos ou mais.

A avaliação realizada no âmbito da Rede Social, durante o ano de 2024, permitiu verificar a satisfação que este tipo de iniciativas significa para pessoas que nelas participam, quer em termos da manutenção / renovação das redes sociais, na valorização pessoal e, conseqüentemente, na manutenção da sua saúde física e mental. "Quero continuar a ser nova, pelo menos aqui dentro" é uma das frases verbalizada por uma das participantes que ilustra bem os efeitos de tais atividades.

14.4. Proteção social no envelhecimento

A nível nacional, no ano de 2023, a população com 65 ou mais anos apresentava uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 20,2% (apenas 0,1 p.p. acima da média nacional de 20,1%).

Contudo, se considerarmos a população com 75 ou mais anos, a situação agrava-se, passando aquela taxa para 21,6%.

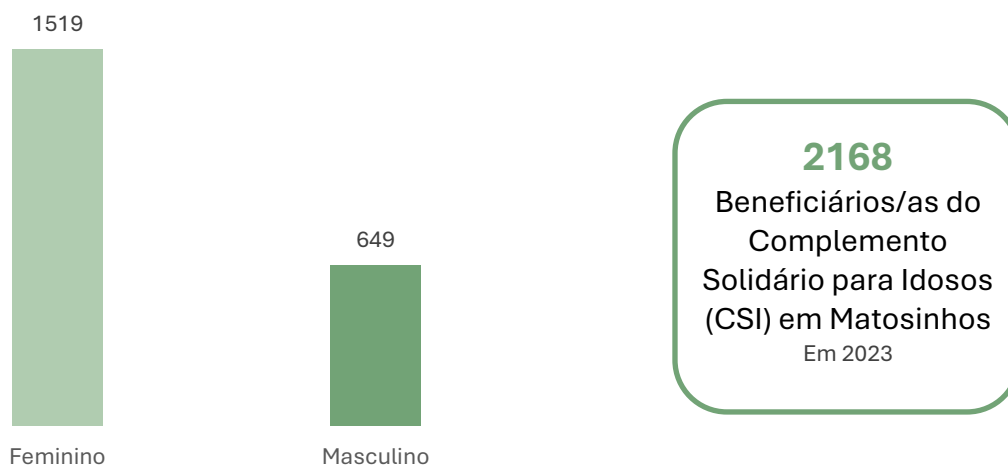
Por outro lado, e olhando numa perspetiva de género, é ainda mais grave a situação das mulheres. Com efeito, se considerarmos o grupo mais lato dos 65 anos e mais, a taxa de risco de pobreza aumenta para 22,4%; se tomarmos a população feminina com 75 e mais a taxa é de 24,3%.

Se pensarmos que as mulheres são quem auferem as pensões mais baixas, não será demasiado especulativo depreender que as mulheres idosas, são das que mais terão visto, a sua situação de maior vulnerabilidade agravada. Naturalmente que as transferências sociais relativas a pensões desempenham um papel importante na redução do risco de pobreza: ‘os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2022 para um decréscimo de 20,6 p.p. no risco de pobreza, resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 21,2%.’ (INE, 2023).

Uma das prestações sociais, que contribuiu para elevar o rendimento médio das pessoas idosas com rendimentos mais baixos, foi o Complemento Solidário para Idosos (CSI), medida criada especificamente para reduzir a intensidade e a severidade da pobreza entre as pessoas mais velhas que auferiam as pensões mais baixas do sistema de pensões.

Em 2023, eram beneficiárias do CSI, em Matosinhos, 2 168 pessoas, o que correspondia a cerca de 5% do total de residentes com 65 e mais anos. Entre as pessoas beneficiárias 70% são do sexo feminino.

Figura 119 | Beneficiárias/os do Complemento Solidário de Idosos (CSI) no concelho de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2023



Fontes: ISS - IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI)

As Uniões de Freguesia com maior número de pessoas beneficiárias são: Matosinhos e Leça da Palmeira (605); São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (586), ao que não é alheio o facto de estas serem também as Uniões com maior número de pessoas idosas.

Tabela 30 | Beneficiárias/os do complemento solidário para idosos (CSI) em Matosinhos, por sexo e União de Freguesias (v.a.) | 2023

União de freguesias de residência	Feminino	Masculino	Total
U.F. Custeias, Leça do Balio e Guifões	388	160	548
U.F. Matosinhos e Leça da Palmeira	445	160	605
U.F. Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	285	144	429
U.F. São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	401	185	586
Total	1 519	649	2 168

Fontes: ISS - IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI)

No entanto, quando se considera a importância relativa de pessoas idosas beneficiárias de CSI, no total de residentes com 65 e mais anos, é a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo que apresenta uma maior percentagem (6,7%) o que pode ser um indicador de maiores carências económicas da população desta união de freguesias. Ao contrário, a União de Freguesias de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora é a que tem uma menor percentagem.

Dando conta da maior fragilidade económica das mulheres idosas, os valores pagos pela prestação CSI, na medida em que estão precisamente ancorados aos rendimentos disponíveis, são mais elevados no caso das mulheres (mais 27€)

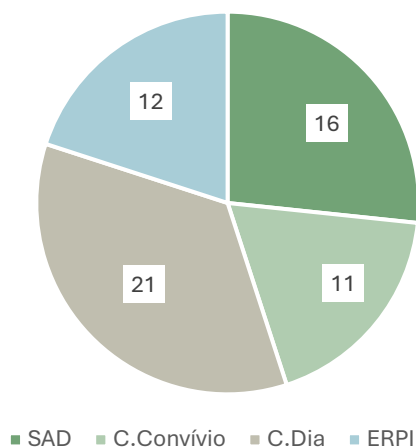
Tabela 31 | Valor médio mensal do Complemento Solidário para Idosos, no concelho de Matosinhos, por sexo (€) | 2023

Sexo	Valor médio (€)
Feminino	133
Masculino	106
Total	125

Fontes: ISS - IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/CSI)

Em termos das respostas sociais dirigidas à população idosa, existem 23 Instituições Particulares de Solidariedade Social, com intervenção na área do envelhecimento, no concelho de Matosinhos. Estas instituições são responsáveis por 60 respostas com a distribuição, tal como se pode ver na figura seguinte: Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) 16; Centro de Convívio (11); Centro de Dia (21) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) 12.

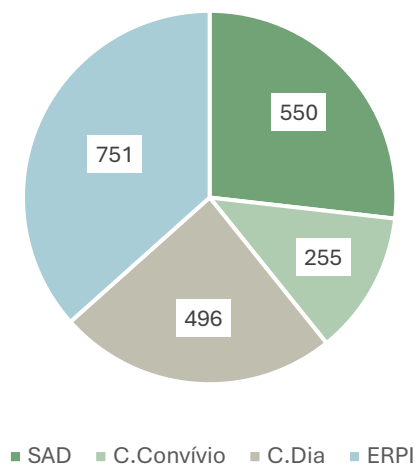
Figura 120 | Respostas do Setor Social na Área do Envelhecimento, por tipo de Resposta (v.a.) | 2023



Fonte: CM Matosinhos

Estas respostas, têm capacidade para um total de 2 927 pessoas, havendo, porém, um menor número de utentes que as utilizam: 2 052. Tal como se pode ver em baixo a maior parte das pessoas utentes enquadra-se nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (751), havendo um número inferior a recorrer ao SAD (550).

Figura 121 | Número de utentes das Respostas do Setor Social na área do envelhecimento, por tipo de Resposta (v.a.) | 2023



Fonte: CM Matosinhos

Se tivermos em conta, não o número de pessoas que frequentam ou beneficiam de cada resposta, mas a capacidade de cada uma, verifica-se que é também ao nível das ERPI que existe a maior capacidade de oferta. Na relação entre número de utentes e capacidade instalada das instituições percebe-se que em todas as respostas tal capacidade não fica esgotada.

Tabela 32 | Número de utentes das respostas do setor social na área do envelhecimento, por tipo de resposta, capacidade e ocupação (v.a.%) | 2023

Tipo de resposta	Capacidade	Utentes	% de ocupação
SAD	836	550	65,8
Centro de Convívio	438	255	58,2
Centro de Dia	686	496	72,3
ERPI	967	751	77,7

Fonte: CM Matosinhos

A estas respostas sociais colocam-se hoje, um conjunto de diferentes desafios por relação a um passado próximo, alguns dos quais importará enunciar.

Apesar de as pessoas idosas serem o grupo de população com mais baixos níveis de instrução, elas são mais escolarizadas do que em gerações anteriores e está a envelhecer uma camada populacional com maiores níveis de qualificação, colocando novas exigências aos serviços, não só em termos de qualidade da prestação de cuidados, mas também ao nível do tipo e da diversidade de atividades realizadas.

Por outro lado, na conjugação de dois fenómenos – maior esperança média de vida; melhores cuidados de saúde – vivemos mais tempo, mas os tempos de fim de vida podem ser vividos em maior dependência. Tal significa que, tal como já se está a verificar, muitas das pessoas utentes das respostas referidas, não só ERPI e SAD, mas também Centro de Dia, vai tendencialmente ser uma população fisicamente mais dependente, acumulando, em alguns casos, problemas do foro mental. Este facto implica maior capacitação do pessoal técnico e não técnico, maior articulação interinstitucional, em particular com a área da saúde, mais exigência do ponto de vista das condições físicas das instalações.

Fora do âmbito destas respostas estão os cuidados prestados em casa, no seio da família. Com o processo de envelhecimento o que se encontra é, muitas vezes, “pessoas idosas que cuidam de outras pessoas idosas” (sendo cônjuges ou mesmo filhos/as) as quais precisam de ser apoiadas não apenas no âmbito do SAD, mas até de outro tipo de respostas.

Em Matosinhos, o Programa Municipal “Matosinhos a Cuidar” é um exemplo da capacidade local de criação de novas respostas mais adaptadas à realidade. Este Programa compreende um conjunto de ações destinadas a apoiar pessoas cuidadoras informais, que cuidam na família, para – sem as substituir – lhes criar condições para manterem a sua função, designadamente aliviando a sua carga e dotando-as de competências adicionais para as suas atribuições.

Na sequência do processo de avaliação das iniciativas da Rede Social, os benefícios para as/os cuidadores informais foram claros, tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista mental / emocional: “*Até passei a fazer piscina!*” – exclamou uma das cuidadoras apoiadas.

A isto acresce uma sociedade em processo de diversificação cultural. Registe-se que, de acordo com os Censos de 2021, entre as pessoas residentes no concelho de nacionalidade estrangeira, 263 tinham 65 e

mais anos. Tendo como referência o padrão migratório de outras zonas do país, estas pessoas estrangeiras mais velhas, tenderão a ter maior capacidade económica e serão maioritariamente oriundas de países da europa (ou do Brasil). De qualquer modo, estas poderão ser pessoas a necessitar de apoio no futuro, para quem a comunicação numa outra língua, que não o português, poderá ser uma necessidade. Note-se, ainda, a este propósito que cerca de 5% das pessoas imigrantes que se deslocaram, em 2023, ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (o que corresponde a 14 pessoas) tinham mais de 64 anos.

Finalmente, importará não ignorar que a área da prestação de cuidados a pessoas idosas, é uma área pouco atrativa, levando a uma escassez de recursos nesta área.

15.As pessoas em situação de sem-abrigo

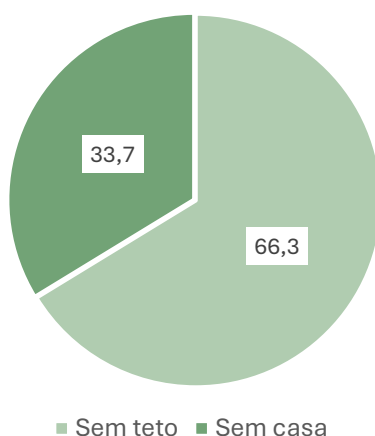
A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA) proporcionou a harmonização de conceitos. Em primeiro lugar alterou a designação de “sem-abrigo” para “pessoas em situação de sem-abrigo” reforçando a noção que o não ter abrigo não é uma característica pessoal, mas sim uma condição a que algumas pessoas foram remetidas em certas fases das suas vidas e que, como tal, pode ser revertida, tornando-se transitória.

Por outro lado, introduziu uma distinção nas situações considerando sem teto quem vive em espaços públicos (jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros); em abrigos de emergência; em locais precários ainda que privados como sejam os vãos de escadas, carros, entradas de prédios, etc.

Integram, ainda, as pessoas em situação de sem-abrigo quem está numa situação sem casa, vivendo em alojamento temporário tais como pensões ou outros equipamentos que permitem o alojamento de pessoas adultas em situação de carência por tempo limitado.

Tomando como referência o último ano com informação disponível, a maioria das situações correspondem a pessoas sem teto.

Figura 122 | Pessoas em situação de sem-abrigo, segundo a condição no concelho de Matosinhos (%) | 2022



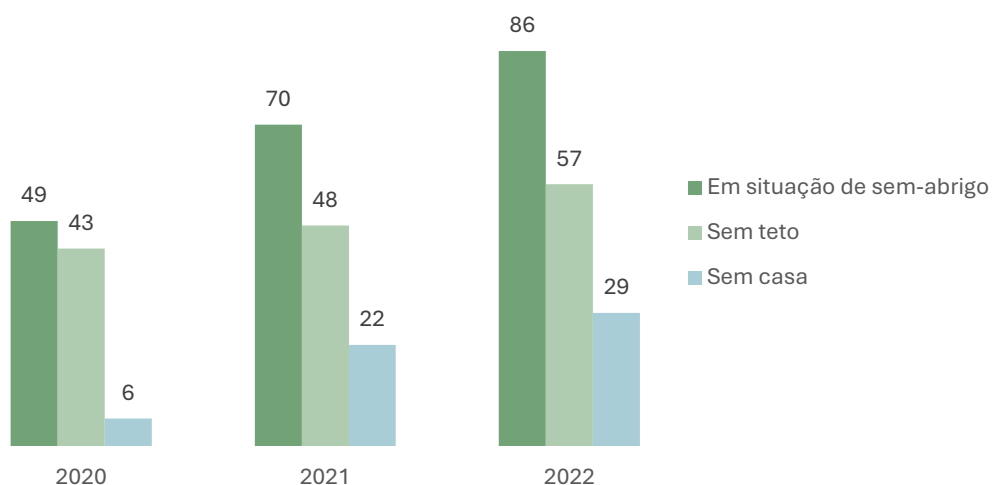
Fonte: CM Matosinhos

Em Matosinhos, o número de pessoas em situação de sem-abrigo aumentou nos últimos três anos, tendo passado de 49, em 2020, para 86, em 2022 (mais 37).

O número de pessoas sem teto aumentou um pouco mais entre 2021 e 2022 - mais 9 casos; no período anterior o aumento foi de mais 5 situações. Mas o grande aumento situa-se nas pessoas sem casa entre 2020 e 2021 (mais 16 situações).

A pandemia e a quebra de rendimentos em algumas famílias devida à perda de trabalho, ou a dificuldades acrescidas de encontrar (novo) emprego, ao que se pode somar, o aumento exponencial do custo de vida e, em particular, dos custos com a habitação, podem explicar o crescimento de tais situações.

Figura 123 | Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2020 - 2022



Fonte: CM Matosinhos

Tendo em conta que, em 2021, a informação da ENIPSSA⁸⁰ identificou 1 995 pessoas em situação de sem-abrigo na região Norte, Matosinhos representou, então, 3,5% do fenómeno existente na região.⁸¹ Considerando que a população residente no concelho constituiu, em 2021, 4,8% do total de residentes na Região Norte, pode dizer-se que o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo está sub-representado no concelho.

Tomando as pessoas sem teto:

- A maior parte é do sexo masculino (48 pessoas, o que corresponde a 84%). A preponderância do sexo masculino é uma característica transversal a todas as regiões do país, sendo que os dados da ENIPSSA apontam, a nível nacional para uma maior presença relativa de mulheres, do que a que se verifica no concelho, onde 9 mulheres representam 16%. A nível nacional esta percentagem duplica.

Quatro destas pessoas têm um salário, ainda que duas façam trabalhos de carácter ocasional; existe uma situação de desemprego apoiada com o respetivo subsídio. Cerca de metade (29 pessoas) recebem Rendimento Social de Inserção e 13 têm pensões de reforma, ou outras prestações de carácter regular. A situação de 10 pessoas é desconhecida.

A grande maioria destas pessoas são portuguesas (50). Entre as sete pessoas estrangeiras duas têm nacionalidades de países da União Europeia.

No seguimento da intervenção realizada junto destas pessoas, 15 deixaram de estar numa situação de sem teto pois passaram a ter uma habitação de carácter permanente.

Note-se que, em 2023, estavam já criadas 5 habitações partilhadas destinadas a pessoas em situação de sem teto e em processo de autonomização.

Em relação às pessoas sem casa, o perfil é muito semelhante:

- Também aqui se destacam as pessoas do sexo masculino (90%), o que uma vez mais corresponde ao perfil a nível nacional.

- 24 pessoas são apoiadas pelo Rendimento Social de Inserção; 4 têm rendimentos do trabalho, e em relação a uma pessoa, é desconhecida a fonte de rendimento.

- 27 pessoas, entre as 29 identificadas, são portuguesas. As restantes, são de país de língua oficial portuguesa.

- Em termos de alojamento, sete pessoas residem em centros de alojamento temporário; 11 em alojamentos específicos para estas situações; as restantes 11 moram em quartos alugados com o apoio do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Matosinhos.

15
Pessoas em situação
de sem teto
passaram a ter uma
habitação
permanente
Em 2022

⁸⁰ ENIPSSA, 2021. Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo- Síntese de Resultados.

[983812db-ef1e-4238-96c8-2ef4f472e9f1](https://doi.org/10.26764/983812db-ef1e-4238-96c8-2ef4f472e9f1)

⁸¹ Considerando também os números de 2021.

16. Pessoas com deficiência(s) e incapacidade(s)

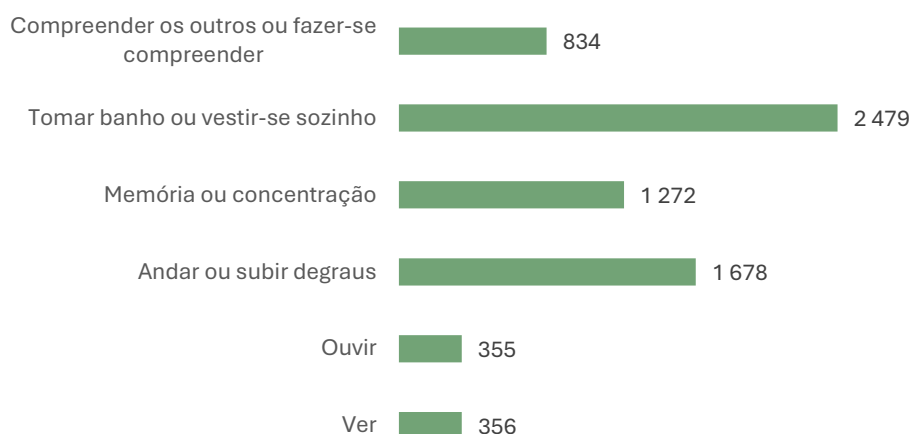
A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reconhece a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, pois estas continuam a deparar-se com barreiras à sua participação na vida em sociedade enquanto cidadãos de pleno direito como outras pessoas suas iguais.

É difícil saber quantas são as pessoas com deficiência a residirem no concelho de Matosinhos. Os dados mais recentes, provenientes dos Censos 2021 apresentam ainda mais limitações do que os Censos anteriores. Na medida em que se verificou uma alteração na metodologia de recolha de informação,⁸² por parte do INE, no que diz respeito à deficiência, fica prejudicada a comparação com os Censos de 2011 e faz variar os resultados obtidos quanto à dimensão da população com deficiência no país e, como tal, no concelho.

Considerando apenas as pessoas que afirmaram não conseguir executar as atividades identificadas no questionário,⁸³ verifica-se que a situação mais frequente se prende com a incapacidade para ser autónomo/a em atividades da vida diária, como seja o “tomar banho sozinho” - que atinge um máximo de 2 479 pessoas - e o “andar ou subir degraus” (1 678 pessoas).

Não conseguir ver afeta 356 pessoas, o que aponta para este número de pessoas cegas / invisuais; não conseguir ouvir atinge 355 pessoas, apontando-se para este número de pessoas surdas. A incapacidade de compreender os outros, ou de se fazer compreender, aspetos mais ligados às questões mentais e cognitivas, afetarão 834 pessoas.

Figura 124 | Pessoas com 5 ou mais anos que não consegue fazer as atividades identificadas (v.a.) | 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

⁸² Reduzindo o conjunto de opções de tornando as questões facultativas, quando no Censo anterior as mesmas tinham sido obrigatórias.

⁸³ Ver; Ouvir; Andar ou subir degraus; Memória ou concentração; Tomar banho e vestir-se sozinho/a; Compreender os outros ou fazer-se compreender.

Por outro lado, cabe dizer que, em 2023, havia 1 522 famílias a receber bonificação no abono de família, por deficiência e que 294 recebem subsídio por assistência à 3ª pessoa.

Independentemente dos números, sabe-se que ter uma deficiência significa, com frequência, ponto de vista de quem cuida:

- Uma responsabilidade acrescida para as mulheres, que se assumem como as grandes cuidadoras no seio dos agregados familiares. Para algumas delas a prestação de cuidados implicou desemprego e/ou divórcio, tornando-se ainda mais difícil a prestação de cuidados (e a qualidade dos mesmos). Para a grande maioria, o cuidado implica também desgaste físico e emocional continuando a ser escassas as respostas para o descanso das pessoas que cuidam. No contexto do concelho de Matosinhos já foi mencionado o projeto “Matosinhos a cuidar” que, apoia cerca de 50 famílias. Por outro lado, o campo de férias inclusivo “O Trevo”, ainda que abrangendo apenas 10 crianças, permite algum descanso no período das férias letivas.

– Um maior isolamento social. Algumas das famílias referem a sua luta solitária na prestação de cuidados.

- Uma grande preocupação com o futuro: “Quando eu morrer o que vai acontecer?”.

- Um encargo acrescido para as famílias em que as pessoas com deficiência se inserem.

Da perspetiva das próprias pessoas, ter uma deficiência significa enfrentar um conjunto de barreiras no dia-a-dia:

- Barreiras arquitetónicas que dificultam a mobilidade na cidade;

- Barreiras no acesso à habitação. Em 2023, 10% dos pedidos de habitação na MatosinhosHabit incluem pessoas com deficiência ou incapacidade

- Barreiras na integração no mercado de trabalho. Reconhecendo tais dificuldades a Loja de Emprego tem vindo a desenvolver o Projeto Inclusão que acompanha 131 pessoas com surdez, pessoas com deficiência mental ou com deficits cognitivos. Destas, 49 estão já integradas no mercado de emprego e afirmam a mais-valia da iniciativa, nomeadamente quando afirmam: “se não fosse a Loja de Emprego eu não tinha capacidade para arranjar emprego”.

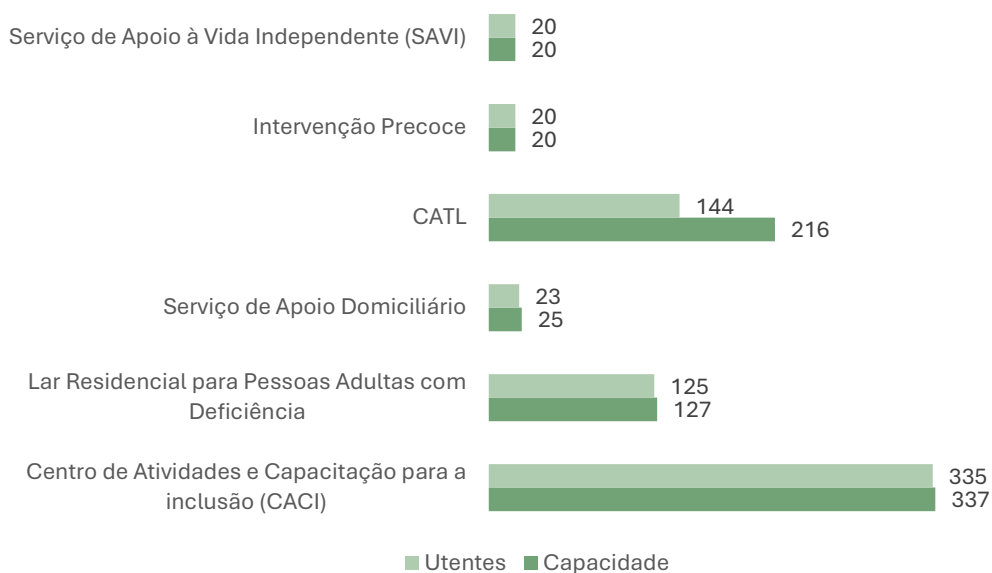
- Barreiras a uma vida sexual saudável. A vida sexual das pessoas com deficiência é, regra geral, uma questão tabu, oculta e silenciada, pois tanto cuidadoras/es formais como informais não tem a formação necessária para abordar e lidar com esta questão.

- Barreiras a uma vida com autonomia onde o direito à organização da vida pessoal, e a fazer as suas escolhas seja uma realidade. O Centro de Apoio à Vida Independente do Norte, com sede em Matosinhos, que abrange 20 pessoas.

Para além do Centro de Apoio à Vida Independente existem no concelho mais 6 IPSS que dispõem das respostas que se incluem no gráfico em baixo. No total existe capacidade para 745 pessoas sendo 667 o

número de utentes e, tal como se pode verificar, a resposta mais frequentada é a do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

Figura 125 | Capacidade das respostas na área da deficiência e número de pessoas utentes, por tipo de resposta | 2024



Fonte: CM Matosinhos

17. Pessoas imigrantes

Como se mencionou no capítulo 4, em 2023 residiam no concelho de Matosinhos, 10 338 pessoas com estatuto legal de residência: mais 8 322 do que em 2016, o que significa um aumento +274,4%.

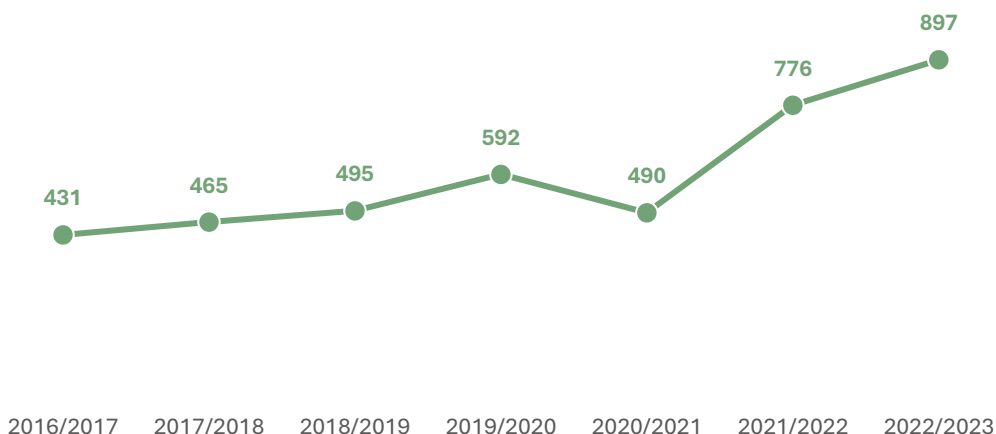
Também como já foi referido, a imigração no concelho foi sobretudo uma imigração feminina, mas nos últimos três anos tem-se verificado uma evolução no sentido de um maior equilíbrio entre a presença de mulheres e de homens. A nacionalidade brasileira é a principal entre os/as imigrantes.

17.1. Educação

Assim, para além dos 1 983 meninos e meninas de outras nacionalidades que frequentam as escolas do ensino básico e secundário do concelho, há a considerar nos estabelecimentos de ensino superior no concelho a presença de 879 alunos/as de nacionalidade estrangeira, alguns dos quais virão com o objetivo de prosseguir os estudos, em algumas situações, ao abrigo de acordos bilaterais específicos.

Tal como se pode ver na figura seguinte, este número corresponde a um aumento de mais 436 pessoas, por relação ao ano letivo 2016/2017 e seguindo a mesma linha de tendência a imigração no seu conjunto.

Figura 126 | Alunos/as com nacionalidade estrangeira inscritos/as nos estabelecimentos de ensino superior no concelho de Matosinhos (v.a.) | 2016/2017 - 2022/2023



Fonte: DGEEC/ME-MCTES, estatísticas: <https://www.dgeec.medu.pt/p/ensino-superior/bases-de-dados/>

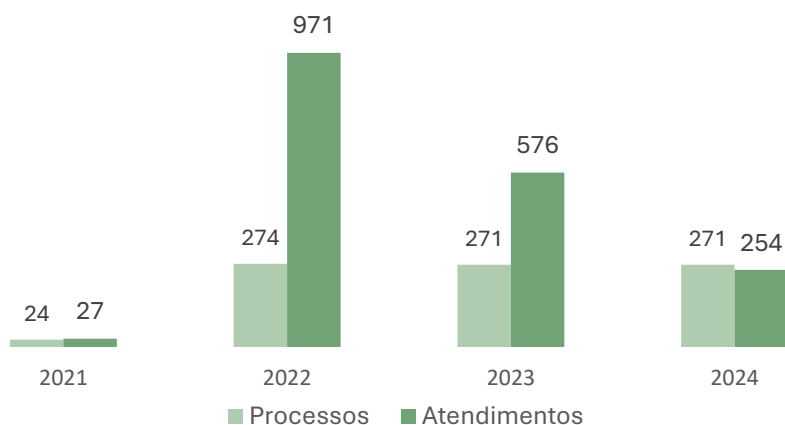
No último ano letivo considerado, os alunos/as estrangeiros/as no ensino superior em Matosinhos correspondiam a 14,2% do total de alunos/as matriculados, sendo a principal escola de frequência o Instituto Politécnico do Porto (ISCAP), com 722 alunos/as de nacionalidade estrangeira.

Ao contrário da imigração, em geral, esta continua a ser uma população mais feminizada, onde 59% são mulheres.

17.2. Regularização e apoio

O protocolo de criação do CLAIM de Matosinhos, entre a Câmara Municipal e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) foi celebrado a 25 de maio de 2021. Entre 2021 e junho de 2024, no CLAIM o número de processos tramitados foi de 772, perfazendo um total de 1 828 atendimentos.

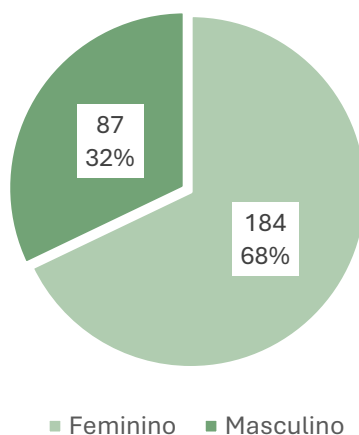
Figura 127 | Processos e atendimentos realizados a migrantes no CLAIM de Matosinhos (v.a.) | 2021 – junho de 2024



Fonte: C.M. Matosinhos - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM)

Fazendo uma breve caracterização das 271 pessoas titulares dos processos de 2023, sobressai a presença das mulheres. Com efeito, ao contrário do que tem sido a tendência dos movimentos migratórios mais recentes, as mulheres estão em muito maior percentagem, entre quem se dirige ao CLAIM de Matosinhos a solicitar apoio (68%).

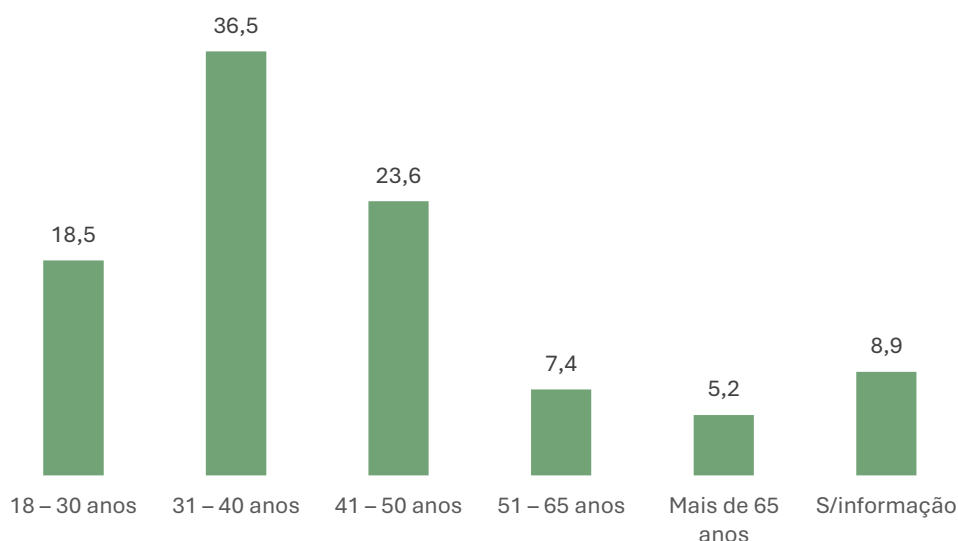
Figura 128 | Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por sexo (v.a.) | 2023



Fonte: C.M. Matosinhos - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM)

Quanto às idades, estas pessoas caracterizam-se por estarem, maioritariamente, em idade ativa e, uma boa parte delas no início da sua vida profissional.

Figura 129 | Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por grupos de idade (%) | 2023

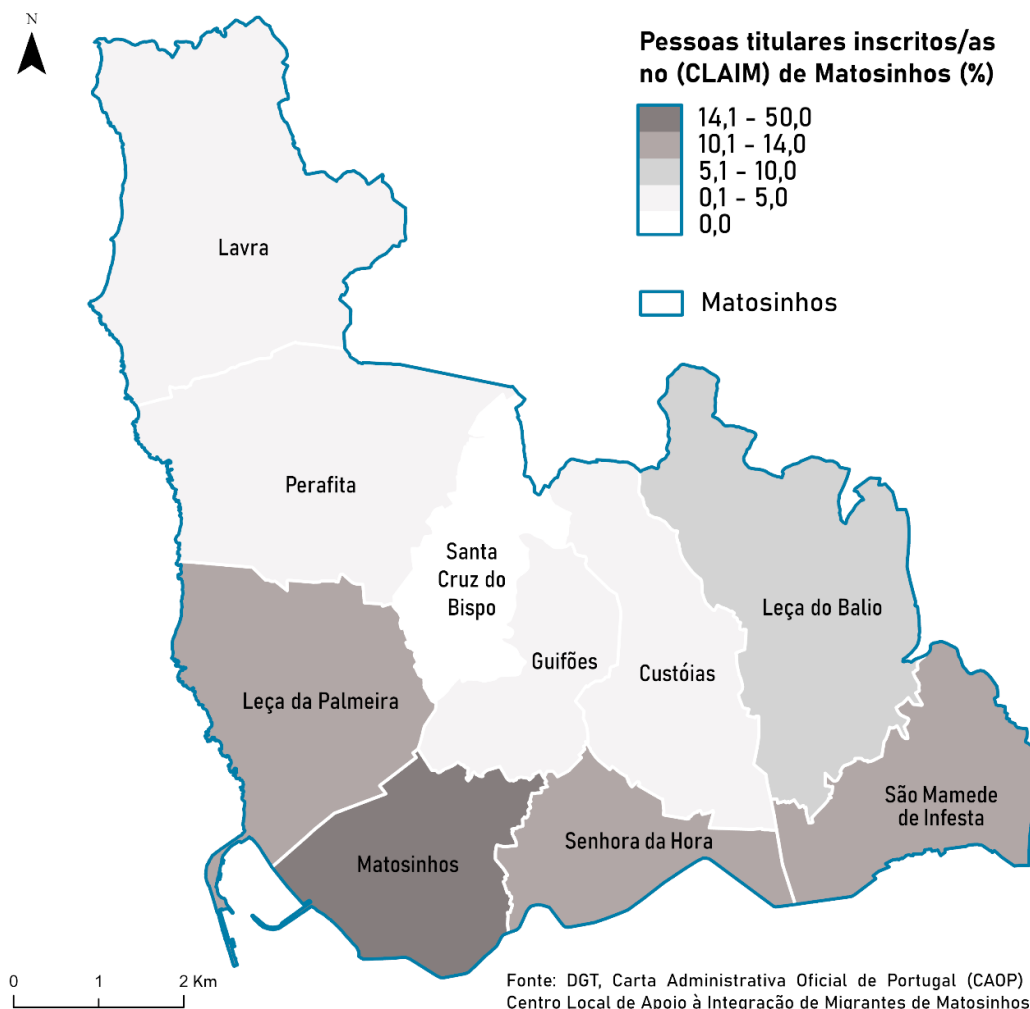


Fonte: C.M. Matosinhos - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM)

A maior parte das pessoas que procuram o apoio do CLAIM tem a sua residência no que corresponde à (antiga) freguesia de Matosinhos, tal como se pode verificar no mapa seguinte. Ainda que a sua distribuição pelo território concelhio siga, de perto, a distribuição da população estrangeira residente não é demais

ressaltar a necessidade continuada de divulgação deste serviço já que há uma certa tendência para a centralidade da população utente e, complementarmente, um menor recurso por parte de pessoas que residem mais a norte e mais distantes da freguesia onde o próprio serviço se implanta.

Figura 130 | Pessoas titulares de processos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos, por freguesias (v.a. e %) | 2023



No que diz respeito às nacionalidades, a principal é a ucraniana. O despoletar da guerra foi, com certeza, o principal fator que terá originado não só um aumento do número de pessoas com origem na Ucrânia como a respetiva necessidade de apoio e recurso ao serviço. A seguir às pessoas ucranianas ganham importâncias as originárias da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular do Brasil.

Tabela 33 | Nacionalidades das pessoas titulares inscritos/as no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM) (v.a. e %) | 2023

Países de Origem	%
Ucrânia	43,2
Países CPLP	37,6
América do Sul	7,4
Ásia	3,0
Outros países africanos	2,2
Comunidade europeia	1,8
América Central	1,5
Outros países europeus	1,1
América do Norte	0,7
S/informação	1,5

Países CPLP	%
Brasil	79,4
Angola	10,8
Moçambique	4,9
Guiné-Bissau	2,9
S. Tomé e Príncipe	2,0

Fonte: C.M. Matosinhos - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Matosinhos (CLAIM)

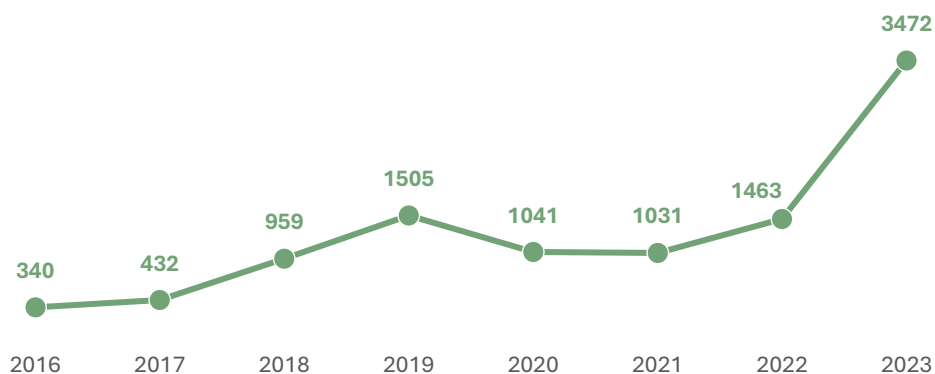
Entre as pessoas titulares dos processos tramitados em 2023, cerca de 60% tinham a sua situação no país devidamente regularizada. Entre estas, uma boa parte das quais correspondem a famílias com Proteção Temporária e Asilo, as questões que mais carecem de apoio por parte do CLAIM são: acesso à habitação, acesso à saúde e à aprendizagem da língua portuguesa. A este nível através da Escola Gonçalves Zarco as pessoas foram encaminhadas para cursos de Português Língua de Acolhimento e, através do Centro de Emprego de Matosinhos foram inscritas e posteriormente orientadas para o mercado de trabalho.

Durante o primeiro semestre de 2024 o panorama do atendimento no CLAIM de Matosinhos alterou-se significativamente. As pessoas que recorrem passaram a estar, maioritariamente, numa situação irregular e as questões dominantes passam a estar precisamente associadas ao processo de regularização em território nacional e com a necessidade de inserção profissional como via para a regularização.

A extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em outubro de 2023, e a passagem das suas competências para a AIMA, não pode deixar de estar relacionado com esta inversão da situação.

Ter a situação regularizada é condição fundamental para uma boa inserção das pessoas imigrantes que chegam ao país. Acompanhando o movimento das entradas de pessoas estrangeiras tem também aumentado significativamente o número de pedidos do estatuto de residente, tal como se pode verificar na figura em baixo.

Figura 131 | População estrangeira que solicitou estatuto de residente em Matosinhos (v.a.) | 2016-2023



Fonte: INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente. Última atualização: 2024-09-20

Apesar do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) não ter competências diretas ao nível dos processos de regularização das situações este é, de modo crescente, um dos motivos que conduzem as pessoas a pedir apoio aos serviços mais próximos, onde se enquadra, certamente, o CLAIM de Matosinhos.